

ROBERTO MANOEL ANDREONI ADOLFO

**A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA ESCRAVIDÃO NOS ANOS
1980:
do enunciado ao eclipsado**

ASSIS

2019

ROBERTO MANOEL ANDREONI ADOLFO

**A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA ESCRAVIDÃO NOS ANOS
1980:
do enunciado ao eclipsado**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de doutor em História, (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Hélio Rebello Cardoso Jr

Bolsista: CAPES

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

A239h Adolfo, Roberto Manoel Andreoni
A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado / Roberto Manoel Andreoni Adolfo. Assis, 2019.
182 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Hélio Rebello Cardoso Junior

1. Historiografia. 2. Escravidão - História - Brasil.
3. Brasil - História. I. Título.

CDD 981



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

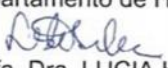
TÍTULO DA TESE: A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado

AUTOR: ROBERTO MANOEL ANDREONI ADOLFO
ORIENTADOR: HELIO REBELLO CARDOSO JÚNIOR



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. HELIO REBELLO CARDOSO JÚNIOR
Departamento de História / UNESP/Assis


Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA
Departamento de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. KARINA ANHEZINI DE ARAUJO
PPG/História / UNESP/Assis

Prof. Dr. FABIO FRANZINI
UNIFESP / São Paulo


Prof. Dr. IGOR GUEDES RAMOS
UNOPAR / Apucarana

Assis, 15 de agosto de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Hélio Rebello Cardoso Jr, que me acompanhou desde a iniciação científica e, portanto, ajudou a formar a base de meu pensamento crítico enquanto pesquisador. Seu rigor, seriedade, generosidade e ética foram fundamentais para a realização desta tese.

Ao professor Milton Costa pela participação da banca de qualificação. Sua leitura e considerações foram de grande valia para a continuidade da tese.

À professora Karina Anhezini, não somente pela participação da banca de qualificação, mas também por ter feito parte positivamente de minha trajetória intelectual desde a graduação.

Aos meus vários amigos que me prestaram favores valiosos durante o processo de pesquisa: Jefferson Sanches, João Ohara, Aline Menoncello, Benedito Inácio, Priscila Sales, Thaís Carneiro, entre tantos outros.

Ao Tiago Viotto, pela parceria, pelas conversas filosóficas, acadêmicas, políticas, futebolísticas e musicais. Aliás, falando em conversas musicais, recomendo a você o canal do YouTube “Um Café Lá Em Casa” do Nelson Faria. Tenho certeza que irá gostar.

Aos amigos que mesmo distantes não deixaram de estar presentes, Douglas Maris, Maria Carolina Guimarães, Patrícia, Wellington Amarante, Camila López, Alex Martinelli, entre outros.

Agradeço aos meus pais, Sueli e Roberto, pelo apoio sem o qual eu não teria chegado até aqui.

À minha esposa, Marina Tonon, pelo amor e companheirismo, e que há dez anos vem me ajudando a ser uma pessoa melhor.

Enfim, agradeço a todos aqueles que vêm lutando contra os ataques à educação brasileira, pois o pensamento crítico é uma das maiores ferramentas que temos contra a barbárie.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“[...] não se trata aqui de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa, e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria.”

(Michel Foucault, *Arqueologia do Saber*, 1969)

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. **A historiografia brasileira da escravidão nos anos 1980: do enunciado ao eclipsado**. 2019. 189f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

Com a implantação dos cursos de pós-graduação no Brasil, a partir dos anos 1970, a historiografia brasileira passou por algumas transformações que implicaram mudanças tanto de ordem institucional quanto teórico-metodológica. Nas últimas décadas, vários estudiosos veem se dedicando a compreender os reais contornos das mudanças historiográficas ocorridas a partir deste período. Esta tese faz parte desse conjunto de trabalhos e teve como objetivo principal refletir como tais transformações historiográficas se deram dentro do campo específico da história da escravidão no Brasil. Para isso, o estudo dividiu-se em duas partes complementares. A primeira buscou identificar e analisar os principais enunciados até então emitidos sobre a historiografia da escravidão durante os anos 1980, momento em que os cursos de pós-graduação apresentavam sinais de amadurecimento e as mudanças historiográficas mostravam-se mais nítidas. Três enunciados principais foram identificados. O primeiro, encabeçado por Jacob Gorender, afirmava ser a renovação historiográfica dos anos 1980 um movimento de retorno às teses de Gilberto Freyre. O segundo enunciado, por sua vez, emitido sobretudo por Ciro Flamarion Cardoso, entendia que a produção do período sinalizava a autenticação e o aprofundamento de sua tese que compreendia a existência de um modo de produção escravista colonial regendo a sociedade escravista. Por fim, identificou-se um terceiro enunciado, emitido por S. Chalhoub, Silvia H. Lara e Maria H. Machado, que entendia como característica essencial da historiografia dos anos 1980 a afirmação do escravizado enquanto agente histórico. A segunda parte, por sua vez, tratou de analisar o conjunto de trabalhos que foram desconsiderados no processo de formulação dos enunciados identificados na primeira parte da tese. A este grupo de pesquisas, composto por artigos, teses e dissertações, foi dado o nome de historiografia eclipsada que, vale ressaltar, apresentou superioridade numérica expressiva se comparada à historiografia não eclipsada. A segunda parte da tese, então, dedicou-se a compreender as principais diretrizes da historiografia eclipsada. A partir deste exercício verificou-se, em primeiro lugar, que tal produção não apresentava lastro para a emissão dos enunciados formulados até então. Em segundo lugar, evidenciou-se que uma parte da historiografia eclipsada apareceu marcada por quatro eixos temáticos: os aspectos sociais da vida do escravizado, a abolição, a economia escravista e o trabalho. Sua outra parte, no entanto, revelou uma considerável multiplicidade de temáticas. No geral, chegou-se a conclusão de que tal conjunto de estudos foi, por um lado, diverso da historiografia não eclipsada e, por outro, sinalizou o surgimento de novas temáticas, inexistentes também na historiografia precedente.

Palavras-chave: historiografia; teoria; Brasil; escravidão.

ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. **The Brazilian historiography of slavery in the 1980s: from the statement to eclipsed.** 2019. 189 p. Thesis (Ph.D. in History). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

With the implementation of postgraduate courses in Brazil, emerged from 1970, Brazilian historiography underwent some transformations that implied the change in both institutional and theoretical-methodological form. In the last decades, several scholars have been devoting themselves to a knowledge of the historiographic changes that have occurred since this period. This research is part of this research group and its purpose is to analyze the historiography of slavery. On this, the study is divided into two complementary parts. The first part sought to identify and analyze the statements issued about the history of slavery during the 1980s. Three statements were identified. The first, issued by Jacob Gorender, says that the historiographical renewal of the 1980s is a movement that takes up again the Gilberto Freyre arguments. The second statement, in turn, issued mainly by Ciro Flamarion Cardoso, understood that the production of the period signaled the authentication and deepening of his thesis that included the existence of a colonial slave production mode governing slave society. Finally, a third statement was identified, emitted by S. Chalhoub, Silvia H. Lara and Maria H. Machado, who understood as an essential characteristic of the historiography of the 1980s the affirmation of the enslaved as historical agent. The second part, in turn, sought to analyze the set of works that were disregarded in the process of formulating the statements identified in the first part of the thesis. This source group, composed of articles, theses and dissertations, was given the name of eclipsed historiography which presented expressive numerical superiority when compared to non-eclipsed historiography. The second part of the thesis then devoted itself to understanding the main directives of eclipsed historiography. From this exercise was verified, first, that such production did not present ballast for the emission of statements formulated until then. Secondly, it was evident that part of the eclipsed historiography appeared marked by four thematic axes: the social aspects of the life of the enslaved, the abolition, the slave economy and the work. His other part, however, revealed a considerable multiplicity of themes. In general, it was concluded that such a set of studies was, on the one part, different from unclouded historiography and, on the other part, signaled the emergence of new themes, which did not exist in the previous historiography.

Keywords: historiography; theory; Brazil; slavery.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
IGHA	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
-----------------	----

PARTE I – OS ENUNCIADOS

CAPÍTULO I – Os enunciados sobre a historiografia da escravidão nos anos 1980.....	21
---	-----------

1. Considerações preliminares: em busca dos enunciados.....	21
2. Um retorno à Gilberto Freyre?.....	22
3. A sociedade escravista não é um mero “quintal da Europa”.....	33
4. O escravo como agente histórico.....	41
5. Considerações finais: reverberações e contabilidade.....	49

CAPÍTULO II – Democracia racial, brecha camponesa e centralização do sujeito: os terrenos dos enunciados.....	54
--	-----------

1. Considerações preliminares: uma questão foucaultiana.....	54
2. A desconstrução do “mito” da <i>democracia racial</i> : sua gênese, prática e desdobramentos na historiografia da escravidão.....	55
3. Uma brecha no debate acerca da natureza dos modos de produção.....	66
4. Da abertura política à abertura teórica: os sujeitos em ação.....	76
5. Considerações finais: os terrenos, suas aproximações e distanciamentos.....	85

PARTE II – A HISTORIOGRAFIA ECLIPSADA

CAPÍTULO III – Elementos do cotidiano escravo, abolição e outros fragmentos temáticos: a produção dos artigos.....	90
---	-----------

1. Apontamentos sobre duas questões heurísticas.....	90
2. Aspectos da vida social do ser escravizado.....	91
3. Em destaque um fenômeno social do regime escravista: a abolição.....	101
4. Fragmentos descentrados: da escravidão regional ao discurso político-econômico anti-escravista.....	109
5. Considerações finais: traços gerais e singularidades dos artigos eclipsados.....	119

CAPÍTULO IV – Economia, trabalho e outras temáticas: a produção de teses e dissertações.....	126
---	------------

1. Considerações iniciais: reafirmação da opção teórico metodológica.....	126
2. Economia escravista, um assunto historiográfico de profundas raízes.....	126
3. Regionalismo e relações de trabalho no século XIX.....	138
4. Uma miríade de temas sociais: da questão da abolição à problemática do capitão do mato.....	143
5. Considerações finais: dos enunciados à historiografia eclipsada.....	154

CONCLUSÃO.....	158
----------------	-----

FONTES.....166

BIBLIOGRAFIA.....171

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1970, a historiografia brasileira deu início a um processo de transformações teórico-metodológicas que se mostrariam mais evidentes nos anos 1980, e que reverberam até os dias de hoje. Diversos foram os fatores que colaboraram para este movimento de mudança. Mais especificamente dentro do contexto institucional, a reforma universitária e a implantação dos cursos de pós-graduação contribuíram para a criação de uma nova dinâmica historiográfica. Incentivados pelas agências de fomento à pesquisa, os jovens pesquisadores começaram a entrar em contato com outras bibliografias e pesquisadores estrangeiros, com destaque para os brasilianistas. Esta abertura teórica propiciou à historiografia brasileira uma ampliação de temáticas, recortes, objetos e métodos de pesquisa.

Entretanto, a dimensão de tais transformações ainda é objeto de discussões e, no geral, é disso que trata esta tese. A fim de averiguar tal complexidade, então, nos atemos a uma vertente historiográfica específica, a dos estudos sobre a escravidão no Brasil. A temática da escravidão é bastante significativa por dois motivos. Primeiro, pela ampliação brusca de sua produção, em parte devida ao processo geral de aumento da produção historiográfica do período, em parte devida à comemoração do centenário da abolição que aconteceu na década de 1980. Em segundo lugar, a temática da escravidão também se faz relevante pelo motivo de que em seu bojo algumas das inovações teórico-metodológicas se mostraram bastante evidentes, principalmente porque alguns dos jovens pesquisadores deste período buscaram levantar suas bandeiras num sinal de ruptura com a historiografia praticada nas décadas precedentes.

Um aspecto relevante acerca da imagem que até hoje de certa forma prevalece sobre o que foi a renovação historiográfica dos anos 1980 é que tal imagem foi construída com a participação em massa dos próprios estudiosos da escravidão. Dentre estes autores, alguns dos que mais se empenharam na emissão de enunciados sobre a historiografia oitocentista foram Ciro F. Cardoso, Jacob Gorender e Sidney Chalhoub¹. Isso não significa, no entanto, que o fato deles serem historiadores da escravidão – e não historiadores da historiografia – implique numa maior ou menor capacidade de revelar os reais contornos da produção do período em questão. Em outras palavras, não é porque os analistas fazem parte do objeto analisado que necessariamente a análise será tendenciosa ou distorcida. Aliás, o próprio tema da

¹ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion (Org). *Escravidão e Abolição: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990; CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80, *Cadernos AEL*, vol. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.

possibilidade de uma compreensão *correta* do objeto deve ser colocado em debate, pois tal possibilidade implicaria no entendimento do objeto como algo autônomo, como se ele tivesse forma e vida própria independente das práticas discursivas que o delimitam. Se os objetos só podem ganhar forma a partir de um discurso, e se um discurso é sempre uma prática histórica, devemos concluir que os objetos também apresentarão configurações submetidas ao tempo histórico.²

Isso significa que não pretendemos desprivilegiar o fato de serem historiadores da escravidão aqueles que de certa forma monopolizaram a palavra sobre a produção historiográfica da escravidão nos anos 1980. Antes, o que devemos colocar como ponto de partida de nosso estudo, são as implicações e as singularidades deste fato. Para tanto, devemos indagar: quais foram, até então, os enunciados emitidos sobre a historiografia da escravidão produzida durante os anos 1980? Por que foram emitidos estes, e não outros enunciados? O que possibilitou a emergência de tais enunciados? Quais suas implicações? Um primeiro passo, portanto, para nos aproximarmos de nosso objeto – a historiografia da escravidão durante os anos 1980 – foi buscar compreender as dimensões históricas do discurso que até então se configurou em torno dele. Não se trata de desmascarar tal discurso, evidenciar seu grau de ajuste ou desajuste ao objeto, e sim entendê-lo na complexidade que lhe é inerente, para que então se abram novos caminhos para a compreensão da produção historiográfica em questão.

A proposta teórico-metodológica escolhida para analisar o objeto em questão está sobretudo alinhada a alguns pressupostos teóricos centrais do pensamento de Foucault, segundo os quais o que está em jogo em relação aos enunciados é justamente a busca pela identificação das condições discursivas que lhes possibilitaram a emergência³. Articulada à Teoria da História, nossa proposta de investigação também revela pontos de contato com alguns aspectos gerais ligados ao campo da História da Historiografia que estão em consonância com o pensamento de Foucault. De acordo com Manoel Luís Salgado Guimarães, por exemplo, é tarefa da historiografia indagar a respeito dos embates e disputas em torno da memória disciplinar que inclina-se a canonizar determinados autores e obras⁴; propensão analítica esta que em determinado grau também coaduna com pressupostos gerais defendidos por Valdeci Lopes de Araújo, como a ideia de que caberia à história da

² Cf. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 49-61.

³ FOUCAULT, 2013.

⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

historiografia, entre outras coisas, analisar as condições de produção, continuidade e descontinuidade da verdade histórica.⁵

É com isso em mente que a primeira parte da tese se dedicou a delimitar os enunciados produzidos sobre a historiografia dos anos 1980, ao mesmo tempo buscando identificar as condições discursivas que possibilitaram a emergência destes mesmos enunciados. Partindo da análise dos balanços historiográficos preocupados em delimitar as dimensões da historiografia da escravidão dos anos 1980, o primeiro capítulo teve como objetivo fazer um levantamento dos principais enunciados emitidos pelos autores que se dispuseram a compreender a produção bibliográfica dos anos oitenta.

Seguindo este percurso, tal capítulo identificou e delimitou três enunciados principais. O primeiro deles, emitido Jacob Gorender e Suely Robles Reis de Queiróz, entendia a produção historiográfica de 1980 como um movimento de retomada dos pressupostos gerais defendidos em *Casa-Grande & Senzala* (1933), que afirmava ser o paternalismo – e não a violência – o princípio regulador das relações entre senhores e escravizados. O segundo enunciado, por sua vez, encabeçado por Ciro Flamarion Cardoso, afirmava que a produção do período em questão sinalizava um esforço no sentido de aprofundamento da tese do *escravismo colonial*, segundo a qual existiriam leis internas ao funcionamento da sociedade escravista. O terceiro enunciado, por fim, emitido por autores como S. Chalhoub, Silva H. Lara e Maria H. P. T. Machado, entendia que a grande marca da historiografia dos anos 1980 seria a busca pela valorização da capacidade de agência do escravizados.

Somando-se a isso o capítulo se preocupou, não somente com a identificação dos enunciados, mas também com a identificação da amostragem bibliográfica utilizada como matéria prima no processo de formulação destes mesmos enunciados. No que se refere a este último objetivo, destaca-se a descoberta de uma supremacia quantitativa significativa dos trabalhos não levados em consideração pelos autores/enunciadores se comparados ao número de estudos utilizados para a formulação dos três enunciados descritos. Das 41 teses e dissertações defendidas durante a década de 1980, apenas 17 foram referenciadas pelo total de autores/enunciadores. Já em relação aos artigos, de um total de 136, somente 33 foram levados em consideração para a formulação dos enunciados.

Em outras palavras, o primeiro capítulo, além de delimitar os enunciados, também procurou tornar clara a divisão entre a bibliografia levada em consideração na construção dos enunciados e a bibliografia desconsiderada, omitida, pelos balanços historiográficos

⁵ ARAUJO, Valdeí Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.12, n.1, p.79-94, 2006.

analisados. A essa produção que não foi levada em consideração demos o nome de historiografia eclipsada. A existência dessa historiografia coloca em destaque o caráter seletivo na construção dos enunciados.

Feito isso, o segundo capítulo, por sua vez, teve diante de si a tarefa de analisar o campo discursivo de possibilidades que permitiu a emergência dos enunciados identificados e delimitados no primeiro capítulo. A pergunta que guiou tal capítulo foi: por que foram estes os enunciados emitidos e não outros em seus lugares, dado que a historiografia eclipsada depõe contra sua predominância? Levando-se em consideração tanto os aspectos teórico-metodológicos, quanto os elementos de ordem sócio-política, construiu-se uma reflexão que buscou compreender as raízes dos discursos ligados aos enunciados. Uma vez que os enunciados foram emitidos dentro de determinados campos discursivos, procurou-se delimitar os reais contornos das problemáticas às quais esses discursos apareceram atrelados.

Apenas como forma de exemplificar as diretrizes teórico-metodológicas empregadas neste capítulo, podemos citar o caso do enunciado emitido por Jacob Gorender segundo o qual, como destacamos anteriormente, a produção historiográfica dos anos 1980 teria sinalizado um movimento de retorno às teses de *Casa-Grande & Senzala* (1933), que afirmavam ser o paternalismo, e não a violência, o *modus operandi* da sociedade escravista brasileira. Para entender a necessidade de emergência deste enunciado, portanto, foi necessário fazer um rastreamento, a partir das colocações feitas por Jacob Gorender, dos movimentos historiográficos articulados às concepções teórico-metodológicas do autor. A compreensão do contexto historiográfico conectado ao desenvolvimento dos pressupostos teóricos metodológicos contidos em textos-chaves de Gorender permitiu compreender as reais condições que conduziram a emergência do enunciado em questão.

Compreendidas as amarrações teórico-metodológicas produtoras dos principais enunciados sobre o objeto em questão, ficou aberta, então, a via para colocar em xeque sua suposta predominância e para se chegar a outros entendimentos sobre a historiografia dos anos 1980. A segunda parte de nosso estudo, portanto, analisa o conjunto de trabalhos que ficaram à margem da análise empregada pelos autores/enunciadores. Se no primeiro capítulo da tese atestamos a supremacia quantitativa da historiografia eclipsada em relação à historiografia/matéria-prima dos enunciados, coube à segunda parte da tese averiguar os aspectos qualitativos dos artigos, teses e dissertações eclipsadas. Em que as concepções teórico-metodológicas presentes nestes trabalhos se assemelhavam ou destoavam da produção levada em consideração pelos autores/enunciadores?

Esta segunda parte corresponde aos capítulos três e quatro. O primeiro deles teve como objetivo analisar os artigos produzidos dentro do âmbito da historiografia eclipsada. Uma vez que este corpus documental era demasiado grande, optamos por dividi-lo através das tendências temáticas que apareciam nos artigos. A identificação dos temas permitiu, portanto, uma primeira aproximação, a nível teórico, das principais problemáticas abordadas pela bibliografia eclipsada. Feita essa aproximação, que possibilitou a criação de vários grupos temáticos, o capítulo visou fazer uma análise interna das fontes, relacionando-as e tratando de compreender suas diretrizes teórico-metodológicas e suas relações com os enunciados identificados na primeira parte da tese.

Além disso, também se levou em consideração a formação dos autores e os lugares institucionais dos quais partiram os artigos. Tais informações, contudo, não puderam ser totalmente aprofundadas, uma vez que não conseguimos ter acesso aos dados de todos os autores, pois os artigos, em vários casos, não apresentavam informações completas sobre seus produtores. Vale destacar também que a problemática das revistas acadêmicas não foi levada em consideração, pois além de não ter aparecido nenhuma tendência de correlação entre autores/instituições e revistas, ou entre temáticas específicas e revistas, entendemos que os aspectos teóricos metodológicos empregados na produção de artigos apresentam muito mais conexões com o lugar de produção e a formação dos autores do que com as revistas nos quais os artigos foram publicados.

Aliás, vale destacar que o problema referente à impossibilidade de fazer um levantamento exato dos *lugares de produção* dos artigos eclipsados foi um dos motivos que nos levaram a separar a análise dos artigos da investigação das teses e dissertações. Os trabalhos monográficos, por serem produzidos a partir de Programas de Pós-Graduação determinados, possibilitaram, portanto, diferente dos artigos, a construção de um levantamento capaz de permitir a compreensão exata do número de teses articuladas à cada lugar institucional específico. No entanto, apesar dos lugares de produção terem apresentado algumas correlações com determinadas temáticas ou diretrizes teóricas, no geral tais correlações não se mostraram tão promissoras a ponto de optarmos por uma análise que tivesse como ponto de partida os programas de pós-graduação. Decidimos, então, como nos artigos, fazer uma análise partindo dos temas – pois estes, sim, possibilitaram a formação de agrupamentos expressivos –, como primeira forma de aproximação das fontes, para depois compreendê-las mais profundamente a partir da análise de suas diretrizes teóricas internas e de suas relações com os enunciados até então produzidos sobre a historiografia dos anos 1980.

Por fim, vale destacar que o presente trabalho insere-se em dois segmentos historiográficos distintos. O primeiro deles é o dos estudos preocupados em investigar as problemáticas historiográficas referentes às transformações teórico-metodológicas ocorridas a partir dos anos 1980, momento em que a produção dos cursos de pós-graduação começava a dar sinais de amadurecimento. Este segmento, que vem crescendo nos últimos anos, é composto por trabalhos cujas preocupações vão dos aspectos mais gerais aos mais específicos.

No que refere aos estudos voltados à compreensão dos traços gerais da historiografia de 1980⁶, aparecem tanto os textos que buscaram determinar os principais aspectos da renovação historiográfica ocorrida a partir do surgimento dos cursos de Pós-Graduação em História pelo país, quanto os textos que, preocupados com o desenvolvimento da historiografia brasileira ao longo do século XX, em maior ou menor grau acabaram também refletindo sobre a produção acadêmica durante a década de 1980. Tais textos, no geral, buscaram tratar de questões como o volume da produção historiográfica, as tendências teóricas, as mudanças temáticas, os recortes temporais e regionais e, também, os aspectos referentes aos processos institucionais – sempre em suas linhas gerais.

Como afirmado anteriormente, junto a essa tendência de trabalhos que se predispuseram a refletir sobre a historiografia dos anos 1980 em seus traços mais marcantes, aparece também uma tendência de estudos cujo intuito é o de pensar questões mais específicas⁷. Dentro desta tendência aparecem estudos dedicados a diversos temas como o das

⁶ Alguns exemplos de trabalhos que se aproximam desta linha de pesquisa, são: FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: Jurandir Malerba (org). *A velha história: Teoria, método e historiografia*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996; RAGO, L. M. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 11, p.73-97, 1999; FALCON, Francisco. A identidade do historiador, *Estudos Históricos*, v.9, n.17, p.7-30, 1996; GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa*. São Paulo: Contexto, 2011; FRANZINI, F; GONTIJO, R. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: BAUER, Caroline Silveira (org.). *Brasil: interpretações & perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

⁷ Alguns trabalhos que aparecem inseridos dentro desta tendência, são: CÉZAR, Temístocles A. C. Um Hamlet intelectual: giro linguístico e indeterminação historiográfica (ensaio sobre a escrita da história no Brasil, 1970-1980). In: BAUER, Caroline Silveira (org.). *Brasil: interpretações & perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons, 2016; GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.34, Julho-Dezembro, p. 157-186, 2004; SANTOS, Wagner Germiniano dos. A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos. *Revista de Teoria da História*, vol. 3, n. 7, jun/ p.128-155. 2012; RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. Tese (Doutorado em História). – UNESP, Assis, p.541. 2014; LINO, Raphael Cesar. *Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História). – UNESP, Assis, p.148. 2017; BELIEIRO, Thiago Grana. *A presença dos Annales no programa de pós-graduação em História na Universidade de São Paulo (1985-1994)*. Tese (Doutorado em História). – UNESP, Assis, p. 217. 2017; OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)*. Tese (Doutorado em História). – UNESP, Assis,

especificidades em torno das *apropriações* de determinados teóricos e tendências historiográficas feitas pelos historiadores brasileiros dos anos 1980; o tema das mudanças conceituais e das reformulações dentro de campos específicos, como o da história política; o tema das implicações em torno da profissionalização do historiador; e, entre outros, o tema das orientações epistemológicas defendidas pelos historiadores de 1980. Todas estas problemáticas, portanto, apesar de dialogarem com os pressupostos gerais das transformações ocorridas a partir da década de 1980, dizem respeito a questões mais específicas, pois buscam abordar, dentro da totalidade do período, determinados autores, trabalhos, conceitos e/ou modelos teóricos específicos.

O presente estudo, portanto, ocupa um espaço intermediário entre estas duas tendências que compõem o segmento dedicado ao estudo das renovações historiográficas ocorridas durante os anos 1980. Por um lado, uma vez que nos atemos à análise do tema exclusivo da escravidão, procurando analisar linhas de trabalhos ainda inexploradas pelos historiadores estudiosos dos anos 1980, podemos afirmar que nosso trabalho cria um ponto de contato com aqueles que vêm se dedicando a analisar questões mais específicas dentro de período historiográfico em questão. No entanto, uma vez que também alimentamos a pretensão de apresentar um panorama geral acerca de toda produção voltada ao tema da escravidão durante os anos 1980, podemos afirmar que a presente tese também cria um ponto de contato com a tendência historiográfica dedicada a compreender as linhas gerais da historiografia oitocentista.

Todavia, como afirmamos anteriormente, o presente trabalho articula-se também a um segundo segmento historiográfico. Um pouco mais específico do que o segmento dedicado a debater a produção dos anos 1980 como um todo, o segmento a que nos referimos agora destaca-se por debater exclusivamente a produção historiográfica referente ao tema da escravidão. Tal segmento historiográfico, por sua vez, também é composto por duas tendências distintas. A primeira, muito mais expressiva em termos quantitativos e de repercussão no meio historiográfico, tem como principal característica o fato de ser conduzida

p.151, 2017; ADOLFO, Roberto M. A. *A emergência do escravo-agente na historiografia brasileira da escravidão entre os anos 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado em História). – UNESP, Assis, p.145. 2014;

exclusivamente pelos próprios historiadores da escravidão⁸ – como destacado anteriormente, esta é uma questão que aparecerá como central na discussão referente à primeira parte da tese.

A segunda tendência de estudos, por sua vez, diz respeito às monografias e artigos produzidos por historiadores que não os estudiosos da escravidão⁹. No entanto, apesar de tais trabalhos não terem sido produzidos por historiadores da escravidão, eles acabaram fazendo coro a alguns dos enunciados emitidos por tais historiadores. Tanto é que estes estudos atribuíram como principal característica da historiografia dos anos 1980 a busca pela valorização da subjetividade dos escravizados, seja para afirmar ou negar esta valorização. Nossa principal tarefa com esta tese foi tanto a de revelar a historicidade destes discursos quanto a de demonstrar que a historiografia da escravidão produzida durante os anos 1980 vai além dos enunciados até então emitidos sobre ela.

⁸ Alguns exemplos destes trabalhos, são: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.8, n. 16, p. 143-160, 1988; CARDOSO, Ciro Flamarion (Org). *Escravidão e Abolição: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988; GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990; GORENDER, Jacob. *A escravidão Reabilitada*. LPH: Revista de História. v.3, n.1, 1992; LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão no Brasil: balanço historiográfico*. LPH – Revista de História. Mariana, v.3, n.6, p. 215-244, 1992; LARA, Sílvia Hunold. *Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. *Revista do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995; QUEIRÓZ, Suelly Robles Reis de. *Escravidão Negra em Debate*. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998; SCHWARTZ, Stuart B. *A historiografia recente da escravidão brasileira*. In: SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001; FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. *Tempo*, Niterói, vol.11, n.22, 2007; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Estrutura e agência na historiografia da escravidão*. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Reina De (Orgs.). *O Historiador e seu tempo*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008; CHALHOUN, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80*, *Cadernos AEL*, vol. 14, n. 26, p. 13-47, 2009; SLENES, Robert W. *Brazil*. PAQUETTE, Robert L; SMITH, Mark M. *The Oxford handbook of slavery in the Americas*. New York: Oxford University Press, 2010; REIS, João José; KLEIN, Herbert S. *Slavery in Brazil*. In: MOYA, José C. *Latin American history*. New York: Oxford University Press, 2011; MARQUESE, Rafael Bivar de. *As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira*. *Revista de História*. n.169, julho-dezembro, 2013, p. 223-253; MAESTRI, Mário. *O escravismo colonial: a revolução copernica de Jacob Gorender*. *Revista Espaço Acadêmico*, Passo Fundo, vol. 35 e 36, n.1 e 2, abril e maio de 2004; MAESTRI, Mário. *Historiografia, escravidão e luta de classes no Brasil*. *Estudios históricos – CDHRPyB*, Uruguai, vol.6, n.12, 2014.

⁹ FILHO, Miguel Pacífico. *Consenso, anacronismo e violência: a historiografia brasileira sobre a escravidão*. *Revista História em Reflexão*, Dourado, vol.4, n.8, p.01-17, 2010; PROENÇA, Wander de Lara. *Escravidão no Brasil: Debates historiográfico contemporâneos*. In: *Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: “Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Jr.”* Unesp/Assis, p.01-10, 2007; PINTO, Diana Berman Corrêa. *A produção do novo e do velho na historiografia: debates sobre a escravidão brasileira*. 2003. Dissertação (Mestrado em História). PUC, Rio de Janeiro, 2003; BARBOSA, Renata Corrêa Tavares. *Desvios do olhar: a escravidão na historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, 2001, 139 p. Dissertação de Mestrado, PUC-Rio.

Capítulo - I

Os enunciados sobre a historiografia da escravidão nos anos 1980

1. Considerações preliminares: em busca dos enunciados

A produção historiográfica sobre a escravidão na década de 1980 é composta por uma totalidade de 136 artigos publicados em 19 revistas e 41 teses e dissertações defendidas em 9 diferentes programas de pós-graduação, um emaranhado de linhas difícil de ser adentrado e delimitado, primeiro porque engloba um número considerável de temáticas transpassadas pela noção de escravidão, e segundo porque determinadas linhas deste emaranhado se perdem em questões comuns à historiografia das décadas anteriores e posteriores à década de 1980 .

Apesar da dificuldade de se apreender esse *corpus documental*, diversos historiadores se dedicaram a redigir textos com a intenção de avaliar a produção historiográfica em questão. No que diz respeito a tais textos – homogeneamente produzidos pelos próprios historiadores da escravidão –, dois pontos importantes podem ser destacados de antemão. Primeiro, tais historiadores, ao buscarem delinear os traços gerais da produção historiográfica dos anos 1980, terminaram por eleger, em seus levantamentos, apenas uma pequena parcela do total de artigos, teses e dissertações produzidos no período. Segundo, eles acabaram denotando uma certa postura de afirmação teórica, uma vez que terminaram por “controlar” a complexidade da produção do período, se atendo apenas à formação de determinadas unidades dentro dessa complexidade maior – como, por exemplo, o pressuposto dos escravos enquanto agentes históricos, elemento marcado por contendas tanto de viés teórico quanto político.

Apesar de tais textos terem contribuído para uma melhor compreensão das diretrizes da historiografia oitocentista, eles acabaram deixando de lado aquilo que não lhes convinha discutir, até mesmo por não ser a pauta do momento no qual estavam inseridos. Como consequência, o que temos hoje é uma imagem demasiada pontual da historiografia da escravidão. O objetivo deste capítulo é refletir sobre esses textos, buscando principalmente identificar e revelar os contornos dos enunciados que os historiadores do período emitiram sobre a produção historiográfica da escravidão na década de 1980, cabendo ao próximo capítulo analisar as condições de possibilidade de emergência destes mesmos enunciados.

O que se segue, portanto, é a análise de três principais enunciados formulados sobre a produção historiográfica dos anos 1980. O primeiro, emitido por Jacob Gorender e Suely Robles Reis de Queiróz, afirmou ser a historiografia dos anos oitenta sobretudo, um retorno aos pressupostos de *Casa-Grande & Senzala* (1933); já o segundo enunciado identificado que

será tratado, cuja formulação coubera a Ciro Flamarion Cardoso, João Luís Fragoso e Hebe Mattos, buscou compreender os estudos escravistas do período em questão como uma espécie de aprofundamento da ideia de que a colônia seria proprietária de uma lógica própria. Por fim, o terceiro e último enunciado que será analisado – enunciado este emitido por Sidney Chalhoub, Silvia H. Lara e Maria H. Machado – buscou elencar, como principal marca da historiografia dos anos 1980, a compreensão dos escravizados enquanto agentes históricos. Cabe a nós, agora, portanto, identificar e evidenciar os limites e as especificidades de cada um destes enunciados em questão.

2. Um retorno à Gilberto Freyre?

Publicado em 1990, o ensaio de Jacob Gorender, *A escravidão Reabilitada* representa, sem sombra de dúvida, foi a mais incisiva e profunda incursão sobre a produção historiográfica da escravidão feita até o momento. Seu objetivo, como destaca o próprio autor, foi o de analisar o procedimento analítico que teria contribuído para a intitulada “reabilitação” da escravidão. Reabilitar a escravidão, neste caso, significava a retomada das proposições centrais defendidas por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* (1933): a utilização do conceito de patriarcalismo para explicar a sociedade escravocrata e o entendimento das relações sociais como relações não fundamentalmente baseadas na violência.

Na prática, dentro de seu escopo de problematização, *A escravidão reabilitada* configurou-se enquanto defesa da tese de Gorender, segundo a qual a formação histórica brasileira é explicada a partir de um modo de produção denominado “escravista colonial”¹⁰. Neste sentido, Gorender se afasta de Freyre em dois pontos principais: primeiro, o escravismo colonial em contraposição ao que o autor entende ser uma visão feudal do Brasil escravista; e, segundo, a contraposição entre regime fundamentado na violência e regime assegurado por relações amenas. A partir disso, o que se observa em *A escravidão reabilitada* é uma seleção singular de temáticas ligadas a trabalhos cujas proposições centrais contrariavam a tese sobre o “escravismo colonial”. Os temas elencados para a discussão foram seis: as relações entre senhores e escravizados, a família escravizada, a brecha camponesa, as variações do ser escravizado, as relações entre estrutura e subjetividade e, por fim, a questão da abolição.

¹⁰ Cf. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1978. Essa articulação entre a tese do *Escravidão colonial* (1978) e o enunciado formulado em *Escravidão reabilitada* (1990) será discutida com mais profundidade no segundo capítulo.

Em relação à primeira temática, Gorender define a ascensão dos estudos de 1980 como uma forma de contraposição à tese do escravo-coisa ¹¹. Se as décadas anteriores teriam sido marcadas pelos estudos dos ditos revisionistas ¹², que buscaram fazer frente às teses de Freyre e à sua ideia de *democracia racial* ¹³, tratando de denunciar as condições de exploração do escravo, a partir de 1980, a historiografia teria sinalizado a busca pela valorização da autonomia dos escravizados. O problema desta nova tendência, segundo Gorender, estaria no fato de que o resgate da subjetividade autônoma dos escravizados não teria sido utilizado para destacar as reações anti-sistêmicas destes personagens. Ao contrário disso, o que apareceria valorizado seriam as “estratégias cotidianas, suaves de acomodação do escravo ao sistema escravocrata” ¹⁴. A recuperação da subjetividade do escravizado serviu, portanto, para torná-lo agente de sua própria condição de cativo.

Seguindo este raciocínio, Gorender examina seis trabalhos ¹⁵ que estariam dentro desta nova tendência. *Resistance and accomodation in eighteenth-century Brasil: the slaves view of slavery* (1975) de Stuart B. Schwartz aparece como o responsável por ter empregado pela primeira vez o binômio *resistência e acomodação*. *Ser escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso, por sua vez, na esteira de *Casa-Grande & Senzala* (1933), teria reproduzido a visão da escravidão pautada na ideia de patriarcalismo, assim como na coexistência pacífica entre senhores e escravizados. *Rebelião escrava no Brasil* (1986) de João José Reis, apesar de ter uma visão mais complexa, por tratar de uma revolta, teria chegado ao ponto de afirmar que os escravizados de ganho em Salvador, “uma vez que podiam marcar o tempo de trabalho segundo critério pessoal, parece que não lhes convinha trocar a escravidão pura pela

¹¹ Vale ressaltar que dentre os autores “revisionistas”, Fernando Henrique Cardoso, em seu *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), representou uma posição extremada, chegando a afirmar a coisificação subjetiva do escravo. Gorender discorda de tal afirmação. Segundo ele, a condição do escravo era, antes, marcada pela tensão entre ser coisa e ser pessoa, isto é, entre sua condição social, atestada pela legislação, e sua condição humana. Cf: GORENDER, 1990, p. 23.

¹² Os autores revisionistas, além de estarem inseridos no processo de crítica às teses de Gilberto Freyre, também aparecem atrelados a um outro debate cujas diretrizes teóricas remontam à *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr. Trata-se do debate acerca da natureza dos modos de produção que marcaram a formação social brasileira. A participação de Gorender neste debate, fundamentado a partir de recursos conceituais marxistas, ajuda a compreender sua posição sobre a produção historiográfica da geração de 1980. Para mais informações acerca deste debate, ver: DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF, 1999. Já para ver a posição de Gorender dentro deste debate: GORENDER, 1978, p. 15-49.

¹³ Cf. COSTA, Emilia Viotti Da. *Da Monarquia à República*. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 365-384.

¹⁴ GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 20.

¹⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Resistance and accomodation in eighteenth-century Brazil: the slaves view of slavery*, *The Hispanic American Review*, Duke University Press, 57(1), 1977; MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês* (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986; LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

escravidão assalariada”¹⁶. *Campos da violência* (1988), de Silvia Hunold Lara, teria afirmado que a contestação, por parte dos escravizados, de determinados castigos como sendo cruéis e injustos, deveria implicar, como contrapartida, na aceitação de um tipo de castigo considerado justo e brando. Para Gorender, essa proposição está ligada a uma má leitura das fontes, que não devem ser entendidas ao pé da letra. Por fim, os trabalhos *Entre Zumbi e Pai-João, o escravo que negocia* (1988) e *Ideologia e escravidão* (1986) de Eduardo Silva e Ronaldo Vainfas, respectivamente, também são vistos como textos que fazem coro aos outros trabalhos uma vez que teriam ressaltado a noção de *acordo sistêmico* – Silva – e *pacto social* – Vainfas.

Ainda na discussão acerca da temática da acomodação, Gorender cita as reflexões de E. P. Thompson e Eugene Genovese, acerca da lei e do direito, como elementos que contribuíram para a valorização de episódios em que os escravizados reclamaram seus direitos em pleitos judiciais. Exemplos de trabalhos citados por Gorender, dentro desta tendência, foram: *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)* de Ademir Gebara e *Da escravidão ao trabalho livre (a lei da locação de serviços de 1879)* de Maria Lúcia Lamounier.¹⁷

O tema da família escrava, por sua vez, segundo Gorender, foi marcado por estudos que, ao não se atentarem às condicionantes do sistema econômico escravista, redundaram em explicações e conclusões errôneas. Além disso, há uma discordância em relação à alegação, por parte dos “reabilitadores”, de que teriam sido eles os introdutores do tema da família escrava, uma vez que, segundo eles, a historiografia precedente teria negado a existência de tais famílias no regime escravista. Para Gorender, pelo contrário, autores como Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa não negaram a existência das famílias escravas, apenas enfatizaram a sua inexistência ou precariedade em circunstâncias determinadas.

Quanto à análise feita sobre esta temática, Robert Slenes é o autor que recebe maior atenção por parte de Gorender¹⁸. Um exemplo da análise feita pode ser destacado a partir da afirmação de Slenes segundo a qual “para a maioria das mulheres, havia a possibilidade de formar famílias estáveis”. Tal constatação seria falsa uma vez que o próprio Slenes notaria que “19% das crianças entre dez e quatorze anos já não tinham nenhum dos genitores

¹⁶ Ibidem., p. 22.

¹⁷ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil; 1871-1888*. São Paulo, Brasiliense, 1986; LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços 1879*. Campinas: Papyrus, 1988.

¹⁸ Os textos analisados são: SLENES, Robert W. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira da História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 8 (16), 1988; SLENES, Robert W. Escravidão e família escrava: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE, 17 (2), 1987.

presentes”, o que não seria consequência apenas da mortalidade mas especialmente do tráfico interno, isto é, da instituição escravista. Esta é a tônica das críticas feitas por Gorender, isto é, a ausência, nestes estudos, de explicações de ordem sistêmica.

É seguindo este viés que outros textos¹⁹ são também analisados, como *A vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito* (1987) de Alida Metcalf, *Marcelino, filho de crioula, neto de Joana Cabinda* (1987) de João Fragoso e Manolo Florentino, *A família escrava em Lorena* (1987) de Iraci del Nero da Costa, *Demografia escrava numa economia não-exportadora* (1987) de Horácio Gutiérrez, um capítulo de *Segredo internos* (1988) de Stuart Schwartz e *Ser escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso. Vale destacar que os textos de Fragoso e Mattoso tiveram alguns “méritos” reconhecidos, o primeiro por evidenciar a existência de uma “lei da população”, o que denotaria uma relevância das diretrizes econômicas na análise, e o segundo por se aproximar mais da visão de autores como Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa, ao enfatizar a tendência da inexistência da família escrava.

Já em relação ao tema da “brecha camponesa”, o alvo principal da crítica é o estudo de Ciro Flamarion Cardoso, *Escravo ou camponês?* (1987)²⁰. O erro de Ciro Cardoso teria sido o de enfatizar o caráter estrutural – e, por isso, considerado generalizado – da “economia própria do escravo na plantagem”²¹. Para Gorender, não há dúvida quanto à existência da prática da economia escravizada. O problema, contudo, está na afirmação da generalização de tal prática. Segundo Gorender, a concessão, por parte dos senhores, de um dia livre para a prática da economia escrava, variava de acordo com as demandas da economia açucareira, daí o fator secundário, e não generalizado, de tal prática. Além disso, as fontes empregadas por Ciro seriam representativas apenas dos engenhos ligados às ordens religiosas, e por isso distantes da possibilidade de representarem a amplitude da realidade colonial. Para Gorender, “nada de essencial se altera na concepção teórica do modo de produção escravista colonial com esta ou aquela caracterização da economia própria do escravo”.²²

¹⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro, FLORENTINO, Manolo Garcia. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, p. 151-173, maio/agosto 1987; COSTA, Iraci del Nero da et al. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, p. 245-295, maio/ago. 1987; GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, p. 297-314, maio/ago. 1987; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras/CNPQ, 1988; MATTOSO (1982).

²⁰ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês?* O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²¹ GORENDER, 1990, p. 70.

²² *Ibidem.*, p. 75.

Vale ressaltar que Ciro Flamarion Cardoso, através de trabalhos como *O modo de produção escravista colonial* (1975) e *Agricultura, escravidão e capitalismo* (1979)²³, vem de uma geração anterior a dos autores dos anos 1980, o que demonstra, dentro dessa década, a continuação de algumas problemáticas surgidas anteriormente. Apesar disso, ao debater questões ligadas à “brecha camponesa”, como a questão do mercado interno, Gorender cita em alguns momentos trabalhos já dentro da produção historiográfica dos anos 1980. *Campos da Violência* (1988) de Silvia Hunold Lara e *O feitor ausente* (1988) de Leila Mezan Algranti são citados, mas apenas pontualmente. Já o texto *Modelos explicativos da economia escravista no Brasil* (1988) de João Luís Fragoso recebeu maior atenção. De acordo com Gorender, tal texto, ao analisar a economia da região fluminense no Vale do Paraíba no início do século XIX, e nela identificado traços de relativa autonomia – pelo motivo de que em tal período houve o crescimento das fazendas cafeeiras ao mesmo tempo em que a economia mundial apresentava declínio –, teria chegado a conclusão da independência da economia escravista colonial em relação às variáveis externas. Para Gorender tal conclusão seria uma negação do caráter colonial. E a tese do escravismo colonial, mesmo que busque valorizar a lógica interna do modo de produção brasileiro, não chega a negar o seu aspecto colonial.²⁴

No que diz respeito à temática das variedades do ser escravo, Gorender afirma que a escravidão é um tipo de relação social que pode configurar dois sentidos distintos. O primeiro é o sentido *lato*, no qual a escravidão nem sempre assume o caráter produtivo, e o segundo é o sentido *estricto*, que, ao contrário do primeiro, implica na escravidão com fins produtivos. No escravismo colonial, apesar do primeiro tipo de escravidão estar presente, é a escravidão enquanto relação de produção que aparece como fundamental. Deste modo, os escravos que não apresentavam função produtiva – estes sendo os “prioritários no enfoque de Gilberto Freyre e de seus seguidores neopatriarcalistas” – só existiam “porque podiam ser sustentados pela renda extraída da enorme maioria de escravos produtivos”²⁵. E é este que teria sido o erro dos estudos dos anos 1980, pois eles entenderiam um tipo secundário de escravidão como sendo fundamental para a compreensão da sociedade escravista. Preocupado com essa questão, Gorender chega a elogiar *O feitor ausente* (1988) de Leila Mezan Algranti, uma vez

²³ CARDOSO, Ciro Flamarion. O modo de produção escravista colonial. In: SANTIAGO, Théo Araújo. Org. *América colonial; ensaios*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975; CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

²⁴ A referência dos trabalhos citados neste parágrafo, são: LARA (1988); ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Modelos explicativos da economia escravista no Brasil*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. (org). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

²⁵ *Ibidem.*, p. 90.

que tal texto teria reconhecido a “forma secundária e complementar [...]” da escravidão urbana em relação “[...] à escravidão rural”²⁶.

Ainda dentro da temática das variações do ser escravo, Gorender critica dois trabalhos específicos²⁷, o texto *Os escravos de ganho no Rio de Janeiro no século XIX* (1988) de Luiz Carlos Soares e *Negro na rua. A nova face da escravidão* (1988) de Marilene Rosa Nogueira da Silva. A crítica em relação ao primeiro texto está ligada a sua afirmação acerca da existência de uma “brecha assalariada” em relação ao trabalho do escravo de ganho. Já o segundo texto é criticado por entender “no sistema dos negros de ganho um elemento de desagregação do escravismo e de evolução no sentido do capitalismo”²⁸. Para Gorender, por sua vez, os escravos devem ser considerados por serem escravos, isto é, por sua condição de propriedade de outrem, de mercadoria humana, e não pelo tipo de atividade que exerce. Seria errado, portanto, atribuir aos escravos de ganho uma caracterização não escravista, como a assalariada aos moldes das relações sociais capitalistas, por exemplo.

Além das variedades do ser escravo, Gorender também se dedica a fazer apontamentos da bibliografia “reabilitadora” referente à questão das relações estabelecidas entre senhores e escravos e seus limites estruturais. A posição de Gorender é a de que “as lutas dos escravos não podiam transcender às limitações estruturais da posição dos explorados”²⁹. Até o momento em que formação social escravista teria apresentado estabilidade econômica sólida, as lutas escravas foram sufocadas. Seguindo este pensamento, que enfatiza o peso das estruturas econômicas do sistema escravista na compreensão das relações entre senhores e escravos, Gorender elenca alguns trabalhos cujas posições foram contrárias às dele.

O primeiro deles é *Ser escravo no Brasil* (1982), e seu erro teria sido o de afirmar que, de forma geral, toda “uma gama sutil de reações, invenções, adaptações originais e repulsas disfarçadas conseguirá impor a paz social no conjunto do Brasil escravista”³⁰. Tal afirmação é prontamente entendida como uma visão conciliadora de classes, consonante às ideias de Gilberto Freyre. Gorender ainda destaca o conceito de “paternalismo” de *Roll, Jordan, Roll* (1974) de Eugene Genovese³¹ como elo entre Freyre e Mattoso.

²⁶ Ibidem., p. 91.

²⁷ SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16, p. 107-142, mar./ago. 1988; SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

²⁸ Ibidem., p. 92.

²⁹ Ibidem., p. 132.

³⁰ MATTOSO, 1982, p. 122 Apud GORENDER, 1990, p. 113.

³¹ GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Mais adiante, porém, ao mencionar *Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brasil. 1850-1888* (1978) de Robert Slenes e Pedro Carvalho de Mello³², Gorender afirma que eles teriam criticado a concepção de “paternalismo” empregada por E. Genovese. A objeção feita por tais autores estaria na excessiva ênfase que esta noção de paternalismo teria dado à interação psicológica e aos contatos interpessoais diretos nas relações sociais escravistas. Como alteração, Slenes e Mello, então, teriam caracterizado o regime escravista como um caso de “clientelismo”, que procuraria dar à análise a possibilidade de relacionar os elementos de ordem psicológica com os elementos estruturais. O problema, segundo Gorender, é que a noção de clientelismo compreenderia a estabilidade do regime a partir de um “sistema de obrigações para ambas as partes envolvidas – o senhor e o escravo –³³” através de uma variedade de incentivos aos escravos que atuavam no sentido de “acalmá-los” e induzi-los ao trabalho. Tal leitura da sociedade escravista, de acordo com Gorender, além de se afastar da ideia de dominação, desconsidera a verdadeira forma de funcionamento do regime, a violência.

Por fim, dois trabalhos ainda recebem destaque, *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial* (1988) de Stuart B. Schwartz – que é citado junto de *Ser escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso – e *Rebelião escrava no Brasil* (1986) João José Reis. O primeiro é criticado por salientar os benefícios do trabalho escravo dividido por tarefas ou cotas. Para Gorender, este tipo de trabalho, além de ter a cota fixada em um alto patamar de produtividade, desconsiderava as debilidades dos escravos enfermos ou já envelhecidos, levando estes muitas vezes ao esgotamento. Já o trabalho de Reis, *Rebelião escrava no Brasil* (1986), por sua vez, tem como alvo de críticas sua visão da rebelião dos Malês como sendo uma rebelião étnica, negando, assim, a importância da luta de classes.³⁴

O último tema tratado em *A escravidão reabilitada* é o tema da abolição. A tópica principal gira em torno dos fatores que atuaram para o fim do regime escravista. Seguindo

³² SLENES, Robert W; MELLO, Pedro Carvalho de. *Paternalism and social control in a slave society: the coffee regions of Brasil. 1850-1888*. Ninth World Congress of Sociology. Uppsala, 1978.

³³ GORENDER, 1990, p. 115.

³⁴ Outros textos ainda são citados, porém sem acompanhamento analítico mais aprofundado. Dentre estes, encontram-se textos como SILVA, Eduardo. Entre Zumbi e Pai-João, o escravo negocia. *Jornal do Brasil* Rio de Janeiro, 18 ago. 1985; GRAF, Márcia Elisa de Campos. *De agredidos a agressores: um estudo sobre as relações raciais entre senhores e escravos no Paraná no século XIX. Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 18. 1988; FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre, Instituto Cultural Português/Vozes, 1980. ____, *Escravo e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983; ____, *Palmares. A guerra dos escravos*. 5.ed. revista e ampliada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984; MOTT, Luiz. Rebeliões escravas em Sergipe. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 17, 1987. Número Especial (1987); QUIERÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: J. Olympio/Instituto Nacional do Livro, 1977; SANTOS, Maria Januária Vilela. *A balaiada e insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983; MOURA, Clóvis. *Quilombos. Resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987; MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

este viés, alguns momentos da historiografia são destacados. O primeiro deles teve início nos anos 1950 e foi elaborado por sociólogos e historiadores da USP, dentre eles Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, Octávio Ianni e Paula Beiguelman. Tais estudos seriam marcados pelo predomínio de uma visão que coloca os “fazendeiros cafeicultores do Oeste paulista como agentes da eliminação do regime escravista”.³⁵ A visão de Ianni, por exemplo, marcada pela tese da coisificação do escravo, teria desprezado o peso da atuação dos escravos no processo de abolição.

Como contra ponto a tais estudos, o segundo momento da historiografia da abolição se abre através da pioneira obra de Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil* (1975), cuja ênfase nos fatores que conduziram a abolição recai sobre o movimento urbano-popular articulado à rebeldia dos escravos. Seguindo a mesma linha de interpretação, mas voltados para regiões específicas, apareceriam estudos como *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo. 1885-1888* (1980) de Ronaldo Santos e *Rebeldia negra e abolicionismo* (1981) de Lana Lage da Lima.³⁶

Mais adiante Gorender destaca uma tendência por ele intitulada de *escola unicampista*, que seria marcada por duas linhas diferenciadas, mas ligadas por uma mesma característica: “a nulificação da significação histórica do movimento abolicionista urbano-popular”³⁷. A primeira destas linhas teria como matriz o texto de Verena Stolcke e Michael Hall, *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo* (1984)³⁸, em que o processo da abolição é liderado pelos cafeicultores paulistas. Além disso, Gorender critica o fato dos autores oporem a luta de classes à acumulação de capital. Seguindo esta tendência, que desconsidera o papel dos abolicionistas da camada urbana e popular, aparecem os trabalhos de Ademir Gebara e Maria Lúcia Lamounier, *O mercado no trabalho livre no Brasil* (1986) e *Da escravidão ao trabalho livre* (1988), respectivamente, ambos destacando a importância dos estadistas para o fim da escravidão. A segunda linha da Unicamp, por sua vez, aparece composta por autores como Célia Marinho de Azevedo, Lilia Moritz Schwarcz, Sidney Chalhoub e Silvia Hunold Lara, que teriam recebido o apoio de Robert Slenes e Peter Eisenberg. A principal marca de tais autores seria a “absolutização” das “ações autônomas

³⁵ GORENDER, 1990, p. 144.

³⁶ As referências das obras citadas, são: CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975; SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo: 1885-1888*. São Paulo: IPE-USP, 1980.; LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

³⁷ Ibidem., p. 145.

³⁸ STOLCKE, Verena; HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, 3 (6), 1984.

dos escravos como fator único da Abolição”³⁹, o que é problemático para Gorender, já que de acordo com sua interpretação a principal força abolicionista teria sido a da conciliação entre o movimento abolicionista de caráter popular e o urbano e as ações da massa escrava.

Gorender faz questão de afirmar, em determinados pontos, a existência de trabalhos que, dentro do mesmo período – a década de 1980 –, não estariam alinhados com a tendência “reabilitadora da escravidão”. Afirmção esta que revela a sua não pretensão em apresentar um panorama geral da produção total do período. Sob este viés, então, isto é, a partir de sua incursão singular dentro deste universo historiográfico, o que se revela é um enunciado específico: a historiografia da escravidão nos anos 1980 teria como marca principal a reabilitação dos principais pressupostos de *Casa-Grande & Senzala* (1933), qual seja, o entendimento das relações entre senhores e escravos fundamentadas num acordo – possibilitado pela autonomia do escravo –, e não a violência como elemento chave na manutenção de tais relações.

Estas posições assumidas por Gorender – acerca desta massa de estudos que começaram a surgir a partir dos anos 1980 –, mesmo que tenham sido rebatidas por alguns historiadores que começaram a despontar no cenário acadêmico nesta década, não ficaram totalmente sem reverberações consonantes.

Em 1998, dentro de um livro⁴⁰ cujo intuito era apresentar as principais perspectivas acerca das tendências e debates dentro da historiografia brasileira, Suely Robles Reis de Queiróz escreveu um capítulo intitulado “Escravidão negra em debate”. De acordo com suas palavras, num tom de imparcialidade, o objetivo do texto seria o de apresentar ao leitor o “estado atual da questão” da historiografia brasileira da escravidão; para isso, destaca Queiróz, tornava-se importante, ao avaliar as obras de história, não compreendê-las como fruto de inspiração individual, segundo a “formação cultural do autor”, mas como “resultado material e intelectual de uma determinada sociedade com problemas econômicos, sociais, políticos e ideológicos bem definidos.”⁴¹ Apesar desta preocupação com a importância do contexto na explicação dos debates dentro da historiografia da escravidão, o que se vê na prática é uma reprodução da mesma leitura empregada por Gorender em *A escravidão reabilitada*, porém uma reprodução limitada, já que publicada em forma de capítulo, enquanto o ensaio de Gorender é composto por mais de 200 páginas.

³⁹ Ibidem., p. 147.

⁴⁰ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em Debate*. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

⁴¹ Ibidem., p. 103.

Para Queiróz, o eixo de gravidade, sobre o qual os debates acerca da escravidão se configuram, se resume a duas possibilidades de caracterização do regime escravista: violento e cruel ou brando e benevolente. A historiografia da escravidão é, então, dividida em três momentos. O primeiro é marcado pela obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala* (1933), cuja tese defende o aspecto patriarcal, pessoal, e benevolente do regime escravista; perspectiva que estaria em consonância com o pensamento “conservador do século XIX”⁴². O estudo de Freyre não só não recebeu contestação imediata, como ecoou em autores norte-americanos, como Frank Tannenbaum e Stanley Elkins, que aderiram à tese de Freyre e a contrapuseram à realidade norte-americana. Enquanto a realidade brasileira, fundamentada num sistema pré-capitalista e católico, teria criado uma “feição mais humana” à escravidão, a realidade norte-americana, de economia capitalista e protestante, teria delineado uma escravidão mais severa.

O segundo momento, por sua vez, tem sua gênese nos anos 1950 e é caracterizado pelo contexto internacional da derrota do nazismo, da “luta do negro-americano pela igualdade racial e a ampliação dos direitos civis”⁴³. Neste tempo surgem trabalhos nos Estados Unidos, como os de David Brion Davis, Charles Wagley, Boxer e Eugene Genovese, questionando as teses de Tannenbaum e Elkins, uma vez que estes fizeram coro às teses de Gilberto Freyre e que agora estavam sendo postas em xeque pelo contexto em questão. Estas críticas repercutiram no Brasil e foram assimiladas dentro de um contexto nacional marcado por uma “progressiva conscientização das condições periféricas” do país em relação ao cenário internacional, e por uma maior percepção acerca das injustiças e tensões sociais.

Neste cenário, então, é que aparecem os nomes de Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e, entre outros, Fernando Henrique Cardoso. Os trabalhos de tais autores, uma vez que buscaram compreender a formação social brasileira a partir da ideia de “acumulação primitiva de capital”, acabaram apontando “a violência como vínculo básico da relação escravista”. Ainda dentro dessa tendência “revisionista”, Queiróz destaca *O escravismo colonial* (1978) de Gorender e outros dois trabalhos que, embora também tivessem como intenção denunciar a violência do regime escravista, revelaram como singularidade o foco em aspectos particulares da escravidão. Estes dois trabalhos são *Rebeliões da senzala* (1959) de Clóvis Moura e *Escravidão negra em São Paulo* (1977) da própria Suely Queiróz.

⁴² O contexto da emergência de *Casa Grande & Senzala* não é tratado pela autora.

⁴³ *Ibidem.*, p. 105.

Por fim, Queiróz destaca o terceiro momento da historiografia da escravidão, que teria seu início a partir dos anos 1980⁴⁴. Fazendo coro à Gorender, Queiróz afirma que se trata de uma corrente historiográfica que teria se reaproximado “da linha interpretativa de Gilberto Freyre”⁴⁵. A partir de então toda a análise é feita a partir de pontos específicos abordados em *A escravidão reabilitada*, basicamente através do capítulo 3, “Violência, consenso e contratualidade” e do capítulo 4, “Lei da população” do ensaio de Jacob Gorender.

Como ponto de partida há uma reprodução dos argumentos de Gorender contra *Ser escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso, trabalho que teria reafirmado o sistema patriarcal na escravidão e “revelado” o surgimento da violência como “simples eventualidade”⁴⁶. Posteriormente, é o trabalho de Silvia Hunold que recebe atenção. A crítica denuncia, na obra, a noção consensual das relações entre senhor e escravo e a negação da identificação entre castigo físico e violência. Ainda dentro dessa corrente historiográfica neo-freyreana são inseridos – contudo, sem maior rigor analítico – trabalhos como o artigo de Eduardo Silva *Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia* (1985), a dissertação de Ronaldo Vainfas *Ideologia e escravidão* (1986), o artigo de Sidney Chalhoub *Os mitos da abolição* (1989) e o livro de Ciro Flamarion Cardoso *Escravo ou camponês?* (1987). Vale destacar, ainda, que Queiróz também se dedicou a fazer um “levantamento” sobre os debates acerca da questão da família escrava. Pensamos, no entanto, que seja dispensável remontar tal reflexão de Queiróz, já que se trata de argumento – e bibliografia – semelhante à de Gorender: o desmonte dos argumentos utilizados pelos autores da geração de 1980 que buscaram afirmar a existência de famílias escravas.⁴⁷

A título de conclusão, vale ressaltar que tanto *A escravidão reabilitada* (1990) de Jacob Gorender, quanto *Escravidão negra em debate* (1998) de Suely Queiróz, configuraram um enunciado específico acerca dos estudos sobre a escravidão produzidos a partir dos anos 1980. Tais estudos denotariam uma tendência historiográfica que teria se realinhado a duas ideias centrais de *Casa-Grande & Senzala* (1933): a das relações entre senhores e escravos como relações consensuais – isto é, colocando em segundo plano a ideia de dominação – e, em segundo lugar, a descaracterização da violência como fundamento principal do regime escravista. Trata-se, portanto, de um modo de se pensar a história da escravidão diverso do empregado pela tendência historiográfica dos anos 1960 e 1970, e da qual tanto Gorender,

⁴⁴ Vale destacar que a autora não teve como preocupação contextualizar a emergência destes novos estudos sobre a escravidão durante a década de 1980.

⁴⁵ *Ibidem.*, p. 108.

⁴⁶ *Ibidem.*, p. 109.

⁴⁷ Caso o leitor queira conferir tal reflexão feita por Suely Queiróz, ver: QUEIRÓZ, 1998, p. 111-117.

quanto Queiróz, fazem parte. Tendência esta, vale lembrar, que teve como um dos maiores objetivos, rever as teses freyreanas.

Em termos quantitativos, no que diz respeito ao aparecimento de referências nos textos de Jacob Gorender e Suely Queiróz, destaca-se que das 41 teses e dissertações produzidas no período de 1980 a 1989, e defendidas em 8 programas de pós-graduação⁴⁸, apenas 9 teses e dissertações foram referenciadas. Destas 9, 2 referem-se ao programa de pós-graduação da UFF, 1 da URFJ, 2 da UNICAMP e 4 da USP. Já em relação aos artigos, dos 136 publicados em 18 Revistas Acadêmicas na área de História, 29 foram referenciados. Estes 29 artigos aparecem distribuídos em 9 Revistas.⁴⁹

3. A sociedade escravista não é um mero “quintal da Europa”

Em 1988, sob a organização de Ciro Flamarion Cardoso, foi publicado um livro com o título *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. A intenção de tal trabalho era apresentar um panorama dos caminhos trilhados e das novas perspectivas referentes à historiografia da escravidão no Brasil. O livro foi dividido em duas partes, a primeira sendo redigida por três autores, além da conclusão feita por Ciro Flamarion Cardoso. O primeiro texto é de João Luís Ribeiro Fragoso e trata da “evolução” dos modelos econômicos de interpretação da sociedade colonial. O segundo é de Hebe Maria Mattos de Castro que, dentro das reflexões concernentes à História Social, buscou discutir uma historiografia para além das pesquisas tradicionais que limitavam o estudo dos escravos ao âmbito das grandes propriedades baseadas na monocultura e na exportação. O terceiro texto, de Ronaldo Vainfas, tratou de fazer algumas reflexões ligadas a sua pesquisa de mestrado *Ideias escravistas no Brasil colonial*. A segunda parte do livro, por sua vez, foi redigida apenas por Ciro Cardoso, e teve como objetivo apresentar algumas das principais discussões referentes ao tema da abolição da escravidão.

No presente tópico buscaremos demonstrar como estes textos, que compõem o livro organizado por Ciro Cardoso, terminaram por criar um enunciado específico sobre a produção historiográfica da escravidão durante a década de 1980. Enunciado este que, como o leitor poderá perceber, se distinguirá consideravelmente daquele produzido por Jacob Gorender e Suely Robles Reis de Queiróz e apresentado na seção anterior.

⁴⁸ Estes programas de pós-graduação são: UFF, UFRJ, USP, UNICAMP, PUC-SP, UNESP, UFPE, UNB e UFPR.

⁴⁹ Estes dados foram tabelados e aparecem, com informações complementares, ao final do último tópico deste capítulo.

O primeiro dos textos que compõem *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas* é de Fragoso e aparece dividido em duas partes. A primeira teve como objetivo fazer uma apresentação dos principais modelos explicativos da economia escravista no Brasil que foram empregados pela historiografia precedente; e a segunda, por sua vez, teve como meta a apresentação de alguns resultados de sua pesquisa de doutorado, que estaria dentro da nova tendência – a dos anos 1980 – da historiografia econômica sobre a escravidão.

Como ponto de partida dos modelos explicativos da economia escravista, Fragoso cita a *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr que, a partir do rompimento com os modelos que viam a história do Brasil a partir de ciclos de produtos de exportação, buscou entender o *sentido da colonização* e a estruturação do Brasil colonial “como capítulos da história comercial europeia”⁵⁰. Tal ideia, por sua vez, nos anos 1950, encontraria ressonância em *Formação econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado, segundo o qual a economia do Brasil colonial, por ser um apêndice de sistemas maiores, encontrava-se destituída de ritmo próprio. Em 1979 Fernando Novais também faria coro a tal interpretação. *O Antigo Sistema Colonial* – isto é, o composto de relações entre metrópole e colônia – teria como função a implementação e a acumulação primitiva de capitais através do exclusivo colonial. Ainda nos anos 1970, Ciro Flamarion Cardoso, em sucessivos trabalhos, iria dar impulso a uma nova tendência historiográfica que rompia com a o monopólio das explicações da sociedade colonial a partir da exclusividade dos fatores externos. A proposta de Ciro significava uma tentativa de ressaltar a existência de uma lógica interna ao funcionamento da sociedade colonial, chamada agora de escravista-colonial. *O escravismo colonial* (1978), de Jacob Gorender, apesar apresentar certas divergências conceituais em relação à formulação de Ciro Cardoso, trilharia caminho semelhante.

Segundo Fragoso, no momento em que ele escrevia seu texto, as pesquisas que começavam a surgir, dentro já da historiografia oitentista, colocavam em “dúvida os esquemas explicativos para a escravidão antes mencionados”⁵¹. Em outras palavras, a escravidão revelava-se, naquele momento, não mais como simples efeito da agro-exportação, mas também como fundamento de produções articuladas ao abastecimento interno. Tal tendência – dentro da qual o próprio Fragoso se insere – terminaria, também, por colocar em discussão o entendimento da inexpressividade do mercado interno, característica marcante do modelo explicativo iniciado por Caio Prado Jr. Além disso, de acordo com Fragoso, dentro

⁵⁰ FRAGOSO, João Luís. “Modelos explicativos da economia escravista do Brasil”. In: CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 17.

⁵¹ *Ibidem.*, p. 24.

dessa tendência se articulariam pesquisas outras⁵², como as que buscaram demonstrar a existência de famílias estáveis entre os escravos nas fazendas brasileiras. Como exemplo de tais trabalhos, aparece, como citação, o número especial⁵³ sobre demografia da escravidão, publicado pela Revista *Estudos Econômicos*, em 1987.

De forma geral, portanto, o enunciado sobre a historiografia dos anos 1980, que o texto de Fragoso revela, é o da ascensão de um conjunto de novos trabalhos que estariam dando continuidade, através de estudos regionais, à proposta de Ciro Flamarion Cardoso. Se, no início dos anos 1970, Ciro teria aberto a ideia da possibilidade do funcionamento da sociedade escravista a partir de uma lógica interna, os novos trabalhos, a partir de estudos regionais, como o próprio estudo de Fragoso, viriam a ser um reforço de tal tese.⁵⁴

O texto de Hebe Maria Mattos de Castro, *A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras*, por sua vez, de certa forma seguiu a tendência de Fragoso, porém, com menos ênfase na questão dos modelos interpretativos, e com um foco maior na História Social, em detrimento da Econômica. De acordo com a historiadora, a historiografia tradicional teria, comumente, tomado a “plantation” – isto é, o modelo de produção baseado na monocultura e na exportação – como matriz da organização da sociedade escravista. Como contrapartida a esta proposta interpretativa, os estudos que surgiam a partir dos anos 1980, ao levantarem novos dados, permitiram a revelação de “uma estruturação social bem mais diversificada e padrões de posse de escravos mais complexos e menos encontrados”.⁵⁵

Uma das possibilidades de objeto de estudo que surge, então, para além da realidade da “plantation”, é a das zonas urbanas. Segundo Hebe Castro, a condição dos escravos citadinos possibilitava a emergência de várias questões diferenciadas, como às relativas à

⁵² O trabalho que aqui aparece referenciado é: SCHWARTZ, Stuart B. “Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil”. *Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983, pp. 259-287.

⁵³ Ver o número especial sobre a demografia da escravidão: *Estudos Econômicos*, XVII, n.2, 1987.

⁵⁴ Ao todo, 10 estudos (referentes à temática da escravidão e que foram produzidos e/ou publicados no Brasil durante os anos 1980) são citados por Fragoso. Dentre estes 10: 4 artigos (CARDOSO, Ciro Flamarion S. “Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, XIII, n.1, 1983; GORENDER, Jacob. “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”. *Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983; MARTINS, “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”. *Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983; SCHWARTZ, Stuart B. “Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil”. *Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983); 2 capítulos de livro (CASTRO, Antonio Barros de. “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes: 1980; SLENES, Robert W. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro 1850-1888”, 1986); 2 livros (CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987); 1 dissertação (MACHADO, *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.); 1 dossiê (*Estudos Econômicos*. XVII, n.2, 1987).

⁵⁵ CASTRO, Hebe Maria Mattos de. “A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras”. In: CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 32.

“consciência, organização, relações sociais e controle social das massas escravizadas, aspectos que apresentavam necessariamente diferenças quando comparados à situação rural”⁵⁶. De forma geral, o que os estudos⁵⁷ referentes a estas problemáticas terminariam por revelar seria uma realidade escravista muito menos “especializada” – no sentido de que não estruturada unicamente a partir de uma unidade produtiva baseada na monocultura e na exportação – se comparada às realidades reveladas pelos modelos interpretativos típicos da historiografia de viés econômico, como aparece, por exemplo, em Caio Prado Jr e Celso Furtado.

A conclusão acerca das análises historiográficas feitas por Fragoso e Hebe de Castro fica a cargo de Ciro Flamarion Cardoso em texto de título sugestivo: “*Reflexões conclusivas: uma sociedade, não um mero quintal da Europa*”. É dito sugestivo pelo motivo de que a análise empregada pelos dois textos anteriores é retomada por Ciro Cardoso com a intenção de demonstrar como elas repercutiram a sua tese do escravismo colonial, proposta na década de 1970, e que rebate a interpretação da realidade colonial como mero apêndice da história europeia.

O primeiro ponto que Ciro Cardoso chama atenção, em suas *reflexões conclusivas*, refere-se à vitalidade da História Econômica e Social que os textos de Fragoso e Hebe de Castro revelaram. Visando rebater uma crítica⁵⁸ segundo a qual os temas tratados por Fragoso e Hebe de Castro estariam perdendo espaço para a ascensão das temáticas referentes à “Nova História” – como a temática da sexualidade, do cotidiano, das mentalidades, do imaginário, etc. – Ciro afirma que “não há melhor desmentido [...] do que a prova concreta da continuidade [...] de pesquisas criativas e originais”, de modo que o que “podemos verificar é

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ Ao todo 12 trabalhos (referentes à temática da escravidão e que foram produzidos e/ou publicados no Brasil) são citados por Hebe Castro. Destes 12: 5 artigos (SCHWARTZ, Stuart B. “Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência par ao Brasil”. *Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983, pp. 259-287.; LUNA, Francisco; COSTA, Iraci del Nero da. “Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX”. *Revista Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983; SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Cadernos IFCH/Unicamp*, n. 17, Campinas, junho de 1985; GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, *Revista do Departamento de História* (Belo Horizonte. UFMG). N.2. Junho de 1986, pp. 7-36; MARTINS FILHO, Almicar; MARTINS, Roberto B. “Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited”. *Hispanic American Historical Review* (Durham). LXIII n.3, 1983, pp. 537-568); 3 dissertações (FUNES, Eurípides Antonio. “Goiás, 1800-1850. Um período de transição da mineração à agropecuária”. Niterói, UFF, 1983; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Sistemas agrários em Paraíba do Sul”. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983; FARIA, Sheila de Castro. “Terra e trabalho em Campos dos Goitacases”. Niterói, UFF, 1986; 2 teses (SOARES, Luiz Carlos. “Urban slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro”. Londres, University College London, 1988; LUNA, F. Vidal. “Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios”. São Paulo, USP, 1981; 2 livros publicados (QUEIRÓS, Kátia Mattoso de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987).

⁵⁸ Tal crítica não é referenciada pelo autor.

a dinâmica persistente de um vigoroso movimento intelectual”⁵⁹. Indo além, afirma, ainda, que tais temáticas, como a das mentalidades e a das ideologias, por exemplo, só teriam “a perder com o eventual definhamento da História Econômica e Social”; isto é, estas duas últimas modalidades historiográficas não só não estariam perdendo espaço, como também seriam imprescindíveis para o avanço qualitativo dos estudos referentes às temáticas da “Nova História”.

Ciro Cardoso, portanto, reconhece a emergência, naquele momento, de estudos ligados aos referenciais da “Nova História”. No entanto, dentro do escopo de trabalhos apresentados por Fragoso, Hebe de Castro e Ronaldo Vainfas, o que se percebe é uma certa vitalidade da História Econômica e Social, e que foram de encontro aos argumentos empregados pelo próprio Ciro Cardoso na década anterior, que combatiam a perspectiva que entendia a sociedade brasileira escravista como “quintal da Europa”. Ciro Cardoso chega até mesmo a afirmar que “só posso me regozijar com estes novos e sólidos argumentos”.⁶⁰

Para finalizar a parte referente à reflexão de Ciro Cardoso, vale destacar a sua concordância com Fragoso quanto às ainda incipientes – naquele momento – “pesquisas de base sobre o cotidiano e a resistência escrava”⁶¹. Trata-se de um momento – o da década de 1980 –, portanto, no qual estaria começando a surgir alguns textos mais esclarecedores quanto às temáticas referentes ao dia-a-dia dos escravos, envolvendo questões ligadas à demografia, às estruturas familiares, às rotinas de trabalho, etc. Aqui são citados autores como Robert Slenes, F. V. Luna, Stuart B. Schwartz e Kátia Mattoso. Vale lembrar que *Ser escravo no Brasil* (1982), desta última autora, é visto de forma diferente, se comparado à crítica de Gorender, em que o trabalho de Mattoso seria um dos pioneiros da guinada da historiografia da escravidão ao patriarcalismo de Gilberto Freyre.

É digno de nota, neste momento, lembrar que coube a Ciro Cardoso a redação do prefácio da edição de 1988 de *Ser escravo no Brasil* de Kátia Mattoso; e, o mais importante, é destacar a avaliação positiva que Ciro fez de tal trabalho. Segundo ele, Mattoso soubera “vincular o local, o regional, com uma visão estrutural de conjunto”. Avaliação esta diversa da feita por Jacob Gorender, já que para este o abandono das preocupações estruturais aparece, pejorativamente, como uma das grandes marcas da historiografia oitentista. Além disso, dentre as qualidades do livro de Mattoso, são destacadas, por Ciro Cardoso, a “base

⁵⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). “Reflexões conclusivas: uma sociedade, não um mero quintal da Europa”. In: CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 56.

⁶⁰ Ibidem., p. 58.

⁶¹ Ibidem., p. 59.

documental sólida” e a “consideração de todas as principais situações regionais e estruturais” da experiência da escravidão ⁶². Trata-se, portanto, de uma avaliação positiva que em muito se diverge da feita por Jacob Gorender em *A escravidão reabilitada* (1990), que buscamos demonstrar no tópico anterior.

Vejamos agora as considerações feitas por Ciro Cardoso referentes à segunda parte de *Escravidão e Abolição no Brasil* e que aparece toda dedicada à temática da abolição. Tal seção é subdividida em quatro pontos: o *movimento abolicionista*, as *lutas de classes*, o *imigrantismo* e as *estruturas econômico-sociais*, todos devidamente articulados à questão da abolição. Como nossa preocupação aqui é com o enunciado que Ciro Cardoso formulou sobre a historiografia da escravidão dos anos 1980, nos ataremos apenas aos trabalhos por ele citados que estão dentro deste período. ⁶³

No que diz respeito ao primeiro ponto tratado por Ciro Cardoso, o do movimento abolicionista, aparecem apenas dois estudos e que são abordados de forma corriqueira. Tais estudos são *Abolição da escravidão* (1981) de Suely Robles Reis de Queiróz e *RS: escravismo e abolição* (1982) de Maragaret Bakos⁶⁴. O primeiro é ligeiramente criticado por não compreender o processo abolicionista através do conceito de classe, já o segundo é citado apenas com a intenção de demonstrar como a posição de Queiróz não se sustenta.

Já no tópico relacionado à questão das *lutas de classe*, propriamente ditas, são citados mais dois trabalhos produzidos na década 1980, *Rebeldia negra e abolicionismo* (1981) de Lana Lage da Gama Lima e *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX* (1987) de Celia Maria Marinho de Azevedo ⁶⁵. O primeiro aparece como uma posição mais equilibrada frente à dupla possibilidade de se entender o principal fator de desagregação da escravidão; isto é, Lana Lima não cai na unilateralidade de entender a abolição exclusivamente como um “negócio entre brancos”, ou unicamente como um produto da rebeldia escrava. Tal estudo teria procurado – sem abandonar o peso das estruturas, o que é visto positivamente por Ciro Cardoso – não apenas evidenciar o papel potencial da rebeldia dos escravos, mas também suas limitações. O problema de tal trabalho, contudo, estaria na

⁶² CARDOSO, Ciro Flamarion. “Prefácio”. In: MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 8-9.

⁶³ Por este motivo não tratarei do tópico que relaciona *imigrantismo* e *abolição*, já que nele é incipiente a presença de autores que produziram na década de 1980.

⁶⁴ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1981; BAKOS, Maragaret Marchiori. *RS: escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

⁶⁵ LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achaimé, 1982; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites – século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

forma como a autora utiliza casos específicos e os toma como regra, um problema metodológico, portanto.⁶⁶

O trabalho de Celia Azevedo, por sua vez, é bastante criticado sob o ponto de vista teórico e metodológico. Teoricamente a historiadora é criticada pela forma como se posiciona diante dos autores da *Escola Paulista de Sociologia*; o problema deles, segundo ela, estaria no valor excessivo que teriam dado aos fatores econômicos e à desconsideração da importância das lutas de classes. A solução apresentada por Célia Azevedo, frente a essa unilateralidade, estaria, em contrapartida, na valorização das lutas implícitas, aquelas esboçadas no cotidiano. Além disso, a crítica feita pela historiadora também se detém sobre o papel auxiliar que os autores paulistas relegariam aos escravos, o que, segundo Ciro Cardoso, configura-se como crítica de caráter moral e, por isso, desqualificada.⁶⁷

O trabalho de Celia Azevedo aparece novamente no tópico em que Ciro Cardoso discorre sobre o tema do *imaginário*. Desta vez, a crítica, que acabei de ressaltar no parágrafo anterior, se desdobra. Se Azevedo afirma que a ligação – de dependência – entre o conflito de classes e infraestrutura econômica termina por extinguir a possibilidade de uma explicação histórica baseada na luta de classes, por arrancar-lhe a autonomia, Ciro Cardoso discorda e ironiza ao se indagar acerca da possibilidade das lutas sociais se darem “soltas no espaço”, isto é, sem qualquer ligação com os aspectos estruturais da sociedade.

Ainda no tópico referente à problemática do *imaginário*, Ciro Cardoso também chama atenção para outro estudo produzido nos anos 1980. Trata-se de *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX* (1987) de Lilia M. Schwarcz⁶⁸. Duas críticas aparecem aqui, uma referente ao método empregado na obra, e a outra referente a seus postulados teóricos. Em relação ao problema metodológico, Ciro Cardoso afirma sentir a falta de um “tratamento sistemático e quantificado” das fontes, já que o *corpus documental* seria marcado por “indubitáveis repetições e reiterações”⁶⁹. Já no que tange ao problema teórico, a crítica se volta à forma como Lilia Schwarcz relaciona “contexto” e “representação”. Segundo a autora, se por um lado as representações não assumiriam plena autonomia em relação ao contexto, por outro lado elas também não se configuram enquanto imagens cristalizadas. Essa postura, segundo Ciro Cardoso, deixa sem qualquer solução a questão da relação entre representação e contexto.

⁶⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion. “A abolição como problema histórico e historiográfico”. In: CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 82-84.

⁶⁷ Ibidem., p. 84-89.

⁶⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶⁹ Ibidem., p. 95.

O último ponto tratado por Ciro Cardoso, o referente às *estruturas-sociais e abolição*, cita apenas duas obras que aparecem enquadradas na renovação historiográfica dos anos 1980 e que prezaram por uma “análise econômico-social da escravidão”⁷⁰. Estes dois estudos são *O declínio da escravidão na Paraíba (1950-1888)* (1979) de Diana Soares de Galliza e *Escravidão e transição. O Espírito Santo (1850-1888)* (1984) de Vilma Paraíso Ferreira de Almada. Ambos os trabalhos teriam como preocupação o “enfoque de tipo regional e estrutural” e se caracterizariam pela pouca ambição teórica, pela “ampliação do quadro de fontes utilizadas” e pelo “refinamento dos métodos e técnicas de análise”. Essa combinação de atributos – com exceção da pouca importância dada à reflexão teórica – parece ser vista com bons olhos por Ciro Cardoso, já que ele, no início do texto, chama atenção à importância, na análise histórica, de se saber relacionar fatores estruturais e não estruturais, como o acaso e o papel dos sujeitos históricos.

Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas, portanto, constrói um enunciado acerca da produção historiográfica sobre a escravidão na década de 1980, que se divide em duas partes. A primeira, que condiz com a análise feita durante a primeira parte do livro – cuja redação é dividida entre João Fragoso, Hebe Mattos, Ronaldo Vainfas e Ciro Cardoso – percebe a historiografia dos anos 1980 como uma composição de estudos que estariam dando continuidade e, ao mesmo tempo reafirmando – através da liderança da História Econômica e da História Social – a “solução” historiográfica apresentada por Ciro Cardoso, durante os anos 1970, que afirmava a necessidade de se compreender a realidade da sociedade escravista a partir de sua lógica interna, e não como um mero “quintal da Europa”. Na segunda parte do livro, por sua vez – esta redigida unicamente por Ciro Cardoso –, aparece, mesmo que de forma incipiente, algumas obras que são criticadas pelo autor, como as de Lília M. Schwarcz e de Célia Azevedo. Os trabalhos dessas duas autoras, ligados ao tema do imaginário, sinalizariam, segundo Ciro Cardoso, uma ruptura frente à tendência continuísta da historiografia revelada e enfatizada na primeira parte do livro. O motivo de tal entendimento, apesar de Ciro Cardoso não deixar claro, parece estar localizado na dificuldade que tais autoras enfrentaram ao não especificar claramente o papel das estruturas econômico-sociais em seus trabalhos.

O enunciado emitido por estes autores, portanto, entende a historiografia dos anos 1980 como uma produção que, apesar de se debruçar sobre objetos e temas diversos daqueles que marcaram a preocupação historiográfica das décadas precedentes, não deixaram de

⁷⁰ Ibidem., p. 102.

reforçar a tese do escravismo colonial, tese esta que marca o último momento das discussões acerca da natureza dos modos de produção vigentes na formação da sociedade brasileira. Tal enunciado, contudo, não se encerra desta forma, já que ele também reconhece, dentro da historiografia dos anos 1980, a existência de uma pequena parcela de trabalhos que teriam se desviado da busca pela compreensão da lógica interna da colônia e, o que é mais importante, os pressupostos teóricos de tais estudos impediriam uma possível articulação entre eles e uma visão estrutural do regime escravista.

Em termos quantitativos, no que diz respeito ao aparecimento de referências nos textos de Ciro Cardoso, e João Fragoso e Hebe Mattos, destaca-se que das 41 teses e dissertações produzidas no período de 1980 a 1989, e defendidas em 8 programas de pós-graduação⁷¹, apenas 6 teses e dissertações foram referenciadas. Destas 6, 3 foram defendidas na UFF, 1 na UFRJ, 1 na USP e 1 na UNICAMP. Já em relação aos artigos, dos 136 publicados em 18 Revistas Acadêmicas na área de História, apenas 6 foram referenciados. Estes 6 artigos, por sua vez, aparecem distribuídos em 2 Revistas.⁷²

4. O escravo como agente-histórico

Até agora buscamos apresentar dois enunciados formulados sobre a produção historiográfica dos anos 1980. Jacob Gorender e Suely Robles Reis de Queiróz entenderam tal período historiográfico como um retorno a Gilberto Freyre e seu conceito de patriarcalismo. Já o livro organizado por Ciro Flamarion Cardoso, *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*, composto por textos de João Luís Fragoso e Hebe Mattos de Castro, configurou a ideia da emergência dos estudos dos anos 1980 como um aprofundamento da tese do escravismo colonial, buscando demonstrar as lógicas internas da colônia. Cabe agora, então, apresentar o terceiro enunciado formado sobre o objeto em questão. Trata-se de um enunciado que se refere à renovação da historiografia da escravidão a partir de um ponto central afirmado por três autores⁷³. Este ponto nevrálgico é a emergência do entendimento do escravo enquanto agente histórico.

Começamos pelo artigo de Maria Helena P. T. Machado, *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão*. Como o próprio título do

⁷¹ Estes programas de pós-graduação são: UFF, UFRJ, USP, UNICAMP, PUC-SP, UNESP, UFPE, UNB e UFPR.

⁷² Estes dados foram tabelados e aparecem, com informações complementares, ao final do último tópico deste capítulo.

⁷³ A escolha destes três autores se deu pelo fato deles serem “precursores” na formulação do enunciado em questão. Essa tópica será aprofundada no segundo capítulo.

texto sugere, o objetivo da autora foi apresentar algumas reflexões sobre a historiografia da escravidão no tocante ao tema das atividades econômicas informais dos escravos.

Como ponto de partida, a historiadora busca apresentar as diferenças entre a historiografia dita tradicional e a historiografia que despontava na década de 1980. No que diz respeito à primeira, a dos anos 1960 e 1970, ela aparece, em termos teóricos, como tendo privilegiado a apreensão da realidade colonial brasileira através de “modelos teóricos provenientes da economia política”⁷⁴, o que, ao mesmo tempo, implicava no entendimento da sociedade colonial brasileira a partir da lógica do capitalismo europeu. Apesar desta tendência ter sido marcante durante os anos 1960 e 1970, seria verdade, também, que a partir dos anos 1980 os pesquisadores ainda ligados às estas problemáticas da História Econômica, como Barros de Castro, estariam questionando os modelos teóricos anteriores e propondo, no lugar deles, um enfoque maior sobre a dinâmica interna da sociedade colonial.

Aparecia, neste momento, a necessidade de reconsiderar a função histórica desempenhada pelos escravos “como poderosos agentes no processo de formação da sociedade brasileira”⁷⁵. Tornaram-se, então, atribuições dos historiadores do período, segundo Maria Machado, a análise de variadas questões atreladas a pontos diversos, como a “organização do trabalho,” a “vida escrava” e as “relações sociais em suas transformações ao longo do tempo”⁷⁶. Estudos que começavam a se debruçar sobre essas questões estariam, deste modo, superando os antigos modelos enrijecidos. Como ferramenta analítica, estes modelos antigos, ao explicarem a escravidão, não só apenas desconsideravam a análise de estudos localizados, como também terminavam por relegar “papel de figurante” aos escravos, vistos como incapazes de atuar como forças nos processos históricos.

A gênese deste movimento de renovação, de acordo com Machado, se deu nos estudos sobre a escravidão nas Américas. Trabalhos como *Caribbean Transformations* (1974) de Sidney Mintz, *Proto-peasant revolts?* (1979) de Michael Craton, *Roll, Jordan, Roll* (1974) de Eugene Genovese e *The black Family in slavery and freedom* (1976) de H. Gutman, teriam, cada um a sua maneira, buscado levar em consideração a autonomia escrava em suas análises.

Já os estudos, partindo deste mesmo viés, porém voltados para a escravidão no Brasil e produzidos antes dos anos 1980, também são citados. Dentre eles aparecem *Resistance and accomodation in eighteenth-century Brazil* (1977) de Stuart B. Schwartz e *A brecha camponesa no sistema escravista* (1978) de Ciro F. Cardoso. No que diz respeito à questão da

⁷⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.8, n. 16, p. 143-160, 1988. p. 143.

⁷⁵ *Ibidem.*, p. 144

⁷⁶ *Ibidem.*

“brecha camponesa”, defendida por Ciro Cardoso, Machado afirma que apesar de tal ideia “privilegiar o ponto de vista da lógica econômica dos senhores, a ampliação do conceito [...] para a consideração de uma variada gama de atividades informais de escravos” poderia vislumbrar aberturas teóricas capazes de compreender as lutas dos escravos pela construção de espaços de autonomia ⁷⁷. Ciro Cardoso é visto aqui, portanto, como um autor que propôs reflexões importantes, mas que seriam superadas pelos estudiosos vindouros.

Estes avanços viriam de diferentes tendências historiográficas que teriam reafirmado o crescimento da complexidade da sociedade escravista no Brasil. Parte destes avanços aparece atrelada às problemáticas referentes à questão da demografia, preocupada em analisar o aumento de pessoas apenas parcialmente integradas ao modelo de agro exportação ⁷⁸. Ainda dentro da problemática demográfica, outros autores, como Alcir Lenharo e de Martins e Slenes ⁷⁹, também buscaram analisar o crescimento populacional, desta vez, porém, articulando-o à questão da formação de um mercado interno consumidor. Fazendo coro a estes estudos, outros ⁸⁰ ainda estariam interessados nos aspectos ligados a vida social e ao trabalho dos escravos, incluindo aí a problemática das famílias e dos crimes escravos. Tais trabalhos também apontariam para novas formas de tratar a autonomia das práticas escravas.

A leitura que Machado faz da historiografia dos anos 1980, portanto, tem como elemento central a questão da autonomia escrava. Se nos anos 1960 e 1970 a historiografia, através do uso de modelos teóricos advindos da economia política, teria interpretado a sociedade escravista a partir da lógica do capitalismo europeu, a historiografia dos anos 1980, por sua vez, seguindo os avanços da historiografia estrangeira sobre a escravidão nas Américas, e inspirada na História Social, teria se voltado para uma problematização maior, e menos generalizada, da sociedade escravista, dando ênfase, sobretudo, na questão da autonomia escrava.

⁷⁷ Ibidem., p. 151.

⁷⁸ Como referência destes estudos demográficos, aparecem: COSTA, I. N. da. *Populações Mineiras*, São Paulo, IPE-USP, 1981; MARTINS, R. B. “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora”. *Estudos Econômicos*, 13, n.1, 1983; GUTIÉRREZ, H. “Demografia escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830.” *Estudos Econômicos*, 17, n.2, 1987, pp. 297-314; MESQUITA, E. “O papel do agregado na região de Itú, 1780-1830”. *Coleção Museu Paulista. Série História*, São Paulo, 6, 1977, pp. 9-122.

⁷⁹ LENHARO, A. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*, São Paulo, Símbolo, 1979; MARTINS, R. B. e MARTINS FILHO, A. “Slavery in a non-export economy: nineteenth-century Minas Gerais Revisited”. *Hispanic American Historical Review*. Durham, 63, 1983, pp. 537-568; SLENES, R. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Campinas, UNICAMP, Cadernos IFCH, n.17, 1985.

⁸⁰ Aparecem como referências: o volume dedicado ao tema “Demografia da escravidão” de *Estudos Econômicos*, São Paulo, 17, n.2, 1987; FRAGOSO, J. L. e FLORENTINO, M. G. “Marcellino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabina: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872).” *Estudos Econômicos*, 17, n.2, 1987, p.171; MACHADO, Maria H. P. T. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Algo semelhante – como procuraremos demonstrar a partir de agora – se deu com o texto de S. Chalhoub, *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980* (2009). Antes, porém, de esboçar as ideias contidas neste texto, gostaríamos de fazer uma pequena consideração. Como se pode perceber, tal texto foi publicado em 2009, o que o afastaria dos textos que foram produzidos durante os anos 1980, assim como na década imediatamente posterior. Entretanto, isso se torna pouco relevante uma vez que tal artigo configura-se como uma reafirmação da posição que S. Chalhoub assumiu desde a publicação da sua tese, em 1989. No epílogo da tese, o autor afirmava que ela “foi uma contestação, mais ou menos explícita ao longo dos capítulos, mas sempre presente, daquilo que batizei aqui de “teoria do escravo-coisa””⁸¹. Como contra ponto a tal teoria, o objetivo central de Chalhoub, então, foi o de se voltar para a análise da experiência escrava, tratando de compreender os modos de pensar e de agir dos escravos sobre o mundo em que viviam. Em outras palavras, sua tese teve como ponto central a defesa do escravo enquanto agente histórico. O artigo de 2009 segue essa linha e faz uma leitura da historiografia da escravidão a partir da autonomia escrava. Deste modo, mesmo que o texto tenha sido publicado em 2009, ele não deixa de ser um ressoar de *Visões da liberdade*, a tese de Chalhoub.

Logo no início de seu texto, *Sujeitos no imaginário acadêmico*, Chalhoub destaca o crescimento, que teve início a partir dos anos 1980, de uma produção acadêmica que estaria se dedicando a questionar as interpretações ditas clássicas, assim como sugerindo novas formas de investigação historiográfica. Dentre essas mudanças, responsáveis pela demarcação de um novo modo de fazer história, destaca-se um ponto central. Chalhoub o intitula “paradigma da agência”. Se o pensamento nacional, até os anos 1980, teria fundamentado um “paradigma da ausência”, agora – naquele momento – o que se dava de mais importante era o surgimento de uma nova forma de se perceber os sujeitos históricos.

O “paradigma da ausência”, segundo Chalhoub, remonta aos posicionamentos dos abolicionistas Joaquim Nabuco e José de Alencar. Apesar das diferenças entre os dois, o primeiro demandando ao Estado, e o segundo aos proprietários, a condução do processo abolicionista, ambos compartilhavam a perspectiva sob a qual os interesses e posicionamentos dos cativos pouco importavam. Isto é, “as duas representações têm em comum o fato de tornar

⁸¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 314.

os trabalhadores escravos ausentes no processo histórico de sua própria libertação”⁸². Tal paradigma teria ressoado até nos 1960 e 1970, com o surgimento de uma tendência historiográfica cujo objetivo era questionar o mito da democracia racial. A forma como tal questionamento foi feito também teria como fundamento uma concepção que relegava aos escravos um papel secundário. Segundo Chalhoub, para os autores dessa tendência, a violência do regime escravocrata teria causado uma “patologia social” entre os negros; por isso, no período pós-emancipação, tais sujeitos não revelariam “competência técnica nem estavam imbuídos da ideologia de valorização do trabalho livre necessárias à realização do objetivo de ascender socialmente”⁸³. Trata-se de uma tendência historiográfica, então, ainda presa a uma visão negadora da “relevância da cultura política dos trabalhadores”, e que atestava uma “fé inabalável” na “teoria do escravo-coisa”.⁸⁴

É em contraposição a este “paradigma da ausência” que a partir dos anos 1980 teria se firmado uma outra tendência historiográfica. Para apresentar o novo paradigma historiográfico Chalhoub cita R. Scott, segundo a qual “a característica mais marcante dos trabalhos acadêmicos sobre a escravidão nas últimas décadas” foi “a forma pela qual romperam com a associação entre subordinação e paralisia ou passividade”⁸⁵. Em outras palavras, a nova tendência buscava uma forma de, sem negar a opressão e a violência do regime escravista, apreender as estratégias, as tomadas de decisões, por parte dos escravos, mesmo com o agir deles estando dentro de condições muito limitadas. Tratava-se de resgatar as experiências dos escravos, buscando compreender o significado que eles atribuíam às – e a partir das – suas lutas e seus embates cotidianos; o que, por sua vez, terminou por requerer novas problemáticas assim como a utilização de novas fontes⁸⁶. Importava aos historiadores o “desvendamento das políticas de domínio pertencentes à escravidão”, assim como as formas dos “cativos lidarem com seu lote rotineiro de exploração econômica e coerção senhoriais”; além disso, ligados à questão dos significados forjados pelos escravos apareciam temas de relevância, como o da “compra e venda, do castigo físico, da ideologia e prática de alforria e do direito à organização das famílias e comunidades escravas”. Estas foram problemáticas importantes que passaram a compor a esfera de preocupação dos historiadores da escravidão

⁸² CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80, *Cadernos AEL*, vol. 14, n. 26, p. 13-47, 2009. p. 18.

⁸³ *Ibidem.*, p. 20.

Ibidem.

⁸⁵ SCOTT, 1988 (página não citada pelo autor) apud CHALHOUB, 2009, p. 21.

⁸⁶ Vale ressaltar que neste momento Chalhoub cita dois trabalhos de E. P. Thompson, o que denota a importância deste autor para os estudos preocupados com a temática dos sujeitos enquanto agente históricos. Os trabalhos, são: THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. Londres, Penguin Books, 1980; THOMPSON, E. P. *Customs in commom: studies in a tradittional popular culture*. New York: The New Press, 1993.

nos anos 1980. Problemáticas estas sempre articuladas ao que Chalhoub chamou de “paradigma da agência”.⁸⁷

É essa mesma ênfase, a da preocupação com a questão da autonomia escrava, que aparece no artigo de Silvia Hunold Lara, *Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência escrava no Brasil* (1995). A diferença entre o texto de Lara e os dois anteriores aqui abordados é que a sua preocupação é a de apontar a importância de um determinado referencial teórico – o conceito thompsoniano de experiência – na renovação dos estudos sobre a escravidão a partir dos anos 1980.

A forma através da qual Silvia H. Lara revela as reformulações historiográficas se assemelha a dos textos tratados até o momento, isto é, ela primeiro demonstra o que seria a historiografia típica dos anos 1960 e 1970 e depois a contrapõe à historiografia dos anos 1980. Neste caso, a historiografia, dita tradicional, seria um tipo de historiografia que teria construído “a imagem de um mundo governado pelos interesses senhoriais”⁸⁸. Neste mundo a exploração escrava era “inexorável”; a dominação atingia seu ápice e era fundamentalmente violenta. Segundo Silvia H. Lara, este tipo de leitura, além de reproduzir a perspectiva senhorial, também reproduzia uma imagem na qual os escravos eram excluídos do processo histórico.

Além disso, outro fator importante, a historiografia dos anos 1960 e 1970 também teria como discussão central a questão sobre o modo de produção vigente durante o período colonial; tratava-se de se decidir se o modo de produção aqui instalado seria “historicamente novo” ou não. Ora, esta compreensão de Silvia H. Lara, acerca da historiografia precedente, se faz importante na medida em que a autora não toma partido nessa discussão; ao contrário do que fez Ciro Cardoso, Luís Fragozo e Hebe Mattos, uma vez que eles saíram em defesa da afirmação da existência de uma lógica colonial interna, o que os aproximaria da ideia de um modo de produção historicamente novo. Sendo assim, a posição assumida por Silvia H. Lara acaba afastando-a das visões sobre a historiografia oitocentista formuladas tanto por Jacob Gorender e Suely Queiróz – uma vez que tais autores criticaram a afirmação da autonomia

⁸⁷ Como exemplo de trabalhos – dentro da década de 1980 – ligados a estas problemáticas, são citados: SLENES, R. W. *The demography and economics of brasilian slavery: 1850-1888*. 1975. Tese (Ph.D) Stanford University, 1975; STOLCKE, V; HALL, M. M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, n.6, p. 80-120, 1984; AZEVEDO, C. M. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; REIS, J. J.; SILVA, E. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; EINSENBERG, P. L. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil: séculos XVIII e XIX*. Campinas, Ed. Unicamp, 1989.

⁸⁸ LARA, 1996, p. 46.

escrava, o que é afirmado positivamente por Silvia H. Lara – quanto por Ciro Cardoso, João Luís Fragoso e Hebe Mattos – pelo motivo acima mencionado.

Este modo de fazer história, presente nos anos 1960 e 1970, por sua vez, assistiria ao surgimento de outra tendência, a partir dos anos 1980, inspirada pelos avanços teóricos das reflexões historiográficas propostas por E. P. Thompson sobre a Inglaterra no século XVIII. A partir disso, alguns historiadores passaram a se preocupar com a questão da “experiência” escrava, o que, segundo Silvia H. Lara, não pode ser visto como apenas uma tentativa de estudar o cotidiano, isto é, os modos de vida e as visões escravas. Tratava-se, antes de tudo, da criação de uma nova forma de abordar a relação senhor-escravo; uma abordagem na qual as relações históricas deveriam ser entendidas como construções feitas “por homens e mulheres num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades”⁸⁹. Deste modo, as relações entre senhores e escravos deveriam ser compreendidas como resultado das ações dos sujeitos históricos. Silvia H. Lara cita como exemplo de trabalhos, alinhados a esta tendência historiográfica, duas teses, *Campos da violência* (1986), de sua própria autoria, e *Visões da liberdade* (1989) de Sidney Chalhoub.

Para a autora, no momento em que escrevia, “as visões escravas da escravidão e da liberdade”, frente às visões dos senhores ou outros segmentos sociais, estariam cada vez mais se firmando como objeto de análise, além de também estarem propiciando o surgimento de novas questões acerca das “interpretações e explicações históricas” comumente aceitas pela historiografia “tradicional”⁹⁰. Reflexões acerca do castigo físico sofrido pelos escravos dentro da lógica do poder senhorial; a abordagem sobre a alforria e pecúlio escravo e a luta em torno dessas questões; a possibilidade de se averiguar a existência de famílias entre os escravos; a temática das linhagens escravas, das relações existentes entre escravos de fazendas, fugidos e comerciantes; todas estas temáticas surgiam a partir da busca pela compreensão dos escravos como sujeitos históricos.⁹¹

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem., p. 50.

⁹¹ Exemplos de trabalhos citados pela autora, são: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência*. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery, 1850-1888*. Tese Ph.D, University de Stanford, 1976; EINSEBERG, Peter. *Homens esquecidos*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1989. Este livro é uma reunião de artigos produzidos na década 1970; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; REIS, João

Apesar das singularidades de cada texto – de Maria H. Machado, Sidney Chalhoub e Silvia H. Lara –, atesta-se que em todos eles perpassam o entendimento da historiografia da escravidão nos anos 1980 a partir da centralidade da autonomia escrava. Em outras palavras, mesmo que os autores aqui tratados ressaltem a emergência de um novo conjunto de temáticas e de problemáticas tratadas pelos novos estudos sobre a escravidão, tais novidades sempre aparecem articuladas ao entendimento dos escravizados enquanto agentes históricos. Se, portanto, nos anos 1960 e 1970, os estudos sobre a escravidão reproduziam um olhar senhorial sobre o passado histórico escravista, a partir dos anos 1980, a busca pelo entendimento do processo histórico a partir dos embates e acomodações dos personagens históricos que compunham esse cenário, possibilitou uma abertura e reformulação na forma de fazer história.

Vale ressaltar a relação que tal enunciado estabelece com o enunciado formulado por Jacob Gorender, já que ambos os enunciados estabelecem a agência escrava como marca da historiografia dos anos 1980. A diferença entre eles encontra-se nas articulações que os autores fazem em torno de um mesmo eixo. Enquanto que para Gorender, por exemplo, a ideia de agência escrava estaria articulada a uma “exumação” dos pressupostos teóricos freyreanos – atrelada a uma ausência de preocupação estrutural –, para Maria H. Machado, Silvia H. Lara e Sidney Chalhoub, a agência escrava apareceria articulada a uma valorização da empiria na pesquisa histórica, pretendendo, assim, desvirtuar-se do que entendiam ser os enrijecidos modelos teóricos de viés economicista. Para estes últimos autores, a visão positiva da ideia de agência escrava não se articularia nem ao escravo passivo de Freyre, nem aos escravos coisificados da escola paulista de sociologia, e sim aos escravos reais – cujo comportamento alternava entre sujeição e imposição – capazes de atuar na lógica da relação entre senhores e escravos.⁹²

Por fim, vale destacar que, em termos quantitativos, no que diz respeito ao aparecimento de referências nos textos de Machado, Lara e Chalhoub, revela-se que das 41 teses e dissertações produzidas no período de 1980 a 1989, e defendidas em 8 programas de pós-graduação⁹³, 14 teses e dissertações foram referenciadas. Destas 14, 4 foram defendidas na UFF, 2 na UFRJ, 4 na USP e 4 na UNICAMP. Já em relação aos artigos, dos 136

José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986; MACHADO, Maria Helena P. T. *Escravos e cometas: movimentos sociais na década da abolição*. Tese de doutorado, FFLCH-USP, 1991.

⁹² Como a função deste primeiro capítulo é identificar e descrever os enunciados, e não problematiza-los, esta questão das articulações teóricas em torno do enunciado serão desdobradas no capítulo seguinte.

⁹³ Estes programas de pós-graduação são: UFF, UFRJ, USP, UNICAMP, PUC-SP, UNESP, UFPE, UNB e UFPR.

publicados em 18 Revistas Acadêmicas na área de História, apenas 16 foram referenciados. Estes 16 artigos, por sua vez, aparecem distribuídos em apenas 3 Revistas.⁹⁴

5. Considerações finais: reverberações e contabilidade

Antes de finalizar o capítulo, afim de destacar a importância dos enunciados identificados e delimitados até aqui, torna-se indispensável demonstrar como eles ainda reverberam e ocupam um espaço significativo na presente década. Como exemplo dessa perpetuação, quatro textos podem ser destacados, *50 anos de historiografia da escravidão brasileira (1961-2011)* (2011)⁹⁵ de Rafael de Bivar Marquese, *Slavery in Brazil* (2011) de João José Reis e Herbert S. Klein, *Historiografia, escravidão e luta de classes no Brasil* (2014) de Mário Maestri e *Novas perspectivas na historiografia da escravidão* (2016) de María Verónica Secreto.

O primeiro deles, que foi apresentado em forma de conferência no XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH, apesar do tom crítico⁹⁶, ao discorrer sobre a historiografia durante os anos 1980, destacou duas vertentes. Uma encabeçada por Silvia H. Lara, cuja ideia central estaria no entendimento dos escravos enquanto “sujeitos ativos na construção de seu devir”⁹⁷. A outra vertente, por sua vez, apareceria temporalmente um pouco depois, em 1993, através de *Arcaísmo como projeto* de João Fragoso e Manolo Florentino, cujo esforço se daria no sentido de compreender o funcionamento interno da colônia. Porém, diferentemente da posição de Ciro F. Cardoso, que entenderia o trabalho de Fragoso como uma continuação dos avanços da tese do escravismo colonial, Marquese afirma que *Arcaísmo como projeto*, de certo modo seria uma repetição das obras de Celso Furtado e Fernando Novais, uma vez que ambos entenderiam “o capitalismo industrial, fundado no trabalho assalariado”, como o “telos da História”.⁹⁸

Há, portanto, no texto de Marquese, a reprodução do enunciado da historiografia dos anos 1980 como uma produção em parte marcada pela emergência do escravo enquanto

⁹⁴ Estes dados foram tabelados e aparecem, com informações complementares, ao final do último tópico deste capítulo.

⁹⁵ Ver também MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*. São Paulo, n.169, Julho/Dezembro, 2013. p.223-253.

⁹⁶ A crítica de Marquese à historiografia dos anos 1980 refere-se, sobretudo, ao caráter fragmentário que ela apresenta.

⁹⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar. 2011. *50 anos de historiografia da escravidão brasileira (1961-2011): balanços e perspectivas*. Mesa Redonda, XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH 50 anos. São Paulo. p. 5.

⁹⁸ *Ibidem.*, p. 8.

agente histórico – o que reproduz o enunciado formulado por autores como Maria H. Machado, Silvia H. Lara e Sidney Chalhoub –, e em parte marcada pela vertente de Frago; porém, em relação a esta última, discordando da leitura de Ciro. F. Cardoso.

Slavery in Brazil (2011) de João José Reis e Herbert S. Klein e *Historiografia, escravidão e luta de classes no Brasil* (2014) de Mário Maestri, por sua vez, reverberariam, respectivamente, dois enunciados distintos; o da historiografia dos anos 1980 enquanto produtora de uma visão consensual e benigna da escravidão, elaborada pioneiramente por Jacob Gorender e reproduzida por Suely R. Queiróz; e a imagem da historiografia da escravidão a partir da positividade do entendimento do escravo como agente histórico, imagem essa forjada por Maria H. Machado, Silvia Hunold Lara e Sidney Chalhoub.

No texto de Reis e Klein, apesar dos autores apresentarem um panorama mais atento desse enunciado, não deixam, todavia, de reforçar uma imagem central da historiografia dos anos 1980; segundo eles, “the main perspective in historiography of the social history of slavery [...] has been an awareness of slave as active agents of their own history”⁹⁹. Já a posição de Maestri, por sua vez, apesar de também se ater à mesma problemática, a saber, a do escravo-agente, ela se dá em tom de denúncia; para o autor, “sob o influxo da maré neoliberal [...] sobreveio o movimento de restauração das narrativas sobre escravidão consensual e benigna”¹⁰⁰. A agência escrava, deste modo, serviria para “pintar” uma escravidão amena.

Se ressaltamos esses três textos – nessas conclusões finais – é menos para demonstrar como eles perpetuaram determinados enunciados que foram formados ainda na década de oitenta, e mais para chamar a atenção sobre como essa perpetuação terminou por restringir a discussão sobre a produção do período a determinado núcleo de obras, revistas e *lugares* de produção.

Em outras palavras, gostaríamos de chamar a atenção para o modo como estes enunciados – cujos contornos foram traçados ao longo deste capítulo – acabaram convergindo para um diálogo com um determinado e seletivo grupo de trabalhos produzidos ao longo dos 1980, excluindo, assim, uma grande parcela de pesquisas que compõem o período. Diante disso, a fim de revelar mais explicitamente esse olhar circunscrito sobre a historiografia da escravidão nos anos 1980, finalizamos o capítulo com uma síntese tabelada dos dados

⁹⁹ REIS, João José; KLEIN, Herbert S. “Slavery in Brazil”. In: MOYA, Jose C. (org). *Latin American history*. Oxford: Oxford Press, 2011. p. 196.

¹⁰⁰ MAESTRI, Mário. *Historiografia, escravidão e luta de classes no Brasil*. *Estudios históricos – CDHRPyB*, Uruguai, ano.VI, n.12, Julio 2014. p.17

apresentados ao longo do capítulo, e que permitem uma visualização geral dos aspectos quantitativos relacionados às citações encontradas nos textos analisados.

Como o leitor, através dos dados, poderá perceber, dois aspectos se destacam. Primeiro, no que diz respeito às teses e dissertações citadas pelos textos formuladores dos enunciados, há uma omissão da produção do programa de pós-graduação da UFPE, da PUC-SP, da UNESP, da UNB e da UFPR. Segundo, em relação às citações de artigos, o que se revela é o predomínio desproporcional de citações relacionadas aos artigos publicados na Revista *Estudos Econômicos* (SP) que, se é a maior plataforma de publicação de textos sobre a escravidão – contando 33 dos 136 que marcam as publicações como um todo –, não deixa de dividir espaço com outras 17 Revistas que somam 103 artigos dos 136 totais.

Citações de Teses e Dissertações por Programas de Pós-graduação

Programa de Pós-Graduação	Total de Teses e Dissertações	Citações feitas pelo Grupo 1	Citações feitas pelo Grupo 2	Citações feitas pelo Grupo 3	Total de Citações
UFF	11	3	3	4	5
UFRJ	6	2	1	2	3
USP	7	5	1	4	5
UNICAMP	6	2	1	4	4
UFPE	5	-	-	-	-
PUC-SP	3	-	-	-	-
UNESP	1	-	-	-	-
UNB	1	-	-	-	-
UFPR	1	-	-	-	-

Citações de artigos por revistas acadêmicas

Revistas Acadêmicas	Total de artigos publicados	Citações feitas pelo Grupo 1	Citações feitas pelo Grupo 2	Citações feitas pelo Grupo 3	Total de citações
<i>Estudos Econômicos</i> (SP)	33	13	5	12	18
<i>Revista Brasileira de História</i> (SP)	15	5	-	3	5

<i>Revista do Departamento de História (BH)</i>	11	1	1	1	1
<i>Revista de História (SP)</i>	10	1	-	-	1
<i>Clio (PE)</i>	10	-	-	-	-
<i>Acervo (RJ)</i>	9	1	-	-	1
<i>Questões & Debates (PR)</i>	8	1	-	-	1
<i>Estudos Afro-Asiáticos (RJ)</i>	8	3	-	-	3
<i>Ciência e Cultura (SP)</i>	6	-	-	-	-
<i>Revista do IEB (SP)</i>	6	-	-	-	-
<i>Dados (RJ)</i>	4	-	-	-	-
<i>Estudos Ibero-Americanos (RS)</i>	4	1	-	-	1
<i>Cadernos CFCH (PA)</i>	3	-	-	-	-
<i>MAN (RJ)</i>	3	-	-	-	-
<i>Novos Estudos Cebrap (SP)</i>	2	2	-	-	2
<i>Revista do Rio de Janeiro (RJ)</i>	1	-	-	-	-
<i>Nova Escrita/Ensaio (SP)</i>	1	-	-	-	-
<i>História (SP)</i>	1	-	-	-	-
<i>Estudos de População (RJ)</i>	1	-	-	-	-

Relação entre o total da produção do período e citações feitas pelos autores¹⁰¹

	Total da produção (1980-1989)	Citações feitas pelo Grupo 1	Citações feitas pelo Grupo 2	Citações feitas pelo Grupo 3	Total de citações ¹⁰²
--	-------------------------------	------------------------------	------------------------------	------------------------------	----------------------------------

¹⁰¹ As citações do “Grupo 1” correspondem a *Escravidão Reabilitada* (1990) de Jacob Gorender e *Escravidão negra em debate* (1998) de Suely Robles Reis de Queiróz. As citações do “Grupo 2” correspondem a *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas* (1988), organizado por Ciro F. Cardoso. As citações do “Grupo 2” correspondem a *Em torno da autonomia escrava* (1988) de Maria H. P. T. Machado, *Blowin in the Wind* (1995) de Sílvia H. Lara e *Sujeitos no imaginário acadêmico* (2009) de Sidney Chalhoub.

¹⁰² Neste tópico os trabalhos citados por mais de um grupo representam apenas uma citação.

Teses e dissertações	41	9	6	14	17
Artigos	136	29	6	16	33

Capítulo II

Democracia racial, brecha camponesa e centralização do sujeito: o terreno dos enunciados

1. Considerações preliminares: uma questão foucaultiana

No primeiro capítulo buscamos identificar três grandes enunciados a fim de delimitar a produção historiográfica da escravidão nos anos 1980. O primeiro destes enunciados foi emitido por Jacob Gorender em *Escravidão reabilitada* (1990) e por Suely R. Queiróz, através de seu texto *Escravidão negra em debate* (1998). Segundo tais autores, o fio condutor dos estudos produzidos ao longo dos anos 1980 teria sido o da reabilitação dos pressupostos básicos de *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. A historiografia oitentista, ao reafirmar a agência do escravizado, teria feito com que ele fosse visto como responsável por sua própria condição de cativo. Somando-se a isso, tanto Gorender quanto Queiróz, afirmaram que a historiografia dos anos 1980, assim como a empregada por Freyre, teria revelado uma escravidão em que as relações entre senhores e escravos, ao invés de serem pautadas pela violência, teriam sido, antes, fundamentadas por um jogo de relações negociáveis, através das quais, muitas vezes, o escravizado optava – por entender ser vantajoso – por acomodar-se o regime escravista. Essa margem de negociação, segundo Gorender e Queiróz, atuou no sentido de reabilitar a imagem idílica da escravidão, como se no final das contas todas as relações entre senhores e escravos não fossem pautadas pela violência e opressão.

Um segundo enunciado aborda o mesmo ponto, qual seja, o das relações entre senhores e escravos, porém, neste caso, através de uma via diametralmente oposta à empreendida por Gorender e Queiróz. Autores como Maria Helena Machado, Silvia Hunold Lara e Sidney Chalhoub, buscaram ressaltar, como grande novidade dos estudos dos anos 1980, as possibilidades de exploração do tema da escravidão através do entendimento positivo do escravo enquanto agente histórico. Se na visão de Gilberto Freyre os escravizados apareciam como bons e obedientes; e se na historiografia dos anos 1960 e 1970 eles teriam sido entendidos como vítimas de um sistema violento e opressor, sobrando-lhes, como único recurso de resistência, a fuga, o assassinato e o suicídio; a historiografia dos anos 1980, por sua vez, teria buscado romper com a dicotomia anterior, para isso compreendendo os escravizados enquanto personagens inseridos num jogo entre resistência e acomodação,

através do qual os escravizados, dotados de subjetividade própria, avaliavam as circunstâncias e tomavam decisões que imaginavam ser as mais vantajosas.

Um terceiro enunciado, por fim, sinalizou outra possibilidade de tratamento da historiografia dos anos 1980. Formulado de maneira mais elaborada por Ciro F. Cardoso, e apoiado por João Fragoso e, de forma mais incipiente, por Hebe Mattos, o enunciado em questão entendeu, de forma geral, que os estudos ligados à temática da escravidão e produzidos durante a década de 1980 teriam como principal marca a realização de uma continuidade em relação aos avanços de pesquisa desenvolvidos ao longo das décadas precedentes. Se o ponto alto dos estudos dos anos 1960 e 1970 teria sido marcado pelo entendimento de que a formação da sociedade brasileira apresentava uma lógica interna – isto é, que a realidade colonial não deveria ser entendida unicamente como um capítulo da história europeia –, os trabalhos surgidos a partir dos anos 1980, por sua vez, conduzidos pelos avanços da História Econômica e Social, estariam, através de novas perspectivas, atuando no sentido de reforçar a tese formulada anteriormente.

Se no capítulo anterior buscamos delimitar tais enunciados e demonstrar como eles foram emitidos a partir da consideração de apenas uma pequena amostra da totalidade de trabalhos produzidos ao longo dos anos 1980, o objetivo agora se volta à compreensão das condições de possibilidade de emergência destes mesmos enunciados. Mais precisamente, o que interessa aqui, portanto, é descrever aquilo que se constitui como o referencial do enunciado; aquilo que, segundo Foucault, “forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos e dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado”; trata-se daquilo que, enfim, “define as possibilidades de aparecimento e delimitação”¹⁰³. Não menos importante, vale destacar que, se recorreremos à noção de “autor” – quando nos referirmos aos autores de trabalhos nos quais apareceram os enunciados em questão – não o faremos no sentido de perscrutar a relação entre os autores e o que eles disseram, mas, antes, “em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito”.¹⁰⁴

2. A desconstrução do “mito” da *democracia racial*: sua gênese, prática e desdobramentos na historiografia da escravidão

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 110-111.

¹⁰⁴ *Ibidem.*, p. 116.

No início dos anos 1950, alguns fatores contribuíram para que surgisse um conjunto específico de estudos preocupados em compreender as relações raciais no Brasil. Um destes fatores, sem dúvida, foi o incentivo da UNESCO em patrocinar pesquisas preocupadas com as relações raciais no país. Com a derrocada do regime nazista e, conseqüentemente, com o desprestígio das teorias raciais, a UNESCO esperava encontrar no Brasil as causas que levaram o país a ser visto como um modelo exemplar no que tange ao trato das relações entre negros e brancos. O mito da “democracia racial”, erigido com grande contribuição de *Casa-Grande & Senzala* (1933), até aquele momento exercia grande influência no imaginário do país.

No entanto, os estudos advindos deste grande projeto não foram apenas fomentados por interesses estrangeiros. A editora ANHEMBI, antes mesmo dos anos 1950, já havia tomado a decisão de patrocinar um inquérito sobre a problemática do negro em São Paulo. Além disso, já nos anos 1940, existiam pesquisas que atentavam para a presença do preconceito racial no sudeste do país. Tais trabalhos não só anteciparam as preocupações do projeto da UNESCO como também alteraram os rumos da configuração deste mesmo projeto.

105

Um exemplo de tal alteração pode ser dado através das decisões acerca dos lugares onde se realizariam as pesquisas. No início, a UNESCO, influenciada por estudos como os de Pierson, Frazier, Landes e Herskovits¹⁰⁶, desejava que as pesquisas fossem feitas na região baiana, já que o lugar parecia adequar-se perfeitamente à visão do Brasil como uma “democracia racial”. No entanto, a existência de estudos empreendidos por certos intelectuais, e atuantes do movimento negro¹⁰⁷, nos anos 1940, já haviam demonstrado os limites com os quais se deparariam uma pesquisa limitada apenas à região baiana, uma vez que tais autores teriam revelado, através de trabalhos ligados à região sudeste do país, uma realidade bem diversa daquela; uma realidade em que o preconceito e as condições desfavoráveis vivenciadas pelos negros eram muito mais aparentes.

¹⁰⁵ Cf. DUARTE, Paulo. Prefácio. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955. p. 8.

¹⁰⁶ PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contrato racial*. São Paulo: Nacional, 1945; FRAZIER, Franklin. The negro Family in Bahia, Brazil. *American Sociological Review*, vol.7, n.4, pp. 465-78, 1942; HERSKOVITS, Melville. The negro in Bahia, Brazil: a problem in Method. *American Sociological Review*, vol.8, pp.392-402, 1943.

¹⁰⁷ Exemplos destes trabalhos, são: Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor. *Sociologia*, vol.4, n.4, pp.352-58, 1942; FERNANDES, Florestan. Congadas e batuques em Sorocaba. *Sociologia*, v.5, n.3, pp.242-56, 1943; BICUDO, Virginia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Sociologia*, vol.9, n.3, pp.196-219, 1947.

Como resultado da pesquisa empreendida pela UNESCO, que agora então voltava sua atenção para a região sudeste do Brasil, em 1955 foi publicado o livro *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, sob a liderança de Roger Bastide e Florestan Fernandes, mas também contendo textos de Virgínia Leone Bicudo, Aniela Meyer Ginsberg e Oracy Nogueira. Antes, porém, de discorrer sobre tal trabalho – que posteriormente abriria um leque de questionamentos que viriam a influenciar os estudos sobre a escravidão no Brasil – cabe também fazer alguns apontamentos acerca das dimensões políticas que marcaram o contexto do projeto patrocinado pela UNESCO, pois encontram-se aí elementos que contribuíram diretamente para o movimento de desmistificação da ideia de democracia racial.

O que transmitem os escritos dos historiadores¹⁰⁸ no período em questão é que o grande movimento político, naquele momento, ao menos por parte dos intelectuais, atuava no sentido de identificar e criticar – com a finalidade última de derrubar – os obstáculos que faziam frente ao pleno desenvolvimento econômico-social e político do Brasil. Este viés crítico-político, segundo Emília Viotti da Costa, estaria no cerne da própria fundação da Universidade de São Paulo – “casa” de Roger Bastide e Florestan Fernandes –, uma vez que o surgimento de tal instituição tivera como finalidade a formação de uma “nova elite de profissionais e burocratas relativamente independentes das oligarquias tradicionais”¹⁰⁹; sendo os principais obstáculos ao desenvolvimento da sociedade brasileira justamente a persistência destes traços oligárquicos, ainda presentes nos fins dos anos 1950.

A investida contra o mito da democracia racial, de acordo com Da Costa, viria, portanto, e, antes de tudo, da luta contra as oligarquias tradicionais. É neste sentido que os pressupostos de *Casa-Grande & Senzala* passaram a ser o grande alvo das críticas elaboradas pela geração de autores que se consolidava a partir do empreendimento da UNESCO; pois o ensaio de Gilberto Freyre tinha como principal ponto a valorização das relações coloniais de “clientelismo”; e tal fator, além de configurar-se como essencial ao funcionamento do regime oligárquico, também contribuía para o mascaramento do preconceito racial. As pesquisas que surgiram a partir dos anos 1950, por sua vez, atuaram na contramão de tais pressupostos freyreanos, uma vez que averiguaram tanto o preconceito racial quanto as suas causas, “evidenciando”, assim, questões antes “encobertas” pelo mito da democracia racial.

Qual seria, no entanto, mais especificamente, a ligação entre a crítica política aos resquícios oligárquicos – que ainda naquele momento atravancavam o caminho do pleno

¹⁰⁸ Cf. FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: CARDOSO, F. H; IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960; COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial no Brasil. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

¹⁰⁹ COSTA, Emília Viotti Da. *Da Monarquia à República*. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 383.

desenvolvimento do país – e o interesse pelos estudos sobre a escravidão no Brasil? Uma hipótese foi dada por Richard Graham no início dos anos 1970 em um artigo dedicado a examinar a nova corrente de estudos liderados por Florestan Fernandes sobre a escravidão no Brasil.

De acordo com o autor, se nos Estados Unidos o movimento pelos direitos civis entre os negros contribuíram para o crescente interesse sobre o tema da escravidão entre os historiadores norte-americanos, no Brasil, “the increasingly evident social injustices and class rigidities of that country also find an echo from the past in the slave system”¹¹⁰; do mesmo modo as reivindicações por mudanças sociais, que naquele momento também lembravam os esforços dos abolicionistas do século XIX. Além disso, Graham também apontou a relação que existia entre as campanhas pela reforma agrária – cuja emergência se deu durante os anos 1950 e 1960 – e o interesse pelo tema da abolição da escravidão, uma vez que tanto a campanha abolicionista, quanto o movimento pela reforma agrária, demandavam mudanças estruturais e tinham, como meta última, o desenvolvimento do país; a posição das classes dominantes era semelhante: “the slaveowners, like landowners today, insisted that the unprivileged were really happy until stirred up by unscrupulous demagogues.”¹¹¹

Tal seria também a leitura feita por Costa. Segundo ela o país estava em processo de industrialização, e as dificuldades sociais apareciam cada vez mais nitidamente, de modo que parecia imprescindível transformar o país. Para isso era necessário conhecê-lo mais profundamente; analisar as elites e averiguar sua participação nas desigualdades sociais. Tratava-se de explicar “o atraso, o autoritarismo e o elitismo crônicos, a sobrevivência das oligarquias e do regime de clientela e patronagem e a fraqueza das instituições democráticas”. O país ainda era essencialmente agrário. Neste processo de análise político-histórica do Brasil, a temática da escravidão, por ser entendida como gênese de todas as questões acima apontadas, apareceu como de grande importância, cabendo aos intelectuais compreender “o seu legado, o preconceito racial, a abolição e a situação do negro na sociedade brasileira.”¹¹²

A predisposição em abordar estes pontos, acerca da história da escravidão, pode ser identificada logo no início da introdução de *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955), em que Florestan Fernandes busca contextualizar a opção pela região de São Paulo como objeto de pesquisa. A problemática do preconceito em São Paulo, segundo o

¹¹⁰ GRAHAM, Richard. Brazilian slavery re-examined: a review article. *Journal of Social History*, vol.3, n.4, pp. 431–453, 1970. p. 431.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² COSTA, Emília Viotti da Costa. Da Senzala à Colônia: quarenta anos depois. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina De (Orgs.) *O Historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

autor, assume um significado especial, já que região teria se transformado, em menos de meio século, em um grande centro industrial. No entanto, devido à rapidez de tal processo, tornou-se possível perceber, na realidade da metrópole, a coexistência de elementos modernos e arcaicos. As inovações capitalistas, deste modo, aparecem lado a lado de elementos da “antiga” sociedade escravista, como o preconceito racial, por exemplo ¹¹³. Para Fernandes, todavia, o negro passara a se afirmar cada vez mais na sociedade contemporânea, e o “branco não sabe mais que atitude tomar para com ele, pois os estereótipos tradicionais já não se aplicam a esse negro que sobe na escala social”. São as problemáticas, advindas deste fato, que irão tomar a atenção de Roger Bastide e Florestan Fernandes no referente estudo.

O primeiro capítulo de *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* é – pensando na problemática da historiografia da escravidão – o mais importante a ser comentado, por dois motivos. Primeiro, porque ele faz uma análise sociológica de caráter histórico; e, segundo, porque situa historicamente o problema do negro e do preconceito na sociedade brasileira. O texto, neste sentido, procura fazer um traçado de toda a história do negro em São Paulo, da colônia até a República, da condição de cativo à de cidadão. Como fontes, Florestan recorre a documentos oficiais, censos, relatos de viajantes e obras históricas e modernas que trataram do tema da escravidão. O viés teórico não é apresentado sistematicamente. No entanto, através de sua narrativa, atesta-se explicações que muitas vezes partem do viés econômico, como quando discorre sobre as transformações nas formas de trabalho na região de São Paulo. O mais importante a ser destacado, contudo, refere-se à denúncia acerca da situação do negro dentro do regime tanto escravocrata quanto assalariado – isto é, no pós-abolição. Se durante o regime escravista encontram-se afirmações como, “sobre os ombros dos negros repousava o próprio funcionamento das engrenagens que moviam o sistema econômico” ¹¹⁴; no período pós-abolição o ex-escravizado, “abandonado a si mesmo, não estava em condições de competir com os imigrantes europeus sequer na lavoura”. ¹¹⁵

Esta é a tônica de dois importantes trabalhos, no campo da “sociologia-histórica” ¹¹⁶, que deram continuidade à problemática trabalhada por Florestan Fernandes. Antes, porém, de

¹¹³ Trata-se da problemática entre o “arcaico e o moderno” presente no contexto dos anos 1950, citada anteriormente, como procuramos demonstrar através dos apontamentos de Graham e Costa.

¹¹⁴ FLORESTAN, Fernandes. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1955. p. 37

¹¹⁵ Ibidem., p. 51.

¹¹⁶ Optei por empregar o termo “sociologia-histórica” afim de afirmar o viés histórico dos trabalhos sociológicos em questão. Essa problemática histórica, como será averiguado no fechamento do capítulo, contribuiu para que a temática da escravidão, sob o viés da denúncia contra a opressão sobre os homens negros, influenciasse de forma considerável a historiografia da escravidão.

apresentar os principais traços destes trabalhos, convém destacar o contexto discursivo em que eles aparecem inseridos. Em 1955, no prefácio de *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, Paulo Duarte atestava:

O inquérito UNESCO-ANHEMBI indica numerosos aspectos novos para os estudos brasileiros. Cada um dos pontos abordados por nosso inquérito é uma janela aberta a novas pesquisas, a novas indagações e novos estudos que futuramente atrairão por certo os bons estudantes da Faculdade de Filosofia, para a realização de trabalhos que, reunidos, serão afinal o verdadeiro retrato do Brasil, retrato fiel, ao contrário de tantos que lhe foram tirados, sem os retoques exagerados de um favoritismo sentimental nem as deformações de um pessimismo literário sem base científica.¹¹⁷

É claro que se torna dispensável discutir aqui a afirmação de que os novos trabalhos retratariam fielmente o Brasil. O que convém, simplesmente, é atestar, através do excerto acima, a consciência de que *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* criaria uma abertura à novas pesquisas. É justamente a partir desta abertura, e sob a orientação de Florestan Fernandes, que aparecem os dois importantes trabalhos aos quais nos referimos anteriormente. São eles *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) de Fernando Henrique Cardoso e *As metamorfoses do escravo* (1962) de Octávio Ianni, ambos produzidos e apresentados como teses de doutoramento na Universidade de São Paulo.

Os dois trabalhos, por estarem inseridos num mesmo contexto discursivo, apresentam pontos em comum. O primeiro destes pontos refere-se ao aprofundamento que tais estudos realizaram, no sentido de compreender melhor a constituição da escravidão, e seus desdobramentos na vida do negro no pós-abolição, especificamente no Brasil Meridional (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Quanto a estes aspectos, vale destacar, metodologicamente falando, a preocupação que tais trabalhos apresentaram ao criar conexões entre as regiões escravistas analisadas e as outras regiões do território brasileiro. Mesmo que tais pesquisas não tenham enveredado de forma incisiva sobre uma análise comparativa, ambas chamaram a atenção para a importância em se considerar as outras regiões do país.

Além disso, tais trabalhos revelaram uma preocupação bastante aguda quanto às delimitações teórico-metodológicas. Tanto Cardoso quanto Ianni demonstraram uma forte relação com o que chamaram de ‘materialismo histórico’. Para o primeiro, por exemplo, tratava-se de “reconstruir interpretativamente, através do método dialético, uma totalidade concreta”; em outras palavras, visava-se “descobrir as determinações essenciais, capazes de

¹¹⁷ DUARTE, Paulo. Prefácio. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1955. p. 9

explicar tanto a formação dos padrões que regem as formas de interação social quanto as condições e os efeitos de sua manifestação”¹¹⁸. Em consonância com Cardoso, Ianni afirmava que o “tipo de exploração descritiva e interpretativa, levada a efeito em sua obra” seria “o resultado da aplicação do método dialético.”¹¹⁹ Seu objetivo, com tal método – próximo ao de Cardoso –, era compreender o aspecto histórico-estrutural da sociedade escravista. Com isso, esperava-se, em ambos os trabalhos, assimilar a constituição estrutural do regime escravista nas áreas particulares e as relações sociais aí estabelecidas, lugar e condição do escravo e do negro no pós-abolição.

O que mais convém chamar a atenção, todavia, diz respeito ao modo como tais trabalhos, no movimento de desconstrução do “mito” da democracia racial, buscaram denunciar a condições de opressão sobre a qual estavam submetidos os escravos durante o regime escravista, assim como os negros no pós-abolição. Neste sentido, Cardoso emitiria afirmações fortes – que seriam causa de polêmicas para a historiografia dos anos 1980¹²⁰ – como a de que “nas situações em que os principais requisitos gerais da ordem escravocrata puderam desenvolver-se no Rio Grande do Sul, a alienação dos escravos tendeu a ser completa”¹²¹. Já no pós-abolição, Cardoso afirmaria a ausência de chances econômicas que os negros dispuseram “para assumir plenamente o status de cidadão que a Abolição formalmente lhes concedera”, assim como não puderam também “definir criticamente a posição que os brancos lhes impuseram na sociedade de classe”¹²². Em consonância a este parecer, no que diz respeito à posição desprivilegiada em que se encontrou o escravizado a partir de 1888, Ianni afirmaria que, após o fim da escravidão, era como se o branco “se encontrasse mais próximo dos valores universais” enquanto que o negro estaria “alguns graus abaixo, talvez irremediavelmente incapacitados de alcançar os refinamentos do branco, seja em seus atributos estéticos, seja nos morais ou intelectuais.”¹²³

Quatro anos após as publicações dos trabalhos de Cardoso e Ianni, em 1966 veio a público *Da senzala à colônia* de Emília Viotti da Costa, resultado de sua tese de livre docência apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo. Era a problemática da escravidão – do modo como vinha preocupando e sendo abordada pelos sociólogos – chegando à historiografia.

¹¹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. p. 10.

¹¹⁹ IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962, p. 20.

¹²⁰ Cf. Chalhoub (posfácio de “visões da liberdade”)

¹²¹ CARDOSO, 1962, p. 313.

¹²² Ibidem., p. 312.

¹²³ IANNI, 1962, p. 285.

Esta assimilação, do trabalho de Costa com os anteriores, inserindo-a no movimento iniciado por Florestan Fernandes, se dá a partir de dois pontos específicos. Primeiro, a preocupação com a temática da escravidão, fomentada por questões presentes nos anos 1950 e 1960, também é marca de *Da senzala à colônia*. Isto é, os problemas relacionados à dificuldade de integração dos descendentes de escravos à sociedade de classes, assim como a questão do preconceito e da marginalização dos negros, tudo isso, pra ser entendido, exigia o conhecimento de suas causas históricas ¹²⁴, daí o interesse pela temática da escravidão. Em segundo lugar, em se tratando da problemática da condição dos ex-escravos no pós-abolição, o tom também é de denúncia, o que aproxima Costa do movimento de crítica ao mito da democracia racial. De acordo com a historiadora, “o negro, marcado pela herança da escravidão, não estando preparado para concorrer no mercado de trabalho e tendo que enfrentar toda sorte de preconceitos, permaneceu marginalizado” ¹²⁵. Além disso, em termos teórico-metodológicos, percebe-se também o trabalho de Costa em sintonia com os de Cardoso e Ianni. Se é fato que Costa tenha dado atenção maior às problemáticas sociais e ideológicas em sua pesquisa, é evidente, também, que sua análise teve como objetivo fazer uma “interpretação materialista” da história ¹²⁶. Em outras palavras, sua preocupação primordial foi a de compreender o papel das estruturas sociais e seus fatores condicionantes.

Apesar deste não ser o caso da tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo em 1972 por Suely Robles Reis de Queiróz – uma vez que a autora não teve como preocupação central averiguar os elementos estruturais da sociedade escravista –, *Escravidão negra em São Paulo* também aparece totalmente atrelado às problemáticas referentes aos estudos pós pesquisa da UNESCO. Aliás, é de maneira mais incisiva ainda, que, frente aos trabalhos de Fernandes, Cardoso, Ianni e Costa, o estudo de Queiróz tentou desconstruir as bases do mito da democracia racial. A autora é explícita ao afirmar que seu trabalho “insere-se na linha dos que têm pretendido a revisão de uma ideia romantizada da escravidão, a se cristalizar na imagem de um senhor benevolente e amigo do cativo resignado e dócil.” ¹²⁷

Vale destacar que essa preocupação é tão evidente, que um dos quatro capítulos de sua tese é totalmente dedicado a percorrer, na historiografia, a problemática acerca do tema da brandura/violência da escravidão. Em tal capítulo, como contraponto à tendência historiográfica que afirma a brandura e cujo representante é Gilberto Freyre, a autora

¹²⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 17.

¹²⁵ Ibidem., p. 514.

¹²⁶ Ibidem., p. 28.

¹²⁷ QUEIRÓZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977. p. 200.

referencia alguns autores principais que teriam buscado revelar o caráter violento do regime escravista. Dentre eles aparecem autores-chaves, aqui já vistos, como Fernandes, Cardoso e Costa, a estes acrescentando outros, como Artur Ramos em seu estudo *A aculturação negra no Brasil* (1942), e Clóvis Moura em seu trabalho *Rebeliões da senzala* (1959). Vale destacar que a tese de Queiróz, *Escravidão negra em São Paulo* – além de aparecer inserida neste movimento geral de “revisão” das teses de Freyre – apresenta maior consonância, em termos temáticos, com os estudos de Clóvis Moura, uma vez que ambos denotaram uma preocupação com a temática das revoltas dos escravos. Se nos trabalhos de Cardoso, Ianni e Costa, essa questão não é dispensada, no trabalho de Queiróz, ela é central.

O objetivo principal de *Escravidão negra em São Paulo* foi o de averiguar, no escravismo da região de São Paulo, o modelo de relação que preponderou entre senhores e escravos. O sistema escravista, aí, seguiria as marcas das demais áreas de grande lavoura do país; São Paulo, como as outras regiões brasileiras, teria se baseado em “relações puramente materiais de trabalho e produção que supunham a dominação total do senhor sobre o escravo”¹²⁸. Disso, subtende-se a coerção, a repressão e a violência como elementos fundamentais na constituição das relações entre senhores e escravos. Sendo assim, uma vez que ao escravo era lícito apenas trabalhar e colaborar na geração de riqueza de seus senhores, infere-se a revolta como consequência imediata. Atitudes como “desmazelo, descuido, afrouxamento no trabalho, tentativa de suicídio, de aborto ou de fuga, a rebelião e o ataque ao senhor e seus prepostos”¹²⁹ seriam as principais formas de resistência. É este quadro de violência e rebeldia, portanto, que a autora contrapõe à imagem da escravidão – segundo ela – delineada por Freyre. Já os escravos acomodados ao sistema, para Queiróz, seriam uma minoria, apenas relacionados aos ambientes domésticos. Tais casos, cuja relações seriam marcadas pela amenidade, teriam sido, para autora, erroneamente generalizados por Freyre.

Essa mesma crítica à Freyre aparece também em *O escravismo colonial* (1978) de Jacob Gorender. De acordo com ele, uma análise objetiva sobre os escravos deveria evitar um enfoque unilateral sobre a escravidão doméstica, pois tal postura terminaria por desvirtuar a abordagem da escravidão enquanto sistema¹³⁰. Quanto a essa preocupação com o caráter sistêmico da escravidão, vale destacar que a problemática da caracterização do regime escravista como violento – o que aproximaria Gorender do movimento de desconstrução do mito da democracia racial – aparece em *O escravismo colonial*, assim como em Cardoso,

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ Ibidem, p. 130.

¹³⁰ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1978. p. 355.

Ianni e Costa, exatamente como resultado de uma análise preocupada em compreender as “determinantes” estruturais da sociedade escravista.

Visando este objetivo, Gorender lança mão do conceito de “modo de produção” e faz uma crítica à tradição historiográfica que se dedicou a compreender a sociedade colonial. Ao fazer isto, ele se opõe a diversos autores. Dentre eles: Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, que teriam ressaltado o caráter patriarcal da sociedade escravista; Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, que, ao darem ênfase a propriedade rural, entendiam ser a sociedade colonial um regime fundamentado em modo de produção feudal; e, por fim, Caio Prado Jr – e demais autores seguidores de sua linha –, que, ao valorizar a estrutura exportadora como elemento principal da sociedade colonial, denominou-a como regime capitalista. Para Gorender, todos estes autores teriam errado ao menosprezar a peça mais fundamental do regime escravista: o escravo. Aparecendo como elemento chave no funcionamento das relações sociais, o trabalho escravo leva Gorender a classificar o regime como um modo de produção eminentemente escravista. Ao fazer essa consideração, o autor inverte o método “tradicional” de atribuir “sentido” ao funcionamento da sociedade colonial; enquanto autores como Caio Prado Jr e Cardoso, por exemplo, tratariam de compreender a realidade colonial a partir da lógica da história europeia, Gorender buscou compreender a sociedade escravista a partir de sua própria lógica interna.

A partir deste enfoque, uma das tarefas principais de *O escravismo colonial* foi a de identificar as principais leis específicas do ‘modo de produção escravista colonial’; e é como consequência destas leis, que aparecem determinados elementos que permitirão afirmar a violência do regime escravista. A questão da moderação do castigo aplicado ao escravizado, por exemplo, revela que o tratamento dispensado aos escravizados dependia “[...] menos do temperamento do senhor do que das exigências objetivas da economia escravista”¹³¹. O mesmo acontece com o tema da economia escrava. A outorga de um pequeno lote de terra ao escravizado, para que ele o cultivasse, a princípio poderia parecer um ato de generosidade por parte dos senhores. Mas, uma vez que tal prática só acontecia nas “plantagens” de algodão e café, e não nas de açúcar, Gorender infere que isso acontecia porque nos dois primeiros tipos de “plantagens” os ciclos de produção não ocupavam braços escravizados o ano todo¹³², daí o ócio e a consequente possibilidade da prática. Além disso, o ato de conceder um lote de terra para os escravos poderem produzir “independentemente”, também só existia porque beneficiava os senhores, uma vez tal prática diminuía as obrigações para com a alimentação

¹³¹ Ibidem., p. 71.

¹³² Ibidem., p. 259.

dos cativos, assim como diminuía a frequência de fugas e revoltas. Deste modo, diferentemente de Freyre, Gorender buscou demonstrar como o “modo de produção” escravista colonial criou determinantes que sempre atuaram no sentido de induzir a violência e a opressão contra os escravos.

Como podemos perceber, então, desde o surgimento de alguns trabalhos, já percebidos nos anos 1940, e, principalmente com a publicação de *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* (1955), veio à tona um determinado grupo de estudos empreendidos por sociólogos e historiadores. A partir dos anos 1960, tais estudos apresentaram, como uma de suas principais marcas, a tentativa de desconstruir uma visão “freyreana” da escravidão; isto é, uma visão em que o domínio dos senhores – sobre escravos vistos como dóceis e submissos – se daria de modo não violento. Ora, é justamente por ocupar um espaço dentro deste movimento discursivo, que Gorender e Queiróz emitiram um enunciado, e não outro, sobre a produção historiográfica dos anos 1980. Uma vez que ambos, em suas respectivas pesquisas, tinham como um de seus principais objetivos a afirmação da violência e da opressão do regime escravocrata – contribuindo, assim, para a desconstrução da leitura feita por Freyre sobre a escravidão – o surgimento de alguns estudos cujas preocupações centrais distanciavam-se da problemática da opressão do regime, terminaram sendo vistos com maus olhos por parte de Gorender e Queiróz.

A essa despreocupação dos novos estudos com a questão da opressão sobre o escravo, contudo, é preciso também acrescentar um outro elemento, de caráter teórico. De acordo com Gorender – cujo raciocínio foi reverberado por Queiróz – trabalhos como *Resistance and accomodation in eighteenth-century Brasil: the slaves view of slavery* (1975) de Stuart B. Schwartz, *Ser escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso, *Campos da violência* (1988), de Silvia Hunold Lara, entre outros que marcaram a produção oitocentista, apresentaram um ponto em comum, e que se configurou como central na “classificação” de tais estudos como sendo “neo-freyreanos”. Tal ponto diz respeito à tentativa – que tais autores buscaram empreender – de compreender os escravizados enquanto sujeitos históricos autônomos, e não unicamente reprodutores dos valores e vontades senhoriais. Para Gorender, o problema de tal objetivo, em certa medida devedor de referenciais teóricos apregoados por E. P. Thompson¹³³, é que, ao considerar os escravizados unicamente como sujeitos históricos, tais autores terminaram por fazer daqueles que se acomodavam ao regime cúmplices de sua própria condição de cativo.

¹³³ Cf. LARA, Silvia Hunold. Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Revista do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995.

Sendo assim, tal adesão do escravo à escravidão, só poderia ser justificada caso ela fosse entendida pelo próprio escravizado como algo aceitável; daí o título provocador de seu artigo publicado na *Folha de São Paulo*: “*Como era bom ser escravo no Brasil*”. Ora, é justamente esse entendimento, o da escravidão como um regime benigno, que fez Gorender enunciar como “neo-freyreana” a historiografia oitentista.

3. Uma brecha no debate acerca da natureza do modo de produção brasileiro

Para compreender o enunciado emitido por Ciro Flamarion Cardoso¹³⁴ sobre a produção historiográfica dos anos 1980 é necessário remontar o principal debate em que o autor esteve inserido. Trata-se do debate acerca da natureza dos modos de produção, pois foi justamente a sua maneira peculiar de posicionar-se teoricamente nesta discussão que lhe permitiu compreender os estudos que surgiram a partir dos anos 1980 como um desdobramento de sua principal tese.

Tendo como referencial teórico principal o “materialismo histórico”, o ponto de partida da discussão acerca dos modos de produção no Brasil ou, antes, da especificidade da “formação” histórica da sociedade brasileira, deve remeter ao ensaio *Evolução política do Brasil* (1933) de Caio Prado Jr. É preciso lembrar que as ideias socialistas – mais no plano político do que teórico – já faziam parte do cenário nacional desde o fim do século XIX¹³⁵, e que em 1926, Octávio Brandão, então membro do PCB¹³⁶, já havia empreendido um esforço de compreender a formação da realidade histórica brasileira pelo viés marxista, através de seu ensaio panfletário *Agrarismo e industrialismo*¹³⁷. No entanto, foi somente com *Evolução política do Brasil*, seguida por *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr, que a historiografia brasileira deu início, de forma consistente, a uma tradição teórica marxista.¹³⁸

¹³⁴ Neste tópico buscaremos averiguar, no plano discursivo, as condições de possibilidade da emergência do enunciado que afirmou ser a historiografia dos anos 1980, em certa medida, uma continuação e desenvolvimento – no plano da História Econômica e Social – de certos tópicos discutidos no período final do debate sobre a formação social brasileira. Este enunciado, como visto no primeiro capítulo, foi emitido por Ciro F. Cardoso e reverberado por João Luis Fragoso e Hebe de Castro. Apesar disso, uma vez que a construção discursiva para a emissão deste enunciado foi toda formulada por Ciro Cardoso – o que torna seus textos empiricamente muito mais ricos que o dos outros autores – optamos por analisar apenas o discurso formulado por tal autor.

¹³⁵ Cf. FILHO, Evaristo de Moraes. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS, Daniel Aarão (org). *História do marxismo no Brasil*. Vol.1. O impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹³⁶ Abreviação de “Partido Comunista Brasileiro”.

¹³⁷ Cf. BRANDÃO, Otávio. *Agrarismo e industrialismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

¹³⁸ FILHO, Op.cit., p. 44.

Em *Formação do Brasil contemporâneo* duas questões são de vital importância para os desdobramentos do debate acerca dos modos de produção. A primeira delas refere-se à tentativa de Caio Prado Jr propor uma leitura da realidade colonial diversa da defendida pelo PCB, partido do qual era membro desde 1931. De acordo com as diretrizes do partido, alinhadas às conclusões da III Internacional Comunista¹³⁹, a economia do Brasil ainda se encontrava em estado feudal, ou semi-feudal¹⁴⁰. Tese que acompanharia todo o percurso do partido, mais tarde sistematizada por autores militantes, como Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré¹⁴¹. Ora, o fato de Caio Prado Jr, a partir mesmo de *Evolução Política no Brasil*, ter buscado romper com tal tese, abriu um flanco de sólidas discussões acerca da natureza dos “modos de produção” que atravessaria as próximas décadas, encerrando-se apenas no final dos anos 1970.¹⁴²

Além disso, *Formação do Brasil contemporâneo*, do ponto de vista discursivo, abriu um caminho teórico-metodológico que foi compartilhado por inúmeros outros autores, doravante atrelados ao modelo do materialismo histórico. Pioneiro, portanto, foi seu empreendimento intelectual dedicado a compreender a realidade material, isto é, econômico-social da formação social brasileira. Uma de suas principais contribuições teóricas estaria especialmente no emprego de um termo específico e basilar de sua pesquisa. Trata-se da ideia de “sentido”. De acordo com Caio Prado Jr, “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’”, algo que não se pode perceber nos “pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo”^{143 144}. A análise histórica, para o autor, portanto, deveria ter como principal objetivo a apreensão desse conjunto de fatos essenciais, aquilo que formaria “uma linha mestra e

¹³⁹ Para uma síntese dos principais debates da III Internacional, ver: MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 6.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991, p. 144-152.

¹⁴⁰ Cf. JÚNIOR, Otávio Erbereli. O debate em torno da questão agrária (1950-1960): O PCB e Caio Prado Júnior. *Em Tempo de Histórias*, n.21, Brasília, 2012, p. 140.

¹⁴¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968; SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1967; SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

¹⁴² Vale destacar que essa discussão apresentava uma motivação política de grande importância, pois as estratégias do partido seriam definidas a partir da leitura feita sobre a realidade nacional. Neste sentido, a maior questão girava em torno da natureza do modo de produção brasileiro. Se ele fosse feudal, caberia ao proletariado apoiar a burguesia nacional, pois o socialismo só poderia ser alcançado após a efetivação de uma economia capitalista. Essa questão se deu sobretudo na Rússia pós-revolução de 1917. Um panorama do debate soviético pode ser encontrado em FONTANA, Joseph. O marxismo no século XX. Desnaturalização e dogmatismo. In: FONTANA, Joseph. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru – SP: EDUSC, 1998.

¹⁴³ PRADO JR, CAIO. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 15.

¹⁴⁴ Destaca-se aqui a preocupação de Caio Prado Jr com uma análise voltada à compreensão de uma determinada “totalidade”. Trata-se de algo que acompanhou todos os autores engajados neste debate, e que também se revelou como ponto fundamental de diferenciação em relação à produção historiográfica dos anos 1980, uma vez que uma boa parcela desta abandonaria a noção de totalidade em suas análises da realidade histórica.

ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação”.¹⁴⁵

Posto isso, Caio Prado Jr afirma que o verdadeiro *sentido* da colonização, apreendida a partir de um ponto de vista global, “toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”¹⁴⁶. Seria este o “sentido” maior da colonização, processo no qual o Brasil se encontrava inserido. Toda a estruturação da realidade brasileira, deste modo, se explicaria a partir de um sentido que lhe é exterior. Deste modo, o sentido da formação histórica brasileira seria o de atender aos interesses do capitalismo comercial europeu.

Formação do Brasil contemporâneo introduz algumas diretrizes que serão marcas profundas do debate acerca do “sentido” profundo da formação histórica brasileira, ou, em outras palavras, do debate acerca da natureza dos modos de produção vigentes na formação da realidade nacional. Dentre tais diretrizes, destacam-se, nas análises vindouras, o viés economicista, a preocupação com os aspectos estruturais – isto é, os aspectos gerais, que se repetem, e não os pormenores, ou as singularidades – da sociedade, a atenção voltada aos fenômenos de longa duração e, por fim, a utilização de modelos teóricos – sempre em diálogo, em maior ou menor grau, com o materialismo histórico – na apreensão da realidade histórica. Atrelados de forma geral a estas diretrizes, os trabalhos posteriores a Caio Prado Jr defenderam três principais teses acerca da formação histórica brasileira: a feudal, a capitalista e a escravista colonial, esta última aparecendo apenas nos anos 1970, com os trabalhos de Ciro F. Cardoso e Jacob Gorender.

No que diz respeito à tese feudalista, dois autores destacaram-se no debate. Ambos membros do PCB, Alberto Passos Guimarães e Nelson Werneck Sodré foram responsáveis pela teorização das diretrizes do partido. Tanto um quanto o outro afirmaram a importância dos fenômenos econômicos, da insignificância dos pormenores na história¹⁴⁷, e, apesar de terem caracterizado a formação histórica brasileira como sendo feudal, ambos o fizeram de modos diferentes.

Guimarães, por exemplo, autor de *Quatro séculos de latifúndio* (1963), entendia que, uma vez que o regime econômico *básico* de Portugal na época do descobrimento era feudal – a produção sendo organizada a partir da exploração da terra – haveria também de ser

¹⁴⁵ Ibidem..,

¹⁴⁶ Ibidem., p. 28.

¹⁴⁷ Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Editora Fulgor, 1968. p. 7; SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, (Sem Data), p. 3. A publicação original do livro de Sodré é de 1962.

inevitável a transposição de tal regime à colônia. Uma transposição que, apesar de sofrer algumas alterações para se adaptar às condições coloniais, não impossibilitara a consolidação do feudalismo no Brasil. Sendo assim, a utilização do trabalho escravo – o tipo de trabalho fundamental ao modo de produção escravista –, ao invés de descaracterizar o feudalismo, muito comumente se entrelaçou “com as formas servis de produção”, já que “o escravo provia o seu sustento dedicando certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados”¹⁴⁸. O trabalho escravo, portanto, dentro da singularidade colonial, ao invés de anular, coadunava com a tese feudal. O caráter exportador da produção, por sua vez, que foi entendido por Caio Prado Jr como fruto do atrelamento da colônia ao “capitalismo comercial”, também não foi motivo para Guimarães deixar de considerar o regime colonial como feudalista, já que em sua argumentação o aspecto exportador da colônia estava ligado ao mercantilismo, o que, para ele, não se configurava como capitalismo.

Uma das grandes diferenças da leitura de Sodré, em relação à feita por Guimarães, estaria na questão do trabalho escravo. Para ele, a formação histórica brasileira não teria sido totalmente feudal. Na costa litorânea, por exemplo, devido às exigências do mercado europeu, o trabalho foi escravo e apareceu atrelado a um sistema escravista colonial, não feudal. Já no interior do país, por sua vez, a atividade pecuária, uma vez que era autônoma e não exportadora, esta sim teria se configurado como sistema feudal. Para Sodré, “no sertão, surge uma sociedade diferente, com o laço de dependência pessoal nítido entre o servo e o senhor, além do laço econômico, da prestação de serviço ou da contribuição em espécie”¹⁴⁹. À princípio, a formação histórica brasileira seria caracterizada por um sistema produtivo dual, mas com o modelo escravista sendo dominante em relação ao feudal. No entanto, tal configuração se alteraria ao longo do tempo. Na medida em que as áreas escravistas foram perdendo força – como no caso da crise açucareira, por exemplo – teria existido um “processo de substituição das relações escravistas por relações feudais na área agrícola”¹⁵⁰. Trata-se de um processo que o autor reconhece chegar até os seus dias.¹⁵¹

Como afirmou-se anteriormente, além das hipóteses feudais, um outro grupo de autores caminhou no sentido de estender a hipótese de Caio Prado Jr, buscando compreender o desenvolvimento do país como um apêndice do capitalismo comercial europeu. Dois autores aqui destacaram-se, Celso Furtado e Fernando Novais. O primeiro deles, com a intenção de

¹⁴⁸ GUIMARÃES, op.cit., p. 28.

¹⁴⁹ SODRÉ. Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 29.

¹⁵⁰ Ibidem., p. 27.

¹⁵¹ Ibidem., p. 35.

analisar o atraso e a especificidade do Brasil, publicou em 1959 seu trabalho *Formação econômica do Brasil*. Inserido nesta leva de trabalhos aqui apreendidos, este estudo também teve como principal preocupação a explicação das estruturas; isto é, dos elementos essenciais da realidade brasileira, o que nesta discussão significa referir-se à dimensão histórico-econômica do país. A primeira frase do livro é emblemática e reveladora da filiação à tese caiopradiana: “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”¹⁵². Assim, em sua visão, se configuraria a estrutura produtiva do país, com o capitalismo comercial ditando as regras de desenvolvimento colonial; com a “criação nordestina” constituindo-se enquanto “atividade dependente da economia açucareira”¹⁵³; e com o trabalho escravo, por sua vez, sendo aplicado na colônia somente porque o comércio de escravos já fazia parte do sistema comercial português.¹⁵⁴

O trabalho de Fernando Novais, por sua vez, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, apesar de ter como objetivo específico a compreensão da particularidade das políticas econômicas empreendidas por Portugal dentro do contexto de crise do Antigo Regime, não deixa, todavia, de compactuar, com Caio Prado Jr, a noção de que a estruturação da realidade colonial seria toda pautada pelos movimentos de um grande sistema fundamentado pela lógica do capitalismo comercial. É por este motivo, portanto, que tal estudo de Fernando Novais também pode ser inserido aqui nessa discussão; pois, em sua leitura, “o ponto de partida para a caracterização da ‘economia colonial’ é o sentido mais profundo da colonização e o mecanismo de base das relações metrópole-colônia”¹⁵⁵. É este sentido geral que determina a expansão europeia e as atividades produtivas das colônias no Novo Mundo. “Ocupação, povoamento e valorização econômicas das novas áreas se desenvolvem”, eminentemente, “nos quadros do capitalismo comercial do Antigo Regime”.

¹⁵⁶

Por fim, chegamos à última etapa dessa discussão acerca da natureza dos modos de produção. Em contraposição às teses feudais e capitalistas, Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender propuseram o modelo escravista colonial. A partir de agora, então, buscaremos demonstrar as diferenças entre as duas propostas destes autores, e como suas resoluções teóricas contribuíram, de maneiras diferentes, para a avaliação que fizeram da produção historiográfica emergente nos anos 1980.

¹⁵² FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 25.

¹⁵³ Ibidem., p. 99.

¹⁵⁴ Ibidem., p. 35.

¹⁵⁵ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 92.

¹⁵⁶ Ibidem.,

No caso de Jacob Gorender, o trabalho referencial é *O escravismo colonial* (1978). De acordo com o autor, tratava-se de um questionamento dirigido às teses feudais, pregadas durante tanto tempo pelo PCB¹⁵⁷ – partido em que Gorender militou grande parte de sua vida – e que foram profundamente abaladas com o golpe de 1964¹⁵⁸. No plano teórico-metodológico, tal trabalho deu continuidade às grandes diretrizes instauradas desde a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr; o que significa que *O escravismo colonial* também buscou, através do entendimento da sociedade enquanto totalidade, identificar as linhas fundantes, no plano estrutural, econômico, da realidade brasileira¹⁵⁹. De acordo com a argumentação de Gorender, tanto a tese feudal quanto a capitalista, a primeira enfatizando o latifúndio e a segunda destacando as exigências do mercado externo, teriam caído em erro por relegarem a segundo plano o principal elemento da produção colonial, o escravo.

Partindo dessa ideia, Gorender destaca que, uma vez que se busca compreender a natureza de uma formação social específica, a principal tarefa é identificar suas contradições internas. Heuristicamente, *O escravismo colonial* assume isso e cria três principais frentes de análise: a das relações sociais, englobando aí o escravo e o senhor; a das forças produtivas, na qual aparece a forma plantagem de organização da produção escravista; e, por fim, a das leis específicas do modo de produção escravista colonial. Todos estes fatores tomados em conjunto evidenciariam, enfim, a vigência de um modo de produção historicamente novo; nem feudal, nem capitalista, e sim escravista colonial.¹⁶⁰

No que diz respeito à ideia de “modo de produção escravista colonial”, Ciro Cardoso, diferentemente de Jacob Gorender, não chegou a produzir um estudo aprofundado de caráter monográfico sobre o tema. O que não significa, todavia, que tal autor não tenha realizado uma reflexão rigorosa e sistemática sobre o assunto. Seu percurso, ao contrário de Gorender, foi

¹⁵⁷ Sobre a afirmação, feita por Gorender, de que *O escravismo colonial* (1978) representava um esforço de questionar as teses feudais do PCB, ver sua participação no programa Roda Viva que foi ao ar no dia 16/01/2016.

¹⁵⁸ Como foi afirmado anteriormente, as teses feudais defendidas pelo PCB, atreladas ao raciocínio soviético “etapista” dos modos produção – escravismo/feudalismo/capitalismo/socialismo –, preconizavam a aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional, pois a grande luta do país seria contra o latifúndio e seus resquícios feudais. Isto é, para alcançar o socialismo era necessário, antes, uma revolução democrático burguesa, afim de consolidar plenamente a economia capitalista. No entanto, com o golpe de 1964, a aliança burguesia-latifúndio-capital-estrangeiro junto aos militares sinalizou claramente o caráter errôneo de tal leitura e estratégia política empregadas pelo PCB.

¹⁵⁹ GORENDER, 1978, p. 58-59.

¹⁶⁰ É possível também inserir a proposta de Gorender dentro de um movimento ocidental de renovação do marxismo – que teve início a partir de um processo de declínio do stalinismo pós anos 1950 – e que ensejou tendências como o marxismo estruturalista de Althusser. É digno de nota as considerações e críticas que Gorender direcionou ao filósofo francês. Sobre este tema, ver: FONTANA, 1998, p. 229.

consolidado a partir da publicação de diversos artigos.¹⁶¹ São estes textos que nos permitirão, agora, demonstrar como as ideias desenvolvidas por Ciro Cardoso possibilitaram um distanciamento dele em relação aos outros autores até aqui abordados. É este lugar discursivo específico que seus trabalhos ocuparam, de acordo com meu argumento, que possibilitou a ele enunciar a historiografia dos anos 1980 como uma produção que deu continuidade às problemáticas desenvolvidas nas décadas anteriores.

Partindo disso, um primeiro ponto aqui deve ser levado em consideração. Diferentemente dos outros autores ligados à discussão sobre os modos de produção brasileiro, Ciro Cardoso não se limitou a refletir apenas sobre a formação social brasileira, mas também propôs uma reflexão que dissesse respeito à América Latina como um todo¹⁶². Neste âmbito, fez frente às teses de Gilberto Freyre, Frank Tannenbaum e Stanley Elkins¹⁶³, pois enquanto tais autores teriam empregado a ‘história comparativa’ a fim de afirmar as diferenças entre a realidade escravista da América do Norte e a América Latina, entendendo-as como dois blocos “antagônicos” fundados pela noção de mentalidade¹⁶⁴ – protestante x católico –, Ciro Cardoso buscou, antes, demonstrar como na América Latina, na verdade, havia diversas variações de modelos econômicos¹⁶⁵; aqui se aproximando da discussão sobre os modos de produção.

É preciso destacar, ainda, que a sua crítica dirigida à Gilberto Freyre, Frank Tannenbaum e Stanley Elkins, apresentou um certo distanciamento em relação aos principais

¹⁶¹ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. Observations sur le dossier préparatoire à la discussion sur le mode de production féodal. In: PARAIN, Charles. *Sur le féodalism*. Paris: Éditions sociales, Paris, 1971. pp. 67-69; CARDOSO, Ciro Flamarion. Sobre los modos de producción coloniales de América. *Cuadernos de pasado y presente*. n.44, 1977, pp. 135-160; CARDOSO, Ciro Flamarion. El modo de producción esclavista colonial em América. *Cuadernos de pasado y presente*. n.44, 1977, pp. 193-242. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

¹⁶² Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

¹⁶³ Os respectivos trabalhos são: *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, *Slave and citizen: the negro in the Americas* (1947) de Frank Tannenbaum e *A problem in American institutional and intelectual life* (1959) de Stanley Elkins.

¹⁶⁴ Tais blocos antagônicos dizem respeito a modelos ideais de sociedade escravista, um protestante o outro católico. Sobre este tema, ver: CARDOSO, Ciro Flamarion. Fundamentos históricos do problema do negro no continente americano. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

¹⁶⁵ Em seu texto *Sobre los modos de produccion coloniales de America* (1973), a título de hipótese preliminar, Ciro Cardoso destacou a existência de três modos de produção básicos que teriam se configurado nas Américas: o modo de produção fundamentado na exploração da força de trabalho dos índios, e que teria se estabelecido na região nuclear da América pré-colombiana; o modo produção escravista colonial, vigente em regiões de pouca densidade populacional indígena e de condições propícias às atividades exportadoras; e, por fim, na América do Norte teria se constituído “la economía diversificada y autónoma de pequeños propietarios” (CARDOSO, 1973, p. 155). Tais modos de produção, de acordo com o autor, teriam coexistido com outros, secundários e estabelecidos nas mesmas regiões ou em áreas subsidiárias ou marginais.

críticos ¹⁶⁶ destes autores. De acordo com Ciro Cardoso tais críticos estariam atrelados a modelos reducionistas econômicos, que, ao não levarem em conta outros fatores e circunstâncias, foram conduzidos “a uma perspectiva não-dialética e eventualmente a-histórica” ¹⁶⁷. E se não bastasse esse comentário crítico que atesta a importância dos fatores não puramente econômicos no pensamento de Ciro Cardoso – o que evidencia sua posição singular na discussão da formação brasileira –, o autor também destaca a importância da superação entre a dicotomia escravo-dócil (tese freyreana) e escravo-coisa/revoltado ¹⁶⁸ (tese corrente na historiografia dos 1960 e 1970) ¹⁶⁹. Ora, essa busca pelo rompimento com tal dicotomia foi precisamente elencada por Sidney Chalhoub como uma das principais características da historiografia que viria a se constituir nos anos 1980; para ele, tratava-se, em suma, de superar “a necessidade de optar entre a violência e “doçura” na caracterização das relações escravistas”. ¹⁷⁰ Não se pode negar, portanto, que tal posição de Ciro Cardoso, acerca do entendimento das possibilidades do ser escravo, é ilustrativa de como seus trabalhos não só ocuparam um lugar importante na discussão sobre a formação social brasileira, mas como também abriram um ponto de ligação com a produção historiográfica dos anos 1980.

Por fim, e tão importante quanto os outros elementos acima apontados, aparece a questão da “brecha camponesa”. Tal expressão, desenvolvida por Tadeusz Lepkowski em *Haiti* (1964) e aplicada por Sidney Mintz em *Caribbean transformations* (1974), foi retomada por Ciro Cardoso em sua reflexão sobre o modo de produção escravista colonial. De forma geral, a “brecha camponesa” diz respeito à determinadas práticas que na colônia escravista fugiam ao sistema de *plantation* em sentido estrito. Em Tadeusz Lepkowski, tais atividades correspondiam a duas categorias gerais: a agricultura de subsistência praticada pelos negros nos quilombos; e a agricultura praticada pelos escravizados em pequenos lotes de terra concedidos pelo senhor e que formavam uma mistura de camponês e escravo. ¹⁷¹ A análise de Ciro Cardoso se volta a essa segunda atividade e, prontamente, rejeita uma possível acusação de contradição na categoria escravo/camponês; pois o escravo, segundo o autor, ao mesmo

¹⁶⁶ Ciro Cardoso cita os seguintes trabalhos: *Patterns of race in America* (1964) de Marvin Harris e *Capitalism and slavery* (1944) de Eric Williams.

¹⁶⁷ CARDOSO, 1979, p. 99.

¹⁶⁸ Parte considerável da historiografia da escravidão nos anos 1960 e 1970 – como demonstrei no tópico anterior, através do movimento de desconstrução do mito da democracia colonial –, buscou atestar o peso das estruturas e da violência do regime escravista sobre os escravos, o que terminou por criar uma representação do escravo enquanto vítima – a ideia do escravo-coisa. Diante de um sistema opressor, a este escravo restava a alienação ou a revolta; por isso empreguei o termo “escravo-coisa/revoltado”. Ciro Cardoso defende o meio termo entre estes dois extremos.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 22.

¹⁷¹ CARDOSO, 1979, p. 133.

tempo que cumpria suas funções de cativo, também atendia todos os requisitos para ser compreendido como camponês, visto que ele apresentava, em linhas gerais, tanto uma “segurança no acesso à parcela” quanto um “grau de relação direta com o mercado” e um “grau de gestão sobre a parcela quanto à distribuição dos recursos disponíveis”¹⁷² – segundo Ciro Cardoso, os três principais requisitos da categoria “camponês”.

No tocante a este tema da “brecha camponesa”, três proposições foram defendidas pelo autor. A primeira delas afirma que tal atividade, dentro de uma perspectiva econômica, cumpria a função de “minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho”¹⁷³. A segunda proposição, por sua vez, diz respeito também a dimensão econômica e alega que a possibilidade da brecha camponesa dependia da intensidade da produção; nos períodos de pico produtivo os escravos deveriam comprometer-se com o trabalho voltado à exportação.

Por fim, a terceira e mais importante proposição destaca que no escravismo, como em outros sistemas econômico-sociais, “se estabelece entre a classe dominante e a classe explorada um acordo *contratual*”¹⁷⁴. De acordo com este último ponto, a “brecha-camponesa” deveria ser entendida como um acordo entre senhor e escravo. Para o primeiro, tratava-se de uma concessão com a intenção de “ligar o escravo à fazenda e evitar fugas”¹⁷⁵. Já para o segundo, as palavras de Ciro Cardoso são enigmáticas e se limitam a destacar que a brecha-camponesa era importante tanto economicamente quanto psicologicamente para o escravo. Se tais palavras são pouco esclarecedoras ou vagas, no entanto, a afirmação de que a “brecha camponesa” representava um acordo *contratual* pressupõe uma aceitação, mesmo que parcial, da agência e do papel do escravo dentro do regime escravista. Temos aqui, então, um terceiro e último elemento que possibilita compreender a abertura discursiva que Ciro Cardoso realizou frente à produção historiográfica dos anos 1980.

Neste momento é importante lembrar que a noção de “brecha camponesa” foi motivo de desavenças teóricas entre Ciro Cardoso e Gorender. Em sua crítica, exposta em *A escravidão reabilitada* (1990), Gorender colocou em xeque não a possibilidade da existência da economia escrava, e sim o “grau de generalidade e estabilidade da economia própria do escravo”¹⁷⁶. Em defesa de sua concepção, Gorender cita, entre outros documentos, uma ordem régia da Coroa portuguesa que cobrava dos senhores a responsabilidade de alimentar seus escravos, uma vez que não lhes concediam um dia livre para trabalharem por conta

¹⁷² Ibidem., p. 136.

¹⁷³ Ibidem., p. 137.

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ GORENDER, 1990, p. 71.

própria – disso inferindo-se a inexistência da “brecha camponesa” como fenômeno constante. De acordo com o autor, o motivo para que os senhores agissem dessa forma era, antes de tudo, econômico. É esta marca de Gorender, isto é, a sua afirmação do caráter profundo e determinante da economia, que considera a “brecha camponesa” como um fenômeno histórico incapaz de atingir uma dimensão estrutural.¹⁷⁷

Se destaco essa divergência entre os dois autores que defenderam a tese do modo de produção escravista colonial, é porque tal distanciamento entre eles aparece como elemento chave no modo como avaliaram a produção historiográfica dos anos 1980. Se, como foi demonstrado no tópico anterior, o “ambiente” discursivo de desconstrução do mito democracia racial foi um dos elementos que fundamentaram a crítica de Gorender à historiografia oitentista como sendo neo-freyreana; a sua concepção mais rígida de um modo de produção – atestada a partir de sua crítica à ideia de brecha camponesa – que negava as possibilidades de uma dinâmica maior na relações sociais dentro da sociedade escravista, aparece aqui também como um elemento de grande importância na compreensão de sua crítica à historiografia oitentista. É sua concepção teórica mais sistemática e mais fechada, portanto, que lhe permite, diferentemente de Ciro Cardoso, avaliar de forma negativa a produção historiográfica dos anos 1980.

Sendo assim, Ciro Cardoso, diferentemente de Jacob Gorender, soma diversos elementos que singularizam sua posição dentro da discussão dos modos de produção e que abrem um espaço para a emissão de um enunciado no geral positivo da historiografia oitentista. Trata-se de um espaço discursivo que, sem deixar de afirmar a importância do conceito de estrutura em sua análise, reconhece uma maior dinâmica e complexidade no quadro das relações sociais escravistas. É justamente tal percepção teórica que lhe permite reconhecer positivamente trabalhos como *Ser escravo no Brasil* (1982) de Kátia Mattoso, *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)* de João Luis Fragoso, *À margem da história* (1985) de Hebe de Castro, *A história na história econômico-social do Espírito Santo 1850/1888* (1981) de Vilma Almada, *Rebeldia negra e abolicionismo* (1981) de Lana Lage da Gama Lima e, entre outros, *O declínio da escravidão na Paraíba (1950-1888)* (1979) de Diana Soares; todos eles tendo em comum, em maior ou menor grau, a qualidade – aqui entendida em sentido positivo – de explorarem questões singulares referentes à sociedade escravista, sem, contudo, abandonarem – ou deixarem de reconhecer – a importância dos fatores estruturais na configuração social.

¹⁷⁷ Ibidem., p. 75.

Vale ressaltar, contudo, que Ciro Cardoso também reconheceu a existência de alguns poucos trabalhos produzidos neste período que não estariam alinhados a sua visão geral positiva da produção dos anos 1980. Um exemplo é a dissertação de Célia Azevedo, *O negro livre no imaginário das elites* (1985), que é criticado porque a autora teria afirmado a impossibilidade de se conciliar os conceitos de *estrutura* e de *luta de classes*; e o abandono total do conceito de *estrutura* é um pecado imperdoável para Ciro Cardoso. No entanto, no que diz respeito a sua posição acerca da produção historiográfica oitocentista, trabalhos como os de Azevedo não são suficientes para impedir uma visão geral positiva sobre a produção historiográfica dos anos 1980. Podemos reafirmar, portanto, que Ciro Cardoso a entende, comumente, como uma continuação da investigação das problemáticas que marcaram a parte final do debate dos modos de produção. Sua posição discursiva, neste sentido, apareceria como um elo entre a discussão dos anos 1960/1970 e a discussão que emerge a partir dos 1980 com sua preocupação voltada às singularidades, tanto no plano econômico quanto social, da sociedade escravista, incluindo aí uma visão mais propícia a enxergar os escravos como sujeitos ativos nos processos históricos.

4. Da abertura política à abertura teórica: os sujeitos em ação

A ênfase no papel dos sujeitos históricos, característica fundamental da produção historiográfica de Sidney Chalhoub, Silvia H. Lara e Maria H. Machado, é algo que pode ser explicada a partir de diversas articulações. Dissertaremos aqui sobre algumas que acredito serem fundamentais: os aspectos sócio-políticos ligados ao período de redemocratização do país; o movimento internacional de crítica à esquerda “burocrática” de viés stalinista; e, através da abertura teórica realizada no contexto institucional de consolidação dos cursos de pós-graduação, o encontro com os brasilianistas, com E. P. Thompson e a reformulação nos tipos e usos das fontes históricas.

A partir de 1979, se no Brasil ainda não havia uma democracia, também não se pode dizer que ainda existiria uma ditadura como aquela vigente nos anos anteriores, afinal, a partir desta data foi revogado um dos principais fundamentos do regime, os atos institucionais. Pode-se dizer, então, que entre 1979 e 1988 o país vivenciou um período de “transição democrática”, pois neste intervalo já não existiam os típicos mecanismos de exceção como instrumento de intervenção política; assim também a ausência de presos por motivos políticos; a volta dos exilados; a “independência” do poder judiciário; o surgimento de novos partidos, como o PMDB, o PTB, PDT e o PT; e certas inovações sindicais, com o

aparecimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). É neste contexto que os movimentos sociais começaram a emergir e que se pôde verificar a formação de um sindicalismo buscando autonomia em relação aos diversos partidos e à tutela estatal.¹⁷⁸

Somando-se e articulando-se a estes fatores, a profunda crise econômica, junto à inflação crescente, terminaram por contribuir para a configuração de grandes debates e para o aprofundamento de uma discussão acerca da noção de cidadania. A década de 1980, neste sentido, acabou revelando-se como um momento bastante relevante para o avanço democrático, “com a irrupção de múltiplos movimentos sociais: trabalhadores, mulheres, negros, índios, camponeses sem terra”.¹⁷⁹

Em 1981 Edgar de Decca escrevia:

A realidade começou a ceder em vários pontos. A aparência de ordem que atraiu, facilmente, boa parte da sociedade nos últimos quinze anos, parece se esfacelar pela multiplicação ininterrupta das vozes desordenadas. A realidade cede e se revela. Ecos das vozes dos operários, estudantes, donas-de-casa, professores e muitos outros invadem a cena do social e nos oferecem a dimensão da diversidade de poder, repercussões de lutas de uma sociedade que se institui e se revela ao mesmo tempo na sua divisão.¹⁸⁰

Na trilha desses novos caminhos [...] Iniciou-se um lento processo de crítica a uma dada concepção de marxismo, profundamente descarnada, que permanecia sempre no limite das abstrações.¹⁸¹

A experiência histórica pelo qual a sociedade brasileira passava naquele momento, com a abertura da ditadura militar; com a proliferação de diversos agentes sociais; e, sobretudo, com o descrédito em que a intelectualidade ligada ao PCB, com suas análises “descarnadas”, havia caído devido ao golpe de 64; tudo isso contribuiu significativamente para que no país ganhasse fôlego uma crítica aos fundamentos teóricos de uma esquerda considerada atrasada e presa ao esquematismo soviético¹⁸²; crítica essa, vale destacar, que emergira na Europa décadas atrás. O “maio de 68”, com sua proliferação de questionamentos,

¹⁷⁸ Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. A vida política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

¹⁷⁹ Ibidem., p. 110.

¹⁸⁰ DECCA, Edgar Salvadori De. 1930, *O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 31-32.

¹⁸¹ Ibidem., p. 34.

¹⁸² Representativa dessa crítica são as palavras de Sílvia H. Lara em artigo publicado na *Folha de São Paulo* em 1991. Segundo ela “Junto com o velho muro, a “Grande Teoria” foi também demolida”. Cf. LARA, SILVIA H. Gorender escraviza a História. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jan. 1991.

e que passou ao largo do Partido Comunista Francês, é sintomático ¹⁸³. De forma geral, no Ocidente europeu a “emancipação” dos rígidos modelos dos manuais stalinistas ¹⁸⁴ deu início a um movimento de debate renovador do marxismo principalmente a partir dos anos 1960 ¹⁸⁵. E se, contudo, neste processo de “desestalinização” da esquerda surgiram outros esquematismos – como o marxismo estruturalista de Althusser na França – na Grã-Bretanha, por sua vez, surgiu uma “nova esquerda” cuja marca principal, segundo E. Hobsbawm, estaria tanto na abertura de suas obras quanto em um certo desinteresse pelo econômico ¹⁸⁶. Destacaram-se nesta vertente autores como Raymond Williams e E. P. Thompson. Foi somente nos anos 1980, no entanto, que o Brasil apresentaria condições propícias – com o processo de redemocratização – tanto sócio-políticas quanto institucionais, para renovar os fundamentos teóricos do pensamento de esquerda. Não à toa E. P. Thompson aparece como um autor-chave na historiografia brasileira deste período.

Contudo, tanto as condições sócio-políticas quanto a crítica da esquerda a elas articulada – fatores significativos na maior consideração sobre os sujeitos históricos nas análises historiográficas –, não devem ser pensadas sem que também levemos em consideração as transformações pelas quais passaram a prática historiográfica com a implantação e consolidação dos cursos de pós-graduação pelo país. De acordo com Carlos Fico, se na década de 1970, momento de implantação das pós-graduações, havia um predomínio da “perspectiva teórica marxista”, da “busca de opções temáticas e metodológicas francesas” e da presença dos *brazilianists*; na década posterior, por sua vez, quando estes cursos já estariam se consolidando, algumas mudanças significativas teriam ocorrido, como o aumento do fluxo de pesquisas – o que aparece articulado ao crescimento da quantidade de bolsas fornecidas pelas agências de fomento –, uma maior definição do “perfil institucional”, assim como a “ampliação da bibliografia” a que historiadores tinham acesso e a proliferação de tendências teórico-metodológicas. ¹⁸⁷

Desses elementos que aparecem ligados ao momento de implantação e consolidação dos cursos de pós-graduação, dois são bastante significativos para a compreensão da crescente

¹⁸³ Cf. BADIOU, Alain. A hipótese comunista. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 35. ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 135; COSTA, E. V. da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. ANPUH-Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.

¹⁸⁴ Contribuiu para a crítica ao modelo soviético a morte de Josef Stalin em 1953 e a denúncia de seus crimes em 1956 por Nikita Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

¹⁸⁵ Cf. FONTANA, Joseph. *História, análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998. p. 229.

¹⁸⁶ *Ibidem.*, p. 244.

¹⁸⁷ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996. p. 192-194.

preocupação com os sujeitos históricos nas análises historiográficas de alguns autores a partir dos anos 1980. Tais elementos, que fazem parte de um mesmo movimento, são os que dizem respeito, por um lado, ao papel representado pelos brasilianistas na pesquisa histórica brasileira, e por outro lado, à abertura de referenciais teóricos que marcou a produção historiográfica brasileira sobretudo nos anos 1980.

Vale lembrar que esse momento, de implantação e consolidação dos cursos de pós-graduação, no qual foi abolido o regime de cátedras e efetuada a profissionalização do professor universitário, está inserido dentro do contexto da reforma universitária empreendida pelo regime militar. Não devemos nos esquecer, contudo, que se este processo de reforma se deu dentro da ditadura, os militares não devem ser entendidos como a única fonte atuante neste processo. Como bem destacou Rodrigo Patto Sá Motta, a reforma universitária foi sobretudo o resultado paradoxal de diversas forças contrárias, como “liberais, conservadores [...], religiosos, intelectuais (e professores universitários), a que se somaram os “conselhos” de assessores e diplomatas norte-americanos, tendo como cenário a rebeldia estudantil.”¹⁸⁸

Este interesse dos norte-americanos nos caminhos dos saberes brasileiros fez parte de uma atração geral dos Estados Unidos sobre a América Latina devido aos conflitos ligados ao contexto da Guerra Fria. Sob este pano de fundo, nos anos 1960 e 1970, as ciências sociais brasileiras sediaram uma verdadeira disputa de forças. De um lado, os ideais marxistas configuravam intenso ponto de atração, principalmente para os jovens estudantes que entravam em grande quantidade nas universidades e se entusiasmavam com os valores revolucionários. De outro lado, apareciam as ciências sociais norte-americanas que, apesar de não deixarem de levar em consideração os imbróglis sociais, pensavam-nos sob vias não revolucionárias, exatamente para fazer contraponto ao marxismo. Visando o abandono da adesão às ideias radicais por parte da intelectualidade brasileira, os Estados Unidos apresentaram como principal iniciativa o financiamento de centenas de bolsistas¹⁸⁹. A Fundação Ford, por exemplo, atuou de forma intensa no Brasil, “investindo” milhões de dólares em financiamentos¹⁹⁰. Isso terminou por fazer com que diversos estudantes brasileiros passassem por uma experiência de ampliação de perspectivas, através do contato com diversos autores e linhas de pesquisa, sobretudo com as análises quantitativas.

Somando-se a isso, principalmente após a Revolução Cubana, os Estados Unidos também deram estímulo a um massivo fluxo de recursos para que estudiosos norte-

¹⁸⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 8.

¹⁸⁹ *Ibidem.*, p. 274-275.

¹⁹⁰ É significativo destacar que autores como Silvia H. Lara e João José Reis receberam financiamento da Fundação Ford para a realização de suas pesquisas de doutoramento.

americanos compreendessem o que havia acontecido de “errado” com a América Latina. Tais recursos, segundo James N. Green, “permitiram aos acadêmicos norte-americanos estudar o português, passar um ano de trabalho intensivo nos arquivos do Brasil, e voltar com material para uma tese de doutorado e eventualmente um livro.”¹⁹¹

Neste contexto houve um “boom” de estudos norte-americanos sobre o Brasil. No caso da escravidão surgiram vários trabalhos relevantes como: *Upheaval, violence, and the abolition of slavery in Brazil: the case of São Paulo* (1969) de Robert Toplin e *The destruction of brazilian slavery (1850-1888)* (1972) de Robert Conrad, que foram entendidos por Maria H. Machado como exemplos da consideração, na análise historiográfica, do papel dos escravos no processo abolicionista; *The demography and economics brazilian slavery (1850-1888)* (1976) de Robert Slenes, por sua vez, foi visto, também por Maria Machado, como uma solução para se pensar o universo do escravo, através de diversas contingências e de formas distintas de acomodação e resistência, sem cair na dicotomia escravo-dócil/escravo-rebelde; já *The black family in slavery and freedom (1750-1925)* (1976) de Herbert Gutman foi considerado por Sidney Chalhoub como um esforço no sentido de solucionar a problemática entre a averiguação da eficácia do domínio senhorial e a realidade da existência da cultura dos escravos.¹⁹²

Apesar destes trabalhos – que diziam respeito à realidade escravista brasileira – terem contribuído através de suas temáticas e abordagens para chamar a atenção dos sujeitos históricos nas análises historiográficas, nenhum deles causou tanto impacto como os trabalhos de Eugene D. Genovese. Sua obra de maior destaque, *Roll, Jordan, roll: the world the slaves made* (1974), que se debruçou sobre a realidade escravista dos Estados Unidos, chamou a atenção principalmente devido às suas concepções teóricas. De acordo com o autor:

[...] os escravos encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo numa doutrina diferente da imaginada por seus senhores e de transformá-la em arma de resistência às asserções de que a escravidão era uma condição natural para os negros, de que os negros eram racialmente inferiores e de que os escravos negros não tinham quaisquer direitos próprios.

¹⁹¹ GREEN, James N. Prefácio. In: Anais brasileiros e brasilianistas: novas gerações, novos olhares. Uma homenagem a Emília Viotti da Costa. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014. p.11.

¹⁹² Outros trabalhos significativos e que entram nessa relação, são: SCHWARTZ, Stuart B. “Resistance and accommodation in eighteenth-century Brasil: the slave’s view of slavery”. *Hispanic American Review*. V.57, n.1, p.69-81, 1979; DEAN, Warren. *Rio Claro: a brazilian plantation system, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976; EINSENBURG, Peter L. *The sugar industry of Pernambuco 1840-1910*. Berkeley: University of California Press, 1974. AUFDERHEIDE, Patricia Ann. *Order and violence: social deviance and social control in Brazil (1780-1840)*. Tese de Doutorado, Univeristy of Minnesota, 1976;

Assim, ao aceitar um *ethos* paternalista e ao legitimar o domínio de classe, os escravos desenvolveram sua mais poderosa defesa contra a desumanização implícita na escravidão. O paternalismo sulista pode ter reforçado o racismo, assim como a exploração de classe, mas também, inadvertidamente, induziu suas vítimas a plasmar sua própria interpretação da ordem social que pretendia justificar [grifos nossos].¹⁹³

Tal passagem torna evidente uma visão da história que não somente busca levar em consideração os sujeitos históricos da “camada de baixo” na hierarquia social, mas que, antes de tudo, também concebe o papel ativo desses mesmos sujeitos na construção de suas visões de mundo. Não é casual, portanto, que os três autores que aqui recebem nossa atenção, Maria H. Machado, Silvia H. Lara e Sidney Chalhoub, preocupados com os escravos enquanto agentes históricos, citaram o estudo de Genevose em suas teses e dissertações. De acordo com Maria H. Machado, em *Roll, Jordan, roll* Genevose teria revelado que o processo de criação de uma cultura escrava aparecia profundamente conectado às relações escravistas, “à medida em que a opressão destas relações foram respondidas com a constante improvisação de mecanismos de resistência e acomodação”; tal percepção levaria em consideração “os comportamentos dos escravos como fatores de pressão permanente no meio sócio-econômico no qual achavam-se integrados”¹⁹⁴. Silvia H. Lara, por sua vez, afirmou que se o trabalho de Genevose evoluía no entendimento de uma sociedade ao mesmo tempo patriarcal e capitalista, “avançava ainda mais ao mostrar que o próprio paternalismo tinha tido leituras diferentes por parte de senhores e escravos”¹⁹⁵. Por fim, Sidney Chalhoub colocaria *Roll, Jordan, roll* como uma das obras fundamentais na “tentativa de resolução do aparente paradoxo entre a constatação da eficácia da política de domínio senhorial e a contínua descoberta das práticas culturais autônomas por parte dos escravos”.¹⁹⁶

Em termos bibliográficos, *Roll, Jordan, roll*, assim como os outros trabalhos norte-americanos, não foram, contudo, os únicos a causarem impacto em uma determinada corrente de historiadores brasileiros da escravidão. Como destaquei anteriormente, a partir do início dos 1980, quando da consolidação dos cursos de pós-graduação na área, e com a expansão dos incentivos das agências de fomento à pesquisa, houve também uma abertura teórica através do contato com diversos autores estrangeiros, isso em parte devido à nova dinâmica dos cursos

¹⁹³ GENEVOSE, Eugene. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 25.

¹⁹⁴ MACHADO, Maria Helena P. T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.8, n. 16, p. 143-160, 1988. p. 146.

¹⁹⁵ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 108.

¹⁹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 28.

de pós-graduação, e em parte à relativa ampliação do mercado editorial. Cabe destacar que, neste momento, dentro do âmbito do marxismo, por exemplo, houve um refinamento de leituras de trabalhos como os de Gramsci, de W. Benjamin, de autores da historiografia inglesa como E. P. Thompson e Hobsbawm, assim como da micro-história italiana de Ginzburg. Do mesmo jeito se deu também a aproximação de autores de outras disciplinas, como Michel Foucault ¹⁹⁷ na filosofia e Clifford Geertz na antropologia, apenas para citar dois exemplos. ¹⁹⁸

Pensando de modo mais agudo na problemática que nos interessa aqui, isto é, na preocupação que determinados historiadores revelaram com o papel dos sujeitos históricos em suas análises, um destes autores estrangeiros – dentre os vários que receberam atenção especial da historiografia brasileira nos anos 1980 – aparece como essencial. Este autor é E. P. Thompson. Nas teses de Sidney Chalhoub e Silvia H. Lara, por exemplo, a tônica – no tocante à apropriação de Thompson – gira em torno da crítica dos modelos de base e superestrutura que os autores entendiam ser mecanicista e simplista.

Chalhoub, dando destaque à *Senhores e caçadores* (1977), e, Silvia Hunold Lara, citando *Miséria da teoria* (1978), destacaram a importância da compreensão da cultura como um elemento a ser entendido de modo dinâmico e não como mero reflexo da dimensão econômica. Para Silvia H. Lara, a ideologia, antes de ser entendida como uma imposição da classe dominante, deveria ser concebida de forma plural – *ideologias*, e não *ideologia*, no singular. Além disso, a autora afirmava que as diferenças entre as ‘leituras de mundo’ também deveriam ser entendidas como elementos forjados nos embates cotidianos, perpassando a sociedade em todos os níveis ¹⁹⁹. De modo um pouco diferente, mas ainda assim dentro da crítica aos modelos de base/superestrutura, Sidney Chalhoub, cita *Folklore, anthropology and social history* (1977) e busca compreender a “cultura” – isto é, os “significados sociais gerais” – como uma dimensão capaz de revelar os “lugares onde as lutas de classe e outros conflitos presentes numa determinada sociedade se revestem de um caráter político mais decisivo” ²⁰⁰.

¹⁹⁷ Apenas à título de ilustração, no caso específico dos autores aqui analisados, dois citam Foucault diretamente. Maria H. Machado, por exemplo, em *Crime e escravidão* (1985) cita a coletânea de textos coligidos por Roberto Machado – intitulada *Microfísica do poder* – para discorrer sobre a utilização de fontes que transcendem o plano institucional e possibilitam a abertura de um diferenciado ponto de observação das relações de poder; já Silvia H. Lara, por sua vez, em *Campos da violência* (1986) cita *Vigiar e Punir* (1975) para tratar do tema do discurso dos castigos exemplares.

¹⁹⁸ Um panorama geral dos trabalhos estrangeiros, que aparecem inseridos neste momento de renovação teórica vivenciado pela historiografia brasileira a partir dos anos 1980, assim como dos principais debates que aí se delinearão, pode ser encontrado em: RAGO, Margareth. “A “nova” historiografia brasileira”. *Anos 90*, n.11, 1999.

¹⁹⁹ LARA, 1988, p. 43-44.

²⁰⁰ CHALHOUB, 2011, p. 28.

Ora, essa crítica que ambos fazem àquilo que provavelmente nomeariam de “marxismo vulgar”, uma vez que coloca os elementos culturais como resultados de disputas de poder, necessariamente termina por retirar os “escravizados” de um lugar passivo, e passa a levar em consideração suas visões de mundo, não mais como uma imposição dos senhores, mas como algo forjado na própria dinâmica das relações entre senhores e escravizados.

Já no que diz respeito ao caso particular de Maria H. Machado, a autora emprega a mesma lógica crítica que Sidney Chalhoub e Silvia H. Lara, mas aplicando-a especificamente à questão do “crime”. Em *Crime e escravidão* (1985) Machado afirma fazer coro à E. P. Thompson na crítica ao entendimento do “crime” – em se tratando do caso específico da temática da implantação das fábricas na Europa Ocidental – como mero “subproduto da gestação de um proletariado”²⁰¹. Ao contrário disso, defende que se o crime fosse analisado em si mesmo, ele poderia revelar-se “como indicador valioso de complexas e dinâmicas relações sociais de dominação”²⁰². O crime, deste modo, aparece como um fenômeno social configurado por forças distintas e em contraposição, forças atreladas a visões de mundo e interesses variados. Em outras palavras, no caso das relações entre senhores e escravos, tratava-se, então, de levar em consideração a agência dos escravos nos eventos criminais.

A problemática do “crime”, apesar de ser central na dissertação de Maria H. Machado, não é um tema exclusivo da autora. Tanto Silvia H. Lara quanto Sidney Chalhoub se aproximaram amplamente dessa questão. O “crime” servia, para estes historiadores, antes de tudo, como um canal de acesso para penetrar nas intenções dos escravizados; e isso tem muito a ver, em grande parte, com a especificidade das fontes criminais. Em *Sujeitos no imaginário acadêmico* (2009), artigo em que Chalhoub defendeu a ideia de uma mudança de paradigmas na historiografia da escravidão a partir dos anos 1980 – *paradigma da ausência x paradigma da agência* – o autor faz uma crítica ao modelo de análise documental empregado por um grupo de autores dos anos 1970²⁰³. Segundo ele, tais autores, quando afirmavam a coisificação dos escravizados, o faziam a partir de uma “leitura perfunctória das fontes oitocentistas, em especial relatos de viajantes cujas descrições e comentários incorporavam-se ao argumento sociológico sem qualquer [...] atenção aos preconceitos culturais etnocêntricos”²⁰⁴. Em contraposição a esta postura, Chalhoub afirmava que, junto com a busca por uma nova forma de analisar os escravizados, aparecia também a necessidade de explorar outros tipos de

²⁰¹ MACHADO, 1987, p. 24.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ O autor que aqui aparece em destaque é Fernando H. Cardoso em seu trabalho *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962).

²⁰⁴ CHALHOUB; SILVA, 2007, p. 21.

documentos históricos. O problema e a solução são apontados por Maria H. Machado. Segundo ela, “se durante muito tempo a crença na inexistência de fontes adequadas para a recuperação da escravidão no Brasil desestimulou a pesquisa documental [...]” a partir dos anos 1980, por sua vez, os historiadores redescobriram “nos arquivos e nos cartórios” as ferramentas ideais para o desenvolvimento dos estudos sobre a escravidão no Brasil ²⁰⁵. De acordo com Silvia H. Lara, mesmo que filtrada pelas penas do escrivão, os “processos criminais” e os “autos de inquirição” revelaram-se documentos essenciais para trazer até ao historiador o registro do cotidiano colonial, no qual, vale ressaltar, emergem as vozes dos próprios escravos.

Deste modo, tanto essa questão das fontes históricas, assim como todas as outras questões vistas que procuramos destacar ao longo deste tópico – como as transformações sócio-políticas, institucionais e o acesso a uma nova bibliografia estrangeira – contribuíram de forma significativa para que o papel dos sujeitos históricos ganhasse destaque nas análises historiográficas. É importante frisar que este fenômeno historiográfico teve sua abrangência e atingiu autores outros, como Eduardo Silva, João José Reis e Célia M. de Azevedo, e não somente S. Chalhoub, Silvia H. Lara e Maria H. Machado. Entretanto, a ênfase e a importância que estes três últimos autores atribuíram a esta tendência historiográfica fez com que eles, ao buscarem discorrer sobre a produção dos anos 1980, terminassem filtrando a totalidade dessa produção; e, devido à ressonância de seus “balanços” historiográficos sobre o período – ressonância essa fortificada pelo “poder” de seus “lugares enunciativos” – tornou-se comum a reprodução de uma visão da historiografia dos anos 1980 como se esta se reduzisse simplesmente à mudança na forma de compreender o papel dos sujeitos históricos.

É óbvio que esta não era a intenção dos autores, já que seus balanços não visavam esgotar a produção dos anos 1980. O que destacamos, e reafirmamos, é que, devido à falta de investigações mais profundas sobre o período, assim como pela força institucional que o eixo sudeste da produção historiográfica representa, os enunciados emitidos por tais autores – e que reverberam até os dias de hoje, como apontamos no final do primeiro capítulo desta tese – , quando lido por não especialistas, acabam contribuindo para a reprodução de uma imagem limitada da historiografia da escravidão nos anos 1980. A proposta do próximo capítulo não é a de renegar os enunciados sobre os quais vim discorrendo até o momento, e sim a de inseri-los numa totalidade não limitada unicamente por eles.

²⁰⁵ MACHADO, 1988. p. 144.

5. Considerações finais: os terrenos, suas aproximações e distanciamentos

Como foi possível perceber ao longo deste capítulo, os enunciados em questão emergem, ou melhor, apresentam conexões pertinentes com determinados terrenos discursivos específicos que, em certos momentos, aparecem sobrepostos. Foi a partir do desvelamento destes “espaços de condição” – caracterizados tanto por elementos teóricos quanto sócio-políticos – que a “emergência” de tais enunciados pôde ser significada.

O primeiro enunciado apresentado foi o emitido por Jacob Gorender e reverberado por Suely Queiróz – enunciado que afirmava ser a historiografia dos anos 1980 eminentemente um retorno aos pressupostos emitidos por Gilberto Freyre de *Casa-grande & senzala* (1933). Tal enunciado teve suas condições de emergência explicitadas quando visto a partir do campo discursivo do qual emergiu. Neste caso específico, buscando as raízes de tal enunciado através da investigação dos principais trabalhos produzidos por tais autores, assim como pela descoberta do “ambiente” de debates em que tais trabalhos apareceram articulados, foi possível compreender a busca pela desconstrução do ‘mito da democracia racial’ como um fator decisivo no olhar que tanto Jacob Gorender quanto Queiróz lançaram sobre a sociedade escravista.

A partir dos anos 1950 e 1960, com a queda do regime nazista, com o descrédito das teorias raciais e com a fomentação da luta pelos direitos civis nos EUA, abriu-se um espaço para a investigação crítica acerca do tema das relações raciais de forma geral. No Brasil, especificamente, este debate se deu em um cenário singular, em que o desenvolvimento sócio-econômico que o país vinha assistindo desde os anos 1930 encontrava forte resistência de determinados elementos arcaicos; elementos que remontavam, segundo alguns autores, ao passado escravista. Era preciso, naquele momento, portanto, para combater a insistência deste passado oligárquico, racista e atrasado, investigar e compreender as suas origens. Era esta a finalidade política e engajada que aparecia como pano de fundo impulsionador de muitas das pesquisas sobre a escravidão. Foi a partir desse clima que se tornou possível compreender o discurso anti-freyre; pois tal autor, com suas noções de “patriarcalismo” e “clientelismo”, teria construído uma visão da escravidão que, ao aliviar o papel “opressor” dos senhores, criaria, ao mesmo tempo, uma base de legitimação ao arcaísmo, assim como uma espécie de bloqueio às críticas aos elementos oligárquicos ainda presentes na sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960.

Dentro deste contexto, uma série de pesquisas nascidas no campo da sociologia, em parte “iniciadas” por Florestan Fernandes através de *Relações raciais entre negros e brancos*

em São Paulo (1955) e seguidas pelos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, ressoaram também na historiografia, pelo menos no que diz respeito a alguns pressupostos gerais – dentre eles o mais importante aqui, a busca pela desconstrução do mito da democracia racial – o que foi feito através da ênfase nos aspectos negativos da escravidão, e do revisionismo da obra de Freyre. É neste terreno que aparecem inseridos os trabalhos de Suely R. Queiróz, *Escravidão negra em São Paulo* (1972), e de Jacob Gorender, *O escravismo colonial* (1978).

Uma vez que tais autores ocuparam uma função ativa dentro deste espaço comum, cuja característica marcante era a crítica à visão “idílica” da escravidão, não é surpresa que eles tenham visto com maus olhos uma gama de trabalhos que surgiram a partir dos anos 1980 cuja preocupação central passava longe de ser a denúncia das mazelas da escravidão. Além disso, e talvez mais importante ainda, foi a ênfase que determinado segmento de trabalhos oitentistas lançou sobre a agência escrava; pois a concepção historiográfica de que o escravo era elemento ativo no processo histórico terminou sendo vista como um retorno à Freyre. Segundo a lógica de Gorender e Queiróz, se o escravizado, enquanto agente, aceitasse sua condição de cativo, isso somente poderia acontecer caso ele entendesse a escravidão de forma positiva, daí a ligação com os pressupostos de *Casa-Grande & Senzala*.

Quanto ao segundo enunciado, formulado por Ciro F. Cardoso – que compreendia a produção dos anos 1980 como uma espécie de “continuação” das teses referentes ao período final de debate acerca dos modos produção no Brasil – foi possível perceber que suas condições de possibilidade de emergência diziam respeito justamente à “resolução” deste mesmo debate acerca das formações históricas no Brasil. Tal debate, aberto por Caio Prado Jr a partir de algumas concepções teórico-metodológicas específicas, que foram analisadas neste capítulo, buscava identificar o “sentido” último da formação da sociedade brasileira. Partindo de uma postura economicista, tal debate formulou três explicações gerais acerca da realidade nacional: uma que concebia a sociedade colonial como um reflexo do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu; outra que compreendia a sociedade brasileira através do conceito de modo de produção feudal; e a última, por fim, defendida principalmente por Jacob Gorender e Ciro Cardoso, que concebia a realidade histórica brasileira através de um modo de produção historicamente novo, intitulado “escravismo colonial”. Foi justamente a forma pela qual esses dois autores se posicionaram dentro deste terreno comum – terreno cujas balizas se definiam a partir de noções como as de “estrutura”, “economicismo”, “modo de produção”, “totalidade” e “sentido último” – que lhes permitiu divergir no modo de enunciar a produção historiográfica dos anos 1980.

Enquanto Jacob Gorender ajustou-se de modo exemplar a este terreno, Ciro Cardoso abriu uma brecha que lhe permitiu, até certo ponto, se sobrepor a outro terreno: o da agência escrava, solo comum de Sidney Chalhoub, Silvia H. Lara e de Maria H. Machado. Dois pontos foram essenciais para compreender esta abertura provocada por Ciro Cardoso. O primeiro ponto foi a sua busca pela superação da dicotomia escravo-dócil/escravo-rebelde – dicotomia que pode ser traduzida através do antagonismo entre a agenda freyreana e agenda historiográfica dos anos 1960 e 1970. Em segundo lugar apareceu o conceito de “brecha camponesa” através do qual Ciro Cardoso defendia a ideia de relação contratual entre senhores e escravos. Estas duas propostas, como foi visto, nos anos 1980 seriam amplamente defendidas pelo segmento historiográfico marcado pela tônica da agência escrava.

Deste modo, se por um lado Ciro Cardoso empregava conceitos como os de “estrutura” e de “modo de produção”, que os colocavam no debate acerca das formações históricas, por outro lado o autor também empregava termos, como o de “brecha camponesa”, que lhe permitiam perceber as “relações sociais” de um modo mais “flexível”, abrindo espaço até mesmo para conceber a noção de “agência escrava”. Foram justamente essas rearticulações teóricas que lhe permitiram entender a historiografia da escravidão de um modo muito mais maleável e positivo que o de Jacob Gorender. Este último, por estar mais próximo de uma postura economicista, e, principalmente, por também partir de um espaço bem delimitado dentro do terreno do discurso anti-freyreano – terminou por construir um enunciado muito mais negativo acerca da historiografia dos anos 1980.

Por fim, chegamos à problemática referente ao terceiro e último enunciado analisado, segundo o qual o eixo central da historiografia da escravidão dos anos 1980 estaria na ênfase dada pelos historiadores ao papel ativo dos sujeitos históricos. Como busquei demonstrar ao longo do terceiro tópico, o surgimento dessa preocupação com os sujeitos históricos nas análises historiográficas apareceu articulado a diversos fatores. De um lado, no que diz respeito às condições sócio-políticas, estavam os elementos contextuais ligados ao processo de redemocratização do país, dentre eles a rearticulação do papel e da importância de diversos atores políticos, como os movimentos sociais, sindicais, feministas, negros e, acontecimento de grande envergadura, o surgimento de um partido de base, o PT. Tudo isso, vale ressaltar, articulando-se à ampliação de uma discussão acerca da noção de cidadania.

De outro lado, por sua vez, apareceram os fatores institucionais e de ordem teórica. Como procurei destacar, a implantação e a consolidação dos cursos de pós-graduação no país mostraram-se imbricadas a dois fatores importantes. Em primeiro lugar, a influência dos Estados Unidos. Sob o clima da Guerra Fria e da consolidação da Revolução Cubana, o

governo norte-americano buscara ampliar seu espaço de influência ideológica sobre a América Latina. Neste ínterim, promoveram a aproximação entre os intelectuais brasileiros e os norte-americanos; por um lado financiando pesquisas de estudiosos brasileiros em solo americano, por outro incentivando a vinda de diversos pesquisadores norte-americanos ao Brasil. Esse intercâmbio possibilitou que a historiografia brasileira da escravidão tivesse acesso a uma nova bibliografia. Uma miríade de trabalhos que, com destaque para *Roll, Jordan, Roll* de E. Genovese, em muitos aspectos contribuiu para as reflexões que chamavam a atenção da importância do papel dos escravizados na compreensão de diversos temas referentes ao período escravista.

Por fim, e não menos importante, está, para além do contato com a produção dos norte-americanos, a abertura bibliográfica propiciada pela nova dinâmica dos cursos de pós-graduação. Foi neste contexto que autores até então pouco divulgados e conhecidos no Brasil começaram a receber maior atenção por parte dos historiadores brasileiros. Tratava-se de uma bibliografia, vale ressaltar, que transcendia o campo historiográfico e que dizia respeito também a autores da filosofia, como Michel Foucault, e da antropologia, como Clifford Geertz. Entretanto, foram as concepções teóricas de um historiador, E. P. Thompson, que mais causaram impacto entre o segmento de autores ligados ao terceiro enunciado aqui analisado. As concepções teóricas deste historiador britânico atuavam em consonância com a crítica “neo-marxista” aos modelos ditos mecanicistas e fomentava uma reflexão sobre a importância dos elementos culturais. A “cultura” – entendida como campo de signos sociais configurados pelo embate de forças entre diferentes sujeitos – aparecia como dimensão privilegiada na compreensão dos processos históricos. Tratava-se de uma concepção de grande relevância para que os historiadores brasileiros pensassem também as relações entre senhores e escravos, colocando, assim, em xeque as abordagens economicistas da produção historiográfica das décadas anteriores.

Foram estes, portanto, os principais elementos – sejam da ordem sócio-política ou teórica – que ajudaram a sedimentar o terreno a partir do qual emergiu o discurso de Sidney Chalhoub, Silvia H. Lara e Maria H. Machado. E é justamente por partir deste lugar, ou, antes, por assumir uma posição “militante” dentro deste “espaço de condição discursiva”, que tais autores terminaram por sobrevalorizar um composto de trabalhos – também inseridos neste mesmo terreno – como se eles resumissem toda a produção historiográfica dos anos 1980.

Levando-se em consideração os autores analisados neste capítulo, vale também lembrar que todos eles, ao emitirem seus enunciados acerca da produção historiográfica dos

anos 1980, partiram de recortes específicos; isto é, analisaram determinados grupos de trabalhos enquanto ignoraram outros. Sendo assim, poderíamos ainda indagar: “por que eles escolheram certas obras e não outras?” Ora, finalizo este capítulo afirmando que tal questão só pode ter a ver com o mesmo motivo pelo qual nossos autores enunciaram determinados enunciados, e não outros, acerca da produção oitentista. Uma vez que uma das principais tarefas historiográficas de Gorender girava em torno da desconstrução do mito da democracia racial, foi, portanto, esperado que sua principal atenção tenha se direcionando àquelas obras oitentistas que, segundo sua concepção, estavam sinalizando um retorno à Gilberto Freyre. Já Ciro F. Cardoso, por sua vez, ao assumir em sua obra alguns pressupostos teóricos que sinalizavam uma abertura em relação à produção dos anos 1960 e 1970, e, ao mesmo tempo, ao ocupar um lugar institucional como orientador na UFF, acabou privilegiando em sua análise os diversos trabalhos por ele orientados e/ou sintonizados às suas próprias concepções historiográficas. A mesma lógica vale para Sidney Chalhoub, Silvia H. Lara e Maria H. Machado, com a particularidade de que tais autores, uma vez que ainda estavam na posição de pós-graduandos, terminaram atribuindo importância excessiva às suas próprias “inovações” historiográficas; sendo este o “espírito” que atuou sobre o recorte de trabalhos por eles efetuado.

Capítulo III

Elementos do cotidiano escravo, abolição e fragmentos temáticos: a produção dos artigos

1. Apontamentos sobre duas questões heurísticas

Diante da extensão da totalidade da produção historiográfica eclipsada, tomamos duas decisões: separar um espaço para a análise dos artigos e outro para a análise das teses e dissertações. A primeira decisão justifica-se por duas razões. Em primeiro lugar, ela diz respeito ao fato dos autores dos artigos serem, quase em sua totalidade, distintos dos autores das teses e dissertações. Essa questão é problematizada ao final desse capítulo. Em segundo lugar, a decisão de separar em blocos distintos a análise dos artigos e das teses e dissertações relaciona-se ao fato de que os dados referentes aos autores dos artigos – e seus lugares de produção – são fragmentados, de modo que analisar artigos e teses e dissertações juntos prejudicaria uma distinção clara dos lugares de produção das teses e dissertações, essas facilmente localizáveis.

Dito isso, passemos a delimitar a opção teórico-metodológica empregada no capítulo que se segue. Diante da extensão do *arquivo* documental optamos em explorá-lo através de uma porta de entrada específica: os temas. Estes, apesar de não se referirem a conceitos ou modelos teóricos específicos de maneira causal, também não deixam de ser um pertinente atributo de âmbito teórico, afinal há diferenças significativas entre uma história da *experiência de ser mulher negra escravizada* e uma história das *implicações do capitalismo, enquanto modo de produção, no processo abolicionista*. Como são as questões teóricas que nos interessam aqui, decidimos separar a bibliografia geral em temas comuns, para, então, a partir daí, fazermos uma análise interna dos artigos, buscando explorar suas singularidades teórico-metodológicas e colocá-los em perspectiva comparativa.

Segue-se, portanto, a análise de três agrupamentos específicos. Os dois primeiros giram em torno de uma temática comum. Tais agrupamentos são: *os aspectos da vida social do ser escravizado* e *o fenômeno abolicionista*. O terceiro agrupamento, diante da impossibilidade de ser delimitado por uma temática comum, aparece caracterizado pela pluralidade de temáticas. Trata-se, portanto, de um agrupamento de *temáticas residuais*, que

não foram passíveis de serem unificadas²⁰⁶. Por fim, o leitor encontrará algumas considerações finais que buscaram juntar os pontos tecidos ao longo do capítulo e colocá-los em relação com os enunciados explorados na primeira parte da tese.

2. Aspectos da vida social do ser escravizado

Em relação aos eixos temáticos formados dentro da miríade de textos que compõem a historiografia eclipsada em questão, podemos evidenciar um eixo em destaque. Trata-se de um composto de trabalhos cuja preocupação principal girou em torno de elementos referentes aos aspectos fundamentais da vida social do ser escravizado. Estes aspectos, por sua vez, configuram-se em torno de dois tópicos gerais: um preocupado com questões de ordem mais geral – isto é, referente aos escravizados de uma forma geral –, como o tema das moradias, das ocupações, dos casamentos, das famílias e dos “rituais” fúnebres dos escravizados; o outro voltado à vida dos escravizados de acordo com sua condição natural, como *ser* mulher ou *ser* criança. Cabe agora, então, averiguar como tais estudos buscaram, em termos teórico-metodológicos, tratar tais temáticas.

Como ponto de partida, podemos começar com o artigo de Ana de Lourdes Ribeiro da Costa²⁰⁷, intitulado *Moradia de escravos em Salvador no século XIX* e publicado em 1988 pela revista de História *Clio*. Buscando justificar a pertinência do estudo, a autora destaca a importância do tema na compreensão “de uma faceta” da população escrava, além de também ser significativo quanto ao entendimento do objeto “cidade”. No entanto, se o texto traz elementos consideráveis a respeito da vida dos escravizados quanto ao tema das moradias, em pouco ele aprofunda a reflexão acerca da dimensão histórica das cidades.

Em sua maior parte, o texto, partindo de dados contidos em relatos de viajantes e em censos históricos, apresenta-se como descrição arquitetônica dos principais tipos de moradias que comportavam homens escravizados e/ou libertos. No entanto, a autora não se limita a isso e cria nexos explicativos acerca do morar escravo. Segundo ela, a dinâmica das moradias aparecia atrelada às “formas de organização do trabalho escravo”²⁰⁸. Porém, tal argumento

²⁰⁶ Devido ao excessivo número de artigos que compõem estes grupos, foi necessário fazer um processo de triagem com a finalidade de tornar a análise possível. Sendo assim, foram excluídos da análise três categorias de artigos: aqueles cujos autores foram citados pelos enunciados; aqueles que, ao invés analisarem um objeto referente ao tema da escravidão, optaram por fazer discussões de ordem teórico-metodológicas; e, por fim, aqueles que apresentaram propostas temáticas repetidas.

²⁰⁷ É digno de nota destacar que tal artigo configura-se enquanto expressão de apontamentos referentes a uma pesquisa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela UFBA.

²⁰⁸ COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Moradia de escravos em Salvador no século XIX*. *Clio*, Recife, n.11, p. 95-104, 1988. p. 95.

não vem acompanhado de análises sistemáticas acerca das relações sociais e muito menos de elementos referenciais da economia escravista. Além disso, a própria relação entre tipos de trabalho e tipos de moradia parece não se sustentar, uma vez que nos dados apresentados pela autora existem escravos de *aluguel* e de *ganho* que podem tanto morar, ou não morar, com seus senhores. Uma tendência, todavia, parece ser a dos escravos domésticos que, por não disporem de renda, comumente moravam junto de seus senhores.

De forma ampla, portanto, o texto se limita à descrição de diferentes tipos de moradas e de diferentes estruturas de moradores: escravizados morando em andares diferentes do de seus senhores; escravizados morando no mesmo andar; escravizados morando com outros escravizados e/ou libertos e escravizados morando sozinhos. A par disso, o texto não cria vínculos explicativos com elementos mais estruturais, ou gerais, da sociedade. Limita-se, por sua vez, a evidenciar, a partir de um trabalho de João José Reis, um movimento de mudanças nos tipos de moradias, desde o início do XIX, na cidade de Salvador, em que os “antigos habitantes de elite iam sendo substituídos pelas camadas média e famílias pobres da população, sendo os sobrados gradativamente substituídos em vários fogos²⁰⁹,²¹⁰. Esta observação, contudo, não recebe maior aprofundamento analítico.

Outro tema abordado, dentro do tema-maior do “ser escravizado”, foi o dos casamentos entre escravizados e/ou forros. Um artigo que tratou dessa questão foi o de autoria da portuguesa, e professora livre docente da USP, Maria Beatriz Nizza da Silva, com o título de *Casamentos de escravos na Capitania de São Paulo* e publicado em 1980 pela revista *Ciência e Cultura*²¹¹. De acordo com a autora, a intenção do texto foi a de rebater um argumento – cujo o autor, ou autores, não são mencionados – segundo o qual o casamento entre escravizados era uma prática reprovada pelos senhores pelo motivo de que ela “constituía uma ameaça de alforria e libertação por parte de [...] africanos já escravizados”.²¹²

Para isso, Da Silva lança mão de uma renovação empírica. Segundo ela, para se tratar do assunto com mais precisão seria necessário ir além dos registros das igrejas e incorporar

²⁰⁹ O termo “fogo” refere-se à ideia de unidade familiar.

²¹⁰ *Ibidem.*, p. 101.

²¹¹ Além deste artigo, existe um outro que trata da mesma temática: GUERZONI FILHO, Gilberto, NETTO, Luiz Roberto. Minas Gerais: índices de casamento da população livre e escrava na Comarca do Rio das Mortes. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.18, n.3, p. 497-507, set./dez. 1988. Entretanto, como tal artigo é de um autor que também publicou outro artigo tratando da temática das *ocupações* dos escravizados, optei por analisar apenas este outro, já que se tratava de tema relevante para o quadro geral de análise. Além disso, vale destacar também que Maria da Silva foi orientadora de uma dissertação de mestrado defendida em 1987 na USP que também trata da temática dos casamentos entre escravizados. Trata-se de *Casamentos mistos de escravos em São Paulo* da autoria de Eliana Maria Réa Goldschmidt.

²¹² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Casamentos de escravos na Capitania de São Paulo. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.32, n.7, p. 816-821, jul. 1980. p. 816.

também todos “os documentos apresentados ao juiz dos casamentos para que o enlace se pudesse realizar quando algum obstáculo surgia, quer burocrático quer canônico”²¹³. Deste modo, partindo da análise dos *Índices de dispensas matrimoniais e casamentos* do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, a autora busca evidenciar alguns imbróglis reveladores da estrutura de casamentos entre os escravizados, com a intenção final, como já foi dito, de rebater a ideia segundo a qual tais casamentos representavam para os senhores ameaças de alforrias e libertações.

Através da análise destes documentos, então, três fatores são considerados: a igreja, os senhores e os escravizados. A igreja, dentro da lógica do Concílio de Trento, defendia a liberdade de casamento entre os cativos, mesmo contra a vontade dos senhores. Estes por sua vez, eram contrários, mas trata-se de um ponto não aprofundado e nem justificado pelo texto. Quanto à posição dos escravizados, levantam-se algumas questões que parecem indicar uma visão histórica atenta à agência dos sujeitos escravizados, como, por exemplo: “que sentido tinha, para os negros ainda enraizados nas suas culturas originais o casamento cristão?”²¹⁴. A resposta, no entanto, é desalentadora: “por enquanto creio que o historiador tem de admitir que tais perguntas ficarão sem resposta”.²¹⁵

O texto, portanto, apesar de renovar em termos empíricos que, a princípio poderiam sugerir uma abordagem que levasse em consideração o ponto de vista dos escravos, acaba se limitando a evidenciar alguns dos problemas relacionados ao matrimônio entre cativos. Através da análise das problemáticas envolvendo os casamentos, a autora chega à conclusão de que os casamentos entre os escravizados não constituíam uma ameaça real de libertação entre eles. Este fator de “não ameaça”, contudo, leva em conta apenas a perspectiva da igreja, cujo direito canônico determinava que o escravizado que casasse continuaria escravizado; e dos senhores, que somente autorizavam a alforria mediante consentimento e devido pagamento. O papel dos escravizados, neste processo, portanto, não é levado em consideração. Além disso, também não são levadas em consideração determinações econômicas em relação aos casamentos, assim como tal estudo não tem como preocupação dialogar com a sociedade como um todo, restringindo-se apenas a averiguar seu objeto na dimensão do recorte proposto.

Em assunto correlato ao dos casamentos, também aparece aqui o tema das famílias; problemática abordada em *A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829*,

²¹³ Ibidem.

²¹⁴ Ibidem., p. 817.

²¹⁵ Ibidem.

trabalho publicado na *Revista brasileira de estudos de população* em 1988 e de autoria de José Flávio Motta, então doutorando em Economia pela USP. No entanto, dois pontos cruciais afastam este estudo dos anteriormente tratados. Em primeiro lugar, a pesquisa de Motta envereda pelos caminhos da análise quantitativa e, em segundo lugar, reivindica a compreensão dos escravizados como sujeitos históricos ativos.

No que diz respeito a este segundo ponto, é importante destacar a preocupação do autor em fazer um balanço dos caminhos da produção historiográfica preocupada com a temática das famílias escravas, pois é assim que ele situou seu trabalho dentro de determinada tendência. De acordo com sua visão, na historiografia de até meados dos anos 1970 – marcada por trabalhos como os de Bastide, Cardoso, Ianni, Costa e Fernandes, entre outros²¹⁶ – teria imperado uma inclinação que atribuía pouca expressividade à existência de famílias escravas. Entre outros, um dos argumentos de tais autores referia-se à desaprovação dos senhores à formação de tais famílias. No entanto, a partir da segunda metade dos anos 1970, uma gama de trabalhos²¹⁷ teria começado a trabalhar em sentido diametralmente oposto. No geral, tais novos estudos trataram não somente de identificar a existência de famílias escravas, como também as relacionavam “à atividade econômica empreendida e, por essa via, ao número de escravos possuído por proprietários”²¹⁸. A esta tendência inovadora, segundo Motta, se atribui a ideia segundo a qual as “famílias consubstanciam-se na manifestação da vontade da própria população cativa e expressam seus elementos culturais próprios”²¹⁹.

No entanto, assim como Marx dizia que não devemos julgar um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, também não devemos julgar um texto pela ideia de que dele faz seu próprio autor. Sendo assim, apesar de Motta inserir a si próprio nessa tendência historiográfica que enfatiza a vontade dos escravos, sua pesquisa é demasiada quantitativa e pouco adentra na temática do papel dos escravos na formação das famílias. Um aspecto a favor da afirmação do autor, todavia, poderia ser extraído da seguinte proposição: a própria existência da família escrava implica na agência escrava. Todavia, tal proposição negaria a possibilidade do próprio senhor de incentivar a formação da família escrava como instrumento de controle sobre o escravo. Além disso, coadunando com este argumento – que não considera a pesquisa do autor como inserida na tendência que privilegia o escravizado

²¹⁶ Dentre os trabalhos citados, aparecem: BASTIDE, 1985; CARDOSO; IANNI, 1960; COSTA, 1982.

²¹⁷ Alguns dos trabalhos destacados pelo autor, são: SLENES, 1976; GRAHAM, 1979; LUNA, 1981; METCALF, 1983; SCHWARTZ, 1985.

²¹⁸ MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 71-101, jan./jul. 1988. p. 73.

²¹⁹ Ibidem.

enquanto agente histórico – aparece a própria lógica analítica de seu texto, que relaciona a formação de famílias a um movimento da economia, das relações de trabalho, e não de um movimento de negociação, ou de pressão escrava.

Apesar destas questões teóricas pertinentes ao trabalho de José Flávio Motta, o que mais se destaca, além da temática referente ao conceito de família, é a sua abordagem quantitativa. E essa também, a opção teórico-metodológica da qual Gilberto Guerzoni Filho – na época professor assistente do Departamento de História da UFOP – lança mão. O trabalho a que me refiro é seu texto *Ocupação de escravos em Minas Gerais no século XIX* (1989) publicado pela revista *Ciência e Cultura*. No geral, trata-se de um texto referente a um estágio inicial de pesquisa cuja preocupação principal consistiu em fazer um levantamento das diversas ocupações dos escravizados na província de Minas Gerais. Para isso, partiu dos dados do Censo Provincial de 1831 e elencou alguns municípios representantes tanto de “antigos núcleos mineradores, quanto regiões e exploração agrícola tradicional e outras de povoamento mais recente”²²⁰.

Em sua estrutura narrativa o artigo trata de algumas dificuldades teórico-metodológicas e logo após apresenta os dados de sua pesquisa, que é acompanhado de breves comentários explicativos. Quanto aos obstáculos teóricos, o autor destaca a dificuldade em lidar com as excessivas categorias – um total de 242 – que empregou para listar as ocupações da população. Trata-se de um problema prontamente solucionado com a proposta de agrupamento destas categorias em categorias mais amplas. Já no que diz respeito aos dados apresentados – dados estes que também vêm acompanhados de breves comentários acerca da importância histórica das cidades analisadas –, Guerzoni Filho divide as ocupações em duas categorias, uma referente às mulheres e outra aos homens escravizados. Em relação ao trabalho feminino, são apresentados os dados em estado bruto. Já em relação ao trabalho masculino, algumas conexões entre os dados e o contexto histórico das cidades são feitas; um exemplo disso se dá quando o fato de existir uma grande concentração de escravizados envolvidos na atividade primária na cidade de Paracatu é relacionado ao fato de tal região ser de “povoamento recente”. No geral, no entanto, o texto apresenta como uma de suas principais características a revelação das *diversas* atividades produtivas em que os escravizados se envolviam, tanto homens quanto mulheres.

Somando-se às temáticas das moradias, dos casamentos e das famílias, aparece também, dentro da reflexão sobre os vários aspectos do ser escravizado, a temática da morte.

²²⁰ GUERZONI FILHO, Gilberto. *Ocupação de escravos em Minas Gerais no século XIX*. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.41, n. 11, p. 1105-1109, nov. 1989. p. 1105.

É dela que trata o artigo de Adalgisa Arantes Campos²²¹, publicado na *Revista do Dep. de História* da UFMG, *Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista* (1988), cujo objetivo principal se constituiu em fazer alguns apontamentos sobre o processo de passagem, dentro da sociedade escravista, entre aquilo que foi intitulado como morte natural – definida como morte biológica – e aquilo que foi referido como morte cultural – definida como morte ritualizada.

A primeira parte do artigo já expõe esta questão bastante pertinente em relação ao conceito de cultura. Baseando-se em uma citação de Cláudio de Lima Vaz²²², o conceito de cultura é definido como sendo “a contextura social”, que, por sua vez, é entendida como “a dimensão histórica do ser humano”. Indo além, afirma-se que a cultura “assinala o momento em que os processos naturais de hominização são relançados pelos processos intencionais e conscientes de humanização”²²³. Trata-se de uma definição singular de cultura, uma vez que ela infere a possibilidade de apreender algo que seria tido como natural, isto é, algo ainda não transformado em cultura pelo homem. Esta posição fica evidente na conclusão do texto, onde se afirma que certos costumes em relação aos corpos dos mortos – como, por exemplo, a exposição pública deles, com a intenção de conseguir doação para que fossem enterrados –, seriam sinais de “uma proximidade muito maior do domínio da natureza, portanto, da necessidade, do que de uma vida cultural”.²²⁴

Vale ressaltar, ainda, que esta conclusão feita pela autora é problemática, pois se num primeiro momento afirma que cultura é o processo de conscientização dos fenômenos naturais, num segundo momento sugere que certos costumes diante da morte aparecem articulados à ideia de morte natural. Todavia, se cultura tem a ver com a conscientização dos homens, então tudo que concerne ao homem deveria ser entendido como cultural, e não apenas certos ritos diante da morte. Não fica claro, portanto, o fator que distinguiria um costume natural de um cultural. Além disso, a autora se compromete ainda mais quando cita Ginzburg²²⁵ e destaca o fato da morte cultural sempre ocorrer “dentro de um quadro de limites bem definidos”, o que, pela lógica, nos leva a pensar na impossibilidade de evidenciar uma dada “morte” que, ao envolver um costume, não seja cultural.

²²¹ Na data da publicação de seu artigo, Adalgisa Campos era graduada em História pela UFMG e mestre em filosofia pela mesma universidade.

²²² A referência é: VAZ, H. Cláudio de Lima. *Cultura e Universidade*. Petrópolis., Vozes, 1966. p. 169.

²²³ CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista*. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.6, n.12, p. 109-122, jun. 1988. p. 109-110.

²²⁴ *Ibidem.*, p. 122.

²²⁵ A referência citada pela autora esta na obra *O queijo e os vermes* (1976) de Carlo Ginzburg.

Segundo Campos, a possibilidade da morte cultural para os negros e escravizados teria advindo das irmandades, que seriam responsáveis, entre outras coisas, pelo enterro ritualizado de seus filiados, o que representaria “o primeiro passo de ascensão social dos escravos no Brasil Colônia”²²⁶. Um elemento teórico a ser extraído aqui refere-se ao fato de que essa ritualização, apesar de ser a princípio ligada a uma iniciativa oficial, isto é, à camada dominante, não teria suprimido o leque das múltiplas crenças oriundas da tradição afro. Em outras palavras, aparece, neste âmbito, o tema da cultura popular e o de sua relação com a cultura dominante. De acordo com a autora, dentro do contexto religioso da colônia, a escravidão teria deixado sua “marca”, pois através do “processo de aculturação”, haveria uma “reinterpretação, adaptação e fusão” das culturas, pois, ao mesmo tempo em que o “movimento de branqueamento” da cultura negra teria buscado se apropriar dos valores dominantes, a cultura europeia, por sua vez, teria se modificado ao assimilar determinados elementos oriundos da cultura africana. Emerge aqui, portanto, a concepção de circularidade cultural.

Por fim, ainda vale destacar alguns artigos que carregam consigo uma pequena diferença em relação aos demais até então tratados, o que não significa que eles não se encaixem dentro do agrupamento em questão, este delimitado pelo tema geral dos *aspectos da vida do ser escravizado*. Se até agora abordamos questões referentes à vida do ser escravizado, este sendo apreendido em sua generalidade – isto é, com a questão do sexo ou idade ficando em segundo plano –, resta ainda averiguar duas temáticas que dizem respeito às condições singulares do escravizado. Refiro-me às mulheres e às crianças escravizadas.

Em relação à problemática das crianças escravizadas, aparece o artigo da então pós-graduanda em História pela USP, Maria Lucia de Barros Mott, *Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio* (1989) publicado na *Revista de História* de São Paulo. No geral, o artigo traz, através de fontes secundárias²²⁷, relatos de viajantes e obras literárias do período, algumas informações gerais acerca da vida das crianças escravizadas. Neste intento, aborda temas de maneira mais ligeira, como as viagens nos navios negreiros e as práticas de compra e venda dos escravizados, para se ater, de forma mais demorada, sobre as diversas “utilidades” das crianças escravizadas. Seu argumento central, contra alguns estudos – não citados – que menosprezariam a importância das crianças escravizadas – uma vez que as viam apenas como trabalhadores futuros –, é o de que as crianças ocupavam um lugar “original” no sistema

²²⁶ Ibidem., p. 110.

²²⁷ Por “fontes secundárias” a autora entende trabalhos de autores “contemporâneos” dos quais é possível extrair informações e dados referentes à temática em questão.

escravista que não pode ser relegado. Deste modo, através da exposição de diversas funções atribuídas às crianças escravizadas, a autora conclui que não podemos negar que existiu um lugar para elas no regime, “seja pelo menor preço que tinha no mercado, seja pelas múltiplas e variadas funções que desempenhou”²²⁸, funções muitas vezes específicas e somente realizadas por elas.

Trata-se, portanto, de um texto que envereda por caminhos variados – predominando mais as questões sociais – e que tem como a maior característica a opção de não fazer uma análise voltada para uma região específica da sociedade escravista. Ao contrário, a autora emprega diversas fontes e faz uma aproximação genérica do assunto. Isto é, ela opta por fazer – mesmo que não afirme isto – uma apreciação das crianças escravizadas de uma forma “global”, e não das crianças escravizadas de determinada região. Além disso, as crianças são relacionadas a uma totalidade que a autora chama de “sistema escravista”, mas cuja delimitação não é explicitada.

Ao lado do tema da criança, como afirmamos anteriormente, também aparece a preocupação com a análise das mulheres escravizadas. Diferentemente da temática referente às crianças, tal temática recebe a apreciação de quatro textos. No entanto, como um deles apresenta determinadas singularidades que o fazem se destacar em termos teórico-metodológicos, e a ele que nossa atenção se voltará²²⁹. Trata-se do artigo *A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX* (1989), de Marília Pessoa Monteiro²³⁰, então ligada à UFPE, tratou de analisar, como o próprio título sugere, o modo como as mulheres negras foram representadas pelas elites no último século da escravidão, ou, em outras palavras, a problemática da imagem formada sobre a mulher negra. Em termos documentais, foram utilizados relatos de viajantes, periódicos da época e “documentos existentes na Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco no Arquivo Público Estadual”²³¹.

²²⁸ MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História* (nova série), São Paulo, n.120, p. 85-96, jan./jul. 1989. p. 91.

²²⁹ Os outros dois artigos, *Escravidão e prostituição: da várias utilidades de uma negra escrava* (1988) de Marinete dos Santos Silva e *Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro* (1988) da socióloga Maria Isaura Pereira de Queiróz, fazem um abordagem mais próximos da dos outros textos tratados neste tópico. Isto é, elas buscam informações sobre determinados aspectos da vida dos seres escravizados, neste caso, das mulheres escravizadas. O artigo de Maria de Queiróz, contudo, teve como destaque a preocupação de fazer uma análise crítica de suas fontes, os relatos de viajantes.

²³⁰ Não foi possível ter acesso a mais informações sobre a autora. A única informação é a de que o artigo é representava parte de uma pesquisa mais ampla. Não se sabe, contudo, se da área de História ou não.

²³¹ MONTEIRO, Marília Pessoa. A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX. *Clio*, Recife, n.12, p. 93-102, 1989. p. 94.

É interessante destacar que a análise dos documentos pela qual a autora passa para poder chegar à questão central, que é o entendimento do imaginário das elites, tem como filtro teórico o conceito de *ideologia*, o que denota a problematização da imagem a partir de sua articulação com a dimensão política da história. Outro aspecto teórico de destaque também se revela na introdução do texto, onde a autora relaciona o *problema* da mulher negra com o sistema escravista, para isso se valendo de uma terminologia de tradição teórica marxista com a finalidade de apresentar o quadro estrutural do Brasil escravista. São empregados conceitos como “modo de produção” e “formação social”, sem, contudo, maior aprofundamento e articulação explícita com o conceito de imaginário.

De modo geral, o que fica evidente no texto é que a análise do imaginário revela-o como imaginário ideológico. E ideologia, neste caso, deve ser entendida tanto como um véu, que encobre a “verdadeira” realidade histórica, quanto como uma representação elaborada conscientemente com uma finalidade política específica. A imagem que a elite constrói sobre a mulher negra, no caso, é a da mulher negra como um corpo de prazer, sensualizada, amorosa e destinada a servir aos homens brancos. A partir disso, o texto infere que a tessitura de tal *imagem* cumpriria a função de “justificar os desvios do sistema e os desmandos do senhor que tudo pode”²³². Trata-se de uma imagem criada ideologicamente por uma elite consciente de suas construções “discursivas”, e que tem como finalidade abrandar os conflitos inerentes às relações sociais do regime escravista.

Sendo assim, do que foi exposto até este ponto, podemos fazer algumas considerações gerais acerca do agrupamento delimitado. Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que a formação e/ou lugar de onde partem os autores destes textos revela uma produção que transcende tanto a hegemonia do eixo Rio-São Paulo na fabricação de estudos voltados à escravidão, quanto a ideia de que tais estudos seriam monopolizados pelos historiadores de formação. Em outras palavras, dos textos analisados aqui, enquanto 4 partiram de Departamentos ou Programas de Pós-Graduação em História – no caso USP, UFOP e UFPE, outros 3 apresentam conexões com outras áreas de pesquisa, como Arquitetura, Economia e Filosofia, estes atrelados às instituições USP, UFBA e UFMG.

Apesar desta característica, a consideração mais objetiva que podemos fazer a partir disso, diz respeito ao trabalho *Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista* de Aldagisa Campos que em 1988 encontrava-se na condição de mestre em Filosofia pela UFMG. Talvez por isso seu trabalho seja o que de fato revela uma preocupação real em

²³² Ibidem., p. 96.

adentrar nas implicações teóricas sobre o tema que levanta. Afinal, uma discussão como a que propõe, preocupada em delimitar o processo de transformação da *natureza* em *cultura*, não é algo comum ao que se vê em trabalhos sobre a escravidão.

À parte essa peculiaridade, outro texto que mais se aproxima de uma discussão teórica – que, no entanto, não se dá de forma explícita como no caso do texto de Campos – é o trabalho de Marília Monteiro, *A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX* (1989). É dito isso, pois trata-se de um texto peculiar no que diz respeito à relação que a autora cria entre imaginário e ideologia. Como foi dito, apesar do texto não adentrar no âmbito de delimitações mais precisas acerca dos “conceitos” que emprega – como *modo de produção* e *formação social*, típicos do vocabulário marxista –, cria-se uma estrutura explicativa a fim de compreender a sociedade em sua dimensão geral, cujas relações básicas de exploração são “ofuscadas” por uma ideologia que interfere na construção de imagens responsáveis pela manutenção do regime.

No entanto, em se tratando dos outros textos, o que se revela é uma tendência menos problematizadora – em termos conceituais –, e mais descritiva. Isto é, apesar da existência de alguns nexos-causais que os textos criam, como, por exemplo, trabalho/moradia, economia/família, igreja-senhores/casamento, etc, o que prevalece é uma aproximação fortemente empírica dos objetos; alguns mantendo uma postura mais quantitativa, como no caso dos textos *A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829* e *Ocupação de escravos em Minas Gerais no século XIX*; e outros dispensando um tratamento mais qualitativo, como em *Casamentos de escravos na Capitania de São Paulo*, cuja preocupação está em analisar os discursos dos senhores e da igreja a fim de demonstrar que os casamentos entre os escravizados não implicavam necessariamente na libertação dos cônjuges.

Além destes, de maneira mais grosseira, outros traços comuns e que perpassam a maioria – não, todavia, unânime – dos trabalhos, dizem respeito à questões como: fontes, em que prevalecem a utilização de relatos de viajantes, censos, registros de igreja, documentos jurídicos, listas nominativas de habitantes e, até mesmo, obras literárias; recortes de objetos, em que predominam as tendência às análises regionais, em detrimento de preocupações de ordem estrutural em suas dimensões mais amplas; e, por fim, as questões temáticas, em que o âmbito dos aspectos sociais aparecem como elementos de maior interesse. Em relação à questão da consideração dos sujeitos históricos, foi possível perceber – com exceção do texto de José Flávio Motta, que reivindicava a concepção do escravo como agente histórico – uma certa tendência em apresentar respostas ao problemas colocados a partir de relações exteriores

aos próprios escravizados, e não por uma síntese da tensão entre eles e os proprietários ou, muito menos, por uma lógica por eles concebida.

2. Em destaque um fenômeno social do regime escravista: a abolição

Depois do eixo temático relacionado à problemática dos *aspectos da vida social do ser escravizado* aparece um segundo eixo que, em termos quantitativos, também merece destaque. Trata-se dos trabalhos preocupados com o tema da abolição. Diferentemente do primeiro eixo temático, cuja dimensão, em termos de amplitude analítica, diz respeito a elementos mais próximos do “micro-histórico”, o eixo temático relacionado à abolição, por sua vez, aparece articulado a uma preocupação com os fenômenos sociais de dimensão *estrutural*. Um outro exemplo, dentro deste espectro, são os trabalhos relacionados ao tema do tráfico negreiro²³³. No entanto, como este último apresenta pouca relevância quantitativa, nosso foco se firmará sobre a produção historiográfica preocupada com o tema exclusivo da abolição.

Como ponto de partida, podemos começar com o artigo *Abolicionismo, um processo em questão* (1988), publicado pela *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* e de autoria de *Teófilo de Queiroz Júnior*, então professor livre-docente do Departamento de Sociologia da USP. Trata-se de um texto interessante para começarmos, uma vez que ele preza, apesar de suas especificidades, por uma análise de caráter generalizante do processo abolicionista. Teófilo Júnior busca delinear os grandes traços, as grandes características, que possibilitam o enquadramento geral da abolição.

Apesar da escassez empírica – resumindo-se a citar apenas algumas obras sobre a escravidão escritas por personalidades importantes da época – o texto constrói proposições de grande âmbito. Após fazer uma discussão mais pontual, porém não muito aprofundada, sobre a periodização do que se pode entender por “processo abolicionista” – definindo marcos, como, por exemplo, o do momento em que a questão da abolição ganha relevância nacional, assim como o do momento da radicalização do movimento abolicionista, com a adesão de personagens importantes – Teófilo Queiróz, busca fazer alguns apontamentos a fim de definir os grandes traços do movimento abolicionista.

²³³ Em relação ao tema do tráfico aparecem apenas 3 artigos, sendo 2 deles produzidos por apenas 1 autor. Os artigos são: CARVALHO, Marcos J. M. de. Estimativa do tráfico para Pernambuco, na primeira metade do século XIX, *Clio*, Recife, n.12, p. 43-54, 1989; TAVARES, Luís Henrique Dias. Capitais e manufaturados no comércio de escravos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.36, n.2, p. 220-229, fev. 1984; TAVARES, Luís Henrique Dias. O capitalismo no comércio proibido de escravos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 91-108, jan./jul. 1988. (Também publicado na *Revista do IEB*)

É neste momento que aparecem algumas questões teóricas pertinentes à avaliação. Em primeiro lugar, destaca-se a relevância que o autor atribuiu aos fatores estruturais para a compreensão do fenômeno abolicionista. Segundo seu argumento, alguns fatos históricos – como as pressões externas para o fim do tráfico e a necessidade de solucionar o problema da mão de obra – convergiram de duas maneiras: “na captação das potencialidades de novas soluções em que se rearticulassem as combinações estruturais e dinâmicas preexistentes com vistas às inovações pretendidas”, e, em segundo lugar, “na elaboração de um novo arranjo histórico da sociedade brasileira”²³⁴. Além de sua explicação de nível estrutural, destaca-se também a exposição do processo abolicionista como algo conduzido pelo estrato dominante. Embora o autor reconheça a importância da luta e resistência dos escravizados, não deixa de afirmar que apesar de tal empenho, o rearranjo da sociedade brasileira foi executado em benefício, e de acordo, com os interesses da classe dominante.

O modo como o texto termina é bastante significativo, pois em sua conclusão Teófilo Júnior faz reverberar a crítica ao que chamou de “aparência da democracia racial”. Faz, portanto, coro à tendência surgida nos anos 1950 sob a liderança de Florestan Fernandes, pois em 1988 o autor continua a reivindicar a necessidade de se desconstruir tal “mito”, para que, enfim, se possa destruir os entraves enfrentados pelos negros brasileiros, e que, assim, se possa construir uma sociedade verdadeiramente progressista e democrática, na qual os herdeiros das mazelas da escravidão possam de fato alcançar a verdadeira cidadania.

Por sua vez, o texto *Rio Grande do Sul: a abolição da escravatura em nome da ordem e do progresso* (1988)²³⁵ de autoria de Margaret Bakos, naquele momento professora de História dos cursos graduação e pós-graduação da PUCRS e da UFRGS, revela-se menos abrangente que o de Teófilo Junior. Ao invés de optar pela análise dos grandes fatores que fundamentaram o processo abolicionista, a autora buscou restringir sua análise a uma região específica – um estudo de caso, como a própria autora afirma. Tal aspecto, contudo, ainda não é o mais importante. Pois além dessa diminuição nos limites de seu objeto, seu texto tem como principal objetivo fazer uma análise, sobretudo política, da influência dos ideais positivistas na definição das diretrizes do PRR (Partido Republicano do Rio Grande do Sul) quanto à questão da escravidão.

No geral, o artigo configura-se em três frentes. Em primeiro lugar aparece uma breve análise contextual da escravidão na região do Rio Grande do Sul. Aqui aparece uma citação

²³⁴ QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo de. Abolicionismo, um processo em questão. *Revista do IEB*, São Paulo, v.2, n.8, p. 101-108, 1988. p. 107.

²³⁵ BAKOS, Margaret Marchiori. *Rio Grande do Sul: a Abolição da escravatura em nome da ordem e do progresso*. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

do estudo de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* – estudo mais amplo em relação ao ponto que a autora destaca. Neste tópico o texto busca demonstrar como apesar da região rio-grandense não ter sua economia baseada na monocultura fundada na escravidão, a mão de obra escravizada foi recorrente. Isso até o momento em que sua economia se diversifica a fim de suprir o mercado interno, principalmente com a ascensão da cafeicultura. Neste contexto são destacadas as duas tendências frente à questão da escravidão, uma que buscava retardar o processo abolicionista ao máximo, e outra que agia no sentido contrário.

Dentro dessa tendência abolicionista, destaca-se a importância da entrada dos ideais positivistas dentro do PRR, que a partir daí delinearía com bastante precisão sua tendência radical em acabar com a escravidão na região. Para criar esta ponte entre os ideais positivistas e a tendência abolicionista, a autora dividiu a tarefa em duas partes. Em primeiro lugar, buscou traçar o modo como o positivismo de Comte lia e entendia a escravidão. Em segundo lugar, tratou de entender o movimento de apropriação, por parte de uma camada dos republicanos gaúchos, do positivismo francês; destacando, aí, o rompimento com a tradição francesa e a criação, em terras brasileiras, de um positivismo heterodoxo, mas que, todavia, era mais próximo de Comte do que os próprios franceses, justamente por se declarar totalmente contrário à escravidão naquele momento.

O artigo de Margaret Bakos, portanto, apesar de criar algumas explicações a nível material – como a conexão que aparece entre a mentalidade dos membros do PRR e a posição deles como membros da camada urbana, ligados aos valores da universidade – sua estruturação está toda em torno da elucidação da articulação entre os ideais positivistas e o discurso anti-escravista dentro do PRR. Trata-se de uma narrativa preocupada com o debate ao nível das ideias, de uma narrativa, antes de tudo, próxima a uma história política das ideias. E, vale ressaltar, preocupada também, em sua dimensão analítica, com a agência da camada dominante; deixando de lado, assim, o papel dos escravos neste processo.

Em consonância com o artigo de Margaret Bakos, aparece o texto *O Pará e o movimento abolicionista* (1988), também publicado na revista *Acervo* e de autoria de Rosa Elizabeth Acevedo Marin, doutora em História pela Ecole des Hautes Études em Sciences Sociales e professora no Departamento de Ciências Sócio-Políticas da UFP (Universidade Federal do Pará). Tal artigo está afinado com o de Margareth Bakos pelo motivo de que ambos lançaram mão em ampla medida de fontes periódicas e, igualmente, trataram do tema da abolição dentro de um recorte regional geográfico específico – Rio Grande do Sul e Pará. Além disso, ambos fizeram uma análise privilegiando o discurso emitido pelos estratos

dominantes da sociedade. No entanto, uma vez que os objetos específicos de investigação são diferenciados – o texto de Margaret Bakos tratando do tema da influencia dos ideais positivistas na construção do discurso anti-escravista dos republicanos gaúchos e o artigo de Rosa Marin buscando analisar o movimento abolicionista paraense de forma geral e a partir das discussões encontradas em periódicos – algumas diferenças em termos teórico-metodológicos devem ser consideradas.

A maior diferença encontra-se na preocupação que Rosa Marin revelou em buscar relacionar o caso específico do movimento abolicionista paraense com o movimento abolicionista em âmbito nacional. Tanto é que em sua estratégia analítica a autora dedica várias páginas para tratar da questão da abolição em sua dimensão geral. Neste ínterim sua análise se debruça sobre vários aspectos históricos relacionados ao processo que levou ao fim da escravidão. Um destes aspectos que aparece em destaque são as explicações de ordem socioeconômica, aqui reproduzindo o argumento de Florestan Fernandes, segundo o qual o movimento abolicionista vai se tornando cada vez mais forte e radical na medida em que o trabalho escravo torna-se incompatível com o avanço do capitalismo. Além disso, também aparece uma preocupação em delimitar o acompanhamento político dos partidos em relação ao tema da abolição.

Feito isso, a autora inicia sua análise específica, buscando compreender o processo abolicionista na região do Pará. Apesar de em momentos oportunos retomar as relações de seu objeto com o movimento nacional, neste trecho de seu texto permanece uma exposição mais descritiva do movimento da imprensa abolicionista paraense; o que não a impede, por sua vez, de criar conexões entre os discursos dos jornais e alguns fatores socioeconômicos. Por fim, um aspecto que vale ser destacado diz respeito a sua afirmação de que “o escravo foi, lamentavelmente, uma voz ausente e uma opinião não valorizada no debate”²³⁶, o que coloca tal texto numa tendência diametralmente oposta à da historiografia afirmadora dos escravos enquanto agente-históricos. Apesar disso, Rosa Marin tem consciência de que sua abordagem, que remonta apenas à “interpretação dos detentores do domínio da oratória”,²³⁷ é uma abordagem parcial.

Já o texto *Abolição e política: o debate parlamentar* (1987), publicado pela revista do IEB, da autoria de Beatriz Westin de Carqueira Leite, então professora-adjunta da UNESP/Assis, apesar de buscar conectar a explicação da abolição a um elemento específico –

²³⁶ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. O Pará e o movimento abolicionista. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 21-36, jan./jun. 1988. p. 35.

²³⁷ Ibidem.

no caso o debate parlamentar – não trabalha com a limitação regional como aparece nos artigos de Margaret Bakos e Rosa Marin. Mais uma vez, contudo, a dimensão da política institucional aparece aqui como elemento privilegiado no campo de análise.

Desta vez, no entanto, ao invés de lançar mão dos periódicos, como nos outros dois textos acima comentados, Beatriz Leite se debruça principalmente sobre os ANAIS das Câmaras dos Deputados (ACD) relativos ao período da abolição. Dito isso, três pontos merecem ser destacados no que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos contidos em tal texto. Em primeiro lugar, destaca-se o mais emblemático. A problemática central gira em torno do debate parlamentar que se processou durante as discussões acerca da questão da emancipação dos escravizados. Sendo assim, com destaque para o momento de maior efervescência, que corresponde ao período do segundo reinado, a autora dedicou-se a revelar quais foram os principais atores e quais foram as principais discussões que tomaram conta do parlamento imperial. Uma história, portanto, e basicamente, política.

No entanto, e numa escala não tão evidente, destaca-se em segundo lugar os nexos explicativos elencados pela autora a fim de demonstrar o motivo das mudanças nas discussões entre os parlamentares. Como exemplo, podemos citar a passagem em que Beatriz Leite, com a intenção de explicar o surgimento e o crescimento da questão da abolição, liga tal fato ao processo de ampliação da complexidade da sociedade escravista; isto devido ao avanço da produção e exportação do café, cujos capitais decorrentes seriam reinvestidos na sociedade em forma de outros negócios; daí um maior desenvolvimento das cidades e de suas relações com o campo. Em outras palavras, com o avanço do capitalismo, tornava-se incontornável discutir a questão da mão-de-obra escrava.

Por fim, podemos destacar a desconsideração da autora no que diz respeito ao papel dos escravos frente ao processo abolicionista. Reproduzindo o argumento de parte da historiografia precedente – chegando até mesmo a citar autores como Suely Queiróz – analisada no capítulo anterior, Beatriz Leite reduz a participação dos escravos, num momento em que a própria lei convergia para tal, a atos de rebeldia “cega”, “manifestada em fugas, organização de quilombos, ataques a fazendas, crimes contra feitores ou proprietários e mesmo através de suicídios”.²³⁸

Somando-se a estes textos aparece também *A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX* (1989) publicado pela *Revista de História* de São Paulo. De autoria de Regina Maria D’Aquino Fonseca Gadelha,

²³⁸ LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. Abolição e política: o debate parlamentar. *Revista do IEB*, São Paulo, v.2, n.8, p. 9-21. 1988. p. 11.

naquele momento doutora em História pela USP, o trabalho aparece inserido, em partes, em algumas diretrizes averiguadas até agora nos outros textos. Isto é, assim como os outros textos, o artigo de Regina Gadelha buscou relacionar o tema da abolição a um tema específico. Por exemplo: nos trabalhos anteriores vimos a problemática da abolição articulada à temáticas como a do papel do partido republicano rio-grandense, ao políticos e jornalistas do Pará e, por fim, ao debate parlamentar. No presente texto, o que vemos, por sua vez, é a conexão do tema da abolição ao debate em torno da aprovação da lei de terras de 1850.

Apesar dessa sintonia, dois pontos aqui merecem ser destacados. O primeiro deles, diz respeito ao foco principal deste trabalho. Enquanto os artigos anteriores apresentaram como preocupação central o entendimento do processo abolicionista em si, aqui, o que vemos é uma preocupação voltada à compreensão de um processo histórico muito mais amplo: a implantação do sistema capitalista na sociedade brasileira. A temática da abolição, neste sentido, fica em segundo plano, sendo abordada apenas como elemento explicativo do objeto de análise mais amplo, o movimento estrutural em sua dimensão socioeconômica e política. A abolição, portanto, é entendida junto com a lei de terras, como dois acontecimentos de suma importância que possibilitaram, e representaram, a passagem de uma sociedade fundada no trabalho escravo para uma sociedade baseada no trabalho livre assalariado. Neste sentido, enquanto a abolição teria marcado o fim real do emprego da mão de obra escravizada, a lei de terras, ao impedir que os ex-escravizados e os imigrantes tivessem acesso às terras, permitiu a consolidação de um sistema baseado na divisão do trabalho – o capitalismo – através da concentração das terras nas mãos dos latifundiários e da necessidade, daí advinda, dos trabalhadores terem que vender sua única mercadoria, a força de trabalho.

Por fim, o segundo ponto, que representa uma singularidade do texto de Regina Gadelha, refere-se a sua preocupação com a dimensão teórica de seu trabalho. A autora dedica uma parte de seus escritos a explicitar, em termos conceituais, sua filiação ao pensamento marxiano. Através de citações de *O capital* (1887) e dos *Grundrisse* (1857-1858) de Marx, o texto busca justificar – com a delimitação de conceitos como os de *capitalismo* e *acumulação de capital* – a sua interpretação acerca da Lei de Terras de 1850 e do processo abolicionista, como acontecimentos inteligíveis no espectro de um processo socioeconômico mais amplo de dimensões estruturais.

Por fim, e sob um viés bastante diferenciado, aparece o artigo da doutora e socióloga – PUC-SP – Norma Telles, *Rebeldes, escritoras, abolicionistas* (1989) publicado na *Revista de História* de São Paulo. Seu texto se aproxima do tema da abolição através da preocupação com a temática das mulheres escritoras abolicionistas. O artigo é composto por duas partes, a

introdução e a análise de dois romances de duas escritoras escolhidas. Na introdução, em primeiro lugar, busca-se expor o caráter masculino da conquista e da colonização portuguesa, assim como o surgimento de representações específicas advindas da divisão da sociedade entre vencedores e vencidos. Em segundo lugar, por sua vez, a autora chega ao tema da literatura, no qual se destaca o aparecimento das mulheres no cenário das letras no século XIX, o que representava uma forma de desobediência cultural, considerada uma transgressão aos padrões da época. Um ponto importante refere-se ao entendimento de que as mulheres escritoras, por serem oprimidas dentro de um quadro social predominantemente masculino, teriam se identificado e se solidarizado com os escravos; daí o caráter abolicionista dos seus romances.

Em relação à segunda parte do texto, os dois principais romances analisados são *Úrsula* (1859) de Maria Firmino dos Reis e *A família Medeiros* de Julia Lopes de Almeida. Vejamos apenas a forma de tratamento em relação ao primeiro romance, o que já é suficiente para compreender a forma pela qual a autora abordou o tema em questão. Para Telles, o romance *Úrsula*, apesar de, a princípio, parecer uma obra ingênua, pode revelar “outras coisas” se submetida a uma leitura mais atenta²³⁹. O problema é que a autora não explicita os elementos teóricos que fundamentariam essa outra leitura, que ela chama de leitura mais atenta. A interpretação do romance feita por Telles parece ter um sentido implícito, que buscaria revelar uma sensibilidade social em relação à autora do romance. Por exemplo, o fato dos escravos no romance falarem o português corretamente e empregarem sem erro o tratamento “vós”, significaria, para Telles, não um aspecto inverossímil da literatura, mas, antes, dentro do “universo linguístico idêntico, a oportunidade” dos escravos serem considerados como iguais aos outros personagens²⁴⁰. O outro ponto de destaque é o modo como o romance trata o escravo. Segundo Telles, o romance “não fala do escravo em geral, ou da escravidão como conceito abstrato, mas individualiza”. Os escravos, deste modo, aparecem como personagens centrais e têm papéis importantes na trama, o que seria uma forma do romance criticar o preconceito da época.

Visto isso, podemos fazer algumas considerações gerais acerca deste grupo de textos voltados à temática da abolição. Uma primeira unanimidade, entre eles, diz respeito à desconsideração do papel dos escravizados no processo abolicionista. Com exceção do artigo de Telles, cujo objeto de investigação diverge um pouco dos outros autores, todos os

²³⁹ TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. *Revista de História* (nova série), São Paulo, n.120, p. 73-83, jan./jul. 1989. p. 76.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. 78.

outros textos remontam o processo abolicionista através de uma lógica conduzida pelos estratos sociais dominantes. Apesar de alguns autores, como Leite, em seu texto *Abolição e política: o debate parlamentar*, chamarem a atenção para certas formas de ações por parte dos escravizados, como fugas, revoltas e suicídios, tais ações não são encaradas como relevantes para a delimitação dos caminhos que o processo abolicionista tomou.

Quanto ao perfil deste segundo agrupamento, aparece uma divisão entre análises que privilegiaram regiões específicas, como o Rio Grande do Sul e o Pará, e análises que voltaram mais a atenção às discussões desenvolvidas nos centros oficiais de tomada de decisão política. No geral, os textos remontaram os debates ao nível institucional, mesclando, dentro deste debate, explicações de ordem socioeconômicas e de ordem conjuntural e/ou estrutural. Neste âmbito, o texto de Gadelha, *A lei de terras: 1850 e a abolição da escravidão* (1989), destacou-se dentre os outros. Isto aconteceu devido ao fato de que Gadelha buscou, diferente dos outros autores, averiguar o fenômeno da abolição, assim como o fenômeno da Lei de Terras de 1851, como acontecimentos inseridos dentro de um processo histórico mais amplo, este delimitado dentro de um universo conceitual específico: a consolidação do modo de produção capitalista, com a divisão da mão de obra – capital e trabalho assalariado.

Já no que diz respeito aos documentos utilizados, apesar de haver uma tendência na utilização de periódicos e documentos oficiais como os Anais da Câmara dos Deputados, aparecem também fontes variadas e até mesmo fontes literárias, como no caso do texto *Rebeldes, escritoras, abolicionistas* (1989) de Telles. Aliás, é preciso chamar atenção para este texto. Diferentemente dos outros, a preocupação deste artigo não girou em torno da explicação do processo abolicionista em si; este apresenta-se como de importância secundária. Tal texto aparece como parte de uma pesquisa mais ampla, cuja preocupação geral está em trazer à tona a problemática das mulheres escritoras no Império. Daí um “capítulo” específico acerca de mulheres abolicionistas. Como consequência desta problemática, contudo, revelam-se elementos importantes, como a representação dos escravizados dentro dos romances destas escritoras.

Por fim, vale a pena chamarmos a atenção para a “cooperação” que se deu entre historiadores e autores de outras formações nesta produção de textos sobre a temática da abolição. Dos autores que foi possível obter informações, temos Bakos, doutora em História pela USP, Marin, doutora em História pela École Des Hautes Études et Science Sociales, Gadelha, doutora em História pela USP e Telles, doutora em Ciências Sociais pela PUC-

SP²⁴¹. Já em relação aos Programas que tais autores estavam vinculados no momento de publicação de seus textos, aparecem o Dep. de Sociologia da USP, o Dep. de História da UFRGS e PUC-RS, o Dep. em Ciência Política da UFP, e o Dep. de História da UNESP/Assis.

3. Fragmentos descentrados: da escravidão regional ao discurso político-econômico anti-escravista

Além dos dois agrupamentos temáticos abordados até agora – o agrupamento de trabalhos referentes ao tema dos aspectos da vida social dos escravizados e ao tema da abolição – resta ainda um agrupamento cujo elemento de coesão diverge dos outros dois. Se aqueles tinham como principal marca a aproximação temática, o que une este terceiro agrupamento é justamente o oposto – a sua falta de unidade. Este agrupamento, portanto, configura-se como um resíduo, cuja principal característica é a multiplicidade temática. Dentro dele, por sua vez, aparecerão pequenos agrupamentos, irrelevantes quantitativamente, abordando temas como o dos traços gerais da escravidão em determinadas localizações geográficas, e vários trabalhos isolados, cujas temáticas abordadas são exclusivas de tais textos.

Como primeiro, e pequeno agrupamento, dentro deste universo de trabalhos, aparecem 5 textos que abordam o tema da escravidão em regiões específicas. 4 deles analisam recortes de amplitude estadual, Amazonas, Goiás e Paraíba; e 1 de amplitude municipal, se detém sobre a cidade de São Carlos (SP)²⁴². A principal característica destes trabalhos dizem respeito ao fato de terem como objetivo principal a apresentação dos traços gerais acerca da escravidão em determinados recortes geográficos. Isto é, ao invés de tratarem de forma mais aprofundada questões específicas, como os tipos de trabalhos ao qual eram submetidos os escravizados, as questões estatísticas, as formas de resistências, as formas de emancipação, as políticas envolvidas, etc., tais trabalhos tem como intenção fazer um apanhado geral dos principais traços concernentes ao tema da escravidão em regiões específicas.

²⁴¹ Não foi possível obter informações sobre as formações de Teófilo e Leite.

²⁴² Cf. BRAGA, Robério. A escravatura negra no Amazonas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 51-60, jan./jun. 1988; KELLY-NORMAND, Arlene Marie. Africanos na Amazônia: cem anos antes da Abolição. *Cadernos CFCH*, Belém, n.18, p. 1-21, out./dez. 1988; OLIVEIRA, Elza Régis de. Alguns aspectos da escravidão na Paraíba do século XVIII. *Clio*, Recife, n.11, p. 105-116, 1988; SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. A escravidão negra na Província de Goiás: 1822-1888. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 37-59, jan./jul. 1988; TRUZZI, Oswaldo M. S. Breve notícia sobre a escravidão em São Carlos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.39, n.7, p. 609-617, jul. 1987.

Este é o caso do artigo de Robério Braga, então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas e graduado em Direito pela UFAM. Seu texto, publicado na revista *Acervo* e intitulado *A escravidão negra no Amazonas* (1988) teve como principal objetivo apresentar, de forma panorâmica, as principais características que envolveram o tema da escravidão na região do Amazonas. Neste intento, o texto apresenta tópicos que vão desde a vinda dos escravizados para a região até às questões concernentes ao tema da abolição amazonense. Partindo de alguns documentos, como relatos de viajantes e periódicos de época, Braga trata de temas como: o papel das companhias de comércio na introdução de africanos na região; a baixa densidade de população escravizada; os tipos de relações estabelecidas entre senhores e escravizados; as formas de resistência; o comércio de escravizados; os tipos de ofícios; os debates parlamentares sobre a abolição; a formação de sociedades emancipadoras; o papel da maçonaria neste processo; e, por fim, o papel político de Teodoreto Souto, presidente da província e entusiasta da abolição da escravidão amazonense. Como se pode perceber, trata-se de um complexo de temas específicos que juntos dão uma noção geral acerca da escravidão na região. Vale ressaltar que tais temas são explorados bastante superficialmente e não há uma problematização maior acerca dos fenômenos históricos.

Além deste grupo de trabalhos preocupados com os aspectos gerais da escravidão em determinadas regiões aparece também um pequeno agrupamento de 3 textos cujo marca está em utilizar a literatura como meio de compreender determinados elementos relacionados à temática da escravidão ²⁴³. De forma geral, eles se debruçaram sobre determinadas obras literárias a fim de compreender questões singulares envolvendo a escravidão.

Tal é o caso de Regina Horta Duarte, na época mestre em História pela Unicamp. Em seu texto *Imagens libertárias da escravidão: o romance de Avelino Fóscolo* (1988), publicado na *Revista do Departamento de História* da UFMG, a historiadora buscou fazer uso da literatura enquanto meio de fortalecer o argumento de que a Lei Áurea não corresponderia a um “divisor de águas”. A promulgação da lei não teria como consequência a superação de um passado de opressão, e sim a perpetuação deste mesmo passado, embora sob nova “roupagem”. Dentro deste objetivo geral, o documento, isto é, a Lei Áurea, é entendido como uma tentativa dos setores dominantes de impor determinada imagem ao futuro – imagem que

²⁴³ Cf. BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. Libertação dos escravos em romances brasileiros do século XIX. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 38, n.12, p. 1992-1994, dez. 1986; DUARTE, Regina Horta. Imagens libertárias da escravidão. O romance de Avelino Fóscolo. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.6, p. 129-136, jun. 1988; HANSEN, João Adolfo. Malhado ou malhadiço: a escravidão na sátira barroca. *Revista de História* (nova série), São Paulo, n.120, p. 163-181, jan./jul. 1989.

pretende ser desmitificada via análise dos romances de Avelino Fóscolo. Trata-se de uma percepção do documento enquanto monumento, e que é reforçado por uma citação de Le Goff que a autora faz: “O documento não é inócuo [...], é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser, em primeiro lugar, analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente”.²⁴⁴

Para cumprir essa tarefa proposta pela autora, então, podemos atestar a subdivisão da estratégia analítica empregada pelo texto em três partes: 1º dimensionar os dados biográficos do autor; 2º expor dados da realidade dos trabalhadores de MG no pós-abolição; 3º analisar a literatura produzida por Avelino Fóscolo. No que diz respeito à primeira parte, a autora recorre a provavelmente alguns jornais²⁴⁵ da cidade de Avelino e traz algumas informações que ajudam a compreender sua ligação com o discurso anarquista e com as artes como forma de mobilização social. Em relação às partes 2 e 3 da estratégia analítica, elas aparecem imbricadas. Isto é, ao mesmo tempo em que o texto busca demonstrar a realidade da situação precária da vida e das condições de trabalho dos trabalhadores que viviam na cidade de Fóscolo – através de fontes variadas, como jornais, depoimentos e relatórios da fábrica que empregava tais trabalhadores – também são feitos os apontamentos acerca de dois romances de Avelino, *O caboclo* e *O mestiço*. Para Duarte, as “situações de exploração e domínio são extremamente próximas das imagens construídas por Fóscolo nos seus livros sobre a escravidão.”²⁴⁶ A partir dessa correlação, então, entre realidade e representação literária, a autora infere a consciência que Fóscolo teria acerca da mística em torno do 13 de maio, isto é, da abolição da escravidão. Deste modo, a existência de semelhanças entre o ambiente dos romances de Fóscolo, que se passam no período escravista, e a realidade social do pós-abolição, segundo Duarte, demonstram não só como as condições de vida e de trabalho continuavam precárias, mas também como existia uma consciência acerca disso, neste caso, uma consciência literária. A literatura, neste trabalho de Duarte, portanto, não é problematizada em profundidade, pois não atenta para a lógica interna da obra, além dos mecanismos de produção, circulação e recepção de texto. Este, antes, é tratado como fonte para atestar a existência de uma determinada consciência acerca dos problemas sociais no pós-abolição.

²⁴⁴ LE GOFF, J. 1984, p. 103 apud DUARTE, 1988, p. 134.

²⁴⁵ É dito “provavelmente” porque apesar da citação feita no texto não ser explicada, há indício de ser fonte periódica, já que apresenta datas. Por exemplo: Silva, Jair. “Seu” Avelino em Paraopeba. *Gazeta de Paraopeba*. , Paraopeba, 05-11-1944, ano XXXIV, nº 1854, p.1. e A NOVA ERA. Taboleiro Grande. 30-11-1906, ano I, n,º5, p.2.

²⁴⁶ DUARTE, Regina Horta. Imagens libertárias da escravidão. O romance de Avelino Fóscolo. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.6, p. 129-136, jun. 1988. p. 131.

Somando-se a estes dois grupos temáticos – um preocupado com os aspectos gerais da escravidão em determinadas regiões e o outro atento às relações entre literatura e escravidão – aparece também um pequeno agrupamento de 4 trabalhos cuja problemática gira em torno da resistência escrava²⁴⁷. Há, aqui, uma pequena divisão: 3 textos voltam-se à questão dos quilombos e 1 texto volta-se à questão das rotas de fugas dos escravizados. Este último, de autoria de Alberto Frederico Lins, então mestrando em História pela UFPE, tratou de explorar as fugas, tanto dos escravizados, quanto de homens livres pobres, em direção ao agreste pernambucano, como forma de escapar da vida oprimida vigente na região onde imperavam os canaviais e a lógica da produção em larga escala das faixas produtoras em Pernambuco. É curioso, e digno de nota, o fato do texto ser escrito em estilo próximo ao literário, com a ausência de citações de fontes, ou de trabalhos acadêmicos sobre o tema. No geral, contudo, destaca-se o coro que o autor faz à tendência historiográfica que via apenas nas fugas, nos assassinatos e nos suicídios, as possibilidades de resistência dentre os escravizados.

É essa também uma das marcas de *Os quilombos do século do ouro* (1988) publicado na *Revista do Departamento de História* da UFMG e de autoria do então mestre em Ciência Política e professor do Dept. de Sociologia e Antropologia da UFMG, Carlos Magno Guimarães. O texto correspondeu a um capítulo de sua dissertação *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII* (1983). Partindo da análise dos documentos provenientes da Seção Colonial do Arquivo Público Mineiro, o autor buscou fazer uma caracterização dos quilombos como redutos de escravizados fugidos, no contexto da sociedade mineira do século XVIII. O grande trunfo do texto refere-se a sua proposta de abordagem a nível sistêmico. Isto é, tratando de compreender a sociedade escravista através da noção de luta de classes, buscou compreender os quilombos através de uma relação dialética com a sociedade fundamentada no trabalho escravo. A sociedade escravista, em seu *modus operandi*, termina por produzir um fenômeno que condiz com sua própria negação. Este aspecto é designado pelo fato dos quilombos serem essencialmente compostos por escravizados fugidos. Feita essa delimitação, Guimarães trata das diversas especificidades, não somente como marca de diferenciação entre os diversos quilombos, mas como elementos ilustrativos da maneira como os quilombos, ao mesmo tempo em que negavam, também se

²⁴⁷ Cf. GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro (Minas Gerais – século XVIII). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, p.7-43, 1988. Número Especial; GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.6, 15-45, jun. 1988; PEDREIRA, Pedro Tomás. Os quilombos dos Palmares e o Senado da Câmara da cidade de Salvador. *MAN*, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 14-17, 1980; LINS, Alberto Frederico. A rota dos escravos: contribuição ao estudo da escravidão no agreste de Pernambuco. *Clio*, Recife, n.12, p. 65-70, 1989.

integravam à sociedade escravista. Para o autor, tais contradições só teriam sobrevivido graças à própria sobrevivência do escravismo enquanto sistema produtor destas contradições.

Por fim, somando-se a estes pequenos agrupamentos de trabalhos em torno de determinados temas, aparecem também, neste universo de fragmentos temáticos, alguns textos cujas temáticas são singulares e tratadas apenas por eles próprios. Este é o caso de *O “cidadão-criminoso”: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o Segundo Reinado* (1989) publicado na revista *Estudos Afro-Asiáticos*. Da autoria de Isabel Andrade Marson, doutora em História Social pela USP e na época professora do Departamento de História da mesma instituição, o texto buscou abordar o tema da formação da cidadania dentro de um conflito histórico de poderes relacionado ao processo de instituição do trabalho livre no país. Partindo deste ponto, a autora se debruçou sobre a forma pela qual os partidos políticos – liberais e conservadores – em disputa, no contexto da revolução praieira, buscaram se apropriar e conduzir os segmentos sociais mais desvalorizados, como os lavradores, arrendatários, biscateiros, moradores dos engenhos, escravos e libertos, a fim de transformá-los em força – *numérica* – política de acordo com seus próprios interesses. Porém, ao fazerem isto, tal ato criava diversos imbróglis, uma vez que escravos, libertos, homens livres pobres e senhores eram colocados em pé de igualdade.

Este é o caso dos escravizados roubados pelos conservadores proprietários de engenhos. Objetivando denunciar tais roubos, os liberais buscaram depoimentos dos próprios escravizados – fato que terminava por atribuir a eles status de cidadãos –, com a intenção de incriminar os conservadores ladrões. No entanto, uma vez que os escravizados faziam a denúncia, eles assumiam ao mesmo tempo o papel ambíguo de cúmplices do crime, por terem permitido o roubo, e o de defensores da lei, uma vez que estavam denunciando os senhores por tê-los roubado. Além disso, tais escravizados também vivenciavam a ambiguidade de ocuparem ao mesmo tempo a posição de coisas, mercadorias, uma vez que haviam sido roubados, e humanos, cidadãos, pelo motivo de estarem denunciando, judicialmente, um crime.

A par desta questão específica aos escravizados, no geral, a autora procurou demonstrar como a intenção, por parte da elite dominante, de colocar os segmentos sociais inferiores em pé de igualdade política, isto é, ao transformá-los em cidadãos, surgia uma realidade problemática. Pois quando estes segmentos sociais inferiores “ousassem ganhar autonomia, travestiam-se em criminosos tanto quanto os escravos que testemunharam contra

os proprietários de engenhos.²⁴⁸ Porém, mesmo que a autora tenha sugerido esta autonomia, no caso dos escravizados ela é pouco explorada, de modo que o que fica é uma imagem do escravizado como ser apenas mobilizado de acordo com os interesses dos segmentos sociais dominantes. Estamos, aqui, portanto, distantes de uma compreensão do escravizado enquanto agente histórico. Na verdade, o emprego do termo “cidadão-criminoso” acaba nos remetendo ao *O escravismo colonial* (1978) de Jacob Gorender, onde o autor, a fim de demonstrar a condição conflituosa do escravizado, entre ser *coisa* e *pessoa*, afirmou que “[...] o primeiro ato humano do escravo é o crime”.²⁴⁹

Além deste trabalho de Marson, dentre os textos isolados que estamos tratando, aparece também o artigo de Manuela Carneiro da Cunha na época já livre-docente e atrelada aos programas da USP e UNICAMP. Em seu texto *Sobre os silêncios da lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX* (1984)²⁵⁰, publicado pela revista *Dados* do Rio de Janeiro, Cunha também tratou de um tema singular, se comparado aos até então abordados neste capítulo.

Apesar do tema das alforrias não ser uma raridade dentre os estudos do período, como demonstrei nos capítulos anteriores, Cunha concedeu outra dimensão à problemática. Pois o que se colocou em jogo não foi especificamente a alforria em si, e sim o fato delas, em certa dimensão, se configurarem como uma prática baseada nos costumes, sem respaldo em forma de lei. Aliás, vale ressaltar aqui que essa problemática ganha relevo a partir da crítica que a autora fez sobre as posições de Tannenbaum e Elkins. Enquanto tais autores defenderiam a existência da fundamentação legal de tais alforrias, Cunha busca demonstrar não somente como não havia nenhum respaldo do Estado na promulgação de tais alforrias, como também tentou revelar o verdadeiro sentido que possibilitava a existência costumeira de tal prática.

Partindo, sobretudo, de relatos de viajantes e de documentos jurídicos relacionados à concessão de alforrias, a autora chega a uma conclusão acerca da discrepância que havia entre a ocorrência de uma prática – a que “forçava” os senhores a concederem alforria aos escravizados que demonstrassem interesse em pagar o valor de si próprios aos seus senhores a fim de obterem liberdade – e a ausência de um respaldo legal em torno desta mesma prática. De acordo com autora, de forma geral, tal acontecimento dizia respeito à tensão que surgia

²⁴⁸ MARSON, Izabel Andrade. O “cidadão criminoso”: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o Segundo Reinado. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.16, p. 141-155, 1989. p. 150.

²⁴⁹ GORENDER, 1978, p. 65.

²⁵⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 45-60, 1985.

entre a tendência liberal que contaminava o mundo capitalista em ascensão e o fato de no Brasil ainda predominar o trabalho escravizado como base fundante da economia. Além disso, em se tratando de uma questão mais prática e interna ao funcionamento da sociedade, a discrepância em questão dizia respeito, sobretudo, a uma espécie de acordo, no qual os senhores, ao concederem as alforrias, assim o faziam com a intenção, por um lado, de criar laços de dependências em relação aos seus ex-escravos e, por outro lado, de evitar atitudes de rebeldias entre os escravizados, como os suicídios e as fugas.

Este último argumento, vale destacar, por remeter-nos a uma ideia de *acordo* entre senhores e escravizados, poderia ser aproximado à leitura feita pelos defensores do escravizado enquanto agente histórico. No entanto, apesar de levantar esta questão do *acordo*, Cunha, e momento algum, coloca em evidência o papel ativo dos escravizados no estabelecimento de tal *acordo*. Este, dentro da narrativa da autora, parece ser estabelecido muito mais pelas circunstâncias históricas, do que por qualquer atitude planejada e consciente por parte dos sujeitos envolvidos.

Diferentemente dos textos analisados até aqui aparece o artigo *Imaginários da escravidão* (1989), publicado pela revista *Clio*, da autoria de Antonio Jorge Siqueira, doutor em História Social pela USP e naquele momento professor na UFPE. Ao invés de ter como alvo de investigação o imaginário daqueles que seriam tidos como sujeitos dominantes, tal texto tem como objetivo, antes, a compreensão do imaginário dos sujeitos dominados, no caso, os escravos. E a porta de entrada para a apreensão de seu objeto se dá por documentação de natureza administrativo-judicial, como atos judiciais, alvarás e cartas que evidenciam um diálogo entre autoridades acerca da interpretação e divulgação entre negros e pardos, em território colonial, da lei que decretava liberdade aos “filhos e netos de escravos em Portugal e Algarve”.²⁵¹

O imbróglio, referente a tal episódio, se deu pelo motivo de que os escravos da América Portuguesa fizeram uma leitura própria de tal lei. Entendiam eles que a libertação dos escravos não se referia apenas aos escravos confinados ao espaço metropolitano, como revelava o documento, mas também aos escravos que viviam no espaço colonial; daí a preocupação das autoridades, tanto metropolitanos quanto coloniais. É a partir do diálogo entre essas autoridades, que o autor infere sua tópica principal. Ou seja, a tentativa das autoridades em deslegitimar a leitura dos negros – tida como “apreensão errônea – ou mesmo

²⁵¹ SIQUEIRA, Antonio Jorge de et al. *Imaginários da escravidão*. *Clio*, Recife, n.12, p. 71-92. 1989. p. 71.

de reconhecê-la indiretamente, como quando dizem – “o seu uso de razão de lhe faz formidável”²⁵² – terminaria por revelar a existência de um determinado imaginário escravo.

A exposição de dois pontos acerca deste imaginário são pertinentes para que possamos extrair o sentido que lhe é empregado pelo texto. O primeiro ponto diz respeito à consideração de que tantos os escravos da colônia, quanto os da metrópole, compactuariam um mesmo imaginário. Trata-se, então, de um imaginário cuja configuração se dá a partir de uma espécie de lógica a-histórica. Isto é, a união entre o imaginário dos escravos metropolitanos e os da colônia se daria pelo simples fato deles estarem na condição de cativos, como se esta condição fosse, independentemente de qualquer singularidade histórica, razão para o surgimento de uma configuração imagética específica, a da busca pela liberdade; para o autor, portanto, “o imaginário está afeto ao resgate da liberdade onde quer que exista cativo: na metrópole ou na colônia”²⁵³. O segundo ponto sobre o imaginário refere-se a um elemento que lhe é atribuído: a paixão, que, segundo o autor, ao citar Gramsci, diria respeito “à unidade cultural-social como “base intelectual permanente radicada assimilada e vivida””²⁵⁴. Ora, esses dois pontos sobre o imaginário não se encaixam, pois se a simples condição de cativo tem como consequência inevitável a formação de um imaginário cujo sentido é a busca pela liberdade, então o segundo ponto perde sua razão de ser, pois ele, se levado a cabo, deveria considerar seriamente a simbiose entre o social e o cultural, impedindo, assim, qualquer tipo de generalização acerca do imaginário.

Por fim, cabe destacar um artigo que talvez seja o mais distante, em termos de proposta temática, dos até aqui analisados. Trata-se do texto *A escravidão na economia política* (1989)²⁵⁵, publicado na revista *História* e de autoria de Antonio Penalves Rocha, então doutor em História Econômica pela USP e professor na mesma instituição. Tratando de expor os resultados de sua tese *O nascimento da economia política* (1989), Rocha buscou captar o sentido do discurso anti-escravista emitido pela Economia Política no período entre meados do século XVIII e o início do XIX.

Tal artigo, por tratar de uma temática assim, poderia facilmente ser descartado, justamente por se aproximar apenas de maneira indireta da problemática da escravidão. Entretanto, se o insiro neste capítulo, é justamente porque a proposta do autor teve, como sentindo final, a intenção de fazer uma crítica à determinada leitura errônea que, segundo ele,

²⁵² Ibidem., p. 86.

²⁵³ Ibidem., p. 89.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ ROCHA, Antonio Penalves. A escravidão na economia política. *Revista de História* (nova série). São Paulo, n. 120, p. 98-108, jan./jul. 1989.

alguns historiadores estavam fazendo sobre a escravidão. Autores como Emília Viotti da Costa e Luís Felipe de Alencastro estariam, segundo a lógica de Rocha, reproduzindo o discurso ideológico dos economistas políticos acerca da escravidão. De acordo com tal discurso, o trabalho escravizado seria incompatível com avanços tecnológicos e seu exercício implicaria opressão e exploração. Para Rocha, tais proposições acerca do trabalho escravo seriam marcas de um movimento ideológico – impulsionado pelo movimento da realidade concreta de ascensão do capitalismo – que acreditava ser a livre-economia – e, como condição para isso, o trabalho-livre-assalariado – uma premissa para a consolidação de uma sociedade rica, igual e justa.

Neste sentido, a crítica que os economistas políticos teceram sobre o trabalho escravizado apresentava como intenção revelar a pertinência da consolidação do trabalho-livre-assalariado. No entender do autor, uma vez que a historiografia de seu tempo reafirmava as mesmas críticas que os economistas políticos emitiram séculos atrás, tal historiografia terminava, por dedução, fazendo um elogio indireto ao trabalho-livre-assalariado, como se o emprego de tal tipo de trabalho não fosse também, assim como o trabalho escravizado, marca de relações de opressão e exploração.

Por fim, vale destacar que, somando-se aos textos até aqui analisados, ainda aparece um pequeno grupo de trabalhos cujo tema da escravidão revela-se como problemática articulada à outra temática que não a escravidão. Como exemplo destes artigos podemos citar os textos de José Geraldo Vidigal de Carvalho, *Os conjurados de 1789 e a escravidão* (1988) e de Maria Cristina de Caldas Freire Rocha, *A participação das massas brasileiras na revolução anti-escravista e anti-monárquica* (1981). Tais artigos, assim como os outros que compõem este pequeno agrupamento de trabalhos²⁵⁶, apresentam como principal característica o fato de não terem como preocupação principal a compreensão da escravidão em si, ou de alguns de seus elementos centrais, e sim o entendimento de outros fenômenos históricos a partir da relação que estabeleceram com algum aspecto específico da escravidão. Estes textos não serão analisados com maior atenção, justamente por aparecerem articulados a

²⁵⁶ Cf. BEIGUELMAN, Paula. A organização política do Brasil-Império e a sociedade agrária escravista. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, p. 7-16, 1985. Número Especial; CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. Os conjurados de 1789 e a escravidão. *Revista de História* (nova série), São Paulo, n.119, p. 91-99, 1988; CARVALHO, José Murilo de. Escravidão e razão nacional. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 287-307, 1988; PALACIOS, Guilherme. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1875. *Dados*, Rio de Janeiro, v.30, n.3, p. 325-356, 1987; PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.9, n.16, p. 83-103, jun. 1988; ROCHA, Maria Christina de Caldas Freire. A participação das massas brasileiras na revolução anti-escravista e anti-monárquica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.1, n.1, p. 13-24, mar. 1981.

outro universo de trabalhos que apesar de terem lidado com o tema da escravidão, o fizeram apenas na medida em que tiveram que tratar de um período cuja escravidão aparecia como tema incontornável. Este é o caso de todos os trabalhos de História cujo recorte temporal engloba os períodos do Brasil Colonial e do Brasil Imperial. Se tais trabalhos fossem inseridos na totalidade das fontes analisadas nesta tese, teríamos que lidar com toda a produção historiográfica referente ao período colonial e imperial, o que criaria um imbróglio temático e uma perda de foco generalizada.

Visto isso, podemos concluir que os trabalhos analisados neste agrupamento, apesar de se debruçarem em temáticas singulares, guardam alguns aspectos gerais semelhantes aos trabalhos vistos nos dois tópicos anteriores. Isto é, em linhas amplas a maioria dos trabalhos, aqui levados em consideração, trataram de assuntos específicos da escravidão através de nexos explicativos de ordem socio-econômica. Entretanto, basta aprofundar um pouco mais o olhar para que diversas singularidades tornem-se evidentes. Em termos temáticos, por exemplo, o que prevalece é uma falta de unidade relevante. Partindo de uma variada gama de fontes, dentro deste escopo temático aparecem temas como a questão jurídica em torno da cidadania dos escravos, articulada à problemática da hegemonia política; a questão da existência de costumes na prática de alforria como forma de domínio dos senhores; a existência de um imaginário escravo apreendido pelo discurso da classe dominante; a problemática da reprodução, por parte de historiadores contemporâneos, do discurso ideológico e anti-escravista da economia política clássica; os aspectos gerais da escravidão em regiões específicas; o emprego da literatura como forma de investigar questões referentes ao fim da escravidão; e, por fim, a temática das formas de resistência escrava, com a análise das rotas de fuga dos escravizados, assim como das implicações das formações dos quilombos.

Dentre todas estas problemáticas, vale ressaltar, nenhum texto, de forma explícita, emitiu a percepção do escravizado enquanto agente histórico. Apesar, por exemplo, de Isabel Marson ter insinuado uma relação de *acordo* entre senhores e escravizados, em nenhum momento a autora teve como preocupação averiguar a intenção dos escravizados, seja por qualquer meio de fonte. Diferente disso, o que se deixa entender, contudo, é que as relações entre senhores e escravizados foi, antes, pautada e ditada pelas condições históricas exteriores à própria *vontade* das personagens em questão. O mesmo, de certa forma, se pode dizer do trabalho de Antonio Siqueira, *Os imaginários da escravidão* (1989), pois, apesar do autor buscar evidenciar a existência de um imaginário escravizado, através da própria evidenciação feita pelo grupo dominante, nada se faz a partir disso. Já no que diz respeito a uma análise preocupada com a confirmação de uma lógica interna da sociedade escravista, articulada ao

funcionamento de um modo de produção escravista colonial, também o que se percebe é uma ausência de tais intenções. Uma análise, mais próxima de uma concepção sistêmica da sociedade, é a de Carlos Guimarães, em seu texto *Os quilombos no século do ouro* (1988). Contudo, apesar do autor prezar por uma análise dessa envergadura, sua investigação refere-se apenas à questão das implicações do quilombo. Este não aparece atrelado a uma análise dos princípios regedores de nenhum modo de produção específico, pelo menos não explicitamente.

Quanto à questão dos lugares de produção, e das formações dos autores deste universo descentralizado de textos, podemos evidenciar certa constância em relação aos dados coletados nos tópicos anteriores. Do que foi possível coligir, temos as seguintes informações: dos 8 autores que apareceram aqui, temos 3 doutores em História pela USP, 1 livre-docente em História pela USP, 1 graduado em direito pela UFAM, 1 mestre em História pela UNICAMP, 1 mestrando em História pela UFPE e 1 mestre em Ciência Política pela UFMG. Já em relação aos lugares que tais autores ocupavam no momento de publicação dos artigos, aparecem 3 vezes a USP, 1 vez a UNICAMP, 2 vezes a UFPE, 1 vez o IGH do Amazonas e 1 a vez UFMG.

5. Considerações finais: traços gerais e singularidades dos artigos eclipsados

Nestas considerações finais, um primeiro ponto a ser levado em consideração deve ser o da relação entre a bibliografia analisada neste capítulo e os enunciados emitidos pelos autores analisados na primeira parte da tese. De acordo com aqueles autores, a historiografia brasileira da escravidão teria uma característica central. Para Gorender e Queiróz, a produção historiográfica dos anos 1980 apresentaria como principal marca um retorno aos pressupostos gerais de Gilberto Freyre, segundo os quais, em primeiro lugar, o escravizado seria entendido como um ser dócil e, em segundo lugar, as relações que ele estabelecia com os senhores não eram fundamentadas, em última instância, pela violência.

Esta leitura, feita por Gorender e Queiróz, se deu, sobretudo, pelo fato de alguns autores dos anos 1980 terem buscado rever as teses, emitidas durante os anos 1960 e 1970, que tratavam de denunciar a posição de opressão em que o escravizado aparecia submetido. Frente a isso, autores como Chalhoub, Lara e Machado, em suas concepções, objetivaram retirar do escravizado a imagem de “coisa” e tratá-lo como um agente histórico. Encabeçando essa empreitada, tais autores terminaram por fazer uma leitura da produção dos anos 1980 a partir dos pressupostos que eles próprios defendiam. Isto é, afirmaram ser a revelação do

escravo enquanto agente histórico a principal marca da historiografia da escravidão durante aquela década.

No entanto, como já se sabe, a disputa narrativa não se reduziu a estes dois modos de conceber a produção dos anos 1980. Ao lado deles apareceu também a leitura feita por Ciro Cardoso. De acordo com esse autor, a produção do período, apesar de alguns desvios, representava, sobretudo, uma consolidação do argumento segundo o qual a realidade brasileira era regida por um modo de produção próprio – o modo de produção escravista colonial. Citando autores como João Luís Fragoso e Hebe Mattos como exemplo de seu argumento, Cardoso afirmou que a historiografia em voga, seja com os desdobramentos da História Econômica ou da História Social, cada vez mais revelava a independência e a singularidade do funcionamento da sociedade brasileira escravista.

Diante disso, e somando-se ao que foi visto ao longo deste capítulo, podemos concluir que, para além da bibliografia que deu ensejo à emissão de determinados enunciados – isto é, para além do corpus documental do qual autores como Gorender, Chalhoub e Cardoso lançaram mão para emitirem seus enunciados acerca da produção historiográfica dos anos 1980 – quando nos debruçamos sobre a produção historiográfica eclipsada percebemos que ela não fornece uma base empírica que fundamente a emissão dos mesmos enunciados. Em outras palavras, esta historiografia eclipsada pelos autores-enunciadores – isto é, os trabalhos por eles não levados em consideração –, como pudemos perceber, configuram um outro tipo de historiografia, pelo menos no que diz respeito ao modo central como tais autores percebiam tal produção historiográfica.

No que diz respeito ao enunciado que concebe o escravizado enquanto agente histórico – seja para revelar um escravizado consentido diante da escravidão, como nos casos de Gorender e Queiróz, seja para trazer à tona um escravizado realizador de sua própria história, como nos casos de Chalhoub, Lara e Machado – não encontramos, nas fontes analisadas, respaldo algum. No máximo, em uma totalidade de 64 artigos, foi possível encontrar 3 artigos que apesar apresentarem certa afinidade com a proposição do escravo-agente, pouco desenvolveram, em termos reais, neste sentido. O texto de Motta, *A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829* (1988), o único que explicita claramente a sua concepção do escravo enquanto agente, se resume a fazer um levantamento estatístico revelador da existência de famílias em determinada região. Já o artigo de Siqueira, *Imaginários da escravidão* (1989), apesar de não ser explícito como Motta, parece avançar um pouco mais quando esboça a existência de um imaginário escravo. No entanto, não avança quanto ao problema das implicações de tal imaginário.

As movimentações dos escravizados, quando aparecem, mostram-se apenas do modo já exposto pela corrente historiográfica precedente, cuja preocupação geral estava em demonstrar o peso da escravidão sobre os escravizados. Essa tendência, no geral, relegou aos escravizados três tipos gerais de resistência: as fugas, os assassinatos e os suicídios, de modo que não havia a possibilidade de acordo entre duas frentes de forças. Ou o escravizado acatava todas as ordens, sob o peso da chibata, ou se rebelava, rompendo com qualquer forma de dominação. Este é o caso, por exemplo, dos trabalhos de Leite, *Abolição e política: o debate parlamentar* (1988), e Guimarães, *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII* (1983). Este último, apesar de defender o funcionamento dos quilombos como fenômeno “articulado” à sociedade escravista, não faz o mesmo quanto às relações imediatas entre senhores e escravizados.

No geral, o que predomina nesta historiografia eclipsada é, antes, o aparecimento de fatores socio-econômicos na explicação dos fenômenos históricos. Tais fatores, contudo, quase sempre aparecendo articulados aos movimentos delineados pelas classes dominantes; movimentos que podem fluir contra ou a favor das conjunturas, dependendo das circunstâncias e dos interesses da camada dominante. No texto de Maria da Silva, por exemplo, *Casamentos de escravos na Capitania de São Paulo e publicado* (1980), a autora procurou demonstrar como o fenômeno histórico da prática do casamento entre os escravizados não era algo que atentava contra os interesses dos senhores, uma vez que não configurava ameaça de libertação entre os cativos. Além disso, tal autora chega até mesmo a declarar a impossibilidade de uma história capaz de investigar a psicologia dos escravizados. O caso da abolição não é diferente, e o texto de Bakos é ilustrativo. Em *Rio Grande do Sul: a abolição da escravatura em nome da ordem e do progresso* (1988) seu foco principal foi o de pesquisar a influência dos ideais positivistas na definição das diretrizes do PRR quanto à questão da escravidão – o que significa a desconsideração, pelo menos no plano principal de análise, do papel da força escrava no processo histórico da abolição.

Já no que diz respeito ao enunciado emitido por Ciro Cardoso, segundo o qual a historiografia dos anos 1980 representaria alguns avanços no sentido de consolidar as teses do modo produção escravista colonial, o que podemos averiguar, através da bibliografia selecionada é, antes, a ausência de lastro para a efetivação deste enunciado. No máximo, quanto ao que aparece referente a esta temática, é o emprego, em alguns momentos, do termo *modo de produção*. Esse é o caso do texto de Marília Monteiro, *A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX* (1989) que, ao investigar a problemática dos modos pelos quais a mulher negra foi representada, lança mão de uma lógica segundo a qual o âmbito

ideológico – referente ao domínio das representações – aparece como epifenômeno de relações estabelecidas no interior de um modo de produção. Este modo de produção, contudo, é pouco explorado pela autora. Além deste texto, outros também chegam a colocar os fenômenos abolicionistas dentro da perspectiva mais ampla do avanço do capitalismo. Em alguns casos, como no texto *A lei de terras: 1850 e a abolição da escravidão* (1989), de Gadelha, aparece o termo *modo de produção capitalista*. Aqui o conceito é claramente explicitado. Todavia, não coaduna com a tese de Ciro Cardoso. Pelo contrário, já que o que se esboça aí não são os traços gerais definidores do funcionamento de uma lógica interna à sociedade brasileira escravista.

Visto isso, nos restaria ainda discorrer sobre as principais características desta historiografia eclipsada. Tarefa difícil, já que seus traços gerais facilmente se dissipam frente ao menor esforço de aprofundamento sobre os textos. No entanto, cabe o esforço. No plano geral, superficial, como foi visto, os trabalhos em questão tenderam a tratar de assuntos específicos da escravidão – a única exceção aqui referindo-se ao pequeno agrupamento que se dedicou a delinear os traços gerais da escravidão em regiões geográficas específicas. Estes elementos específicos, por sua vez, quase sempre foram problematizados através de fenômenos socioeconômicos conjunturais, e não estruturais. Isto é, não aparecem aqui definições muito bem delimitadas de dimensões profundas da sociedade que sirvam de chave compreensiva para o entendimento de epifenômenos históricos. Além disso, é praticamente nula, nessa historiografia, a reflexão teórica. Não são citados autores como referenciais teóricos. Não se definem conceitos. O que há, pelo contrário, é sempre a apresentação de um objeto – historicamente conjuntural – e a posterior problematização dele através das possibilidades abertas pelas fontes.

No entanto, como foi afirmado anteriormente, ao lançarmos um olhar um pouco mais aprofundando sobre os artigos, podemos perceber a existência de diversas singularidades entre eles, e isto nos leva a uma imagem mais caleidoscópica da historiografia em questão. Em relação ao primeiro eixo temático abordado, é verdade que todos os textos aí inseridos apresentaram como característica comum o fato de tratarem de questões referentes a aspectos específicos articulados à vida social dos escravizados. No entanto, dentro deste corpus, podemos encontrar diferentes formas de tratar o assunto. Por exemplo, enquanto o texto de Motta, *A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829* (1988), privilegiou uma abordagem quantitativa, o artigo de Campos, *Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista* (1988), envereda por reflexões de ordem filosófica e revela como

preocupação questões de ordem cultural, o que é absolutamente raro na totalidade bibliográfica.

Já no que diz respeito ao grupo de estudos que se debruçaram sobre a temática da abolição, encontramos também semelhantes singularidades. Neste universo aparecem textos que vão da análise regional, como o de Marin, *O Pará e o movimento abolicionista* (1988), até trabalhos preocupados em examinar as linhas gerais do movimento abolicionista em si, como faz o texto de Queiróz Júnior, *Abolição, um processo em questão* (1988). Ou então, a presença de artigos que enveredaram por uma espécie de história política das ideias, como o de Bakos, *Rio Grande do Sul: a abolição da escravatura em nome da ordem e do progresso* (1988), dividindo espaço com textos que trataram de colocar a abolição ao lado de outros fenômenos a fim de demonstrar como ambos faziam parte de um movimento econômico estrutural mais profundo.

Diante disso, se estas singularidades apareceram presentes nos dois primeiros agrupamentos – *aspectos da vida social do ser escravizado e abolição* – de textos analisados, o que dizer então do terceiro agrupamento cuja principal característica é justamente a falta de unidade temática generalizada? Se nos dois agrupamentos anteriores, um olhar mais atento sugere uma imagem caleidoscópica desta historiografia eclipsada, no terceiro agrupamento tal proposição se intensifica. Aqui aparecem textos dos assuntos mais variados. Há os trabalhos preocupados com os aspectos genéricos da escravidão em determinadas regiões, como os textos de Robério Braga e Elza de Oliveira, *A escravatura negra no Amazonas* (1988) e *Alguns aspectos da escravidão na Paraíba do século XVIII* (1988); os que propuseram uma aproximação das temáticas da escravidão via literatura, como *Imagens libertárias da escravidão: o romance de Avelino Fóscolo* (1988) de Regina Horta Duarte; os que trataram dos assuntos referentes à resistência escrava, como *Os quilombos no século do Ouro* (1988) de Guimarães; e, entre tantos outros, aparecem os textos como os de Rocha, *A escravidão na economia política* (1989), que através da análise do discurso dos economistas políticos sobre a escravidão tratou de fazer uma crítica a determinados juízos emitidos por alguns historiadores – contemporâneos ao autor – da escravidão.

Quanto aos lugares de produção em que os textos analisados apareceram atrelados, no quadro geral foi possível perceber uma distribuição de certa forma relevante. Apesar de ainda aparecer uma hegemonia relativa da USP, destacam-se diversas outras instituições como UFBA, UFMG, UFPE, PUC-RS, UFRGS, UFP, UNESP/Assis, PUC-SP, UNICAMP, IGHA e UFOP. É preciso destacar que dentre estas instituições, os textos aparecem articulados a variados Departamentos ou Programas de Pós-Graduação, como de História, Ciência Sócio-

Política, Economia, Sociologia e até mesmo Arquitetura e Urbanismo. No entanto, como tais informações não são possíveis de serem averiguadas integralmente, fica impossível fazer um levantamento estatístico percentual exato da distribuição desses programas. O mesmo valendo para a formação dos autores. Mesmo sabendo que existe uma variação interessante, envolvendo autores de diversas formações – como em História, Sociologia, Filosofia, Economia, Direito – é impossível fazer um levantamento exato, já que aparecem autores cujas informações não estão disponíveis.

Por fim, vale destacar também outra questão que passa pelo mesmo problema de acesso à informações e da consequente impossibilidade de levantamentos estatísticos exatos. Referimo-nos aqui ao fato dos autores dos artigos analisados, em sua ampla maioria não condizerem com os alunos que defenderam teses e dissertações ao longo dos anos 1980. Isso se explica por três motivos básicos: uma parte dos autores defenderam suas teses e dissertações antes dos anos 1980; outra parte produziu suas teses e dissertações em programas de pós-graduação que não os de História; e, por fim, uma parte de autores que apesar de terem defendido suas teses e dissertações nos anos 1980 em programas de História, não produziram trabalhos sobre escravidão especificamente. Por este motivo, tal grupo não aparecerá no próximo capítulo desta tese.

Capítulo – IV

Economia, trabalho e outras temáticas: a produção das teses e dissertações

1. Considerações iniciais: reafirmação da opção teórico-metodológica

Como foi destacado no início do capítulo anterior, a opção adotada para analisar as teses e dissertações também seguirá a problemática do “tema” como ferramenta heurística. Vale lembrar que tal opção se deu por dois motivos. O primeiro refere-se à dificuldade que surge a partir da extensão das fontes a serem analisadas. Como há uma quantidade significativa de trabalhos a serem levados em consideração, a separação das teses e dissertações por temas facilita uma aproximação inicial de nosso objeto, já que é possível separá-las em grupos através de uma leitura inicial. Além disso, o segundo ponto importante, que justifica a análise por temas, é que estes, como destacamos anteriormente, além de também serem elementos de ordem teórica – uma vez que suas delimitações já inferem uma maneira específica de ver a realidade histórica –, eles também servem como porta de entrada para a análise de outros elementos teóricos, como os esquemas, modelos, conceitos e maneiras de pensar as fontes.

A partir destes critérios, evidenciamos três agrupamentos distintos de teses e dissertações a serem analisadas. O primeiro grupo apresenta como eixo central temas concernentes à problemática da economia escravista. O segundo grupo, por sua vez, é marcado por trabalhos cujas preocupações principais aparecem ligadas ao tema das relações de trabalho dentro da ordem escravista. Por fim, destaca-se um terceiro grupo que, impossibilitado de ser caracterizado por uma temática comum atravessando-lhe o corpo, apresenta como fio condutor justamente a multiplicidade de temas diversos; todos eles, no entanto, conectados por problemas típicos da História Social. Ao final do texto o leitor encontrará também um tópico conclusivo dedicado a evidenciar as possíveis relações e implicações das teses e dissertações analisadas ao longo do capítulo.

2. Economia escravista, um assunto historiográfico de profundas raízes

Dentro da totalidade da produção historiográfica eclipsada, no que diz respeito às teses e dissertações, como destacamos acima, um eixo temático logo se destaca. Trata-se de um conjunto de trabalhos cujos temas articulam-se às problemáticas de ordem econômica. Tal

produção aparece ligada a 3 instituições específicas: a UFF com 5 trabalhos, a UFPE com 3 trabalhos²⁵⁷ e a USP com 1 trabalho. Cabe agora analisarmos tais pesquisas a fim de averiguar suas conexões e especificidades. Como ponto de partida, começaremos pelo agrupamento de pesquisas ligadas à UFF, uma vez que tal agrupamento é o de maior peso quantitativo.

Das 5 teses e dissertações produzidas nesta instituição, duas foram orientadas por Ciro Flamarion Cardoso: a dissertação *Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano-industrial no Rio de Janeiro: a companhia Luz Steárica (1854-1898)* (1984) de José Jorge Siqueira e a dissertação *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX* (1983) de Berenice Corsetti.²⁵⁸

A primeira delas, de Siqueira, teve como intenção contribuir com a discussão acerca da transição da sociedade escravista, que ele chama de *escravista colonial*, para a sociedade capitalista, palavra a qual é acrescentada o termo *urbano-industrial*. Apesar da temática ampla, todavia, trata-se de um estudo de caso. Seu objeto central foi uma empresa, a *Luz Steárica*, situada na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o trabalho, tal empresa, entre anos de 1854 e 1890, passou por um processo de transformação valioso para o estudo da transição do escravismo para o capitalismo. A *Luz Steárica*, no período referido, teria superado uma fase manufatureira, cujo regime de trabalho contemplava relações escravistas, assalariadas e contratuais, para um regime plenamente capitalista, fundamentado exclusivamente no trabalho assalariado. Em tal processo de mudança, Siqueira identificou uma transformação equivalente no âmbito dos investimentos da empresa. A lógica da fase manufatureira teria gerado uma acumulação endógena de capital que teria possibilitado a ascensão da fase industrial-capitalista, quando os investimentos sobre os *meios de produção* passaram a prevalecer sobre os *salários*; o que sinalizava, por sua vez, a preponderância do *capital sobre o trabalho* – a marca do capitalismo.

Em seu estudo, que parte de uma análise das conjunturas econômicas da cidade do Rio de Janeiro, para depois se debruçar sobre a análise interna da empresa, e chegar a uma conclusão geral, Siqueira defende a existência de um sistema escravista colonial. Fazendo

²⁵⁷ Somando-se a estes trabalhos, defendidos na UFPE, aparece também a dissertação *O declínio da escravidão no Ceará* (1988) de Pedro Alberto de Oliveira Silva, orientado por Mario Márcio de Almeida Santos. No entanto, tal estudo não será levado em consideração em nosso levantamento, uma vez que o manuscrito original encontra-se deteriorado.

²⁵⁸ SIQUEIRA, José Jorge. *Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano industrial no Rio de Janeiro: a Cia. Luz Stearica (1854-1898)*. Niterói, 1984. 195 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso); CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói, 1983. 343 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso).

coro à tese de Ciro Flamarion Cardoso, o autor defende que a sociedade brasileira escravista apresentava lógicas de funcionamento que não necessariamente eram ditadas pelo jogo econômico internacional. Daí sua necessidade, na introdução de sua dissertação, de “acertar as contas” com uma tradição de trabalhos que partiam de pressupostos diferenciados. É sob este viés que Siqueira critica trabalhos como *História da burguesia brasileira* (1964) de Nelson Werneck Sodré, *A revolução brasileira* (1966) de Caio Prado Júnior, *Formação econômica do Brasil* (1959) de Celso Furtado e *O capitalismo tardio* (1975) de João Manuel Cardoso de Mello. Trata-se de uma crítica que, como discutimos no segundo capítulo da tese, remonta à problemática do debate acerca da natureza dos modos de produção. Um trabalho, portanto, em sintonia com o enunciado emitido por Ciro Flamarion Cardoso.

O mesmo vale para a dissertação de Berenice Corsetti, mesmo que seu objeto de reflexão tenha sido outro. Partindo de um amplo arsenal de fontes, em *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX* (1983) a autora buscou compreender os motivos reais que teriam levado a charqueada no Rio Grande do Sul ao declínio. Para tanto, sua análise se desdobrou em três frentes de interesse: a economia do Rio Grande do Sul a partir de uma visão de conjunto; o sistema produtivo do charque a partir de questões como matéria prima, mão de obra, técnicas e crédito; e, por fim, a problemática em torno da comercialização do charque, nesta frente indagando aspectos ligados ao desenvolvimento das exportações, dos mercados de consumo, da questão fiscal e até mesmo dos transportes.

Quanto aos elementos teóricos-metodológicos presentes em sua pesquisa, destacam-se diversos aspectos. Em primeiro lugar, no tocante ao tratamento empírico a autora lança mão de métodos quantitativos e estabelecimento de séries de preços, de tarifas, de comércio e de população. Já no que diz respeito aos métodos de investigação a autora também emprega avaliações comparativas, a partir das semelhanças e diferenças entre o charque gaúcho e o platino. A utilização de aparatos conceituais é clara e o trabalho busca compreender o processo de desestruturação do charque gaúcho a partir de conceitos comuns ao vocabulário marxiano, como as noções de *acumulação primitiva de capital* e a dicotomia *capital/trabalho* determinante do sistema capitalista. Por fim, revela-se em seu estudo uma delimitação acerca das noções de estrutura e conjuntura. Objetivando esmiuçar as estruturas do sistema produtivo dos charques, a autora não deixa de levar em consideração os fenômenos conjunturais.

Tais referenciais teóricos encaixam-se ao que a autora afirma ser o viés teórico de sua leitura acerca do processo que busca analisar. Sua opção teórica se fundamenta no pressuposto de que a desestabilização da produção do charque só pode ser entendida como algo inserido dentro do processo de transição para o capitalismo. Quanto à problemática deste

contexto – em que a economia brasileira deixa de ser escravista para tornar-se capitalista – a autora abre uma discussão com Fernando Henrique Cardoso²⁵⁹ acerca dos limites da economia escravista, limites estes que teriam contribuído para a queda das charqueadas gaúchas. Apesar de concordar com alguns pressupostos do sociólogo, Corsetti se aproxima de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli e os cita²⁶⁰, buscando argumentar a existência, na realidade nacional, de um desenvolvimento interno de setores econômicos dinâmicos que acabaram se chocando com as estruturas escravistas. Apesar da autora não especificar com clareza a noção de um modo de produção escravista colonial, fica claro tanto a sua aproximação com Ciro Cardoso quanto o enquadramento de sua pesquisa no debate caro ao seu orientador – o debate acerca da especificidade da formação da economia brasileira.

Tais considerações, com diferenças de importância secundária, valem também para a dissertação de Humberto Fernandes Machado. Orientada por Francisco Calazans Falcon, *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense 1860-1888* (1983)²⁶¹ teve como principal objetivo investigar a produção de café no Rio de Janeiro nos finais do século XIX, mais atentamente a região mais antiga do Vale do Paraíba, lugar onde se formaram as primeiras plantações de café e também onde apareceram os primeiros sinais de crise.

Este último fenômeno, o da crise, é o grande ponto central da pesquisa. Pois, o autor constrói seu argumento visando contrariar a tese de Stanley Stein segundo a qual o funcionamento da produção cafeeira se dava a partir de uma lógica de “apego” à tradição, isto é, de impossibilidade de suportar inovações técnicas. De acordo com Machado, em consonância com Corsetti, não seria esse o fator que teria agenciado a queda da produção cafeeira, uma vez que os avanços técnicos não somente não eram impossíveis ao modo de produção escravista, como também os próprios fazendeiros do vale do Paraíba produziram inovações técnicas ao nível do beneficiamento de grãos e do transporte. Como opção a esse modo de conceber o processo histórico em questão, o autor adere ao entendimento de tal processo a partir de sua inserção em uma lógica mais ampla – a da crise do modo de produção

²⁵⁹ Cf. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

²⁶⁰ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

²⁶¹ MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense, 1860-1888*. Niterói, 1983. 299 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Francisco José Calazans Falcon).

escravista colonial. Seu objeto aparece, portanto, subsumido dentro do que chama de “quadro globalizante”.

Partindo de uma ampla série de fontes, argumenta que, adentrada a década de 1860, a produção de café no Vale do Paraíba iniciou um declínio em virtude do esgotamento das terras e da dificuldade na obtenção de mão de obra escrava. Terras e escravos eram os dois eixos principais da economia escravista. Além disso, Machado também leva em conta – embora relativamente – o papel da resistência escrava na crise do sistema cafeeiro fluminense. É dito *relativamente* porque o autor afirma a impossibilidade da resistência escrava ser entendida como fator fundamental na queda do regime. Antes, aproxima-se da corrente historiográfica denunciadora do *mito* da democracia racial e tece vários comentários acerca da importância da violência como elemento estrutural da economia escravista. Visando comprovar seus argumentos, Machado segue um roteiro que, diferente dos dois autores anteriormente analisados, dedica um capítulo inteiro à reflexão teórica, em que trata de delimitar com maior precisão os principais fundamentos do modo de produção escravista colonial.

Esta adesão, ao viés teórico afirmador do modo de produção escravista colonial, por sua vez, não é algo exclusivo dos orientandos de Ciro Flamarion Cardoso ou de Francisco Falcon. Um exemplo disso é a dissertação de Márcia Maria Menendes Motta, *Pelas “bandas d’além: fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora 1808-1888* (1989)²⁶², orientada por Maria Yedda Leite Linhares. Divergindo um pouco dos outros trabalhos, tal pesquisa teve como principal objetivo compreender a importância de uma dada região produtora de alimentos destinados ao mercado interno. Tal área, delimitada pelas freguesias de São Gonçalo, Cordeiro e Itaipu – antigo município de Niterói – foi levada em consideração dentro do período que foi de 1808 – com a vinda da família real – à 1888, data da abolição da escravatura. Para isso, a autora se valeu de uma variedade extensa de fontes, envolvendo documentos cartoriais, judiciais, censos gerais e locais, relatos de viajantes, memórias e registros paroquiais de terras.

O estudo parte de algumas problemáticas centrais que devem ser levadas em consideração. Em primeiro lugar, aparece a preocupação com o entendimento da camada intermediária da sociedade escravista – conjunto de indivíduos que ficava entre os senhores e os escravizados. Segundo Motta, tal segmento fora sempre tratado de modo secundário pela

²⁶² MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Pelas “bandas d’além”*: fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora – 1808-1888. Niterói, 1989. 196 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Maria Yedda Leite Linhares).

historiografia. Isso acontecia porque nesta tradição de estudos – Simonsen, Nelson Sodré, Alberto P. Guimarães, C. Furtado, entre outros – imperaria a noção de que a economia, tomada unicamente a partir da lógica da exportação, colocava o grupo intermediário como não fundamental para o funcionamento da sociedade. Caio Prado Jr, apesar de ter, até certo ponto, levado tal segmento em consideração, haveria pecado por tê-lo entendido de forma muito simplificada. Segundo Motta, teria sido a partir de Ciro Cardoso – seguido por autores como Maria Odila Dias, João Fragoso e Hebe Mattos – que começaram a receber destaque nas análises tanto o mercado interno como o desvelamento da complexidade do grupo social delimitado entre os senhores e os escravizados.

É com este grupo de estudos que a autora buscou compor harmonia. Para tanto, dedicou-se à análise da produção de determinada região – delimitando aí as transformações nas relações sociais entre os proprietários e os pequenos produtores a partir das transformações decorrentes dos acontecimentos de 1850 – a partir de demandas vindas de dentro da própria sociedade escravista. Isto é, a partir das mudanças oriundas da vinda da família real ao Rio de Janeiro, e o conseqüente aumento na demanda de víveres para essa região. Motta tratou de compreender tanto o funcionamento interno da economia nacional quanto a complexidade referente ao conjunto dos pequenos produtores, que não eram grandes proprietários e nem escravizados.

Por fim, quanto aos trabalhos produzidos através da UFF, ainda aparece a dissertação *Comércio de cabotagem e o tráfico interprovincial de escravos em Salvador (1850/1888)* (1986)²⁶³ de Iolanda Maria do Nascimento, orientanda de Almir Chaiban El-Kareh. O objetivo do trabalho foi compreender o comércio interno – e sua relação com o comércio interprovincial de escravizados – realizado no porto de Salvador na segunda metade do século XIX. Trata-se de um tema pouco explorado pela historiografia tradicional, esta comumente preocupada com o comércio de exportação/importação de longas distâncias. Tal estudo está calcado em arquivos da Bahia, encontrados no Arquivo Municipal e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O comércio de cabotagem é entendido aqui como “subsidiário do comércio exportador-importador, indispensável às companhias de navegação de longo curso, e diretamente vinculado aos interesses da burguesia comercial” regional, esta comumente ligada aos portugueses, os grandes detentores do controle da “estrutura comercial e financeira da

²⁶³ NASCIMENTO, Iolanda Maria do. *O comércio de cabotagem e o tráfico interprovincial de escravos em Salvador (1850-1880)*. Niterói, 1987. 172 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Almir Chaiban El-Kareh).

província da Bahia”²⁶⁴. Para Nascimento, este tipo de comércio não aparecia desvinculado dos aspectos conjunturais da região baiana. Pelo contrário, configurava-se como atividade fundamental para a província, pois articulada às demandas por abastecimento do mercado local, às práticas agrárias, ao transporte, ao “meio circulante” e às atividades de importação e exportação. Ao mesmo tempo em que o comércio de cabotagem era impulsionado pela produção “agrícola, manufatureira e fabril”²⁶⁵ da região, também era, por sua vez, incentivador de tais atividades, pois exportador de suas mercadorias.

A partir destes elementos, Nascimento buscou averiguar algumas questões que se configuraram como frentes de análise. Deste modo, três principais questões nortearam a pesquisa. São elas: o comércio de cabotagem teria sido relevante para o desenvolvimento da região, de modo que tivesse acumulado capitais a ponto de tê-los transferido a outros setores econômicos? Tal comércio teria sido importante o suficiente a ponto de ter atraído grandes comerciantes e também ter resistido às flutuações da economia exportadora? E, por fim, o tráfico interprovincial de escravizados teria afetado o comércio de exportação, isso devido às políticas de restrição ao tráfico? Foram essas as problemáticas exploradas pela autora.

Visto estes trabalhos produzidos pelo programa de pós-graduação da UFF, a maioria deles sintonizados, em maior ou menor grau, com os pressupostos gerais de Ciro F. Cardoso acerca do modo de produção escravista colonial, cabe agora nos voltarmos para o agrupamento de trabalhos desenvolvidos a partir da UFPE. O primeiro deles é a dissertação de Suzana Cavani Rosas, *A questão agrária na sociedade escravista* (1987)²⁶⁶, que foi orientada por Maria do Socorro Ferraz. Tal trabalho, apesar de não deixar de estar alinhado com as problemáticas em torno da História Econômica, também envereda por questões ligadas à História Social e, em boa parte, como se verá, se aproxima de uma parcela dos artigos eclipsados.

Seu principal objetivo foi averiguar a dimensão inovadora – e as problemáticas envolvidas – da reforma agrária de 1850. Visando tal fim, o método de Rosas consistiu em compreender, por meio dos discursos das classes dominantes, a real situação das relações de propriedade em conexão com as mudanças que se realizavam no modo de produção escravista. Tais alterações, articuladas à crise da economia escravista, revelariam os percursos para o estabelecimento de relações de produção inéditas, de uma renovação nas tipologias das propriedades e, em decorrência disso, de uma transformação política e legislativa quanto à

²⁶⁴ Ibidem., p. 1.

²⁶⁵ Ibidem., p. 2.

²⁶⁶ ROSAS, Suzana Cavani. *A questão agrária na sociedade escravista*. Recife, 1987. 90 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Maria do Socorro Ferraz Barbosa).

questão da apropriação das terras. É original a forma como a autora se aproxima de seu objeto, pois não somente leva em consideração a dimensão da *consciência de classe* dos proprietários rurais, como também busca embasar teoricamente tal proposta – o que faz através das reflexões de Lukács em *História e consciência de classes* (1923).

Vale destacar aqui também a revisão historiográfica que Rosas fez acerca da ausência das reflexões em torno da reforma agrária de 1850. As exceções a sua crítica foram Alberto P. Guimarães, Caio Prado Jr e Jacob Gorender. O primeiro, no entanto, apesar de ter se preocupado com a análise da lei de terras de 1850, não teria sido capaz de apreender as implicações profundas da lei, entendendo-a sobretudo no âmbito do modo de produção feudal. Já Caio Prado Jr e Gorender, por sua vez, teriam aberto caminho analítico ao considerarem a dimensão inovadora da reforma agrária, isto é, sua articulação no processo de transformação das relações de produção. É nesta esteira que segue Rosas, uma vez que vê na lei de terras “um programa destinado a dar aos proprietários um novo trabalhador e um novo tipo de propriedade de terras”.²⁶⁷

Outra dissertação desenvolvida dentro do programa de pós-graduação da UFPE foi *A desagregação do sistema escravista no Maranhão 1850-1888* (1983)²⁶⁸, de autoria de Jalila Ayoub Jorge Ribeiro e orientada por Marco Antonio de Oliveira Pais. Com o objetivo de investigar as especificidades do desmonte do regime escravocrata na região do Maranhão tal trabalho tratou tanto dos problemas mais estruturais de tal processo histórico, quanto do modo como os segmentos sociais reagiram e buscaram lidar com as problemáticas surgidas.

Partindo de uma ampla variedade de fontes, em determinados momentos sistematizadas quantitativamente, Jalila Ribeiro buscou tratar seu objeto a partir de determinados pressupostos teóricos. Visando explicitá-los, lançou mão de algumas considerações feitas por Emília Viotti da Costa, em *Da senzala à colônia* (1966), e Octávio Ianni, em *Escravidão e Racismo* (1978). Fazendo coro a tais autores, Ribeiro reafirmou a importância de se levar em consideração, na análise do processo de desagregação do regime escravista maranhense, um conjunto mais amplo, “no qual condições internacionais, nacionais e locais se apresentam intimamente inter-relacionadas”²⁶⁹. No que diz respeito ao plano internacional, a autora chamou a atenção às transformações ocorridas na economia europeia, principalmente com a revolução industrial e a expansão da lógica capitalista. Quanto aos

²⁶⁷ Ibidem., p. 6-7.

²⁶⁸ RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)*. Recife, 1983. 206 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Marco Antônio de Oliveira Pais).

²⁶⁹ Ibidem., p. 10.

fenômenos internos, nacionais, tratou de destacar a frustração das ideias liberais diante da opção do país em continuar fundamentando sua produção em mão de obra escravizada. É, pois, justamente a partir dessa contradição entre tendências externas e internas à colônia, isto é, entre capitalismo e escravismo, que Jalila Ribeiro buscou compreender o fenômeno da desagregação do sistema escravista no Maranhão.

Através dessa chave explicativa, a dissertação se dividiu em três frentes de análise. Em um primeiro momento, buscou traçar o panorama econômico geral da região maranhense. Posteriormente, debruçou-se sobre os principais elementos relacionados à desagregação do sistema escravista, o tráfico interprovincial – decorrente da proibição do tráfico em 1850 – e o crescimento das manumissões. Por fim, voltou-se ao papel do movimento abolicionista no fim do regime, e os embates desse segmento político frente aos interesses dos proprietários escravistas da região.

Por fim, o último trabalho, produzido dentro do programa de pós-graduação da UFPE, foi o de Tanya Maria Brandão Barbosa, *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII* (1984)²⁷⁰ e orientado por Armando Souto Maior. Um primeiro ponto de divergência, em relação à tendência das dissertações até então analisadas, foi o recorte proposto pela autora. Ao invés de voltar sua atenção ao século XIX e ao processo de desagregação do regime escravista, Barbosa decidiu dedicar-se à problemática do tipo de *formação social* que se configurou durante a consolidação do regime escravista na região do Piauí.

Por *formação social*, este conceito caro à tradição marxista, a autora compreendeu a totalidade da sociedade a partir da junção de suas duas principais dimensões, a estrutura econômico-social e a superestrutura ideológica. A partir disso, e a fim de delimitar suas principais concepções acerca da realidade do escravismo, Tanya Barbosa refez o percurso de vários autores da tradição da historiografia econômica. Neste sentido, apesar de aderir à tese de um modo de produção escravista, o trabalho seguiu um percurso original. Pois, num primeiro momento, é ressaltada várias afirmações emitidas por Caio Prado Jr que vão no sentido de compreender a formação e o funcionamento da sociedade escravista colonial como epifenômeno da lógica mercantilista europeia. Apesar disso, e partindo do próprio reconhecimento de Caio Prado Jr acerca da existência de uma economia de subsistência na colônia, a autora afirma que o desenvolvimento de tais economias teria possibilitado o

²⁷⁰ BARBOSA, Tanya Maria Brandão. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Recife, 1984. 232 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Armando Souto Maior).

surgimento de uma lógica interna à sociedade escravista. Partindo de Antonio Barros de Castro, Tanya Barbosa defendeu que a produção em grandes quantidades, e voltadas à exportação, foi um fenômeno que teria acabado criando as raízes fundantes de uma nova sociedade cuja lógica de funcionamento lhe era inerente.

A dissertação analisou a sociedade escravista entendendo que ela teria se configurado como um modo de produção escravista, cuja *formação social* envolvia tanto uma lógica econômica – o emprego do trabalho escravo – quanto uma lógica ideológica – que buscava, no plano das ideias, legitimar a utilização da mão de obra escravizada. Foi partindo deste entendimento que a autora buscou analisar o escravismo na região do Piauí. Mesmo que neste local houvesse – devido ao adentramento do sertão através da prática da criação de gado – uma tendência ao exercício do trabalho livre, a lógica da *formação social escravista* – que atribuía status aos possuidores de escravizados – prevalecia. Em outras palavras, o escravismo piauiense, apesar da peculiaridade de sua economia regional, não deixava de atender à lógica da sociedade escravista brasileira.

Por fim, além das dissertações produzidas na UFF e na UFPE, resta ainda uma tese, esta defendida na USP. Trata-se de *Economia e escravidão em Goiás colonial* (1981)²⁷¹, da autoria Gilka Vasconcelos Ferreira de Salles cuja orientadora foi Suely Robles Reis de Queiróz. Seu objetivo geral foi esboçar o panorama geral da economia na região de Goiás durante o período colonial, com destaque para o papel dos escravizados. Vale ressaltar, aqui, a consonância com a dissertação de Tanya Barbosa, no que diz respeito ao recorte temporal, pois Salles também escapou da tendência de voltar a atenção ao período de crise do escravismo.

Diferentemente dos outros trabalhos aqui abordados, *Economia e escravidão em Goiás colonial* não abriu diálogo com os trabalhos de história econômica comumente citados. Apesar de citar pontualmente Caio Prado Jr e Gorender, seus principais referenciais teóricos fogem do usual²⁷². Quando, por exemplo, se dedica a discorrer sobre suas concepções teórico-metodológicas, em um primeiro momento destaca a importância das problemáticas referentes à longa duração braudeliana, utilizando-a como justificativa para a ampliação de seu recorte regional e temporal. Além disso, apesar de apontar para a impertinência da utilização de

²⁷¹ SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão em Goiás colonial*. São Paulo, 1981. 431 p. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da USP. Orientador: Suely Robles Reis de Queiróz).

²⁷² Vale destacar que a autora situa seu trabalho dentro de um conjunto bibliográfico restrito que apresentaria conexões indiretas com seu trabalho. Estes estudos citados, são: *Goiás 1722-1822, estrutura e conjuntura numa capitania de Minas* (1972) de Luiz Palacin; *Os aldeamentos de indígenas na capitania de Goiás* (1974) de Marivone Matos Chain e *Comunicações fluviais pelo Tocantins e Araquaiá no século XIX* (1974) de Dalísia Elizabeth Martins Dols.

modelos teóricos – uma vez que eles cerceariam a complexidade dos fenômenos históricos – a autora dedica longas páginas à delimitação de suas ferramentas conceituais; o que é feito através de citações de autores cânones, como Marx e Weber, mas também outros, como Werner Sombart e Jean William Lapierre. Deste último, Salles extraí sua concepção analítica, que busca compreender determinada sociedade a partir da integração de diversos elementos que dizem respeito a todas as sociedades de maneira geral.

A partir desta perspectiva, aqui sintetizada, tal trabalho se debruça sobre a economia colonial de Goiás. Para isso, 5 grandes tópicos são abordados. São eles: a compreensão das principais diretrizes da economia goiana; os mais elementares fatores que atuaram na formação econômica da região; as mais essenciais demandas e recursos oriundos de tal sistema econômico, incluindo aí as necessidades políticas e administrativas; os principais elementos relacionados à configuração da estrutura produtiva; e, por fim, a lógica, ou o sentido, da economia de Goiás.

Visto isso, podemos fazer algumas considerações gerais. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao recorte temporal, percebe-se uma forte tendência a privilegiar o século XIX e a transição do escravismo para o capitalismo. As únicas exceções são os trabalhos de Barbosa, *A formação social no Piauí: perspectiva histórica do século XVIII* (1984), e Salles, *Economia e escravidão em Goiás colonial* (1981), ambos voltando suas atenções para a estrutura produtiva de regiões específicas nos séculos XVII e XVIII. O foco de tais estudos estava em compreender o funcionamento comum à economia dessas regiões, e não o processo de desintegração dessas mesmas economias.

Em segundo lugar, aparece a questão dos recortes espaciais. A propensão geral que se revelou foi a dos recortes atendo-se a regiões específicas. A única exceção foi a dissertação, defendida na UFPE, *A questão agrária na sociedade escravista* (1987) de Rosas, que ao invés de buscar compreender a economia de uma região singular, voltou sua atenção ao entendimento da implicação econômica da aprovação da lei de terras de 1850 no Brasil. Com a ressalva deste trabalho, todos os outros debruçaram-se sobre regiões determinadas do país. Destaca-se aqui o fato de que os estudos defendidos na UFF dedicaram-se, em sua maioria, à região do Rio de Janeiro, com exceção apenas aos trabalhos de Corsetti, que voltou sua atenção para o Sul do país, e de Nascimento, que se debruçou sobre o comércio de cabotagem em Salvador. Já em relação às duas dissertações produzidas na UFPE, aparecem como foco de análise as regiões da Maranhão e do Piauí. O único trabalho defendido na USP tratou de investigar a região de Goiás. Partindo da tendência geral verificada, infere-se que os estudos provavelmente escolheram as regiões a serem analisadas a partir da “facilidade” no acesso às

fontes que seus trabalhos demandavam, ou, até mesmo, da origem dos autores e das indicações de seus orientadores.

Por fim, no que diz respeito aos aspectos teórico-metodológicos das dissertações e teses em questão, destaca-se, no caso daquelas defendidas pelo programa de pós-graduação da UFF, a aproximação da tese do escravismo colonial. Essa aproximação que, vale ressaltar, se deu em maior ou menor grau, significa que tais autores, ao tentarem compreender algum aspecto relacionado à economia interna da sociedade escravista, o fizeram através da compreensão de que tais aspectos deveriam ser entendidos à luz de um modo de produção específico, o escravista colonial. Este é o caso, por exemplo, da dissertação de Siqueira que, em *Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano-industrial no Rio de Janeiro: a companhia Luz Steárica (1854-1898)* (1984), buscou compreender a transição da companhia analisada sob a ótica maior do escravismo colonial. Os trabalhos deste agrupamento, portanto, estão evidentemente em sintonia com pressupostos gerais encontrados nos trabalhos de Ciro F. Cardoso.

Já os estudos defendidos na UFPE, por sua vez, apesar de falarem em um modo de produção escravista, o fizeram num sentido menos rigoroso conceitualmente, o que, de certa forma, impede uma conexão clara à tese de Ciro Cardoso. Alguns destes trabalhos, como o de Rosas, por exemplo, apesar de citar o termo “modo de produção escravista”, não o delimita de maneira sistemática. Tal estudo, além disso, envereda por algumas problemáticas da História Social quando revela preocupação com a questão da consciência de classe das camadas dominantes e os limites de sua compreensão acerca de seu papel histórico. Algo que, de certa forma, dialoga com o texto de Barbosa sobre a formação social no Piauí, uma vez que busca compreender a sociedade em sua totalidade envolvendo infra e superestrutura. A tese de Salles, por sua vez, sobre a economia colonial em Goiás, é a que mais foge das tendências teóricas, isso porque propõe um modo menos esquemático – mas altamente conceitual – abrindo diálogo com outros interlocutores/referenciais, como foi visto neste tópico.

Esta questão dos interlocutores, de forma geral, coloca – com exceção do trabalho de Salles – todos os estudos dentro de um terreno comum às problemáticas debatidas pelos historiadores da economia durante as décadas anteriores. Como vimos no segundo capítulo desta tese, a partir dos anos 1940, surgiu com Caio Prado Jr uma temática acerca do tipo de formação econômica que seria a marca da sociedade brasileira. Por esse debate passaram diversos autores, e os mais comumente citados foram todos eles também citados pelos trabalhos vistos no presente tópico. Os autores das teses e dissertações, aqui analisados, buscaram sempre situar suas pesquisas a partir de interlocutores como Caio Prado Jr, Nelson

Sodré, João Mello, Fernando H. Cardoso, A. P. Guimarães, J. Gorender, Emília V. da Costa, O. Ianni e Ciro F. Cardoso. Isto não significa, todavia, que esta produção eclipsada dos anos 1980 seja uma simples repetição da historiografia dos anos 1960 e 1970. O que se repete é o tema geral. Como foi possível perceber ao longo deste tópico, as teses e dissertações analisadas, ao invés de simplesmente reproduzirem conclusões já alcançadas pela historiografia precedente, buscaram utilizá-las como ferramentas heurísticas, estabelecendo-as como ponto de partidas para novas indagações.

3. Regionalismo e relações de trabalho no século XIX

Além do agrupamento de trabalhos conectados pela temática da economia escravista existe também um agrupamento que, apesar de não ter o mesmo peso quantitativo, se faz presente e apresenta um forte elemento de coesão que vale a pena ser analisado em tópico a parte. Tais trabalhos, apesar de apresentarem pontos de ligação com as temáticas econômicas, todos eles se destacam por terem como principal foco de atenção a problemáticas em torno das relações de trabalho em regiões específicas do Brasil Império ao longo do século XIX. O conjunto bibliográfico que se segue é caracterizado por 4 dissertações distribuídas em 3 programas de pós-graduação distintos. 2 trabalhos foram defendidas na PUC-SP, 1 na UNICAMP e 1 na UFRJ. Uma preponderância, portanto, de programas situados na região sudeste do país.

Em termos cronológicos o primeiro dos dois trabalhos defendidos na PUC-SP foi o *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)* (1980)²⁷³ de Lúcia Helena Gaeta Aleixo. Seu objetivo principal foi compreender as relações de trabalho escravizado e livre dentro do contexto da economia mercantil da região de Mato Grosso. No que diz respeito a este recorte regional, é preciso destacar a concepção da autora acerca do tratamento dado pela historiografia a essa questão. De acordo com Aleixo, a tendência dos estudos sobre a escravidão, até então, fora a de privilegiar as análises gerais em detrimentos das regionais. Sua proposta, deste modo, teria como intenção suprir esta lacuna. Tal visão, é preciso ressaltar, se deveu ao fato de sua dissertação ter sido defendida no ano de 1980, início imediato da década. Seus referenciais, então, foram os trabalhos produzidos ao longo dos anos 1960 e 1970. Tanto é que sua maior inspiração é a tese de João Manuel Cardoso de Mello, *O*

²⁷³ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso – trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*. São Paulo, 1980. 133 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da PUC – SP. Orientador: Leda Maria Pereira Rodrigues).

capitalismo tardio, defendida em 1975. Como vimos ao longo dos dois últimos capítulos desta tese, a ausência de estudos regionais deixa de ser uma realidade ao longo da década de 1980.

Além dessa questão, a dissertação também denuncia o modelo empregado pela escassa historiografia que vinha sendo produzida sobre a região de Mato Grosso. Segundo Aleixo, tratava-se de uma história demasiada político-administrativa, pouco problematizadora, preocupada apenas em narrar os episódios históricos linearmente e seguindo o fluxo das fontes oficiais. A esta tendência, a autora contrapõe a utilização de fontes que entende serem diferenciadas, como inventários, livros de compra e vendas de escravizados, ofícios diversos, auto-crimes, etc., com a intenção de compreender o tipo de economia mato-grossense e as relações de trabalho ali empregadas. Se, então, inicialmente tais estudos sobre a região pensavam apenas no emprego da mão de obra escravizada, sua dissertação destacou a importância da utilização da mão de obra livre para o funcionamento do sistema econômico em questão.

A outra dissertação também ligada ao programa de pós-graduação da PUC-SP foi defendida 7 anos depois e conflui com a proposta adotada por Aleixo. Assim como *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)* (1980), *As relações de trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)* (1987)²⁷⁴ de Petrauskas também optou por deter a análise sobre as relações de trabalho em uma determinada região, ao invés de pensar tais relações na sociedade escravista de maneira geral.

O recorte regional privilegiou, no entanto, outra área. Sua escolha foi a de analisar as configurações do trabalho em uma região mais destacada historicamente, Salvador. Dentro do recorte temporal proposto, 1800 a 1822, a economia baiana revelava um momento bastante próspero, com sua produção agrícola direcionada à exportação de produtos como o açúcar, o algodão e o fumo. Além disso, neste período a região presenciava também uma intensificação do tráfico negreiro e de outros setores como o comercial. O recorte temporal proposto, portanto, se deu porque se tratava de um momento chave, em que abriram-se os portos e o Brasil passara da condição de colônia à de Reino Unido.

Já no tocante aos referenciais bibliográficos, diferentemente de Aleixo, Petrauskas – por ter seu trabalho situado no final da década de 1980 – destinou seus comentários sobretudo

²⁷⁴ PETRAUKAS, Maria Evilmardes Dantas. *As relações de trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)*. São Paulo, 1987. 201 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da PUC – SP. Orientador: Leda Maria Pereira Rodrigues).

a alguns trabalhos produzidos nos anos 1980²⁷⁵, exclusivamente aqueles dedicados a analisar a região de Salvador. Não que não apareçam referências à historiografia das décadas precedentes. Frente a estas, a autora sugere a pertinência de outras problemáticas ainda não exploradas, como a da “estrutura do mercado de trabalho; os tipos de ocupação exercidos pelos escravos; sua participação neste mercado de trabalho”²⁷⁶; assim como as relações entre tais escravizados e outros grupos sociais.

Foi buscando trilhar estes caminhos que Petraukas optou por analisar o significado dos trabalhos exercidos pelos escravizados de ganho e de aluguel, assim como as relações que tais tipos de trabalhos estabeleceram com as variadas camadas sociais da realidade baiana. Sua hipótese foi a de que, dentre os grupos dominantes, foi a camada intermediária a maior detentora de escravos de ganho e de aluguel. Sua originalidade, portanto, aparece justamente na preocupação com análise deste grupos intermediários até então pouco explorados em suas relações com certas modalidades de trabalho escravizado urbano.

Ainda dentro do Estado de São Paulo, aparece também a dissertação de Ana Lúcia Duarte Lanna, *A transformação do trabalho: a passagem do trabalho livre na zona da mata mineira (1870-1920)* (1985)²⁷⁷, defendida no programa de pós-graduação da UNICAMP e orientada por Fernando Antônio Novais. Assim como as duas dissertações anteriores, a de Lanna também se debruçou sobre o problema das relações de trabalho dentro de uma região específica; desta vez, contudo, a região escolhida foi a mineira.

Tal recorte foi justificado pela autora através de dois pontos. Em primeiro lugar, aparece o fato da bibliografia geral até então ter apresentado, como campo privilegiado de estudos, a região de São Paulo, o que decorre da posição de destaque que a região paulista ocupou durante o “ciclo” da economia cafeeira. No entanto, Lanna chama a atenção para a importância dos estudos regionais, destacando que eles, junto à importância dos estudos comparativos, não devem ser abandonados, uma vez que são de extrema importância para uma compreensão mais nítida da realidade histórica.²⁷⁸

²⁷⁵ As pesquisas citadas por Petraukas, são: *O liberto, o seu mundo e os outros (1790-1890)* (1979) de Maria Inês Cortês de Oliveira; *Bahia. A cidade de Salvador e seu mercado no século XIX* (1978) e *Ser escravo no Brasil* (1982), ambas de Kátia Mattoso; *A mão de obra escrava em Salvador de 1811* (1975) de Maria José de Souza Andrade; e *Rebelião escrava no Brasil* (1986) de João José Reis.

²⁷⁶ Ibidem., p. 17.

²⁷⁷ LANNA, Ana Lucia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920)*. Campinas, 1985. 168 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UNICAMP. Orientador: Fernando Antônio Novais). Publicada.

²⁷⁸ Vale destacar que a autora cita, como exemplo de estudos que estavam caminhando no sentido de refletir sobre a realidade mineira para além do período minerador, os números 49 e 58 da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*.

Somando-se a este primeiro ponto na justificativa da escolha de seu objeto, a autora destaca não somente a importância dos estudos regionais, mas também a relevância de região mineira em si. Como segunda justificativa para seu trabalho, então, destaca-se a importância de Minas Gerais – província mais populosa; maior importadora de escravizados durante o século XIX; segunda maior exportadora de café; centro importante no jogo de poder político – na compreensão da transição do trabalho escravizado para o livre. A região mineira, portanto, ainda que, como São Paulo, tenha apresentado como pano de fundo a influência do desenvolvimento do capitalismo global, denotou singular importância para a análise do objeto definido por Lanna.

Partindo destas ideias, e objetivando averiguar as problemáticas em torno da transição do trabalho escravizado para o livre na região mineira, Lanna fundamentou seu trabalho a partir dois centros principais de reflexões. O primeiro deles tratou de analisar a configuração da economia de Minas Gerais; primeiro seus aspectos gerais e, em segundo, a especificidade da produção cafeeira. Ainda dentro disso, buscou também fazer uma análise comparativa entre a região mineira e a paulista, colocando como pano de fundo a questão da organização do trabalho livre em perspectiva nacional. Por fim, estruturando-se como segundo ponto de reflexões, a autora abordou a temática da formação de um mercado mineiro fundamentado pelo trabalho livre.

Fora do Estado de São Paulo, por fim, resta a dissertação de Nara Saletto, *Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929)* (1985)²⁷⁹, defendida no programa de pós-graduação da UFRJ. Seguindo a tendência de todas as dissertações analisadas neste tópico, a de Saletto também abordou o problema do trabalho escravizado dentro de uma região específica; desta vez, contudo, o recorte envolveu a região do Espírito Santo, mais especificamente a região sul e centro, correspondendo às áreas de Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. O recorte temporal, por sua vez, privilegiou o período de transição do trabalho escravizado ao livre, isto é, o fim do XIX.

Assim como algumas das outras dissertações aqui analisadas, o trabalho de Saletto começou com uma reflexão acerca da carência de estudos dedicados à região de Espírito Santo. As pesquisas mais gerais, que dizem respeito à análise de âmbito nacional, até então haviam se restringido a colocar o Espírito Santo na região do café e destacar as colônias

²⁷⁹ COSTA, Nara Saletto da. *Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1889-1929)*. Rio de Janeiro, 1985. 157 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ). (Não consta orientador)

oficiais de imigrantes que ali apareciam. Pouco se falava das particularidades desta região. Já os estudos específicos da região capixaba não foram capazes de inserir suas conclusões no contexto nacional mais amplo. Segundo a autora, essa barreira deveria ser superada. Alguns trabalhos que atuaram neste sentido foram citados. Os dois principais foram os trabalhos de Gilda Rocha, *Imigração estrangeira no Espírito Santo* (1981), e de Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo* (1981). A pesquisa de Saletto tem a intenção de fortalecer esta tendência. Foi com isso em mente que se dedicou a analisar dois temas que se estruturaram de forma singular na região capixaba, o café e a imigração.

Em termos teóricos, tal trabalho fez uso de alguns pressupostos gerais de Marx sobre o processo do capitalismo e, também, se articulou a algumas ideias defendidas por Octávio Ianni em *Escravidão e Racismo* (1978). Tais aspectos revelam-se no modo como Saletto decidiu abordar o problema da transição do trabalho escravizado ao livre. Segundo a autora, tal objeto deveria ser tratado sob o pano de fundo da transição do escravismo colonial ao sistema capitalista. Em outras palavras, o processo europeu de acumulação primitiva de capital que contribuía para a formação do capitalismo industrial, ao mesmo tempo contribuía também para a produção da escravidão no Novo Mundo. Isto significa que o trabalho escravo, de certa forma, estava cooperando para a formação do trabalho assalariado, portanto, para seu próprio fim. Foi sob esta perspectiva, então, que Saletto tratou de temas como: a formação da economia cafeeira na província capixaba; as soluções para os problemas advindos da crise da mão de obra; o problema da transição do trabalho escravizado ao trabalho livre; e, por fim, as especificidades das novas relações de trabalho estabelecidas na região estudada.

Como podemos constatar, então, este pequeno agrupamento de dissertações referentes ao tema das relações de trabalho escravistas, distribuídos entre as instituições PUC-SP, UNICAMP e UFRJ, teve como marca principal o fato de se disporem a discutir os aspectos regionais de tal problemática. Dentro deste âmbito foram consideradas quatro regiões distintas: Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e Salvador. Todos os trabalhos preocupados com o século XIX. As problemáticas tratadas, basicamente giraram em torno das especificidades que tais regiões apresentaram nas relações de trabalhos.

Quanto aos referenciais bibliográficos, apareceram tanto autores de obras referentes às décadas de 1960 e 1970 – aparecendo aí nomes como os de Octávio Ianni, Jacob Gorender, Emília Viotti da Costa e João Manuel Cardoso de Mello – quanto autores de trabalhos produzidos dentro da década de 1980, como Gilda Rocha, Vilma Almada, Kátia Matosso, João José Reis, entre outros. No entanto, apesar de citar tais autores, é preciso destacar que, se

pensarmos nos enunciados emitidos sobre a historiografia da escravidão nos anos 1980, nenhum dos trabalhos analisados neste tópico se encaixa nos pressupostos gerais dos enunciados.

Isto é, as dissertações analisadas em nenhum momento demonstraram interesse em discutir a agência ou passividade dos escravizados. Deste modo, a representação de tais personagens históricos não aproximou nem das concepções historiográficas dos anos 1960/70, que concebiam os escravizados como vítimas – restando-lhes apenas a violência como forma de resistência – e nem das concepções da tendência historiográfica preocupada em destacar as estratégias escravas ligadas à dupla resistência/acomodação.

Além disso, a concepção da sociedade escravista como um modo de produção específico – o escravismo colonial – também não foi levada em consideração por tais estudos. Apesar do trabalho de Saletto usar o termo *escravismo colonial*, em momento algum ela se predispõe a delimitar tal conceito, ou explicitar a linhas gerais de um modo de produção específico. O que as dissertações fizeram, em maior ou menor grau, foi analisar as imbricações entre um contexto econômico mais amplo, os aspectos conjunturais ligados às especificidades regionais e as consequência de tais fatores para a configuração das relações de trabalho.

4. Uma miríade de temas sociais: da questão da abolição à problemática do capitão do mato

No que diz respeito às temáticas que não apresentam expressão quantitativa suficiente para comporem grupos, aparecem ao todo 10 trabalhos. Eles estão divididos entre 9 programas de pós-graduação distintos, UFRJ com 2 trabalhos e a UFF, USP, UNESP, UNICAMP, PUC-SP, UFPR, UNB e UFPE com 1 um trabalho cada. Essa distribuição corresponde à 5 Estados diferentes: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Paraná e Distrito Federal. Quanto às temáticas abordadas, aparecem problemáticas como as relações entre religião e escravidão, as irmandades, a abolição, a resistência escrava, os casamentos mistos e as profissões ligadas à escravidão.

A UFRJ, como destacado, foi o único programa de pós-graduação a produzir dois trabalhos. O primeiro foi o *Dietário dos escravos de São Bento* (1988)²⁸⁰ de Luiz Gonzaga

²⁸⁰ PIRATININGA JÚNIOR, Luiz Gonzaga. *Dietário dos escravos de São Bento*. Rio de Janeiro, 1988. 263 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ. Orientador: Célia Freire D'Aquino Fonseca).

Piratininga Júnior, orientado por Célia Freire D’Aquino Fonseca. Partindo de uma História do Cotidiano, o autor, buscando compreender a vida dos escravizados pelas ordens religiosas, percorre um trajeto que vai de um objeto geral até chegar a um “estudo de caso”, cujo objetivo é compreender a vida de um escravizado específico, Nicolau Tolentino. A ideia do trabalho partiu justamente da existência de documentos produzidos por tal escravizado, que terminou por se configurar como objeto final da dissertação.

As ordens religiosas, em geral, deixaram inúmeros relatos de cronistas que retratavam a realidade do funcionamento de tais “instituições”, incluindo aí a realidade dos escravizados. Diante disso, partindo da junção e contraposição entre tais documentos e os arquivos deixados pelo escravizado Nicolau Tolentino, o autor buscou recompor, em uma perspectiva mais aprofundada – segundo ele, mais “real” –, alguns aspectos fundamentais relacionados à vida dos escravizados das ordens. Em sentido mais amplo, a dissertação, portanto, tratou da relação entre escravidão e Igreja, para isso remontando a história de uma extensa família escravizada que teria se formado a partir da reprodução dentro dos espaços das ordens religiosas.

É importante frisar, aqui, uma aproximação de tal trabalho com a perspectiva dos escravizados enquanto agentes históricos. Para Piratininga Júnior, tratava-se de contrapor à imagem de escravo-coisa a imagem do escravizado “senhor de si mesmo”. Tal viés interpretativo aparece em vários momentos, como quando, após serem vendidos das fazendas em 1877, os escravizados mantiveram-se unidos por laços solidários e, através de uma continuidade de estrutura familiar, conseguiram sobreviver às dificuldades. O escravizado, de modo geral, enfrentava o desafio de cotidianamente reelaborar sua aculturação e preservar seus referenciais africanos. Atentando-se a tais questões, diversos aspectos da vida cotidiana dos escravizados foram levados em consideração, como os modos de vidas associados à família, os espaços em que viveram, a arquitetura de suas casas e suas formas de religiosidade.

O segundo trabalho vinculado ao programa de pós-graduação da UFRJ foi o *A igreja e a abolição: uma posição conservadora* (1987)²⁸¹, da autoria de Valeriano Altoé e orientado por Vicente Costa Santos Tapajós. Assim como a dissertação abordada anteriormente, esta também se aproximou das relações entre religião e escravidão. No entanto, se a primeira tinha como principal foco de reflexão a compreensão dos aspectos cotidianos dos escravizados

²⁸¹ ALTOÉ, Valeriano. *A Igreja e a Abolição: uma posição conservadora*. Rio de Janeiro, 1987. 160 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ. Orientador: Vicente Costa Santos Tapajós).

pelas ordens religiosas, a preocupação fundamental de Valeriano Altoé girou em torno das problemáticas relacionadas à própria igreja.

Tal trabalho se propôs, deste modo, a analisar o comportamento da Igreja Católica brasileira, com destaque para suas estruturas hierárquicas e o clero, e na maneira como este se posicionou frente aos problemas da escravidão e da abolição. Para isso, entendeu-se ser necessário também analisar os posicionamentos teológicos e filosóficos que serviram, dependendo do momento histórico, tanto de justificativa quanto de condenação do regime escravista implantado no Brasil. Estes posicionamentos, por sua vez, foram clarificados através da análise dos fatores históricos que limitaram e orientaram o funcionamento da Igreja.

No geral, tal trabalho enveredou por três frentes de análise. Num primeiro momento, buscou-se estudar as relações entre a sociedade do século XIX e a Igreja Católica Brasileira, para isso tratando de temas como a relação de submissão da Igreja ao Estado – o padroado –, os elementos do liberalismo, a reforma do clero e sua maior aproximação e submissão a Roma. Em um segundo momento, por sua vez, tratou-se de averiguar as problemáticas envolvendo o posicionamento da Igreja em relação ao regime escravista, tanto de maneira geral – isto é, o posicionamento da Igreja ao longo de sua história – quanto de forma particular – ou seja, no que diz respeito aos seus posicionamentos frente à realidade brasileira. Neste interim, optou-se, em complemento, por uma abordagem que levasse em consideração também a relação entre as ordens religiosas e seus escravizados. Por fim, em uma terceira e última frente de análise, Valeriano Altoé buscou averiguar a problemática das emancipações feitas pela Igreja e suas relações com os movimentos abolicionistas dentro do contexto de desmembramento da instituição escravista.

Se pensarmos no eixo Rio-Niterói, além destes dois trabalhos defendidos na UFRJ, aparece também uma dissertação ligada ao programa de pós-graduação da UFF. Trata-se da *Crise e resistência no escravismo colonial* (1989)²⁸² de Théo Lobarinhas Piñeiro, que foi orientado por Ana Maria dos Santos.

Seu principal objetivo foi analisar o papel das forças escravizadas no processo de desagregação do sistema escravista. De acordo com o autor, em se tratando da temática da crise do regime escravocrata, existiriam três principais formas de tratamento do assunto. A primeira delas afirmaria, a partir da análise das movimentações políticas na segunda metade do século XIX, que a tendência gradualista, de acabar com a escravidão no país, revelaria que

²⁸² PIÑERO, Théo Lobarinhas. *Crise e resistência no escravismo colonial*. Niterói, 1989. 178 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Ana Maria dos Santos).

o fim abolição teria sido antes de tudo um processo liderado pela elite branca. A segunda forma de tratar a questão, por sua vez, partiria da ideia de que teria sido o avanço do sistema capitalista internacional o aspecto responsável por ter tornado insustentável o funcionamento da escravidão no país. E, por fim, a terceira abordagem entenderia que o principal motivo da desagregação do regime escravista teria sido o próprio esgotamento estrutural de tal sistema. Isto é, a escravidão no Brasil teria sucumbido devido à impossibilidade de resolução de suas contradições internas. A adesão a esta vertente aproxima Piñeiro de Ciro. F. Cardoso.

No entanto, sua principal preocupação não está em apenas compreender os principais mecanismos estruturais que possibilitaram a queda do sistema escravista. Sua intriga elementar gira, antes, em torno do problema da relação entre a resistência escrava e os outros mecanismos e/ou eventos conjunturais que atuaram no processo de desmembramento das relações escravistas no país. Aliás, este é um elemento que diferencia Piñeiro da terceira vertente interpretativa. Apesar dele também buscar compreender a crise do sistema escravista a partir de questões estruturais, sua diferença aparece quando incorpora a própria resistência escrava como fenômeno de ordem estrutural, capaz, assim, de abalar as próprias bases do escravismo.

Vale destacar, aqui, por fim, que o levantamento das problemáticas que tal estudo visou tratar, partiram, no geral, de uma bibliografia referente à produção historiográfica das décadas anteriores. Aparecem, em suas discussões, portanto, autores como Emília Viotti da Costa, Fernando Novais, Octávio Ianni, Paula Beiguelman e, entre outros, Ciro F. Cardoso. Apesar disso, como foi observado, o modo como Piñeiro buscou tratar do assunto proposto diverge em certos aspectos das outras formas de abordagem.

Agora saindo do eixo Rio-Niterói, mas ainda dentro da região sudeste, no Estado de São Paulo aparecem 4 dissertações: *O encaminhamento político do fim da escravidão* (1983), defendida na UNICAMP por Antônio Torres Montenegro, orientado por José Roberto do Amaral Lapa; *Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial* (1987), defendida na USP por Eliana Maria Réa Goldschmidt, orientada por Maria Beatriz Nizza da Silva; *Limites históricos do pensamento abolicionista* (1987) defendida na UNESP/Assis por Lupércio Antônio Pereira, orientado por José Ribeiro Júnior; e *O solo da indolência à sombra da árvore da liberdade* (1989), defendida na PUC-SP por Antonia Terra Fernandes, orientada por Yvone Dias Avelino.

Três dessas dissertações se aproximam por tratarem de temática semelhante: o processo de fim da escravidão. A primeira delas, *Limites históricos do pensamento*

abolicionista (1987)²⁸³ de Lupércio Antônio Pereira, teve como um dos objetivos principais buscar compreender o caráter vagaroso do ritmo do processo de superação da escravidão no Brasil. Atrelado a este objetivo apareceu também a problemática acerca dos limites do pensamento abolicionista e do aspecto ideológico das formulações críticas feitas pelos pensadores brasileiros à escravidão. A hipótese central da dissertação entende que a crítica dirigida ao regime servil por tais pensadores seria uma crítica atrelada aos pressupostos gerais do pensamento burguês. Desde o começo do século, o fundamento da transição ao trabalho livre já estava definido; tratava-se de suprimir o trabalho escravizado, sem, contudo, cessar o desenvolvimento rumo à consolidação do modelo burguês.

De acordo com Pereira, havia, no contexto geral de seu objeto, uma determinada configuração capaz de iluminar a questão da lentidão no processo de supressão da escravidão. Tratava-se de um paradoxo. Enquanto que na Europa surgia, ao longo do século XIX, uma ascensão e organização do proletariado, colocando em xeque a pertinência do trabalho assalariado, no Brasil, por sua vez, a burguesia ainda esforçava-se para alcançar a consolidação deste mesmo trabalho assalariado. Era essa a contradição fundamental que encontrava-se no seio das discussões sobre a supressão da mão de obra escravizada.

Partindo destes pressupostos, Pereira buscou explorar três problemáticas centrais. Em primeiro lugar discutiu-se acerca do aspecto ideológico e moralista das atividades antiescravistas, tratando, ao mesmo tempo, de demonstrar as principais transformações pelas quais passaram os modos de conceber a escravidão, do fim do século XVIII ao XIX. Em segundo lugar, como forma de entender a adesão ao discurso emancipacionista, o autor optou por refletir acerca das necessidades que levaram os membros da classe dominante, numa fase anterior, a defenderem a mão de obra escravizada. Por fim, num terceiro momento, Pereira buscou tratar do fato do discurso anti-escravista não aparecer em sintonia com a evolução social do Brasil. Se os principais tipos de economia brasileira ainda dependiam crucialmente do braço escravizado, os defensores da emancipação só poderiam ser explicados através de sua proximidade com um ideário europeu, e não brasileiro.

Outra dissertação, também preocupada com o tema do fim da escravidão no Brasil, foi *O sono da indolência à sombra da árvore da liberdade* (1989)²⁸⁴ de Antonia Terra de

²⁸³ PEREIRA, Lupércio Antonio. *Limites históricos do pensamento abolicionista: uma contribuição ao estudo do gradualismo adotado na Abolição da escravidão no Brasil*. Assis, 1987. 260 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UNESP. Orientador: José Ribeiro Junior).

²⁸⁴ FERNANDES, Antonia Terra. *O sono da indolência à sombra da árvore da liberdade: os caminhos da emancipação dos escravos no Brasil – 1880/1888*. São Paulo, 1989. 262 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da PUC – SP. Orientador: Yvone Dias Avelino).

Calazans Fernandes, defendida na PUC-SP. Dentro da temática mais ampla do processo de desagregação do regime escravista, a autora entendeu que, para melhor compreender a história da emancipação dos escravizados, seria necessário analisar os discursos, as falas e as representações, assim como seus desdobramentos na legislação, uma vez que tais fontes revelariam as diferentes ideias e decisões tomadas pelos grupos sociais que atuaram durante o processo de abolição da escravidão. Em outras palavras, tais documentos indicariam “[...] os receios, as propostas e as concepções que induziram as argumentações dos que faziam o uso da palavra neste determinado contexto histórico e cultural brasileiro.”²⁸⁵

Dentro disso, Fernandes buscou analisar alguns pontos específicos. O primeiro deles girou em torno da questão do embate ideológico e prático entre os escravistas e os abolicionistas. De um lado, os escravistas e suas resistências ao processo de mudança no regime de trabalho. Do outro lado, os abolicionistas e suas propostas de aceleração do processo de emancipação dos escravizados no país. Além disso, a autora revelou como preocupação a análise das propostas dos escravistas relacionadas à futura organização do trabalho no pós-abolição. Por fim, tal trabalho também buscou refletir acerca das discussões acerca da problemática envolvendo o “recrutamento” de imigrantes.

Algumas dessas questões debatidas pela autora resvalaram para aspectos pertinentes ao problema do negro no pós-abolição. E quanto a isso, dois pontos devem ser destacados. Em primeiro lugar aparece em sua leitura do pós-abolição alguns argumentos que reverberam algumas das ideias centrais defendidas por Florestan Fernandes e os autores por ele influenciados. De acordo com a autora, os abolicionistas não conseguiram levar a cabo algumas de suas propostas que diziam respeito à preocupação com a inserção do negro liberto. Este, portanto, após sua emancipação, encontrou-se em uma situação socialmente hostil. O outro ponto a ser destacado, refere-se ao fato de que o entendimento da autora, acerca das dificuldades estruturais do negro no pós-abolição, diz respeito a uma preocupação historiográfica com o presente. Na introdução de sua dissertação, Fernandes faz questão de problematizar o tema do negro na sociedade brasileira de seu tempo e destaca a persistência do racismo e sua criminalização na constituição de 1988. Inspirada pelas palavras de Walter Benjamin, a autora afirma que o objetivo de compreender os processos que culminaram na abolição seria uma forma de assumir um compromisso com os vencidos.

²⁸⁵ Ibidem., p. 10.

Somando-se às dissertações de Pereira e Fernandes, aparece a dissertação *O encaminhamento político do fim da escravidão* (1983)²⁸⁶ defendida por Antonio Torres Montenegro e orientada por José Roberto do Amaral Lapa. Assim como os outros dois autores, Montenegro também buscou tratar do tema do encaminhamento do fim do regime escravista. Seu objetivo foi analisar a participação política das camadas dominantes e dos grupos médios no processo da reforma da mão de obra escravizada. Tal estudo partiu da constatação de que a simples transposição, de forma mecânica, das contradições econômicas para a ordem política revelava vários erros na compreensão do objeto em questão. O grupo mais interessado na continuação do regime servil, contraditoriamente, foi o que também atuou por uma ágil organização dos trabalhadores, assim como pela instauração da república.²⁸⁷

Visando abordar a problemática sob este viés, Montenegro lançou mão das noções de estrutura e superestrutura, ao mesmo tempo se preocupando em especificar que, apesar da estrutura determinar a superestrutura, o contrário também seria verdadeiro. Isso significa que o plano político, além de ser escolhido como dimensão privilegiada a ser analisada, também foi entendido como dimensão portadora de certa autonomia. Sendo assim, se o processo de fim da escravidão reflete questões conectadas às relações de produção, ele também diz respeito – e não de forma menos importante – à própria organização política da sociedade.

O estudo partiu de fontes apropriadas à discussão política, como os Anais da Câmara e as Atas do Conselho de Estado. Por outro lado, quanto ao recorte temporal, privilegiou-se a fase referente à discussão acerca de Lei do Ventre Livre, 1870, passando pela Lei dos Sexagenários até chegar à abolição em 1888; marcos dos embates e resoluções políticas que foram acompanhados pelos vai e vens nos enfrentamentos e acomodações entre conservadores e liberais.

Saindo do tema da desagregação do regime escravista, mas ainda dentro do Estado de São Paulo, resta ainda a dissertação *Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial* (1987)²⁸⁸, defendida na USP por Eliana Maria Réa Goldschmidt. Dentro da temática geral da *família* durante o período escravista, o trabalho propôs um afinilamento do tema e buscou estudar a particularidade dos casamentos mistos. Este tipo de matrimônio, até então, fora pouco estudado pelos historiadores. De forma geral, os trabalhos sobre a família escravizada

²⁸⁶ MONTENEGRO, Antônio Torres. *O encaminhamento político do fim da escravidão*. Campinas, 1983. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UNICAMP. Orientador: José Roberto Do Amaral Lapa).

²⁸⁷ *Ibidem.*, p. 17.

²⁸⁸ GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Réa. *Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial*. São Paulo, 1987. 493 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da USP. Orientador: Maria Beatriz Nizza da Silva).

no Brasil inclinaram-se a compreender tal fenômeno histórico como algo exclusivo ao ambiente das senzalas, como se escravizados só se casassem com escravizados.

Isso acontecia, segundo Goldschmidt, porque os registros paroquiais de casamentos apareciam divididos em dois grupos, o dos *escravos* e o dos *brancos*. Deste modo, trabalhos anteriores, como *A cidade de São Paulo: povoamento e população* (1974) de Maria Luiz Marcílio, não consideravam que, para aparecerem no grupo dos *brancos*, a condição era a de que os casamentos tivessem ao menos um dos cônjuges livre. Sendo assim, no grupo dos *brancos* passava despercebido este fenômeno denominado *casamento misto*, cuja caracterização se dava pelo matrimônio entre livres e escravizados. Outro exemplo de estudo que não teria levado em consideração os casamentos mistos foi *A família escrava no Brasil Colonial* (1979) de Richard Graham.

No entanto, Goldschmidt identifica alguns trabalhos que buscaram se aproximar, mesmo de que de forma tímida, desta problemática. Aparecem, aí, referências a estudos como *City and Country: the family in Minas Gerais – 1808-1838* (1978) de Donald Ramos e *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820* (1983) de Alida C. Metcalf. Porém é *Sistema de Casamento no Brasil Colonial* (1984) de Maria Beatriz Nizza da Silva – orientadora de Goldschmidt – que é destacado como trabalho que finalmente teria valorizado a temática dos casamentos mistos. Dando continuidade a este trabalho, então, Goldschmidt, buscou analisar a problemática dos casamentos mistos na região de São Paulo, entre os anos de 1728 à 1822. Para isso, lançou mão de duas frentes de análise, uma preocupada com as normas e o funcionamento dos casamentos mistos de escravizados e a outra tratando de um tipo específico de casamento misto, os que aconteciam entre escravizados africanos e indígenas.

Fora da esfera do eixo Rio-São Paulo ainda foram produzidas outras 3 pesquisas. São elas: *O capitão do mato* (1980), defendida na UFPR, *Pretos e brancos a serviço de uma ideologia de dominação: o caso das irmandades de Recife* (1988)²⁸⁹, defendida na UFPE, e *Protestantismo e escravidão no Brasil Império* (1988),²⁹⁰ defendida na UNB. Esta última, orientada por David Gueiros Vieira, e de autoria de José Carlos Barbosa, apresentou como

²⁸⁹ Devido as dificuldades em ter acesso a tal trabalho, ele não será analisado.

²⁹⁰ BALDO, Mário. *O capitão do mato*. Curitiba, 1980. 132 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPR. Orientador: Cecília Maria Westphalen); ASSIS, Virgínia Maria Almoedo. *Pretos e brancos a serviço de uma ideologia de dominação: o caso das irmandades de Recife*. Recife, 1988. 177 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Antonio Jorge de Siqueira); BARBOSA, José Carlos. *Protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Brasília, 1988. 150 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UnB. Orientador: David Gueiros Vieira).

principal objetivo averiguar a implantação do protestantismo no Brasil e sua relação com a temática da escravidão.

Apesar dessa dissertação evidenciar dois momentos distintos na história do protestantismo no Brasil – um primeiro em que a religião apresentava como principal função dar respaldo às necessidades religiosas dos imigrantes adeptos da religião, e um segundo em que o protestantismo busca estratégias missionárias para fincar raízes em território brasileiro – é apenas a esse segundo momento que o trabalho se atentará. De acordo com Barbosa, o protestantismo transplantado para o Brasil pelas missões norte-americanas (metodistas, presbiterianas e batistas) não era mais o mesmo que aquele surgido a partir da Reforma Protestante do século XVI, pois já nos EUA tal modelo havia sofrido várias modificações devido às várias relações estabelecidas com os diversos protestantismos do século XVII. A partir destas transformações as missões protestantes expressaram em suas pregações, principalmente na educação religiosa, ideias relacionadas ao liberalismo, ao individualismo e ao pragmatismo. No Brasil, apareceu, portanto, um grande grupo de missionários que se preocuparam com os valores democráticos e republicanos.

Partindo destes princípios, a busca pela implantação do protestantismo no Império lançou mão de algumas estratégias. A principal delas foi a educação, esta se dando em nível que o autor chamou de ideológico, buscando se referir às reflexões relacionadas a uma certa elite protestante, e em nível “instrumental”, que se dava na escolas paroquiais, cujo objetivo principal era contribuir com a atividade proselitista. Já no que diz respeito às conexões entre estas estratégias e o tema da escravidão, Barbosa argumentou que a orientação geral era de que seria melhor, entre os protestantes, se absterem do debate sobre o tema, já que tal questão espinhosa poderia atrapalhar o processo de implantação da religião no país. Deste modo, a atenção apareceu direcionada à “integração, conversão e educação do negro, para dentro da cultura protestante e não para a simples emancipação”²⁹¹. No entanto, assim que o movimento abolicionista ganhou expressividade e a emancipação tornou-se uma tendência incontornável, o protestantismo, compreendendo o momento oportuno para sua implantação no Brasil, abriu-se às discussões sobre o tema.

Por fim, fora da região sudeste aparece ainda a dissertação, ligada ao programa de pós-graduação da UFPR, *O capitão do mato* (1980) de Mario Baldo, orientando de Cecília Maria Westphalen. Seu principal objetivo, como o próprio título do trabalho sugere, foi tentar

²⁹¹ BARBOSA, José Carlos. *Protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Brasília, 1988. 150 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UnB. Orientador: David Gueiros Vieira). *Ibidem.*, p. 141.

compreender essa “profissão” que se fez presente praticamente durante todo o período do regime escravista no Brasil.

Um primeiro ponto a ser destacado refere-se ao tema do caráter da dominação efetuada pelos senhores. Apesar de afirmar a existência de senhores chamados bons, isto é, amenos no tratamento aos escravos, Baldo destaca que estes diziam respeito a uma minoria. Em contrapartida, em larga escala predominaram os senhores que, para garantirem o funcionamento de suas propriedades, empregaram métodos violentos de dominação. Vigilância e violência, portanto, configuravam-se como princípios básicos para assegurar o andamento dos trabalhos nas produções tanto do açúcar, quanto do ouro e do café. Temos aqui, então, um modelo distante dos pregados pelos autores que defendiam a noção de escravo agente, pois existiria uma tendência *sistêmica* às fugas, o que, por sua vez, implicaria na necessidade e na importância do surgimento do trabalho de capitão-do-mato.

No entanto, Baldo entra em contradição com essa tendência ao afirmar que também não seria exagero “dizer que, para o bom escravo, havia o bom senhor”²⁹². Segundo ele, acontecia também do escravizado buscar comportar-se de forma condizente com os interesses do senhor para que este o recompensasse com serviços mais favoráveis. O escravizado agiria desta forma visando alcançar uma posição mais “privilegiada”, principalmente no que se refere a uma condição de superioridade frente aos outros escravizados. Estas afirmações feitas pelo autor, portanto, colocam-no numa posição muito próxima aos dos autores defensores do escravo-agente. Talvez a melhor maneira de atribuir um lugar para este trabalho seria a de considera-lo como um estudo de transição entre dois modos de perceber o escravizado, entre dois modos distintos de se pensar as formas de resistência escrava.

Visto isso, apesar da dificuldade devida à diversidade dos trabalhos analisados neste capítulo, podemos fazer algumas considerações gerais. Em primeiro lugar, quanto aos tipos de recortes temporais ficou bastante evidente a predominância dos trabalhos preocupados com a análise de problemáticas enquadradas dentro do século XIX. Mesmo que algumas pesquisas – como *O capitão do mato* (1980), *Casamentos mistos de escravos em São Paulo Colonial* (1987) e *Dietário dos escravos de São Bento* (1988) – tenha revelado preocupações com séculos anteriores, o XIX comumente apareceu como o mais relevante.

Já no que diz respeito aos recortes espaciais, diferentemente dos trabalhos articulados aos temas econômicos, vistos no tópico anterior, aqui o que mais apareceu como relevante foram as análises cujos temas se articularam ao ambiente escravista como um todo, e não à

²⁹² BALDO, 1980, p. 89.

determinadas regiões. Apesar destes trabalhos terem aparecido – como o *Casamento mistos de escravos em São Paulo colonial* (1987), cuja problemática principal foi averiguada dentro de uma região bem delimitada – a maioria esmagadora das dissertações trataram de objetos cujos contornos diziam respeito ao Brasil como um todo ou aos centros de decisões políticas de âmbito nacional. Como exemplo, podemos citar *Igreja e abolição: uma posição conservadora* (1987) que, ao apresentar como preocupação a compreensão do funcionamento e posicionamento da igreja, não se restringiu a uma região determinada, já que a igreja foi uma instituição de organização centralizada, e de influência generalizada.

Por fim, quanto aos aspectos teórico-metodológicos empregados por tais trabalhos, algumas considerações também são necessárias. Como foi afirmado anteriormente, este tópico é marcado por um grupo cuja marca é a variação temática. Tais temas, devido às suas variedades, não podem ser agrupados dentro de um círculo temático de maior amplitude, a não ser que intitulássemos esse círculo de História Social. Isto certamente já é uma característica que o diferenciaria do grupo analisado no tópico anterior, em que as problemáticas apareceram todas conectadas ao domínio da História Econômica. De qualquer forma, é preciso, ainda, dentro das variações temáticas verificadas no presente tópico, identificar algumas singularidades teórico-metodológicas.

Os trabalhos que aparecem neste tópico apresentam uma variação também no modo como abordaram seus objetos. Existem pesquisas que trataram de suas problemáticas a partir de reflexões de ordem estruturais. Este é o caso de *Crise e resistência no escravismo colonial* (1989) de Piñeiro, cujo objetivo não somente tratou de compreender o problema da resistência dentro de uma estrutura social, mas que também entende a própria resistência escrava como um elemento de ordem estrutural. Aliás, é preciso ressaltar neste trabalho um ponto de contato com o enunciado de Ciro Flamarion Cardoso, uma vez que Piñeiro atenta-se à existência de um sistema escravista colonial. No entanto, existem outros estudos que enveredaram por outros caminhos. Um exemplo é o *Dietário dos escravos de São Bento* (1988) em que Piratininga Júnior buscou remontar a história dos escravizados das ordens religiosas a partir de uma longa linhagem familiar, isso sob uma perspectiva da História do Cotidiano.

Quanto à relação de tais pesquisas com os enunciados delimitados nos primeiros capítulos desta tese, fica clara uma imagem que pouco se adequa às imagens construídas por autores como Gorender, Queiróz, Cardoso, Chalhoub, Lara e Machado. É verdade que algumas dissertações reproduzem tais enunciados, mas eles são de pouca expressão numérica. O *Dietário dos escravos de São Bento* (1988), neste sentido, é o único que realmente defende uma interpretação do escravizado como agente histórico. *O capitão do mato* (1980) já parece

reproduzir uma imagem mais ambígua quanto a essa temática. Se em determinado momento faz afirmações que o aproxima do enunciado do escravo-agente, em outras ele parece se aproximar mais das versões da escravidão esboçadas por Florestan Fernandes. Além deste tema do escravo, aparece também o tema do escravismo colonial. Este é caso de *Crise e resistência no escravismo colonial* (1989), o único trabalho a revelar certa aproximação com o enunciado de Ciro F. Cardoso.

5. Considerações finais: dos enunciados à historiografia eclipsada

Depois de apresentar estes 3 agrupamentos de trabalhos referentes à historiografia eclipsada da escravidão, podemos agora fazer algumas considerações gerais acerca dos delineamentos de tal produção acadêmica. Dentro disso, um primeiro ponto a ser tratado, por se configurar como eixo central desta tese, é o da relação entre os enunciados, averiguados nos primeiros dois capítulos, e a sua correspondência com a totalidade das teses e dissertações não levadas em consideração pelos autores-enunciadores.

Como foi afirmado na primeira parte desta tese, três principais enunciados foram emitidos com a intenção de delimitar a “essência” da produção historiográfica brasileira sobre a escravidão durante os anos 1980. O primeiro enunciado, emitido por Jacob Gorender e Queiróz, afirmava que a produção acadêmica da década de 1980 sinalizava, antes de tudo, um retorno aos pressupostos gerais defendidos por Gilberto Freyre. Neste sentido, as pesquisas de tal período teriam criado uma imagem “benevolente” da escravidão, de modo que as relações entre senhores e escravizados, ao invés de serem pautadas na violência, seriam antes fundamentadas por relações paternalistas.

O segundo enunciado, por sua vez, cujo autor de maior expressividade foi Ciro F. Cardoso, compreendia que a historiografia oitocentista marcava um momento de aprofundamento da tese que defendia a existência de um modo de produção escravista colonial. De modo geral, a produção dos anos 1980, então, sinalizaria a existência de regras internas no funcionamento da sociedade escravista. À ideia do regime escravista como um modo de produção derivado da economia mercantil europeia, contrapunha-se, então, a ideia de um modo de produção brasileiro marcado por certas linhas de autonomia.

Por fim, o terceiro enunciado, emitido por Chalhoub, Lara e Machado, entendia que a principal marca dos estudos sobre a escravidão, produzidos a partir dos anos 1980, seria a da compreensão do escravizado enquanto agente histórico. Contrapondo-se aos trabalhos – produzidos durante os anos 1960/70 – destinados a denunciar a violência do regime

escravista, os autores dos anos 1980, defendiam a explicitação das diversas modalidades de estratégias empregadas pelos escravizados para atingirem objetivos particulares. À imagem de um escravo-vítima/coisa, então, aparecia a imagem do escravizado como personagem histórico atuante na configuração das relações sociais nas quais estava inserido.

Diferentemente dos artigos da historiografia eclipsada, que praticamente não apresentaram correlações com nenhum dos três enunciados, a produção de teses e dissertações – pelo menos as que se dedicaram a refletir sobre questões de ordem econômica na sociedade escravista – apresentaram certa sintonia com um enunciado específico – aquele que diz respeito à tese do escravismo colonial.

Como se observou no primeiro tópico deste capítulo, uma parte das dissertações atreladas à História Econômica da escravidão, em maior ou menor grau, fez ressoar a ideia de um modo de produção escravista colonial como ferramenta heurística para compreensão de aspectos conjunturais e/ou regionais da economia escravista. Dos 3 programas de pós-graduação – UFF, UFPE e USP – dos quais partiram tais trabalhos, foi da UFF que saíram as pesquisas mais sintonizadas com o enunciado emitido por Ciro. F. Cardoso. Vale ressaltar que das 5 dissertações produzidas nesta universidade, 2 foram orientadas por tal historiador. É provável, portanto, que sua presença tenha contribuído para as orientações teóricas assumidas pela maior parte dos trabalhos produzidos nesta universidade.

No entanto, é preciso lembrar que a produção das teses e dissertações voltadas à discussão da economia escravista não corresponderam apenas à UFF. Na UFPE, por exemplo, apareceram trabalhos diferenciados. Um deles foi *A questão agrária na sociedade escravista* (1987), de Rosas, que, apesar de citar o termo “escravismo colonial”, não se aprofundou nas delimitações de um modo de produção específico, e buscou incorporar à problemática econômica o peso de fatores superestruturais, como a “consciência de classe”; o que foi feito a partir da utilização de autores incomuns a tal historiografia, como Lukács. Outro exemplo foi a tese de Salles, *Economia e escravidão em Goiás colonial* (1981), defendida na USP, que buscou fugir do esquematismo teórico e abriu diálogo com referenciais teóricos pouco conhecidos até então.

Já no que diz respeito ao enunciado sobre a reformulação na forma de perceber o escravizado – seja para entender a autonomia do escravizado como fruto da bondade dos senhores, como fez Gorender em tom crítico, ou como fruto de sua própria capacidade de elaborar estratégias de resistência, como fez Chalhoub – o fato é que a ideia do escravizado enquanto agente histórico é praticamente inexpressiva dentro da totalidade de teses e dissertações eclipsadas. Dos 23 trabalhos levados em consideração neste capítulo, apenas 1

demonstrou de forma clara a necessidade de pensar o escravizado como agente histórico. Trata-se do trabalho *Dietário dos escravos de São Bento* (1988) de Luiz Gonzaga Piratininga Júnior, discente do programa de pós-graduação da UFRJ. Somando-se a esta dissertação, poderíamos também incluir a dissertação de Baldo, *O capitão do mato* (1980), defendida na UFPR. No entanto, isso seria uma imprecisão, pois apesar de demonstrar interesse em pensar formas de resistência a partir da acomodação ao regime, o que garantiria algumas vantagens aos escravizados, Baldo destaca a raridade de tais fenômenos e afirma que a violência era o fundamento geral das relações entre senhores e escravizados. Em outras palavras, as fugas e as revoltas eram o *modus operandi* da resistência.

Disso conclui-se que a historiografia eclipsada, em termos quantitativos, muito pouco corresponde aos enunciados emitidos pelos autores dedicados a refletir sobre a produção historiográfica dos anos 1980. Classificar esta historiografia eclipsada, contudo, é tarefa difícil, já que ela extensa e, vista de forma mais aprofundada, complexa. Não obstante, alguns traços gerais podem ser delineados.

No que diz respeito aos estudos voltados à problemática da economia escravista, por exemplo, podemos afirmar que a maioria deles optou pela análise de âmbito regional, ao invés de geral. Apenas a dissertação de Rosas, *A questão agrária na sociedade escravista* (1987), aparece como exceção. No geral, os trabalhos se debruçaram sobre regiões como Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Piauí, além da dissertação de Corsetti, *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX* (1983), que se voltou à região sul do país. Já em relação aos recortes temporais, apesar de não ser unânime, há uma tendência em privilegiar o século XIX. Isso poderia significar uma preocupação com a desagregação do regime escravista como objeto de análise. No entanto, apesar de tal problemática ser predominante, também aparecem trabalhos dedicados a explorar outras questões, como *O escravo na formação social do Piauí* (1984) e *Economia e escravidão em Goiás colonial* (1981). O primeiro buscando entender o processo de formação e configuração do funcionamento econômico na região do Piauí, e o segundo objetivando compreender os traços gerais e a complexidade da economia goiana entre os séculos XVII e XVIII.

Já o pequeno agrupamento de dissertações referentes ao tema das relações de trabalho escravistas – distribuídos entre as instituições PUC-SP, UNICAMP e UFRJ –, podemos afirmar que revelou tendência mais estável. A marca principal do grupo está no fato de que todos os 4 trabalhos analisados se dedicaram a discutir os aspectos regionais, as especificidades das relações de trabalho escravo e livre. Cada dissertação, deste modo, voltou sua atenção a uma região singular: Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo e Salvador.

Quanto ao recorte temporal, todas as pesquisas elegeram o século XIX como período a ser analisado, o que implicou discutir a problemática da transição do trabalho escravizado ao trabalho livre. A única exceção foi a dissertação de Petraukas, *As relações de trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)* (1987), que, ao invés de analisar as mudanças no regime de trabalho, voltou sua atenção a compreensão dos tipos e do funcionamento do trabalho escravizado no espaço urbano na primeira metade do XIX.

Por fim, no que se refere ao terceiro agrupamento, cuja marca é a multiplicidade temática, também é possível, mesmo que de forma bastante superficial, fazer alguns apontamentos gerais. Um primeiro ponto a ser destacado diz respeito à tendência contrária que tal agrupamento apresentou, se comparado às teses e dissertações que discutiram o tema da economia e do trabalho escravo. Enquanto estes trabalhos foram marcados pela predominância das análises regionais, o terceiro grupo sinalizou, como principal característica, a tendência a abordar problemáticas em âmbito mais geral. Uma exceção a essa inclinação foi *Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial* (1987), de Goldschmidt, cuja centralidade da análise se deu sobre a região paulista. Quanto aos recortes temporais, a disposição foi a de privilegiar o século XIX. No entanto, há também a presença de análises preocupadas com tempos mais longos, indo do XVIII ao XIX, como *Protestantismo e escravidão no Brasil Império* (1988) de Barbosa e *O capitão do mato* (1980) de Baldo. Este último trabalho buscou remontar o surgimento e as configurações da figura do capitão do mato, para isso considerando uma temporalidade bastante extensa.

Por fim, no que se refere à distribuição das teses e dissertações em programas de pós-graduação pelo país, temos os dados que se seguem. Em relação aos trabalhos voltados ao tema da economia escravista, temos: 5 na UFF, 3 na UFPE e 1 na USP. Já no que diz respeito às dissertações dedicadas a refletir sobre o tema do trabalho, aparecem: 2 na PUC-SP, 1 na UFRJ e 1 UNICAMP. Quanto aos trabalhos que abordaram temas variados, temos: 2 na UFRJ, 1 na UFF, 1 na UNESP, 1 na USP, 1 na UNICAMP, 1 na PUC-SP, 1 na UNB, 1 na UFPR e 1 na UFPE. No quadro geral, por fim, as teses e dissertações aparecem distribuídas do seguinte modo: 6 na UFF, 4 na UFPE, 3 na UFRJ, 3 na PUC-SP, 2 na UNICAMP, 2 na USP, 1 na UNESP, 1 na UNB e 1 na UFPR, somando um total de 23 teses e dissertações.

CONCLUSÃO

Como o leitor pôde constatar, a presente tese cumpriu dois objetivos distintos, mas complementares. O primeiro deles preocupou-se em identificar os principais enunciados emitidos sobre a historiografia da escravidão durante os anos 1980 ao mesmo tempo em que também buscou compreender as imbricações discursivas que possibilitaram dimensionar a emergência e dar sentido aos enunciados. O segundo objetivo, por sua vez, buscou superar a visão – sobre a produção historiográfica dos anos 1980 – limitada pelos enunciados identificados durante a primeira parte da tese. Buscou-se, então, explorar e compreender a especificidade de um grupo de trabalhos até então não levado em consideração pelos autores/enunciadores.

No que diz respeito à primeira parte da tese, a tarefa de identificar e compreender os principais enunciados emitidos sobre a produção historiográfica dos 1980 coube ao primeiro capítulo. Nele pudemos constatar a existência de três grandes enunciados. O primeiro deles, emitido por Jacob Gorender, sobretudo em *Escravidão reabilitada* (1990), e reafirmado por Suely Robles Reis de Queiróz, em *Escravidão negra em debate* (1998), entendia que os estudos de 1980, uma vez que pressupunham a noção de *negociação* entre senhores e escravizados, sinalizavam um movimento de retorno às teses de *Casa-Grande & Senzala* (1933). Tais teses afirmavam o paternalismo e a amenidade como elementos fundamentais na configuração das relações escravistas.

O segundo enunciado identificado, encontrado no livro *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas* (1988), foi formulado por Ciro F. Cardoso e ressoado pelos historiadores João Luis Ribeiro Fragoso e Hebe Maria Mattos. De acordo com tal enunciado a historiografia da escravidão durante os anos 1980 correspondia a uma tendência de aprofundamento da tese do *escravismo colonial*. Se tal tese afirmava a existência de lógicas internas ao funcionamento da sociedade escravista, os trabalhos produzidos a partir dos anos 1980 teriam como principal marca a confirmação – a partir da análise de objetos mais específicos – da existência de um modo de produção escravista colonial.

O terceiro enunciado, por fim, foi configurado por autores como Maria H. P. T. Machado em *Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão* (1988), Silvia H. Lara em *Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil* (1995) e Sidney Chalhoub em *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80* (2009). De acordo com tal enunciado os estudos que surgiram a partir dos anos 1980 teriam como principal característica

a afirmação da subjetividade do escravizado. Em outras palavras, a produção do período teria sido responsável pela constatação do papel dos escravizados no direcionamento dos processos históricos ligados às configurações da sociedade escravista, com destaque aí para o fenômeno da abolição.

Somando-se à identificação e compreensão dos enunciados, também pudemos perceber que os trabalhos oitentistas, utilizados como lastro para a formulação dos enunciados, representavam uma minoria se comparados, em termos quantitativos, aos trabalhos que não foram levados em consideração na construção dos mesmos enunciados. De um total de 136 artigos publicados durante os anos 1980, apenas 33 foram citados pelo total de autores/enunciadores. Já em relação a produção de teses e dissertações, das 41 defendidas, apenas 17 foram referenciadas para a formulação dos enunciados. Estes dados nos revelaram, portanto, a existência de uma expressiva produção historiográfica que havia sido eclipsada.

Antes, porém, de nos debruçarmos sobre esta produção eclipsada, foi preciso entender mais a fundo o porquê de tais enunciados terem emergido, e não outros em seus lugares, uma vez que tais enunciados diziam respeito a uma parte menos expressiva – em termos quantitativos – da produção total. O segundo capítulo tratou de responder a essa questão. Em seu desenvolvimento, então, buscamos rastrear – a partir da relação entre os enunciados e os trabalhos dos autores/enunciadores a eles articulados – o campo de condições de possibilidades que permitiram a emergência dos determinados modos de entender a historiografia dos anos 1980.

No que diz respeito ao enunciado emitido por Jacob Gorender e Suely Robles Reis de Queiróz, segundo o qual a historiografia dos 1980 implicava um movimento de retorno à Gilberto Freyre, percebemos que o campo discursivo, do qual emergiu tal enunciado, configurou-se em torno de uma tendência sociológica que buscava desconstruir o que entendiam ser o “mito” da democracia racial. O fim da Segunda Guerra, a queda do regime nazista e a luta pelos direitos civis dos negros nos EUA sinalizaram mudanças históricas em relação às temáticas raciais.

No Brasil, tendo Florestan Fernandes como um dos pioneiros, iniciou-se um movimento dentro dos estudos sociais a fim de atestar o racismo existente no Brasil. Consequentemente, instaurou-se um processo de questionamentos às teses de Gilberto Freyre que serviam de subsídio à ideia de *democracia racial*. Ao analisar os trabalhos de Suely Robles Reis de Queiróz, *Escravidão negra em São Paulo* (1977), e de Jacob Gorender, *O escravismo colonial* (1978), evidenciamos elementos de conexões com a tendência anti-freyreana. Foi esta ligação, portanto, que possibilitou que estes dois historiadores

entendessem a historiografia de determinado jeito. Sendo assim, ao perceberem em tal historiografia tanto o abandono da denúncia da violência escravocrata, quanto a valorização da ideia de que o escravizado também era sujeito de sua própria história, Gorender e Queiróz terminaram por assimilar a produção historiográfica do período como um retorno à Gilberto Freyre.

Já em relação ao enunciado formulado sobretudo por Ciro. F. Cardoso, outras problemáticas foram delineadas. Tal enunciado entendia que a historiografia dos anos 1980 marcava um processo de continuidade a sua tese do escravismo colonial. O ambiente discursivo de onde emergiu a tese do escravismo colonial, portanto, é o ambiente que buscamos compreender, o que foi feito com a intenção de delimitar as balizas que conduziram Ciro Cardoso a definir, de determinada forma, a produção dos anos 1980.

Como foi evidenciado no segundo capítulo, a tese do escravismo colonial marcou o encerramento – ou pelo menos o esfriamento – de um longo debate que buscava compreender a real natureza do modo de produção responsável pela formação da sociedade brasileira. Tratava-se de uma discussão conduzida por uma rede de termos específicos, como “totalidade”, “economicismo”, “sentido último”, “estrutura”. Apesar disso, Ciro Cardoso posicionou-se de forma singular dentro deste campo e, junto a sua tese do escravismo colonial, concebeu outros pressupostos, como o de “brecha camponesa”, que de certa forma pressupunha uma relação contratual entre senhores e escravizados. Essa posição intermediária entre um debate antigo e o debate que se iniciava nos 1980, possibilitou a Ciro Cardoso entender – sobretudo os trabalhos por ele orientados e/ou defendidos pelo Programa de Pós-Graduação da UFF e UFRJ – a produção de 1980 como um esforço no sentido de averiguar os possíveis desdobramentos específicos deduzidos da tese do escravismo colonial e da ideia de brecha camponesa.

Por fim, atestamos a problemática referente ao espaço de condição discursiva que possibilitou a emergência do enunciado emitido por Sidney Chalhoub, Silvia H. Lara e Maria Machado. De acordo com este enunciado, como vimos mais acima, a historiografia dos anos 1980 teria sido marcada principalmente pela busca do entendimento do escravizado enquanto agente histórico. Como procuramos demonstrar no segundo capítulo da tese, tal enunciado foi configurado dentro de um espaço marcado por diversos elementos, tanto de ordem sócio-política quanto teórica. Durante os anos 1960 e 1970 os EUA desenvolveu um movimento de aproximação, em termos de pesquisa na área das humanidades, com o Brasil. Foi neste contexto que historiadores brasileiros entraram em contato com autores, Eugene Genovese,

que viriam influenciar fortemente o modo de fazer a história da escravidão durante os anos 1980.

Além disso, internamente, a academia brasileira, com a consolidação dos cursos de pós-graduação, flexibilizou sua bibliografia e passou a entrar em contato com uma diversidade de referenciais teóricos. Apareceram no cenário brasileiro autores de diversas áreas, como da filosofia, com Michel Foucault, da antropologia, com Clifford Geertz, e da história, com E. P. Thompson. Este último, com seu enfoque sobre a importância da cultura para o entendimento dos movimentos sociais, e com sua valorização dos personagens históricos como agentes sociais, exerceu forte influência sobre uma quantidade de historiadores brasileiros.

Todos estes elementos, de ordem contextual, institucional e teórico-metodológica, configuraram um campo discursivo complexo do qual fizeram parte um grupo de historiadores que começava a produzir suas monografias a partir dos anos 1980. Foi sobretudo a apropriação das reflexões de autores como E. Genovese e E. P. Thompson, que criaram um olhar sobre a escravidão voltado à valorização dos escravizados enquanto agentes históricos. Foi a partir deste movimento historiográfico que autores como S. Chalhoub, Silvia H. Lara e Maria H. Machado, emitiram seus enunciados sobre os estudos – do qual eles mesmos faziam parte – que começavam a aparecer a partir dos anos 1980.

Depois de ter identificado os enunciados, e de ter compreendido a função que eles cumpriram, passamos a nos debruçar sobre o entendimento da própria historiografia eclipsada – aquela que não fora levada em consideração pelos autores/enunciadores – e suas possíveis relações com os enunciados identificados anteriormente. Este objetivo maior, que condisse com a segunda parte da tese, dividiu-se em dois objetivos específicos: a análise da produção de artigos eclipsados e análise da totalidade de teses e dissertações eclipsadas.

Quanto ao primeiro objetivo menor, averiguamos a existência de três grupos temáticos. O primeiro grupo caracterizou-se pela formação de um conjunto de artigos preocupados em analisar diversos aspectos acerca da vida social dos escravizados. O segundo grupo, por sua vez, apareceu delimitado pela problemática da abolição. O terceiro, por fim, apresentou como principal característica a multiplicidade de temáticas. A relação desta totalidade de artigos com os enunciados foi praticamente inexistente. Apenas um ou outro trabalho tratou de dialogar com o pressuposto do escravizado enquanto agente histórico. E nenhum trabalho sinalizou aprofundamento ou afirmação da tese do escravismo colonial.

Em seus aspectos gerais, a maioria dos artigos correspondeu, em termos teórico-metodológicos, a uma postura despreocupada com a reflexão sistemática em torno de conceitos, modelos teóricos e/ou determinados autores ou referenciais epistemológicos.

O destaque de tal produção se dá em torno de sua multiplicidade temática. Além disso, os textos que compõem esta historiografia, revelaram uma postura muito mais empirista. Após delimitarem seus objetos, buscavam problematizá-los através de suas ligações com determinados fatores conjunturais de ordem social e/ou política e/ou econômica. Isso através das possibilidades abertas pelas fontes. No entanto, no que diz respeito aos aspectos singulares de tal produção, prevaleceu uma imagem caleidoscópica, nela aparecendo abordagens quantitativas, reflexões de ordem filosófica e com preocupações culturais, análises de âmbito regional e geral e problematizações em torno de artes como a literatura.

Por fim, o conjunto de artigos também revelou uma articulação com várias instituições e departamentos diversos. Dentre as universidades às quais os autores produtores dos artigos estavam atrelados, apareceram instituições como USP, UFBA, UFMG, UFPE, PUC-RS, UFRGS, UFP, UNESP/Assis, PUC-SP, UNICAMP, IGH-Amazonas e UFOP. Já no que diz respeito aos departamentos e programas de pós-graduação dos quais os autores faziam parte, apareceram os de História, Ciência Sócio-Política, Economia, Sociologia e até mesmo Arquitetura e Urbanismo. Como não foi possível ter acesso completo às informações dos autores dos artigos – algo que foi debatido no terceiro capítulo – não conseguimos fazer um levantamento exato das formações de tais autores. No entanto, em relação aos dados que conseguimos ter acesso, evidenciamos a existência de autores formados em cursos como os de História, Sociologia, Filosofia, Economia e Direito. Tais dados, no geral, revelaram a pluralidade disciplinar desta produção eclipsada.

Quanto à produção de teses e dissertações foi possível evidenciar também 2 grupos assim delimitados por compartilharem de um mesmo eixo temático, e 1 grupo que, como no conjunto dos artigos analisados, apareceu caracterizado pela multiplicidade temática. Pensando no total de teses e dissertações, as relações que elas estabeleceram com os enunciados foi um pouco diferente, pois encontramos aí alguma relação um pouco mais expressiva se comparada ao campo dos artigos. Isto é, alguns trabalhos produzidos sobretudo na UFF – a maioria orientado por Ciro F. Cardoso –demonstraram certa sintonia com o enunciado referente à tese do escravismo colonial. No entanto, os graus de aproximação foram variados e, quanto às monografias voltadas ao tema da economia escravista, houve outros trabalhos que buscaram diferentes caminhos de leitura da realidade escravista que não o do escravismo colonial. Além disso, assim como no caso dos artigos, as teses e dissertações

também demonstraram uma sintonia praticamente nula quanto ao pressuposto do escravizado enquanto agente histórico. Apenas uma dissertação realmente trabalhou com essa proposta.

Quanto aos agrupamentos em si, como afirmamos anteriormente, foram identificados 3. Dos 3, 2 apareceram marcados pela existência de uma unidade temática e 1 pela ausência dela. Quanto aos dois primeiros, um foi caracterizado pelo tema da economia escravista e o outro, de expressão quantitativa inferior, pela temática do trabalho escravizado. Nos dois primeiros grupos encontramos, apesar de não ser unânime, uma tendência preocupada com a *economia* ou o *trabalho* em determinadas regiões específicas e uma prevalência da análise voltada ao período de desagregação do regime escravista. Já no que diz respeito às teses e dissertações agrupadas em torno de uma multiplicidade temática, o que percebemos é uma tendência contrária à dos estudos preocupados com o tema da economia e do trabalho escravizados. Pois enquanto tais monografias foram marcadas pela predominância das análises regionais, o terceiro grupo sinalizou, como principal característica, a tendência a abordar problemáticas em âmbito mais geral, incluindo aí a dimensão espacial e temporal.

Em relação à distribuição das monografias pelos programas de pós-graduação no Brasil, chegamos a alguns dados que constataam uma produção que transcende o eixo Rio-São Paulo. No que diz respeito às teses e dissertações articuladas à problemática da economia escravista, temos: 5 na UFF, 3 na UFPE e 1 na USP. Já no que se refere às monografias preocupadas em refletir sobre a questão do trabalho escravizado, aparecem: 2 na PUC-SP, 1 na UFRJ e 1 UNICAMP. Quanto aos trabalhos marcados pela multiplicidade temática, temos: 2 na UFRJ, 1 na UFF, 1 na UNESP, 1 na USP, 1 na UNICAMP, 1 na PUC-SP, 1 na UNB, 1 na UFPR e 1 na UFPE. No quadro geral, então, as teses e dissertações aparecem distribuídas do seguinte modo: 6 na UFF, 4 na UFPE, 3 na UFRJ, 3 na PUC-SP, 2 na UNICAMP, 2 na USP, 1 na UNESP, 1 na UNB e 1 na UFPR, o que soma um total de 23 trabalhos.

Um último ponto ainda a ser tratado é o de uma possível relação entre essa historiografia eclipsada e a produção historiográfica sobre a escravidão durante as décadas anteriores. É preciso destacar que tal exercício, como o leitor deve supor, é de difícil execução, dada a extensão e complexidade da historiografia produzida durante os anos 1960 e 1970; isto se não quisermos enunciá-la através de afirmações vagas, como a de que tal historiografia pensava o escravo como *coisa* – S. Chalhoub – ou a de que a produção do período era marcada pela generalização do tema da escravidão e por uma exagerada preocupação teórica de conceituação – M. Machado.

É verdade que se compararmos a historiografia eclipsada com autores de maior visibilidade dos anos 1960 e 1970, como Fernando H. Cardoso, Octavio Ianni, Emília Viotti

da Costa, Antônio Barros de Castro, Ciro F. Cardoso e, entre outros, Jacob Gorender, perceberemos neles uma grande preocupação com a delimitação de suas concepções teórico-metodológicas assim como uma predominância de temas de fundo econômico. Tais características, como se evidenciou ao longo de nossa exposição, apesar de estarem presentes na historiografia eclipsada, representam uma parte muito restrita de sua totalidade. No geral, essa produção historiográfica, que surge a partir dos 1980, transcende de forma expressiva as problemáticas de ordem econômica e sinaliza um distanciamento – cujos graus são variados – do emprego de modelos teóricos esquemáticos. Neste sentido, a historiografia eclipsada representaria uma inovação historiográfica se compara à produção “clássica” dos anos 1960 e 1970.

No entanto, é preciso lembrar que essa historiografia não se resume a tais autores – e isso é uma reflexão que ainda precisa ser feita de forma mais sistemática pelos estudiosos de tal período historiográfico. Apesar disso, podemos esboçar algumas reflexões sobre as possíveis relações entre a historiografia eclipsada e a historiografia de 1960 e 1970 em sua dimensão menos simplificada.

Para isso, podemos lançar mão das publicações de uma das revistas de história mais antigas e de maior circulação do país, a *Revista de História* da USP, atuante desde os anos 1950. Ao aproximarmos-nos de suas publicações, entre os anos 1960 e 1970, encontraremos os seguintes temas sendo tratados por estudos dedicados ao tema da escravidão: a visão da igreja sobre a escravidão; as senzalas dos conventos; a relação entre ascensão do capitalismo e crise do escravismo; as soluções frente à proibição do tráfico de escravizados; o comércio de escravizados na perspectiva de diplomatas americanos; a introdução de escravizados no litoral paranaense; os escravizados na Bahia do início do XIX; sincretismo religioso no séc. XVI e o contrabando de escravizados para São Paulo.

Através deste simples resumo de temáticas é possível fazer duas inferências gerais. A primeira delas é a da possível insustentabilidade da afirmação – muito encontrada em balanços historiográficos produzidos nos anos 1980 – acerca do predomínio do viés economicista na historiografia da escravidão dos anos 1960/1970. Dos temas citados acima, apenas um claramente se alinha às problemáticas da História Econômica. Além disso, a partir destes dados, mesmo que precários quantitativamente, podemos também inferir que a historiografia eclipsada dos anos 1980 sinalizou uma intensificação²⁹³ de temáticas sociais

²⁹³ Em termos quantitativos, esta noção de *intensificação* justifica-se pelo número pouco expressivo de artigos publicados na *Revista de História* durante as décadas de 1960 e 1970, apenas 9. Em contraposição, somente

que começaram a se esboçar durante os anos 1960 e 1970. Afinal, somando-se a todos os temas que apareceram nestas publicações da *Revista de História*, apareceram diversos outros temas a partir dos anos 1980, como foi visto ao longo deste capítulo.

Por fim, apesar destas observações gerais, é preciso também lembrar que tais considerações, feitas aqui, levaram em conta apenas as *temáticas* como instrumentos de análise. Apesar do conceito de “tema” ser um elemento de ordem teórica de grande importância para a compreensão das diretrizes dos trabalhos historiográficos, ele não dá conta de toda a extensão da dimensão teórica. Por exemplo, indagar se os temas tratados pelos trabalhos publicados pela *Revista de História* foram analisados a partir de conceitos marxistas, weberianos, ou qualquer outro aparato conceitual, é algo que fica impossível de ser avaliado com exatidão, pelo menos por ora, levando-se em consideração os objetivos delimitados nesta tese. Daí a impossibilidade de dizer se, em termos teórico-metodológicos, a historiografia da escravidão dos anos 1980 sinaliza um desdobramento, uma continuidade ou uma ruptura com a historiografia dos anos 1960 e 1970. Tais questões, mais profundas, e que transcendem os limites da proposta desta tese, ficam como motivação para estudos posteriores. Afinal existem ainda muitas questões a serem tratadas sobre a historiografia da escravidão no Brasil.

FONTES

Teses e dissertações

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. *Mato Grosso – trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*. São Paulo, 1980. 133 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da PUC – SP. Orientador: Leda Maria Pereira Rodrigues).

ALTOE, Valeriano. *A Igreja e a Abolição: uma posição conservadora*. Rio de Janeiro, 1987. 160 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ. Orientador: Vicente Costa Santos Tapajós).

ASSIS, Virgínia Maria Almoedo. *Pretos e brancos a serviço de uma ideologia de dominação: o caso das irmandades de Recife*. Recife, 1988. 177 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Antonio Jorge de Siqueira).

BARBOSA, Tanya Maria Brandão. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Recife, 1984. 232 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Armando Souto Maior).

BARBOSA, José Carlos. *Protestantismo e escravidão no Brasil Império*. Brasília, 1988. 150 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UnB. Orientador: David Gueiros Vieira).

BALDO, Mário. *O capitão do mato*. Curitiba, 1980. 132 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPR. Orientador: Cecília Maria Westphalen).

CABAT, Geoffrey Alan. O comércio de escravos no Brasil visto por funcionários diplomáticos americanos (1845-1857). *Revista de História*, n.74, abril-jun, p. 329-347, 1968.

COSTA, Nara Saletto da. *Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao trabalho livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1889-1929)*. Rio de Janeiro, 1985. 157 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ). (Não consta orientador)

CORSETTI, Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói, 1983. 343 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso).

FERNANDES, Antonia Terra. *O solo da indolência à sombra da árvore da liberdade: os caminhos da emancipação dos escravos no Brasil – 1880/1888*. São Paulo, 1989. 262 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da PUC – SP. Orientador: Yvone Dias Avelino).

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Réa. *Casamentos mistos de escravos em São Paulo colonial*. São Paulo, 1987. 493 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da USP. Orientador: Maria Beatriz Nizza da Silva).

LANNA, Ana Lucia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira (1870-1920)*. Campinas, 1985. 168 p. (Dissertação de Mestrado

apresentada ao Departamento de História da UNICAMP. Orientador: Fernando Antônio Novais). Publicada.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Escravos, senhores e café: um estudo sobre a crise da cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense, 1860-1888*. Niterói, 1983. 299 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Francisco José Calazans Falcon).

MONTENEGRO, Antônio Torres. *O encaminhamento político do fim da escravidão*. Campinas, 1983. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UNICAMP. Orientador: José Roberto Do Amaral Lapa).

MOTTA, Márcia Maria Menedes. *Pelas "bandas d'além": fronteira fechada e arrendatários escravistas em uma região policultora – 1808-1888*. Niterói, 1989. 196 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Maria Yedda Leite Linhares).

NASCIMENTO, Iolanda Maria do. *O comércio de cabotagem e o tráfico interprovincial de escravos em Salvador (1850-1880)*. Niterói, 1987. 172 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Almir Chaiban El-Kareh).

PETRAUKAS, Maria Evilmardes Dantas. *As relações de trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)*. São Paulo, 1987. 201 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da PUC – SP. Orientador: Leda Maria Pereira Rodrigues).

PEREIRA, Lupércio Antonio. *Limites históricos do pensamento abolicionista: uma contribuição ao estudo do gradualismo adotado na Abolição da escravidão no Brasil*. Assis, 1987. 260 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UNESP. Orientador: José Ribeiro Junior).

PIÑERO, Théo Lobarinhas. *Crise e resistência no escravismo colonial*. Niterói, 1989. 178 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Ana Maria dos Santos).

PIRATININGA JÚNIOR, Luiz Gonzaga. *Dietário dos escravos de São Bento*. Rio de Janeiro, 1988. 263 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ. Orientador: Célia Freire D'Aquino Fonseca).

ROSAS, Suzana Cavani. *A questão agrária na sociedade escravista*. Recife, 1987. 90 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Maria do Socorro Ferraz Barbosa).

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. *A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888)*. Recife, 1983. 206 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Marco Antônio de Oliveira Pais).

SIQUEIRA, José Jorge. *Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano industrial no Rio de Janeiro: a Cia. Luz Stearica (1854-1898)*. Niterói,

1984. 195 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso).

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. *Economia e escravidão em Goiás colonial*. São Paulo, 1981. 431 p. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da USP. Orientador: Suelly Robles Reis de Queiróz).

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *O declínio da escravidão no Ceará*. Recife, 1988. 148 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFPE. Orientador: Mario Márcio de Almeida Santos)

Artigos

BAKOS, Margaret Marchiori. Rio Grande do Sul: a Abolição da escravatura em nome da ordem e do progresso. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 71-81, jan./jun. 1988.

BEIGUELMAN, Paula. A organização política do Brasil-Império e a sociedade agrária escravista. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, p. 7-16, 1985. Número Especial.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os rituais de morte na sociedade escravista. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.6, n.12, p. 109-122, jun. 1988.

CARVALHO, José Murilo de. As batalhas da Abolição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.15, p. 14-23, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. Escravidão e razão nacional. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 287-307, 1988.

COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. Moradia de escravos em Salvador no século XIX. *Clio*, Recife, n.11, p. 95-104, 1988.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 45-60, 1985.

GUERZONI FILHO, Gilberto. Ocupação de escravos em Minas Gerais no século XIX. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.41, n. 11, p. 1105-1109, nov. 1989.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Inconfidência, estrutura agrária e escravidão. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v. 9, p. 161-179, jun. 1989.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro (Minas Gerais – século XVIII). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, p.7-43, 1988. Número Especial.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Os quilombos do século do ouro. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.6, 15-45, jun. 1988.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e brecha camponesa. Minas Gerais (século XVIII). *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.8, p. 28-37, jan. 1989.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. Abolição e política: o debate parlamentar. *Revista do IEB*, São Paulo, v.2, n.8, p. 9-21. 1988.

LINS, Alberto Frederico. A rota dos escravos: contribuição ao estudo da escravidão no agreste de Pernambuco. *Clio*, Recife, n.12, p. 65-70, 1989.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. O Pará e o movimento abolicionista. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 21-36, jan./jun. 1988.

MARSON, Izabel Andrade. O “cidadão criminoso”: o engendramento da igualdade entre homens livres e escravos no Brasil durante o Segundo Reinado. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.16, p. 141-155, 1989.

MONTEIRO, Marília Pessôa. A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX. *Clio*, Recife, n.12, p. 93-102, 1989.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio. *Revista de História* (nova série), São Paulo, n.120, p. 85-96, jan./jul. 1989.

MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 71-101, jan./jul. 1988.

PALACIOS, Guilherme. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil: 1700-1875. *Dados*, Rio de Janeiro, v.30, n.3, p. 325-356, 1987.

PENA, Eduardo Spiller. Escravos, libertos e imigrantes: fragmentos da transição em Curitiba na segunda metade do século XIX. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.9, n.16, p. 83-103, jun. 1988.

QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo de. Abolicionismo, um processo em questão. *Revista do IEB*, São Paulo, v.2, n.8, p. 101-108, 1988.

ROCHA, Antonio Penalves. A escravidão na economia política. *Revista de História* (nova série). São Paulo, n. 120, p. 98-108, jan./jul. 1989.

ROCHA, Maria Christina de Caldas Freire. A participação das massas brasileiras na revolução anti-escravista e anti-monárquica. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.1, n.1, p. 13-24, mar. 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Casamentos de escravos na Capitania de São Paulo. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.32, n.7, p. 816-821, jul. 1980.

SIQUEIRA, Antonio Jorge de et al. Imaginários da escravidão. *Clio*, Recife, n.12, p. 71-92. 1989.

TELLES, Norma. Rebeldes, escritoras, abolicionistas. *Revista de História* (nova série), São Paulo, n.120, p. 73-83, jan./jul. 1989.

CARVALHO, Marcos J. M. de. Estimativa do tráfico para Pernambuco, na primeira metade do século XIX, *Clio*, Recife, n.12, p. 43-54, 1989.

TAVARES, Luís Henrique Dias. Capitais e manufaturados no comércio de escravos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.36, n.2, p. 220-229, fev. 1984.

TAVARES, Luís Henrique Dias. O capitalismo no comércio proibido de escravos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 91-108, jan./jul. 1988.

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. Libertação dos escravos em romances brasileiros do século XIX. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 38, n.12, p. 1992-1994, dez. 1986.

DUARTE, Regina Horta. Imagens libertárias da escravidão. O romance de Avelino Fóscolo. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.6, p. 129-136, jun. 1988.

HANSEN, João Adolfo. Malhado ou malhadiço: a escravidão na sátira barroca. *Revista de História* (nova série), São Paulo, n.120, p. 163-181, jan./jul. 1989.

BRAGA, Robério. A escravatura negra no Amazonas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 51-60, jan./jun. 1988.

KELLY-NORMAND, Arlene Marie. Africanos na Amazônia: cem anos antes da Abolição. *Cadernos CFCH*, Belém, n.18, p. 1-21, out./dez. 1988.

OLIVEIRA, Elza Régis de. Alguns aspectos da escravidão na Paraíba do século XVIII. *Clio*, Recife, n.11, p. 105-116, 1988.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Viajantes, século XIX: negras escravas e livres no Rio de Janeiro, *Revista do IEB*, São Paulo, v.2, n.8, p. 53-76, 1988.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. A escravidão negra na Província de Goiás: 1822-1888. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 37-59, jan./jul. 1988.

SILVA, Marinete dos Santos. Escravidão e prostituição. Das várias utilidades de uma negra escrava. *Revista do Departamento de História*, Belo Horizonte, v.6, p. 123-127, jun. 1988.

TRUZZI, Oswaldo M. S. Breve notícia sobre a escravidão em São Carlos. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.39, n.7, p. 609-617, jul. 1987.

CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. Os conjurados de 1789 e a escravidão. *Revista de História* (nova série), São Paulo, n.119, p. 91-99, 1988.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 21, p. 30-56, jul. 1988.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo – 1850/1888*. Niterói, 1981. 240 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso).

ARAUJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v.12, n.1, p.79-94, 2006.

AUFDERHEIDE, Patricia Ann. *Order and violence: social deviance and social control in Brazil (1780-1840)*. Tese de Doutorado, Univeristy of Minnesota, 1976.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAKOS, Margaret Marchiori. Repensando o processo abolicionista sul-rio-grandense. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 117-138, dez. 1988.

_____. Considerações em torno do protesto do escravo negro no Rio Grande do Sul (1738-1848). *Estudos econômicos*, São Paulo, v.18, p. 167-180, 1988.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. A destruição do escravismo capitalista. *Revista de História*, n.69, jan-mar, p. 149-160, 1969.

BELIEIRO, Thiago Grana. *A presença dos Annales no programa de pós-graduação em História na Universidade de São Paulo (1985-1994)*. Tese (Doutorado em História). – UNESP, Assis, p. 217. 2017.

BICUDO, Virginia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Sociologia*, vol.9, n.3, pp.196-219, 1947.

BOOCIA, Ana M. M; MALERBI, Eneida Maria. O contrabando de escravos para São Paulo. *Revista de História*, vol.56, n.112, p.321-379, 1977.

BRANDÃO, Otávio. *Agrarismo e industrialismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Observations sur le dossier préparatoire à la discussion sur le mode de production féodal. In: PARAIN, Charles. *Sur le féodalism*. Paris: Éditions sociales, Paris, 1971.

_____. O modo de produção escravista colonial. In: SANTIAGO, Théo Araújo (Org). *América colonial; ensaios*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

_____. Sobre los modos de producción coloniales de América. *Cuadernos de pasado y presente*. n.44, pp. 135-160, 1977.

_____. El modo de producción esclavista colonial em América. *Cuadernos de pasado y presente*. n.44, pp. 193-242, 1977.

_____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. Fundamentos históricos do problema do negro no continente americano. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

_____. “Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas”. *Estudos Econômicos*, São Paulo, XIII, n.1, 1983.

_____. BRIGNOLI, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “Prefácio”. In: MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

_____. “Reflexões conclusivas: uma sociedade, não um mero quintal da Europa”. In: CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CARDOZO, Manoel. A escravidão no Brasil, tal como é descrita pelos americanos: 1822-1888. *Revista de História*, n.43, 3º trimestre, p.139-163, 1960.

CASTRO, Antonio Barros de. “A economia política, o capitalismo e a escravidão”. In: LAPA, José Roberto do Amaral (org). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes: 1980.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. “A escravidão fora das grandes unidades agroexportadoras”. In: CARDOSO, C. F. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CÉZAR, Temístocles A. C. Um Hamlet intelectual: giro linguístico e indeterminação historiográfica (ensaio sobre a escrita da história no Brasil, 1970-1980). In: BAUER, Caroline Silveira (org.). *Brasil: interpretações & perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, (8)16, 1988.

_____. Negócios da escravidão: os negros e as transações de compra e venda. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEEA, n.16, p.121-124, 1989.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80, *Cadernos AEL*, vol. 14, n. 26, p. 13-47, 2009.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2.ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

_____. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. ANPUH-Marco Zero, v.14, n.27, p.9-26, 1994.

_____. *Da Monarquia à República*. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. O mito da democracia racial no Brasil. In: COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. Da Senzala à Colônia: quarenta anos depois. In: FERREIRA, Antônio Celso; BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tania Regina De (Orgs.) *O Historiador e seu tempo: encontros com a história*. São Paulo: UNESP: ANPUH, 2008.

COSTA, Iraci del Nero da. “Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX”. *Revista Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983.

_____. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, p. 245-295, maio/ago. 1987.

DEAN, Warren. *Rio Claro: a brazilian plantation system, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.

DECCA, Edgar Salvadori De. 1930, *O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIEHL, Astor Antônio. A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: UPF, 1999.

DUARTE, Paulo. Prefácio. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi, 1955.

EINSENBURG, Peter L. *The sugar industry of Pernambuco 1840-1910*. Berkeley: University of California Press, 1974.

_____. Escravo e proletário na História do Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n.1, p. 55-69, jan./abr. 1983.

_____. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, 175-216, maio/agosto 1987.

_____. *Homens esquecidos*. Campinas: Editora Unicamp, 1989.

ENGERMAN, Stanley L. O direito de propriedade sobre os homens. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.2, 1988.

FALCON, Francisco. A identidade do historiador, *Estudos Históricos*, v.9, n.17, p.7-30, 1996.

FARIA, Sheila de Castro. *Terra e trabalho em Campos dos Goitacases*. Niterói: UFF, 1986.

FERNANDES, Florestan. Congadas e batuques em Sorocaba. *Sociologia*, v.5, n.3, pp.242-56, 1943.

_____. Do escravo ao cidadão. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1955.

_____. Prefácio. In: CARDOSO, F. H; IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus/USP. v.2, 1965.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papyrus, 1996.

FILHO, Evaristo de Moraes. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS, Daniel Aarão (org). *História do marxismo no Brasil*. Vol.1. O impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FONTANA, Joseph. *História, análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro, FLORENTINO, Manolo Garcia. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda: um estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, p. 151-173, maio/agosto 1987.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Modelos explicativos da economia escravista no Brasil. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. (org). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

FRANZINI, F; GONTIJO, R. Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980). In: BAUER, Caroline Silveira (org.). *Brasil: interpretações & perspectivas*. São Paulo: Marcial Pons, 2016.

FRAZIER, Franklin. The negro Family in Bahia, Brazil. *American Sociological Review*, vol.7, n.4, pp. 465-78, 1942.

FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre, Instituto Cultural Português/Vozes, 1980.

_____, *Escravo e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____, *Palmares. A guerra dos escravos*. 5.ed. revista e ampliada. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil; 1871-1888*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GLEZER, Raquel (org.). *Do passado para o futuro: edição comemorativa*. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.34, Julho-Dezembro, p. 157-186, 2004.

GORENDER, Jacob. “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”. *Estudos Econômicos*. XIII, n,1, 1983.

_____. *O escravismo colonial*. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1978.

_____. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, p. 297-314, maio/ago. 1987.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. *De agredidos a agressores: um estudo sobre as relações raciais entre senhores e escravos no Paraná no século XIX*. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 18. 1988.

GRAHAM, Richard. Brazilian slavery re-examined: a review article. *Journal of Social History*, vol.3, n.4, pp. 431–453, 1970.

_____. A família escrava no Brasil colonial. In: GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: perspectiva, 1979.

GREEN, James N. Prefácio. In: Anais brasileiros e brasilianistas: novas gerações, novos olhares. Uma homenagem a Emília Viotti da Costa. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2014.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, *Revista do Departamento de História* (Belo Horizonte. UFMG). N.2. Junho de 1986.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n.2, p. 297-314, maio/ago. 1987;

HERSKOVITS, Melville. The negro in Bahia, Brazil: a problem in Method. *American Sociological Review*, vol.8, pp.392-402, 1943.

HOLLOWAY, Thomas H. O saudável terror: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro no século XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, CEEA, (16): 132-2, 1989.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

JÚNIOR, Otávio Erbereli. O debate em torno da questão agrária (1950-1960): O PCB e Caio Prado Júnior. *Em Tempo de Histórias*, n.21, Brasília, 2012.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 17(2): 142-3, 1987.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços 1879*. Campinas: Papirus, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Gorender escraviza a História. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jan. 1991.

_____. Blowin in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Revista do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995.

LEITMAN, Spencer. Slaves cowboys in the cattle lands of Southern Brazil, 1800-1850. *Revista de História*, n.101, jan-mar, p.167-177, 1975.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

_____. VENANCIO, Renato Pinto. Os órfãos da lei: o abandono das crianças negras no Rio de Janeiro após 1871. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.15, p. 24-33, 1988.

LINO, Raphael Cesar. *Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990*. Dissertação (Mestrado em História). – UNESP, Assis, p.148. 2017

LUNA, Francisco; COSTA, Iraci del Nero da. “Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX”. *Revista Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983.

LUNA, F. V; COSTA, I. del N. da. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos. 1727-1826. *África*. *Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*. São Paulo, (4): 105-109.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.8, n. 16, p. 143-160, 1988.

MAESTRI, Mário. *A servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. Historiografia, escravidão e luta de classes no Brasil. *Estudios históricos – CDHRPyB*, Uruguai, ano.VI, n.12, Julio 2014.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 6.ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.

MARQUESE, Rafael de Bivar. 2011. *50 anos de historiografia da escravidão brasileira (1961-2011): balanços e perspectivas*. Mesa Redonda, XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH 50 anos. São Paulo.

_____. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História*. n.169, julho-dezembro, p. 223-253, 2013.

MARTINS, “Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora”. *Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983.

MARTINS FILHO, Almicar; MARTINS, Roberto B. “Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited”. *Hispanic American Historical Review* (Durham). LXIII n.3, p.537-568, 1983.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. Os escravos na Bahia no alvorecer do século XIX. *Revista de História*, n.97, jan-mar, p.109-135, 1974.

_____. *Ser escravo no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 8 (16): 37, 1988.

METCALF, Alida C. *Families of planters. Peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1829*. Austin. The University of Texas at Austin, 1983.

_____. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XIX: o caso de Santana do Parnaíba. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 17 (2), 1987.

MOTT, Luiz. Rebeliões escravas em Sergipe. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 17, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOURA, Clóvis. *Quilombos. Resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. *Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)*. Tese (Doutorado em História). – UNESP, Assis, p.151, 2017.

PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contrato racial*. São Paulo: Nacional, 1945.

PRADO JR, CAIO. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Brandura da escravidão brasileira: mito ou realidade? *Revista de História*, n.101, jan-mar, p.444-482, 1975.

_____. *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: J. Olympio/Instituto Nacional do Livro, 1977.

_____. Aspectos ideológicos da escravidão. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.13, n.1, p. 85-101, jan./abr. 1983.

_____. *Escravidão Negra em Debate*. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

RAGO, Luzia Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 11, p.73-97, 1999

RAMOS, Igor Guedes. *Genealogia de uma operação historiográfica: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980*. Tese (Doutorado em História). – UNESP, Assis, p.541. 2014.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. O levante dos Malês na Bahia: uma interpretação política. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, p. 131-149, 1987.

_____; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____; KLEIN, Herbert S. Slavery in Brazil. In: MOYA, Jose C. (org). *Latin American history*. Oxford: Oxford Press, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A vida política. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.) *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *A balaiada e insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo: Ática, 1983.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo: 1885-1888*. São Paulo: IPE-USP, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart B. Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves view of slavery, *The Hispanic American Review*, Duke University Press, 57(1), 1977.

_____. “Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil”. *Estudos Econômicos*. XIII, n.1, 1983.

_____. *Sugar plantations in the formation of brazilian society: Bahia, 1550-1835*. New York. Cambridge University, 1985.

_____. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras/CNPQ, 1988.

SILVA, Eduardo Marques da. *Reação & resistência: o escravo na cidade do Rio de Janeiro de 1870 a 1888*. Rio de Janeiro, 1988. 141 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFRJ. Orientador: Ciro Flamarion Santana Cardoso).

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Abolição e crise na Província do Rio de Janeiro: um balanço das principais perspectivas de pesquisa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 61-70, jan./jun. 1988.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SIQUEIRA, Sônia Aparecida. A escravidão negra no pensamento do bispo Azeredo Coutinho. Contribuição ao estudo da mentalidade do ultimo inquisidor geral. n.57, jan-março, p. 349-365, 1964.

_____, Sincretismo da crença no Brasil no século XVI. *Revista de História*, n.106, abril-jun, p. 311-332, 1976.

SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery, 1850-1888*. Tese Ph.D, University de Stanford, 1976.

_____; MELLO, Pedro Carvalho de. *Paternalism and social control in a slave society: the coffe regions of Brasil: 1850-1888*. Ninth World Congress of Sociology. Uppsala, 1978.

_____. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”. *Cadernos IFCH/Unicamp*, n. 17, Campinas, junho de 1985.

_____. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro 1850-1888”, 1986.

_____. Escravidão e família escrava: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE, 17 (2), 1987.

_____. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 8 (16), 1988.

SOAREZ, Luiz Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste: um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense, 1840-1880*. Niterói, 1980. 417 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da UFF. Orientador: Victor Vicent Valla).

TAVARES, Luís Henrique Dias. O processo das soluções brasileiras no exemplo da extinção do tráfico negreiro. *Revista de História*, n.72, out-dez, p.523-537, 1967.

SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, n.16, p. 107-142, mar./ago. 1988.

_____. "Urban slavery in nineteenth-century Rio de Janeiro". Londres, University College London, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

_____. *História da burguesia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1967.

_____. *Formação histórica do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, (Sem Data).

STOLCKE, Verena; HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, 3 (6), 1984.

THOMPSON, Edward Palmer. *The making of the english working class*. Londres, Penguin Books, 1980.

THOMPSON, Edward Palmer. *Customs in commom: studies in a tradittional popular culture*. New York: The New Press, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinhas: escravos e forros no município de São Paulo, 1850-1880*. São Paulo, 1989. 195 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da USP. Orientador: José Carlos Sebe Bom Meihy).

WESTPHALEN, Cecília Maria. A introdução de escravos novos no litoral paranaense. *Revista de História*, n.88, jan-mar, p. 139-154, 1972.

WILLEKE, Venâncio. Senzalas de conventos. *Revista de História*, n.106, abril-jun, p.355-375, 1976.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Arranjos da sobrevivência escrava na cidade de São Paulo do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, USP (119): 107-8, 1988.